UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA

ANDRÉ LUIZ LOPEZ VALVERDE

**SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO
ENERGÉTICA NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DE
CATEGORIAS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

SÃO PAULO

2017

ANDRÉ LUIZ LOPEZ VALVERDE

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA
AMÉRICA LATINA A PARTIR DE CATEGORIAS DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Energia do Instituto de Energia
e Ambiente da Universidade de São Paulo para
a obtenção de título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Dr^a. Sônia Seger P. Mercedes

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Valverde, André Luiz Lopez.

Sistematização de experiências de integração energética na América Latina a partir de categorias da Teoria Marxista da dependência / André Luiz Lopez Valverde; orientadora: Sonia Seger Mercedes. — São Paulo, 2017.

245f.: il. 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Energia – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo

1. Integração energética. 2. Recursos energéticos – elementos políticos e socioeconômicos. 3. Dependência – teoria. I. Título.

Nome: VALVERDE, André Luiz Lopez

Título: Sistematização de experiências de Integração energética na América Latina a partir de categorias da Teoria Marxista da Dependência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Energia do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento. _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento. _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento. _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento. _____ Assinatura: _____

*Aos meus avós:
Arnaldo, Benedito (in memoriam),
Maria e Rosa (in memoriam).
Reponsáveis pelo início dessa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a. Dr.^a. Sônia Seger, pela participação fundamental em todo meu caminho dentro do Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP), contribuindo com o direcionamento da pesquisa, apresentando o referencial teórico utilizado do trabalho, tirando as dúvidas ocorridas na execução do projeto e auxiliando na apresentação de fontes e referências para essa dissertação.

A minha família pelo apoio motivacional dado no processo de elaboração do mestrado desde o momento da decisão de seguir esse caminho até a participação nas etapas finais da dissertação. A meu pai, pelas bases dadas para minha formação educacional e acadêmica, por mostrar a importância de seguir o caminho da busca por conhecimento. A minha mãe pela cumplicidade desde Tupã.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica por permitir a ausência necessária para a elaboração dessa pesquisa. Agradeço especialmente aos colegas e ex-colegas da área de monitoramento de agentes: Bruno, Carlos, Cristovam, Guilherme, Nilton, Regiane, Rodolfo e Sérgio, por compreenderem essas ausências.

Aos companheiros de estudos, funcionários e professores do IEE, essenciais para a minha formação acadêmica e profissional. Agradeço também aos participantes do Grupo de Estudos da Teoria Marxista da Dependência, onde minha participação, ainda que intermitente, permitiu-me o aprimoramento no conhecimento sobre essa Teoria, essencial para a execução da pesquisa.

Agradeço também aos amigos que contribuíram com revisões para esse trabalho: Aline, Guilherme e Rodrigo.

Por fim, agradeço à principal companheira dessa jornada, minha noiva, Nárima. Obrigado por entender os momentos de ausência e me lembrar da necessidade do tempo de lazer. Obrigado por jamais deixar de confiar em mim e nas possibilidades de conclusão desse trabalho. Obrigado pela contribuição técnica a respeito do processo de pesquisa, especialmente quando os caminhos do trabalho se mostravam nebulosos. Obrigado por fazer parte dessa importante fase da minha vida.

RESUMO

VALVERDE, André Luiz Lopez. Sistematização de experiências de integração energética na América Latina a partir de categorias da Teoria Marxista da Dependência. 2017. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Iniciativas de integração energética regional podem contribuir para a obtenção de benefícios diversos aos países envolvidos: redução tarifária, melhor utilização de recursos energéticos, aprimoramento da infraestrutura, além de aproximar os países em questão, viabilizando eventuais cooperações políticas e econômicas. Na América Latina, a despeito do surgimento de inúmeros projetos e instituições voltados a este propósito, a integração energética restringiu-se, em sua maioria, a empreendimentos bilaterais, cujo sucesso foi, ainda assim, relativo. Este trabalho buscou compreender algumas iniciativas de integração energética, no âmbito da energia elétrica e dos hidrocarbonetos, à luz do modo de inserção da América Latina nas esferas de produção e circulação de mercadorias na economia mundial, valendo-se do referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Essa escolha decorreu da especificidade da análise e visão crítica dessa corrente teórica sobre a promoção do desenvolvimento e o posicionamento da América Latina no sistema capitalista mundial, para a qual o processo de integração regional assume papel central. Três categorias - Dependência, Subimperialismo e Integração - foram empregadas para nortear a sistematização e análise das experiências de integração energética escolhidas: o Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central (SIEPAC), a PetroCaribe e o contrabando de combustível na fronteira entre Venezuela e Colômbia. As etapas metodológicas incluíram: revisão do processo histórico da formação da indústria energética da América Latina e levantamento de indicadores, para a seleção dos empreendimentos a estudar; descrição de cada empreendimento, incluindo antecedentes de sua concepção e implantação, indicadores técnicos e socioeconômicos dos países envolvidos e detalhamento da sua estrutura, funcionamento e resultados atingidos, ou não. A partir desses elementos, as iniciativas de integração foram caracterizadas, com base no atendimento aos critérios constitutivos das categorias de análise selecionadas. A principal conclusão do trabalho foi de que há vínculos entre a condição de Dependência dos países e as tentativas de integração energética estudadas, no sentido de que as iniciativas são impactadas por essa condição (intrínseca aos participantes), mas, ao mesmo tempo, causam impacto sobre ela: contribuem para agravá-la ou para sua atenuação. Ressalta-se, por fim, que a integração energética pode contribuir para a emancipação da América Latina, desde que seja, entretanto, garantida a priorização dos benefícios e melhora da condição de vida da população latino-americana e não, apenas, privilegiado o processo de acumulação de capital.

Palavras-chave: América Latina; Integração Energética Regional; Teoria Marxista da Dependência.

ABSTRACT

VALVERDE, André Luiz Lopez. Systematization of experiences of energy integration in Latin America using categories of analysis of the Marxist Theory of Dependence. 2017. 246p. M.Sc. Dissertation –Graduate Program on Energy. Universidade de São Paulo. São Paulo [BR] 2017.

Regional energy integration initiatives may bring a variety of benefits to the countries involved: tariff reductions, better use of energy resources, improvement of the infrastructures and to bring closer the countries involved, making political and economic cooperation possible. In Latin America, despite the emergence of numerous projects and institutions focused on this purpose, the energetic integration was mostly restricted to bilateral projects which success was still relative. This dissertation sought to understand some of the energetic integration initiatives, in the field of electric energy and hydrocarbons, considering Latin America's role in the production sphere and the circulation of goods sphere in the world economy, using the theoretical reference of the Marxist Dependency Theory. This choice was made as a result of the specificity of the analysis and the critical view of the theory about the promotion of Latin America's development and positioning in the world capitalist system, which the process of regional integration assumes a central role. Three categories – Dependency, Subimperialism and Integration – were used to guide the systematization and analysis of the chosen energy integration experiences: the *Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central* (SIEPAC), the PetroCaribe and the fuel smuggling at the Venezuela-Colombia border. The methodology steps included: review of the Latin American energy industry historical process of formation and definition of indicators to select the initiatives to study; description of each initiative, including antecedents of its design and implementation, technical and socio-economic indicators of the countries involved and detailed analysis of its structure, operation and results, achieved or not. From these elements, the integration initiatives were characterized based on the criteria met of the selected categories of the analysis. The main conclusion of this dissertation was that there are links between the dependency condition and the energy integration attempts studied, which means that the initiatives are impacted by this condition (intrinsic to the participants) but, at the same time, have an impact on it: they contribute to the aggravation or mitigation of the dependency condition. Finally, it should be emphasized that energy integration can contribute to the emancipation of Latin America since priority is given to the benefits and improvement of the living conditions of the Latin American, and not only privileging process of capital accumulation.

Keywords: Latin America; Regional Energy Integration; Marxist Theory of Dependency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 5.1 - Linha do tempo das iniciativas de integração da América Central.....	79
Figura 5.2 - Interconexões entre os países centro-americanos (do SIEPAC e fora do SIEPAC) e nomenclatura das subestações (espanhol).....	100
Figura 5.3 - Rede do REDCA.....	102
Figura 5.4 - Conexões internacionais com o SIEPAC – México e Colômbia.....	105
Figura 5.5 - Estrutura institucional do MER	106
Figura 5.6 - Países participantes da Petrocaribe	122
Figura 5.7 - Países participantes da Petrocaribe - detalhe das Pequenas Antilhas	122
Figura 5.8 - Localização das principais reservas de petróleo da Venezuela	147
Figura 5.9 - Estrutura Institucional da Petrocaribe.....	159
Figura 5.10 - Mapa da fronteira entre Colômbia e Venezuela	180
Figura 5.11 - Disputas territoriais da Venezuela e Colômbia na região do Golfo Venezuelano e da Península de Guajira	184
Figura 5.12 – Departamento de Norte de Santander na Colômbia.....	190
Figura 5.13 - Estado venezuelano de Táchira em destaque na Venezuela	197
Figura 5.14 – Principal rota de contrabando San Cristóbal - Cúcuta	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Categorias de análise empregadas na pesquisa	26
Tabela 3.1 - Trabalhos avaliados na Revisão Sistemática da Literatura	32
Tabela 3.2 - Distribuição dos trabalhos quanto ao ano e instituição publicadora	34
Tabela 3.3 - Classificação das categorias de análise	34
Tabela 3.4 - Categorias da TMD norteadoras das perspectivas de análise da pesquisa	Erro!
Indicador não definido.	
Tabela 3.5 - Desenvolvimento das dimensões de análise.....	40
Tabela 4.1 - Quantidade de petróleo produzido nos países sul-americanos.....	60
Tabela 4.2 - Iniciativas de integração escolhidas	64
Tabela 5.1 - Indicadores sociais na América Central	87
Tabela 5.2 - Operação e extensão das Interconexões do SIEPAC	98
Tabela 5.3 - Fontes de financiamento do SIEPAC.....	103
Tabela 5.4 - Empresas participantes dos segmentos de geração e distribuição na América Central - 2015	118
Tabela 5.5 - Percentual de barris financiados de acordo com o preço do petróleo no Acuerdo de San José	131
Tabela 5.6 - Fornecimento de petróleo previsto no ACEC	133
Tabela 5.7 - Regra de financiamento para aquisição de petróleo no ACEC	133
Tabela 5.8 - Indicadores nos países participantes da Petrocaribe - 2015	144
Tabela 5.9 - Cota de participação na Petrocaribe	159
Tabela 5.10 - Linha de financiamento aprovada na V Câmara de Chefes de Estado e de Governo da Petrocaribe	160
Tabela 5.11 - Produtos fornecidos à Venezuela em pagamento ao petróleo - 2012/13	162
Tabela 5.12 - Empresas mistas da Petrocaribe	164
Tabela 5.13 - Projetos financiados pelo Fundo ALBA-Caribe	165
Tabela 5.14 - Projetos de infraestrutura energética para fornecimento de combustível da Petrocaribe.....	167
Tabela 5.15 - Infraestrutura de Refino na Petrocaribe.....	168
Tabela 5.16 - Projetos elétricos desenvolvidos pela Petrocaribe.....	169
Tabela 5.17 - Percentual da população subnutrida nos países da Petrocaribe.....	170
Tabela 5.18 - Projeção para 2030 da dívida dos países da Petrocaribe em bilhões de dólares do Caribe Oriental	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 - Quantidade de energia em KWh/per capita consumida por país, 1930	56
Gráfico 5.1 - Custo total dos projetos do PPP em milhões de dólares	78
Gráfico 5.2 - PIB, PIB per capita e IDH na abrangência do SIEPAC, 2015.....	81
Gráfico 5.3 - PIB dos países centro-americanos (Bilhões de dólares), 1960 - 2014.....	82
Gráfico 5.4 - Total de exportação nos países da América Central, 1980 - 2008.....	83
Gráfico 5.5 - PIB dos países centro-americanos por setor, 1990 - 2015	84
Gráfico 5.6 - Percentual da população vivendo com menos de US\$ 1,90 ao dia (preços de 2011).....	85
Gráfico 5.7 - Percentual de eletrificação dos países centro-americanos, 1990-2012.....	89
Gráfico 5.8 - Consumo final de energia por fonte, 2014.....	90
Gráfico 5.9 - Consumo total anual de energia elétrica	91
Gráfico 5.10 - Intensidade de uso da energia elétrica para a formação do PIB, 1970-2014	93
Gráfico 5.11 - Consumo anual per capita de energia elétrica (KWh per capita) – 1971 - 2013	94
Gráfico 5.12 - Participação setorial no consumo de energia elétrica da América Central, 1990 - 2015.....	95
Gráfico 5.13 - Participação setorial no consumo de energia elétrica da América Central - 2015.	96
Gráfico 5.14 - Matriz de oferta (total) dos países do SIEPAC (GW) - 2000 e 2015.....	97
Gráfico 5.15 - Matriz de oferta (total) do conjunto dos países SIEPAC (GW) – 2000 e 2015	97
Gráfico 5.16 - Energia transacionada (SIEPAC) e consumida (interna) – 2000 - 2015.....	109
Gráfico 5.17 - Percentual de energia elétrica transacionada na América Central em relação à energia elétrica gerada – 1999 - 2015.....	110
Gráfico 5.18 - Energia elétrica exportada no SIEPAC (GWh), 1999 - 2015	111
Gráfico 5.19 - Energia elétrica importada no SIEPAC (GWh)	112
Gráfico 5.20 – Propriedade das usinas na América Central (GWh) – 1995 - 2015	116
Gráfico 5.21 - Divisão do mercado de distribuição de energia na América Central, 2015	117
Gráfico 5.22 - Tarifa média de energia elétrica.....	120
Gráfico 5.23 - PIB (US\$ corrente) dos países participantes da Petrocaribe, 2015.....	138
Gráfico 5.24 - PIB per capita dos países participantes da Petrocaribe (US\$) - 2015.....	139
Gráfico 5.25 - Participação setorial na economia dos países da Petrocaribe - 2015	141
Gráfico 5.26 - Participação dos setores (indústria, serviços e agricultura) no PIB dos países da	

Petrocaribe, 2014.....	143
Gráfico 5.27 - Produção de petróleo na América Latina - 1971 - 2015 (Milhões de Barris por ano)	146
Gráfico 5.28 - Total de reservas provadas de petróleo em 2015 (Bilhões de barris)	147
Gráfico 5.29 – Produção de petróleo em Barbados, Belize, Suriname e Cuba – 1980 - 2015 (Milhares de barris por ano)	149
Gráfico 5.30 - Produção e consumo do petróleo nos países participantes da Petrocaribe (exceto Venezuela), 1990 - 2014 (Milhões de Barris por ano)	150
Gráfico 5.31 – Matriz de energia primária consumida dos países da Petrocaribe - 2010	152
Gráfico 5.32 - Participação de combustíveis no valor total de importações - 2015.....	153
Gráfico 5.33 - Participação de combustíveis no valor total de importações (%), 1962 - 2015	154
Gráfico 5.34 - Tarifas médias de energia elétrica em países participantes da Petrocaribe (US\$/MWh) - 2014.....	155
Gráfico 5.35 - Relação entre dívida bruta e PIB (%) - países da Petrocaribe, 2005 e 2016...	156
Gráfico 5.36 - Petróleo fornecido aos países da Petrocaribe (mil barris), 2014 e 2015	163
Gráfico 5.37 - Projetos (número) e percentual de participação no investimento total (%) em projetos da Petrocaribe, 2005-2014	167
Gráfico 5.38 - Exportação de petróleo dos EUA para países da Petrocaribe, 2003 - 2016....	172
Gráfico 5.39 - Percentual do petróleo venezuelano exportado para os EUA	176
Gráfico 5.40 - PIB dos departamentos colombianos - 2014.....	191
Gráfico 5.41 - PIB per capita dos departamentos colombianos e da América Latina - 2014.	192
Gráfico 5.42 - Participação dos setores no PIB de Norte de Santander - 2000 – 2016.....	193
Gráfico 5.43 - Composição do PIB do estado de Norte Santander e da Colômbia - 2014.....	194
Gráfico 5.44 - Taxa de pobreza e pobreza extrema no departamento de Norte de Santander e na Colômbia.....	195
Gráfico 5.45 - Comparação da taxa de desemprego por departamento colombiano - 2015...	196
Gráfico 5.46 - Pobreza e pobreza extrema nos estados venezuelanos - 2011	198
Gráfico 5.47 - Percentual dos habitantes dos estados venezuelanos nascidos fora de Venezuela - 2011	199
Gráfico 5.48 - Taxa de desemprego nos estados da Venezuela, 2015.....	200
Gráfico 5.49 - Preço da gasolina para o usuário final, 1998 - 2014	201
Gráfico 5.50 - Taxa anual de desemprego e subemprego no departamento de Norte de Santander e da Colômbia.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 7.1 - Classificação das iniciativas de integração energética nas categorias de análise selecionadas 223

LISTA DE ABREVIATURAS

ACEC	<i>Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas</i>
ALADI	<i>Asociación Latinoamericana de Integración</i>
ALBA-TEC	<i>Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos</i>
ALCA	<i>Área de Livre Comércio das Américas</i>
AMI	<i>Autopista Mesoamericana de la Información</i>
ANCAP	<i>Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland</i>
ARPEL	<i>Asistencia Recíproca Petrolera Estatal Latinoamericana</i>
BANDES	<i>Banco de Desarrollo Económico y Social</i>
BCAIE	<i>Banco Centro Americano de Integração Econômica</i>
BCIE	<i>Banco Cnetroamericano de Integração Econômica</i>
BID	<i>Banco Interamericano de Desenvolvimento</i>
BM	<i>Banco Mundial</i>
BNE	<i>Belize Natural Energy Ltd</i>
BNOCL	<i>Barbados National Oil Company Limited</i>
CAF	<i>Banco de Desarrollo de América Latina</i>
CAF	<i>Banco de Desenvolvimento da América Latina</i>
CAFTA	<i>Acordo de Livre Comércio da América Central</i>
CAN	<i>Comunidade Andina das Nações</i>
CARICOM	<i>Comunidade do Caribe</i>
Carifita	<i>Associação de Livre Comércio do Caribe</i>
CDB	<i>Banco de Desenvolvimento Caribenho</i>
CDMER	<i>Consejo Director del MER</i>
CEL	<i>Comisión Ejecutiva Hidroeléctrica del Río Lempa</i>
CEPAL	<i>Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe</i>
CFE	<i>Comisión Federal de Electricidad</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIER	<i>Comisión de Integración Energética Regional</i>
COSIPLAN	<i>Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento</i>
CUPET	<i>Unión Cuba-Petróleo</i>
DANE	<i>Departamento Administrativo Nacional De Estadística</i>
DANE	<i>Departamento Administrativo Nacional de Estadística</i>
ECOPETROL	<i>Empresa Colombiana de Petróleos S/A</i>
EDF	<i>Electricité de France</i>
EIR	<i>Exército Industrial de Reserva</i>
ENEE	<i>Empresa Nacional de Energía Eléctrica</i>
EOR	<i>Ente Operador Regional</i>
EPM	<i>Empresas Públicas de Medellín</i>
EPR	<i>Empresa Propietaria de la Red</i>
ETESA	<i>Empresa de Transmisión Eléctrica S. A.</i>

FARC	Forças Revolucionárias da Colômbia
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
ICC	Iniciativa Cuenca del Caribe
ICE	<i>Instituto Costarricense de Electricidad</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	International Energy Agency (IEA)
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IIRSA	Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana
INDE	<i>Instituto Nacional de Electrificación</i>
INE	Instituto Nacional De Estadística (INE – Venezuela)
INE	<i>Instituto Nicaragüense de Energía</i>
IRHE	<i>Instituto de Recursos Hidráulicos y Electricidad</i>
ISA	<i>Interconexión Eléctrica S.A.</i>
MCAA	Mercado Comum Centro-Americano
MER	<i>Mercado Eléctrico Regional</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
ODECA	Organização de Estados Centro-americanos
OEA	Organização de Estados Americanos
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
OECO	Organização dos Estados do Caribe Ocidental
OLADE	<i>Organización Latinoamericana de Energia</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização de Países Produtores de Petróleo
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela S. A.</i>
Pemex	<i>Petróleos Mexicanos</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	<i>Plan Puebla Panamá</i>
REDCA	<i>Red Centroamericana de Telecomunicaciones</i>
RTR	<i>Red de Transmisión Regional</i>
SAFEC	<i>Servicio de Abastecimiento Fronterizo Especial de Combustible</i>
SCERH	Subcomitê Centro-Americano de Eletrificação e Recursos Hidráulicos
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SICA	<i>Sistema de la Integración Centroamericana</i>
SIEPAC	<i>Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central</i>
TEC	Tarifa Externa Comum
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
YPF	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa.....	18
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.2.3 Pergunta de pesquisa	22
2 METODOLOGIA.....	23
2.1 Pesquisa bibliográfica e documental	23
2.1.1 Revisão sistemática da literatura	23
2.1.2 Escolha das categorias de análise	25
2.1.3 Seleção e sistematização das experiências de integração energética	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
3.1 Revisão Sistemática da Literatura	32
3.1.1 Análise dos resultados	33
3.1.2 Perspectivas de análise encontradas e o uso das categorias da TMD.....	39
3.2 Categorias de Análise da Teoria Marxista da Dependência	41
3.2.1 Vânia Bambirra e o capitalismo dependente latino-americano	42
3.2.2 Santos, imperialismo e dependência.....	45
3.2.3 Marini e a Integração da América Latina	49
4 SELEÇÃO DAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO.....	53
4.1 Antecedentes da integração energética latino-americana.....	53
4.1.1 Indústria elétrica antes das iniciativas sistematizadas de integração.....	54
4.1.2 A integração elétrica latino-americana antes da década de 1960	57
4.1.3 Combustíveis fósseis na América Latina antes das iniciativas sistematizadas de integração.....	59
4.1.4 A Integração latino-americana através de hidrocarbonetos antes de 1960.....	61

4.2 Síntese e resultado da seleção das iniciativas de integração energética	62
5 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO SELECIONADAS	66
5.1 SIEPAC.....	66
5.1.1 Antecedentes.....	66
5.1.2 Países membros e indicadores	80
5.1.3 Estrutura, funcionamento e resultados.....	98
5.2 Petrocaribe.....	121
5.2.1 Antecedentes.....	121
5.2.2 Países membros e indicadores	137
5.2.3 Estrutura, funcionamento e resultados.....	157
5.3 Contrabando de combustível	177
5.3.1 Antecedentes.....	178
5.3.2 Países envolvidos e indicadores	189
5.3.3 Funcionamento e Impactos	204
6 ANÁLISE..	209
6.1 As experiências de integração e as categorias da análise da TMD	209
6.2 SIEPAC.....	209
6.3 PetroCaribe.	214
6.4 Contrabando de combustível	217
7 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DO TRABALHO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	222
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, desenvolvida no escopo da linha de pesquisa Energia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Energia, nível de Mestrado, busca sistematizar e analisar criticamente experiências e tentativas de integração energética ocorridas na América Latina. Compreende-se integração energética, conforme a perspectiva adotada e as escolhas teórico-analíticas que definem este trabalho, não apenas como o intercâmbio físico de energia entre dois ou mais países - por meio de infraestruturas de rede, ou arranjos técnico-comerciais nos setores de energia elétrica, fontes fósseis e outros - mas abrangendo, também, os processos estratégicos, políticos, sociais e econômicos envolvidos na concepção e implantação desses projetos, os quais refletem a complexidade das relações entre as nações envolvidas e as condicionantes que cercam a concretização e efetividade de seus resultados.

Esta abordagem inspira-se em Rodrigues (2011) e Dávalos (2009). Estes autores definem integração energética como parte de um contexto de integração econômica regional e não apenas entre os países. O termo integração econômica regional, apesar das diferentes interpretações existentes na literatura aplicada, é aqui entendido como um “processo de aprofundamento das relações entre países, (...) que inclui relações também informais e transações derivadas das atividades econômicas e das interações políticas e sociais” (Buttler, 1997¹ *apud* Dávalos, 2009).

O tratamento da questão energética não se limita, neste trabalho, aos parâmetros técnicos. Também foram investigados os elementos sociais e históricos vinculados à apropriação da energia pela sociedade, como sintetizado por Dávalos (2009):

A energia, na verdade, é considerada em seu contexto social e histórico, como realidade que se vincula com as relações sociais que permitem a produção, transporte, comercialização e uso. Trata-se de um conceito “humanizado” de energia, no sentido que traz à tona que ela é o produto do trabalho humano para a extração, aproveitamento e transformação da energia. Não se restringe ao trabalho individual, senão ao trabalho que se realiza dentro de uma sociedade determinada, para sustentação do modo de vida dos grupos que a integram (Dávalos, 2009, p; 14).

O referencial teórico adotado foi a Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida na década de 1960 por autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, entre outros. A partir desse referencial, foram identificadas e

¹ BUTLER, F. Regionalism and Integration. In: BAYLIS, J. & SMITH, S. (ed.). The globalization of World Politics. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 409-428. CIER. “Síntese Informativa de los Países de la Cier”, Montevideo, Uruguay. 2013.

escolhidas as categorias de análise que nortearam o prosseguimento da pesquisa.

A escolha desse marco teórico justifica-se pelo amplo ferramental desenvolvido para compreender as especificidades da América Latina. Além disso, ela sustenta uma visão crítica com relação à forma com a que a região se insere no sistema capitalista mundial. Com base nesta visão crítica, a teoria utiliza categorias de análise para compreender as relações internas entre os países, na região, e o relacionamento das nações latino-americanas com outras partes do mundo. Outro fator de interesse na TMD é a importância teórica dada ao conceito de Integração, sobretudo, diante da condição de Dependência² da América Latina.

Partindo da problemática apresentada e ao partir do referencial da TMD, este trabalho busca, através da sistematização de tentativas de integração ocorridas na América Latina, compreender algumas das formas com que a condição de dependência dos países latino-americanos efetivamente se relaciona com processos de integração energética na região.

1.1 Justificativa

O incentivo para a integração energética entre diferentes países parte da distribuição irregular de recursos energéticos em relação aos locais onde há maior consumo de energia, conforme apontado por Dávalos (2009):

O fato iniludível de que a distribuição geográfica da disponibilidade, em longo prazo, de fontes primárias de energia não coincide com a distribuição geográfica do consumo de energia no mundo aparece, pelo menos *prima facie*, como a causa material, seja das transações comerciais ou da busca de diferentes níveis de cooperação, coordenação e integração entre regiões, países e grupos de países (Dávalos, 2009, p. 5).

Neves (2005) cita, também, a distribuição desigual de recursos na América Latina e aponta o processo de integração energética regional como uma forma de suprir as demandas por recursos energéticos, possibilitando o alcance da autossuficiência em energia, entendida como o suprimento de toda a demanda regional pela sua produção de insumos energéticos. Também tratando dos benefícios da integração energética, Salomão e Silva (2008) citam-na como uma componente necessária para o aprimoramento das áreas de infraestrutura dos países envolvidos, como um todo: “A integração energética dos países do subcontinente sul-americano é uma das principais componentes do esforço comum de articulação das infraestruturas econômicas (redes de transporte, telecomunicações, energia, etc.) nacionais,

² O conceito de Dependência e outras categorias de análise da TMD serão tratados posteriormente no texto.

(...)” (Salomão e Silva, 2007, p. 1). Ganhos são apontados, também, por Queiroz e Vilela (2010), adicional à complementaridade das fontes energéticas, como uma eventual queda nas tarifas, pelo incremento na diversidade de recursos, e maior segurança de suprimento dos países envolvidos.

Apesar dos benefícios citados, quando observados os fatos e números recentes, a integração energética latino-americana ainda se mostra incipiente. Por exemplo, o intercâmbio de energia entre os países da América do Sul atingiu 50.110 GWh de energia elétrica no ano de 2012, frente a uma geração de 1.083.766 GWh, correspondendo a cerca de 4% do total gerado (COMISIÓN DE INTEGRACIÓN ENERGÉTICA REGIONAL, 2013). A necessidade de amadurecimento de tais processos fica também exemplificada, entre outros, por conflitos desencadeados no setor elétrico brasileiro, na primeira década do século XXI, devido ao questionamento do contrato de Itaipu pelo Paraguai ou ao racionamento de energia elétrica na Venezuela, gerando dificuldades no suprimento de energia elétrica para Roraima. Estes fatos mostram que as dificuldades dos processos de integração energética vão além das questões técnicas (QUEIROZ E VILELA, 2010).

Os conflitos inerentes às ações e expectativas vinculadas à integração energética apresentam-se também em outros setores, como o do gás natural. No ano de 2006, a nacionalização do setor de gás e petróleo na Bolívia teve consequências diretas na relação daquele país com a Petrobras e causou reações negativas na opinião pública brasileira. Na mesma década, em 2004, também ocorreu uma crise no fornecimento de gás natural da Argentina para o Chile (QUEIROZ E VILELA, 2010).

A literatura disponível sobre o processo regional de integração energética é relativamente extensa, contemplando várias facetas desta questão. O trabalho de Dávalos (2009) sistematiza e analisa o processo histórico de três grandes projetos de integração, suas condicionantes e consequências para os países envolvidos. Rodrigues (2011) faz uma abordagem exploratória e descritiva sobre o arcabouço legal-institucional e regulatório associado às ferramentas de integração na área de energia elétrica, no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Neves (2007) efetua a análise das condições da integração elétrica da América do Sul comparando-a com o processo de integração realizado na Europa.

Há também trabalhos que enfocam as dificuldades da integração energética latino-americana. Queiroz e Vilela (2010) exploram o tema a partir da análise das estruturas jurídico-legais e político-institucionais dos diferentes países e os impactos dos processos e

interesses domésticos sobre estas dificuldades. Salomão e Silva (2008) analisam outros problemas que entravam a integração energética, por exemplo:

(...) obstáculos geográficos (a Cordilheira, a Floresta e grandes vazios demográficos), a grande assimetria econômica entre alguns países, a pequena diversificação industrial e consequente falta de complementaridade entre as cadeias produtivas nacionais, a precariedade e pouca densidade das redes de transportes e comunicações que interligam nossos centros de consumo e zonas de produção, além de outros fatores de ordem institucional (legais e regulatórios) e política além de eventos históricos que desgastaram as relações dos países da região. (Salomão e Silva, 2008:1).

Ainda que muito se tenha produzido, no âmbito documental e bibliográfico, incluindo os trabalhos revisados neste texto, sobre o tema e seus percalços, nota-se que a maioria do instrumental teórico-analítico empregado situa-se em campos de investigação que não abordam com maior profundidade a realidade material das sociedades envolvidas, suas expectativas - e a legitimidade das mesmas -, sobretudo se considerada a principal característica que une, e ao mesmo tempo pode afastar os países da América Latina, isto é, sua condição de subdesenvolvimento³. Acredita-se que um olhar a partir de conceitos construídos na tradição materialista, voltados para os países da região, pode agregar mais luz a uma investigação das tentativas e erros documentados sobre alguns dos processos de integração energética – parte efetivamente implantada, por força de necessidades técnicas, ou econômicas, e parte que permanece, ainda, como possibilidade.

Esta pesquisa partiu do princípio de que os problemas e percalços da integração energética são análogos às dificuldades recorrentes no processo de integração produtiva e econômica da região, a qual reflete a posição subordinada e dependente, no sentido empregado pela Teoria Marxista da Dependência, dos países da América Latina à economia mundial. Assim, realizou uma revisão e sistematização de algumas iniciativas já ocorridas de integração energética na América Latina e das suas condicionantes, empregando o arcabouço teórico que, por hipótese, poderá revelar novas problemáticas, permitindo, também, novas análises – a Teoria Marxista da Dependência.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é sistematizar e analisar iniciativas de integração energética regional na América Latina, pela via da eletricidade e dos combustíveis fósseis,

³ A definição de desenvolvimento utilizada nesse trabalho encontra-se no item 3.2.3, nas páginas 47 e 48.

tendo como fios condutores categorias de análise do arcabouço da Teoria Marxista da Dependência.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral enunciado, buscou-se atingir determinados objetivos específicos: procedimento de revisão bibliográfica, incluindo revisão sistemática de literatura para definição das categorias de análise; reconstituição histórica da formação do setor energético na América Latina; seleção dos empreendimentos a serem analisados; caracterização desses empreendimentos e, interpretação de seus impactos a partir das categorias escolhidas. A síntese desses procedimentos, que serão detalhados adiante, no texto, é descrita abaixo.

Como ponto de partida, realizou-se uma revisão bibliográfica, para aprofundamento do problema de pesquisa e ampliação do conhecimento sobre fatos e dados vinculados à integração energética na América Latina, bem como da produção acadêmico-científica sobre o assunto. Concomitantemente, tendo como referência o trabalho dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência e empregando a técnica da Revisão Sistemática da Literatura, foram selecionadas categorias de análise que apresentaram maior aproximação com o problema em estudo.

Na etapa seguinte, estudou-se o curso de formação da indústria elétrica e de hidrocarbonetos da América Latina, além dos projetos de integração energética ocorridos ao longo desse período, procurando realizar um recorte temporal para os passos seguintes da pesquisa.

Para a seleção de iniciativas, foram determinados critérios e levantadas informações a respeito de experiências de integração energética da América Latina. Os critérios levaram em conta o enquadramento dos países envolvidos no empreendimento na tipologia estabelecida por Bambirra (2012) (item 3.2.1); a etapa da dependência em que se encontravam, conforme apontado por Santos (2011), quando ocorreu o processo de integração (item 3.2.2); as fontes energéticas utilizadas e o volume de energia abrangido pelo projeto ou programa (ou atividade).

Realizou-se, então, a etapa descritiva das atividades de integração energética escolhidas. Ao longo deste processo, investigaram-se os antecedentes dos empreendimentos de integração energética selecionados, encontrando seus fatores condicionantes; foram

relacionados alguns dos principais dados econômicos, sociais e energéticos dos países participantes e buscou-se apresentar a estrutura e o funcionamento das iniciativas, verificando os insucessos e as dificuldades relatadas quanto à sua implantação, os pontos de conflito, interrupções e avanços.

Partindo dessa caracterização, interpretaram-se as experiências sistematizadas, utilizando as categorias de análise selecionadas, com vistas a entender como a integração energética regional e as iniciativas estudadas se relacionam com as condições de Dependência da América Latina: se a alteraram e em que sentido.

1.2.3 Pergunta de pesquisa

Este estudo questiona de que maneira a integração energética relaciona-se com as condições de subordinação e dependência da América Latina - conforme os conceitos definidos pela Teoria Marxista de Dependência. Investigam-se, assim, formas em que o processo de integração energética influenciou e foi influenciado pela dependência dos países latino-americanos. A pressuposição da existência desse relacionamento origina-se da compreensão da integração energética como parte de outros processos sociais e econômicos, vinculados às relações estabelecidas em um modo de produção historicamente determinado. Assim, a dissertação procura responder à pergunta de pesquisa: “Como alguns distintos processos de integração energética tentados ou ocorridos entre países da América Latina relacionam-se com as condições de subordinação e dependência das nações implicadas, à luz do marco teórico da TMD?”

2 METODOLOGIA

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa “Energia e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Energia. Insere-se no arcabouço do método da pesquisa histórica, materialista e dialética, na medida em que busca “articular as intenções dos sujeitos históricos sociais com as condições objetivas de sua vida” (TOPOLSKI, 1990 *apud* CALDAS, 2010).

Sua abordagem é, predominantemente, qualitativa (SEVERINO, 2015), devido ao principal objetivo da pesquisa: interpretar os fenômenos e atribuir significados a eventos e fatos ao longo do processo histórico de tentativas de integração energética na América Latina (Silva e Menezes, 2005). Mas utilizou-se, também, a abordagem quantitativa no levantamento de dados técnicos das iniciativas de integração energética estudadas, além de outras informações dessa natureza, eventualmente necessárias no decorrer do trabalho.

Quanto ao objetivo, é majoritariamente descritiva, pois procura “classificar, explicar e interpretar fatos que ocorrem” (Freitas e Prodanov, 2012, p. 52).. Como tal, também visa descrever características de determinado fenômeno (GIL, 2010): a integração energética da América Latina. Inclui, todavia, um cunho analítico, justamente pelo método escolhido.

Do ponto de vista dos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A identificação das categorias de análise da Teoria Marxista da Dependência foi realizada através de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com material já elaborado, especialmente artigos científicos e livros (GIL, 2010). Para a sistematização das experiências de integração energética da América Latina, desenvolveu-se uma pesquisa documental, com a análise de fontes que ainda não receberam tratamento analítico, valendo-se, especialmente de documentos de segunda mão: relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas e relatórios de empresas, conforme definição de Gil (2010). Para dar subsídios a este processo, quando necessário, utilizou-se, também, a pesquisa bibliográfica, nesta fase do trabalho.

2.1 Pesquisa bibliográfica e documental

2.1.1 Revisão sistemática da literatura

Na primeira etapa da pesquisa, sobre a Teoria Marxista da Dependência e as categorias de interesse, optou-se pela técnica de revisão sistemática da literatura. Este procedimento foi escolhido pois seu rigor e sistematização permitem a síntese de uma grande quantidade de informações e resultados relevantes para pesquisa, não restringindo a revisão à

leitura de apenas alguns artigos (Sampaio e Mancini, 2006). Assim, os passos seguidos foram adaptados, com a maior verosimilhança possível, daqueles definidos por Okoli e Schabram (2010), na seguinte ordem:

- a) Estabelecimento do propósito da revisão de literatura;
- b) Realização de um protocolo da revisão e treinamento da consistência da literatura;
- c) Identificação da literatura;
- d) Escolha dos artigos considerados na literatura a partir do resumo;
- e) Avaliação da qualidade dos artigos, especificando os critérios de eliminação de artigos por este fator;
- f) Extração dos dados através da elaboração de uma planilha com as principais informações dos artigos selecionados e analisados;
- g) Análise dos artigos selecionados;
- h) Revisão da literatura e sistematização dos resultados da pesquisa.

Por meio da revisão sistemática da literatura, identificaram-se as categorias de análise da Teoria Marxista da Dependência utilizadas para compreender o processo de integração da América Latina. Este foi o propósito da revisão, a partir da qual buscaram-se artigos que analisassem o processo e as experiências de integração da América Latina (não tratando exclusivamente da integração energética), entre dois ou mais países, utilizando-se das ferramentas metodológicas da Teoria Marxista da Dependência.

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas, na ferramenta Google Scholar, em um momento inicial, e nas bases Science Direct e Scopus, como palavras-chave, os termos “‘Teoria Marxista da Dependência’ * integração América Latina” com um total de 198 resultados e, como a pesquisa volta-se para a América Latina, optou-se também pela tradução em espanhol dos termos, pesquisando os termos “‘Teoría Marxista de la Dependencia’ * integración América Latina” chegando a 98 resultados. O total de trabalhos encontrados foi, portanto, de 296.

Entre os 296 trabalhos encontrados, analisando os temas e títulos dos trabalhos, 15 foram selecionados para uma avaliação do resumo. Após a leitura do resumo, três outros trabalhos foram descartados e, após a leitura completa dos 12 textos restantes, excluíram-se mais três artigos, resultando nove artigos do processo de revisão sistemática da literatura.

A revisão sistemática permitiu uma aproximação com a Teoria Marxista da

Dependência, a identificação de como esta teoria é utilizada pela literatura para articular a ideia de integração latino-americana e a compreensão sobre o estado atual da literatura sobre a TMD. O contato com a teoria, obtido por meio da revisão sistemática, foi essencial para o entendimento da capacidade de articulação entre esta e a realidade latino-americana, reconhecendo assim como ela ajuda a compreender as especificidades da América Latina, considerando o seu modo de inserção no sistema produtivo atual.

2.1.2 Escolha das categorias de análise

A definição de categorias de análise passou pelo exame de elementos relevantes do material obtido da revisão sistemática da literatura, verificando a presença de certos temas de maneira recorrente nos trabalhos estudados (Lüdke e André, 1986 p. 43⁴ *apud* Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Com base nesta análise, selecionaram-se categorias que mais se coadunaram com os propósitos de pesquisa. Em seguida, buscou-se a ampliação e aprofundamento do entendimento das possíveis ligações entre elas. Com esta finalidade, retornou-se ao material, buscando novos ângulos de interpretação, procurando estabelecer relações entre os conceitos estudados, combinando-os, separando-os e reorganizando-os. Finalmente, identificaram-se os conceitos emergentes da combinação entre os objetivos do trabalho e a produção bibliográfica levantada, que ainda permitiriam aprofundamento (Ludke e André, 1986 p. 43⁵ *apud* Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). A determinação de categorias de análise consistiu, portanto, no desdobramento dos textos estudados em categorias agrupadas analogicamente (SILVA e FOSSÁ, 2013).

Com base no estudo dos textos da revisão sistemática da literatura, foram selecionadas categorias de análise do referencial teórico utilizado que ajudassem a compreender o processo histórico de integração latino-americana. A partir da leitura de trabalhos desenvolvidos especificamente neste marco teórico, tais como: Love (1990), Martins e Sotelo (2004), Prado (2011), Amaral (2012), Amaral e Carcanholo (2012), Carcanholo (2013) e Nava (2015), optou-se por empregar as conceituações expressas nos trabalhos de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini sobre as categorias de análise determinadas na etapa anterior, para refletir sobre processos de integração, em geral, energética, em especial, ocorridos na América Latina.

A primeira das categorias escolhidas foi Dependência, pelo entendimento por ela

⁴ LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

⁵ LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *op. cit.*

permitido de que o processo de integração energética se insere no contexto mais abrangente da própria integração econômica. Em suma, de que a condição específica dos países da América Latina dentro da economia mundial, como definido nesta categoria, auxilia no entendimento do processo de integração energética da região.

A segunda categoria, Subimperialismo, foi selecionada uma vez que se presta para a compreensão das relações de poder entre os próprios países latino-americanos, conforme interpretação da Teoria Marxista da Dependência. Desta forma, pareceu-nos essencial o uso desta categoria para explicar as diversas maneiras em que a integração energética pode ocorrer na América Latina, identificando como as relações entre os países latino-americanos afetam, ou são afetadas por este processo, produzindo benefícios ou prejuízos.

Por fim, escolheu-se a categoria Integração. A seleção desta categoria envolve a perspectiva adotada pelos teóricos da TMD ao interpretar de que maneira os países da região poderiam interagir de forma a superar a condição de dependentes. Esta categoria complementa, portanto, um conjunto conceitual que pode ajudar a compreender algumas das dimensões envolvidas em alternativas de integração energética, na América Latina. Uma breve definição das categorias selecionadas é apresentada na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Categorias de análise empregadas na pesquisa

Categoria	Definição
Dependência	Condicionamento do desenvolvimento econômico de um país ao desenvolvimento de outros países (SANTOS, 2011)
Subimperialismo	expressão da diferenciação da economia mundial, contrapondo-se à simples divisão do trabalho, onde a difusão da indústria manufatureira, elevando a relação entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos e políticos, relativamente autônomos, mas ainda subordinados à dinâmica global dos grandes centros (MARINI, 1992)
Integração	Possibilidade de saída da dependência dos países latino-americanos, a integração aqui compreendida é um empreendimento cultural e político, realizado não devido às necessidades das elites, mas através do intuito de romper-se os laços de dependência (MARINI, 2005)

Fonte: Autoria própria.

Ressalta-se, contudo, que apesar dessas categorias constituírem o núcleo de análise, foi necessário usar conceitos não incluídos nessa seleção, como se verá adiante. Nesse caso, não se procedeu ao mesmo nível de aprofundamento utilizado na construção das categorias de análise principais.

2.1.3 Seleção e sistematização das experiências de integração energética

Nesta etapa do trabalho, a primeira grande escolha tratou do período analisado.

Inicialmente, o recorte temporal da pesquisa envolveria a época entre o final do Século XIX e o presente, coincidente com a implantação e desenvolvimento do setor energético na região. Entretanto, a investigação do intervalo decorrido entre o estágio inicial da indústria energética na América Latina⁶, no âmbito da eletricidade e dos hidrocarbonetos (finais do século XIX), e o momento de criação da primeira instituição dedicada à integração energética latino-americana, a *Comisión de Integración Energética Regional* (CIER), na década de 1960, não detectou a existência de projetos de integração, de relevância para esta pesquisa, concebidos ou implantados nesse período. Por outro lado, constatou-se a maior concentração de empreendimentos de integração após a década de 1970. Assim, atualizou-se o recorte temporal do trabalho para corresponder ao período entre essa década e a atualidade, permitindo, dessa forma, um maior aprofundamento nas iniciativas de integração energética desse período.

Posteriormente, via revisão bibliográfica e documental, selecionaram-se as atividades de integração energética para a sistematização de acordo com as categorias de análise definidas. Nessa etapa, consultaram-se, predominantemente, estudos que revisaram o processo de integração energética na América Latina, incluindo trabalhos de instituições como o *Banco de Desarrollo de América Latina* (CAF), a *Comisión de Integración Energética Regional* (CIER), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a *Organización Latinoamericana de Energía* (OLADE), além de autores como Arelovich (2012) e Reis (2014). Utilizaram-se os seguintes elementos e critérios para selecionar os empreendimentos de integração energética na América Latina: quantidade de energia envolvida no projeto de integração, países participantes da iniciativa, fontes energéticas utilizadas no processo e período em que aconteceu a iniciativa de integração.

Após a seleção de três exemplos de integração (Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central, Petrocaribe e contrabando de combustível na fronteira entre Venezuela e Colômbia) procedeu-se com descrição das iniciativas, dividida em três grandes blocos: (i) Antecedentes, (ii) Países membros (ou envolvidos, no caso do contrabando de combustível) e indicadores e (iii) Estrutura, funcionamento e resultados. Nos Antecedentes, recuperaram-se as origens históricas, não apenas do projeto de integração energética, mas também das relações entre os países participantes, seus conflitos e aproximações e o

⁶ De forma análoga ao conceito utilizado por Gonçalves Júnior (2002), entende-se como marco inicial da indústria energética, compreendendo, aqui, os segmentos de hidrocarbonetos e da energia elétrica, o momento mais antigo da utilização desses insumos na cadeia produtiva da sociedade capitalista na América Latina, situado entre meados e o final do Século XIX.

relacionamento com outros países e regiões, procurando compreender a maneira como as nações latino-americanas participantes dos projetos foram inseridas e se mantiveram, no contexto da economia mundial. Nessa etapa do trabalho, constataram-se também as iniciativas de integração que anteciparam os projetos escolhidos, interpretados aqui não de maneira isolada, mas como integrantes de um processo histórico de integração energética na América Latina, vinculado às condições econômicas e materiais da região. Para essa etapa, foram consultadas, principalmente, fontes bibliográficas, abarcando autores que estudavam as atividades de integração e as relações históricas entre os países envolvidos nos empreendimentos, e fontes documentais, incluindo atas de reuniões, tratados internacionais, relatórios técnicos e documentos de órgãos internacionais envolvidos na iniciativa.

Assim, no caso do *Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central* (SIEPAC) estudou-se o processo de formação dos países centro-americanos; as aproximações e distanciamentos da região no período pós-independência; a integração ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, com participação de órgãos regionais como a CEPAL; os conflitos internos, com atuação estadunidense nessas hostilidades; a pacificação do istmo e a atuação de nações de fora da América Central nesse processo; a aproximação regional no âmbito de uma integração elétrica, incluindo a participação de países estrangeiros como Espanha, México e Colômbia; o processo de formulação do SIEPAC, compreendendo um estudo das discussões para a efetivação do empreendimento e a sua posterior inclusão no *Proyecto Mesoamerica*, desenvolvido como uma iniciativa do governo mexicano para impulsionar a sua própria integração e investimentos a partir daquela região.

Para a Petrocaribe, recuperou-se o processo de colonização da região caribenha, identificando a posição dos países da região na economia mundial e sua relação com os países centrais. Igualmente, explicitaram-se as especificidades do processo de independência da região. Nessas duas etapas, procurou-se compreender de que forma a formação dos países caribenhos e sua posição na economia mundial contribuiu para seu afastamento e para o fracasso das iniciativas de integração regional ocorridas no período pós-independência da maioria dos países caribenhos, durante a segunda metade do Século XX. Estudou-se, também, a ingerência estadunidense no Caribe e suas propostas econômicas para os países do local. De maneira semelhante, ilustrou-se o desenvolvimento das relações da Venezuela com os países caribenhos e de que modo essas se modificaram ao longo das alterações na situação interna venezuelana. Dessa forma, avaliaram-se os projetos de integração energética ocorridos entre a Venezuela e o Caribe antes da Petrocaribe, como o *Acuerdo de San José* e o *Acuerdo de*

Puerto Ordaz. Por fim, identificou-se de que forma a chegada de Hugo Chávez à presidência venezuelana alterou as relações internacionais desse país, impactando o processo de integração energética da América Latina.

No estudo do contrabando de combustível, em primeiro lugar, definiram-se as especificidades da região de fronteira, onde ocorre a atividade, e conceituou-se a prática de contrabando. Em seguida, avaliaram-se o processo de independência da Venezuela em relação à Gran-Colômbia e os impactos desse acontecimento na relação entre os dois países, especialmente na definição de fronteiras marítimas e terrestres. Posteriormente, destacaram-se as aproximações comerciais e econômicas na região estudada. Na etapa seguinte, caracterizou-se o relacionamento recente entre Colômbia e Venezuela, onde esses países mostram-se polos de posições internacionais distintas na América Latina, decorrendo dessa situação conflitos diplomáticos entre ambas as nações. Procurou-se, por fim, compreender de que forma essa situação conflitiva impactou as fronteiras entre ambos os países e, conseqüentemente, as trocas energéticas, nesse caso, clandestinas.

No estágio dos Indicadores, selecionaram-se as informações quantitativas consideradas mais importantes para compreender o funcionamento dos projetos de integração energética, abrangendo dados sociais, econômicos e energéticos relevantes para interpretar a situação dos países participantes dos empreendimentos. Para tanto, foram consultados bancos de dados de organizações internacionais e nacionais como: Banco Mundial, *Central Intelligence Agency* (CIA), CEPAL, *Departamento Administrativo Nacional De Estadística* (DANE – Colômbia), *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), *Instituto Nacional De Estadística* (INE – Venezuela), *International Energy Agency* (IEA), Organização das Nações Unidas (ONU) e *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD).

Assim, entre os parâmetros econômicos selecionados encontram-se: Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, participação setorial no PIB, volumes de exportação entre outros. No caso dos indicadores sociais optou-se por critérios como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxas de pobreza e extrema pobreza, percentuais de alfabetização, mortalidade infantil, índices de desemprego e outros. Para os parâmetros energéticos, as escolhas variaram de acordo com as iniciativas. Para o SIEPAC, foram incluídos índices ligados à energia elétrica: taxa de eletrificação, fontes de produção de energia elétrica, consumo total de eletricidade, intensidade elétrica do PIB, consumo de energia elétrica *per capita*, participação setorial no consumo, entre outros. No caso das iniciativas envolvendo hidrocarbonetos, utilizaram-se parâmetros como: produção e consumo de petróleo, quantidade

de reservas nos países envolvidos, participação do petróleo nas importações, entre outros. Além disso, os dados não se restringiram aos países participantes dos projetos. Quando necessário, utilizaram-se, a título de comparação, dados integrados da América Latina e Caribe, de outros países, regiões e grupos de países. Ainda, para contrabando de Combustível, procuraram-se informações dos departamentos colombianos e estados venezuelanos, buscando indicar as especificidades da região de fronteira. Ressalta-se, entretanto, que essa etapa não se limitou ao levantamento de informações. Os dados e indicadores encontrados foram interpretados de acordo com a referência teórica utilizada, a TMD, e os antecedentes apresentados para cada iniciativa.

No item da Estrutura, funcionamento e resultados, procurou-se explicar o funcionamento efetivo das iniciativas selecionadas, identificando suas principais características. Essa etapa buscou, também, apresentar os sucessos e fracassos das atividades de integração energética de acordo com os objetivos dos projetos, apresentando informações quantitativas, quando necessário, para basear a análise do cumprimento, ou não, dos propósitos definidos, compreendendo aspectos específicos para cada empreendimento. Dessa forma, no caso do SIEPAC identificou-se a estrutura institucional, as formas de transação no mercado de energia elétrica regional, a infraestrutura física, os montantes financeiros investidos, as quantidades de energia transacionadas, o eventual impacto nas tarifas de energia elétrica da região, as críticas da literatura especializada ao projeto e os potenciais beneficiários do empreendimento de integração. Para a PetroCaribe, levantaram-se informações sobre seu arcabouço institucional, a estrutura de financiamento de petróleo decorrente da iniciativa, as quantidades de combustível transacionadas, os projetos integrantes da proposta de integração, além de apontar seu relacionamento com outras iniciativas de integração da América Latina (nesse caso para além da energia) e apresentar as eventuais críticas e dificuldades encontradas pela PetroCaribe. No caso do contrabando de combustível, investigaram-se as motivações e causas que levaram a esta prática; foram buscados, na literatura sobre o tema, os volumes e quantidades transacionados; esclareceu-se, ainda, de que maneira o Estado, nos países envolvidos, reagiu à atividade, criando leis e procurando coibir a atuação dos contrabandistas.

Posteriormente, as iniciativas escolhidas foram sistematizadas e avaliadas de acordo com as categorias de análise. Neste momento, se interpretou como os projetos de integração energética relacionam-se com a condição de dependência da América Latina: aprofundando-a ou amenizando-a, além de indicar de que forma foram influenciados por essa mesma

condição. Para tanto, foi avaliada a aderência ou divergência entre as características intrínsecas à cada iniciativa e os critérios que definem as três categorias de análise selecionadas. Assim, quando necessário, retornou-se à TMD, procurando aprofundar elementos relevantes para a análise dos projetos de integração. Essa análise e a sistematização das iniciativas por meio das categorias foram consolidadas em um quadro sinótico no capítulo de conclusão desse trabalho. Por fim, procurou-se explicitar questões para possíveis trabalhos futuros, com vistas a ampliar os estudos sobre a integração energética na América Latina.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Revisão Sistemática da Literatura

Para dar subsídios ao trabalho desenvolvido, visando aprofundar a análise sobre a integração energética na América Latina e fornecer ferramentas para construção de categorias de análise no trabalho, empregou-se a revisão sistemática da literatura. Escolheu-se este procedimento metodológico porque ele possibilita não apenas a síntese do trabalho realizado, como também uma revisão crítica da teoria estudada. Ela distingue-se dos demais tipos de revisão⁷ pelo seu escopo e rigor, sendo capaz de sumarizar as evidências existentes na literatura, identificar as lacunas de pesquisa e possibilitar o posicionamento de um ponto inicial de pesquisa (OKOLI e SCHABRAM, 2010). O procedimento seguiu os oito passos mencionados no tópico 2.1.

A pergunta norteadora da revisão realizada foi “quais são os principais conceitos utilizados na Teoria Marxista da Dependência para compreender o processo de integração na América Latina?”.

Conforme a sequência de passos apontados no tópico supracitado, dentre os 296 trabalhos encontrados, por meio de uma análise dos títulos dos trabalhos, 15 foram selecionados para uma avaliação do resumo. Destes, descartou-se três após a leitura do resumo e, após a leitura completa dos trabalhos, mais três foram descartados, totalizando, portanto, nove artigos na revisão sistemática realizada. A Tabela 3.1 apresenta inclusive os trabalhos excluídos, conforme o momento de sua exclusão. Indica-se, também, o autor, o título, o instituto publicador do texto encontrado. A análise desses artigos é apresentada a seguir.

Tabela 3.1 - Trabalhos avaliados na Revisão Sistemática da Literatura

Autor	Título	Publicador	Status
Amaral (2013)	Os grandes projetos de infraestrutura com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo.	Dissertação de mestrado em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Incluído

⁷ Outros tipos de revisão, citados por Okoli e Schabram (2010) são: a “fundamentação teórica” (tradução própria) que dá as fundações teóricas e o contexto da questão de pesquisa, ajudando a trazer o foco da pesquisa; a revisão teórica da pesquisa de graduação, chamada pelos autores de “revisão literária da tese” (tradução própria) e a revisão literária autônoma, quando um trabalho de pesquisa realiza uma revisão da literatura de determinado campo, sem trabalhar com fontes de dados primárias.

Autor	Título	Publicador	Status
Andrade (2015)	Subimperialismo brasileiro na perspectiva da integração da infraestrutura regional sul-americana	Monografia de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Incluído
Carcanholo e Saludjian (2012)	Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América Latina.	Terceiro Congresso Latino-Americano de História Econômica (CLAHE)	Incluído
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (2012)	Subimperialismo brasileño y dependencia del Paraguay los intereses económicos detrás del Golpe de Estado de 2012	<i>Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLCS) - Programa de Investigación Sociales</i>	Incluído
Luce (2007)	O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)	Dissertação de mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Incluído
Müller (2011)	Integração regional e coesão social no MERCOSUL: uma análise à luz da teoria da dependência	Revista Plural	Incluído
Souza e Silva (2010)	A Teoria da Dependência e as novas formas de integração na América Latina: o caso da ALBA	<i>XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (CLACSO)</i>	Incluído
Souza e Silva (2013)	Integração contemporânea na América Latina: teoria e prática	Revista Monções	Incluído
Vianna (2015)	Uma análise a partir da teoria do Subimperialismo: o governo brasileiro frente à nacionalização do gás boliviano em 2006	Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Incluído
Silva (2015)	MERCOSUL e a integração produtiva: parceria estratégica entre Brasil e Uruguai	Monografia de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Excluído - Resumo
Traspadini (2013)	Dependência e luta de classes na América Latina	Argumentum	Excluído - Resumo
Valencia (2012)	Dependencia y superexplotación: la perspectiva de Marini	Revista Aportes	Excluído - Resumo
Carneiro (2006)	A ALCA à luz da análise dos sistemas-mundo e da Teoria da Dependência - apontamento teóricos metodológicos	Monografia de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Excluído - Leitura completa
Cerqueira (2014)	<i>Brasil en el proceso de integración con América del Sur: una política destinada a consolidar la lógica de acumulación del capital.</i>	Jornadas da Economía Crítica	Excluído - Leitura completa
Philippi (2015)	O milagre do petróleo: Petrobrás, IIRSA/COSIPLAN e o neodesenvolvimentismo.	Dissertação de mestrado em Sociologia política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Excluído - Leitura completa

Fonte: Autoria própria.

3.1.1 Análise dos resultados

Analizando o ano de publicação das nove pesquisas selecionadas (tabela 3.2), constata-se que entre os anos de 2012 a 2015 houve a publicação de sete trabalhos, estando

quatro deles concentrados em 2012. A distribuição das publicações ao longo dos anos não apresentou um padrão.

Tabela 3.2 - Distribuição dos trabalhos quanto ao ano e instituição publicadora

Ano	Instituição publicadora	Local
2007	UFRGS	Porto Alegre
2011	Revista Plural	São Paulo
2012	CALS	Santiago
	CLAHE	São Carlos de Bariloche
	CLACSO	Assunção
	UFRGS	Porto Alegre
2013	Monções	Dourados
2015	UFRGS	Porto Alegre
	UFSC	Florianópolis

Fonte: Autoria própria.

Quanto à distribuição dos artigos de acordo com a instituição publicadora, observa-se, entre os trabalhos encontrados, um predomínio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com três publicações. Analisando geograficamente a distribuição dos trabalhos revisados, seis deles são de publicação brasileira, com cada um dos outros sendo de publicação Argentina, Chilena e Paraguaia. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul contou com o maior número de publicações revisadas, com três trabalhos. Com isto, predominaram trabalhos na região Sul do Brasil, com quatro textos. Houve apenas dois trabalhos com autoria dos mesmos autores (Souza e Silva).

Para a análise qualitativa do conteúdo dos textos, procurou-se identificar os objetivos dos trabalhos e quais as categorias de análise da Teoria Marxista da Dependência foram utilizadas. A identificação destas categorias foi realizada com a leitura e revisão dos textos, verificando-se como eles a utilizavam na interpretação da integração da América Latina. Três categorias destacaram-se nos trabalhos analisados: subimperialismo, dependência e integração. A classificação dos artigos quanto a estas categorias é apresentada na Tabela 3.3.

Tabela 3.3 - Classificação das categorias de análise

Subimperialismo	Dependência	Integração	Autor	Objetivo
X	X		Amaral (2013)	Analisar os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, executados na América do Sul. Utilizou suporte teórico do conceito de subimperialismo de Ruy Mauro Marini.
Continua				

Continuação

Subimperialismo	Dependência	Integração	Autor	Objetivo
X			Andrade (2015)	Comparar a hegemonia política brasileira na América do Sul com o conceito de subimperialismo desenvolvido por Marini para analisar a presença do Brasil no âmbito da IIRSA.
X		X	Carcanholo e Saludjian (2012)	Discutir a integração da América Latina dentro do contexto atual e em sua relação com a China, tendo como bases os conceitos de dependência e subimperialismo.
X			consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (2012)	Analisar o golpe do Paraguai e sua relação com o Brasil tendo como base a teoria do subimperialismo.
X			Luce (2007)	Aplicação da categoria de subimperialismo à política de integração do Brasil frente à América do Sul.
		X	Müller (2011)	Situar a integração regional, conforme definido na TMD, como pré-requisito para uma coesão social dentro do MERCOSUL de forma a inserir os Estados-membros de forma adequada no sistema mundial.
	X	X	Souza e Silva (2010)	Examinar o processo recente de integração da América Latina à luz da teoria da dependência de Marini, analisando a formação da ALBA.
	X	X	Souza e Silva (2013)	Análise comparativas de duas teorias da integração do início dos anos 90: regionalismo aberto da CEPAL e teoria de integração de Marini.
X			Vianna (2015)	Abordar a trajetória histórica das relações entre Brasil e Bolívia entre a década de 1990 e o século XXI com base na reflexão da teoria do subimperialismo.

Fonte: Autoria própria.

Constatou-se, portanto, que a maioria dos trabalhos revisados utiliza a categoria de subimperialismo para analisar os processos de integração dos países latino-americanos. Dentro dos trabalhos que utilizam a categoria subimperialismo, houve a preponderância de análises de relações entre o Brasil com outros países da região (AMARAL, 2013; ANDRADE, 2015; CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2012; LUCE, 2007 e VIANNA, 2015). Esta categoria é utilizada, também, para a definição de como se relacionam os países latino-americanos com outros países, zonas intermediárias no processo de integração, em especial a China (Carcanholo e Saludjian, 2012).

Entre os trabalhos que tratam exclusivamente da categoria subimperialismo, destaca-se o trabalho de Vianna (2015), que analisa as relações entre o Brasil e a Bolívia a partir da década de 1990, até o Século XXI, com especial atenção ao processo de nacionalização da indústria de hidrocarbonetos boliviana. O autor reforça a concepção de diferenciação entre a estratégia de subimperialismo da ditadura militar e do governo Lula. Neste, estabelece-se uma relação de, nos termos de Marini, cooperação antagônica⁸, com a expansão das empresas brasileiras pela América do Sul, em especial nos setores de recursos naturais.

Outro trabalho que estuda exclusivamente a ideia de subimperialismo e trata de um relacionamento bilateral é o do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (2012), relacionando o subimperialismo brasileiro com o *impeachment* sofrido pelo governo Lugo em 2012. No Paraguai, o subimperialismo brasileiro age controlando os meios de produção de diversos setores paraguaios (produção de carne, bebidas alcoólicas e produtos industriais). Para este autor, o subimperialismo funciona como uma forma do capital brasileiro expandir-se para outros países, de maneira a solucionar as dificuldades internas de acumulação do capitalismo brasileiro. O autor analisa como este processo contribuiu para o aumento da exploração da força de trabalho paraguaia e como o governo institucionalizado após a queda de Fernando Lugo alinha-se aos interesses subimperialistas. A relação do país com o Brasil em torno da usina de Itaipu é apontada, no trabalho, como uma forma de cooperação antagônica realizada através da necessidade de pagamento da dívida pelo Paraguai devido à construção da usina.

Estudando a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), posteriormente incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), Andrade (2015) compreende-a como uma manifestação do subimperialismo brasileiro na região. Esta iniciativa convergiria para uma integração regional não apenas “para dentro”, mas também “para fora”, ou seja, no sentido de uma maior integração da América Latina à economia mundial. A postura do Brasil, nesta condição, muitas vezes mostra-se solidária aos países vizinhos, como no processo de nacionalização do gás boliviano ou da renegociação das tarifas de Itaipu com o Paraguai. Entretanto, a expansão de capital brasileiro para os outros países da região demonstra o caráter subimperialista da

⁸ Luce (2007) operacionaliza a categoria de cooperação antagônica definindo diferentes níveis de relação entre a potência subimperialista e o país imperialista dominante. No caso da cooperação antagônica, a potência regional, ao perseguir sua hegemonia local, gera atritos com o centro dominante. Os laços de dependência funcionam como um freio para a autonomia da potência regional, assim, o antagonismo existente acomodam-se a uma lógica cooperativa (LUCE, 2007).

iniciativa.

Nesse sentido, no estudo de Luce (2007), a dinâmica de solidariedade do Brasil com os países vizinhos não impede que este tipo de relação tenha caráter subimperialista. Para este autor, tal processo marca uma distinção do subimperialismo do governo Lula com o existente no período militar. O primeiro seria fundado num esquema de consenso, enquanto o segundo funcionaria alinhado com o militarismo e inserido na esfera de coerção. O autor utiliza o termo subimperialismo "social-liberal" para caracterizar esta nova fase.

Outros trabalhos articulam o conceito de subimperialismo com outras categorias da Teoria Marxista da Dependência. Amaral (2013), por exemplo, encontra no subimperialismo uma forma de enxergar o processo de integração para além da retórica de desenvolvimento social e econômico regional, realizando-se, na realidade, pela estratégia de empresas brasileiras no sentido de exportação de capital de multinacionais de matriz brasileira para outros países da região. No âmbito da IIRSA, substituída posteriormente pelo COSIPLAN, o processo de integração da infraestrutura funciona como forma de propagação da estrutura de dependência, já que se volta, principalmente, para melhorar as condições de escoamento de produtos primários produzidos na América Latina. Na visão de Amaral (2013), portanto, o caráter do processo de integração reforça as condições de subimperialismo e dependência na América Latina.

No contexto das categorias integração e subimperialismo, na América Latina, Carcanholo e Saduijan (2012) analisam o relacionamento da região com a China, principal parceiro comercial dos países latino-americanos, especialmente do Brasil. Estes autores compreendem a integração como um processo de rompimento com as barreiras existentes nas economias dependentes, em especial a limitação no desenvolvimento de um mercado interno. Entretanto, entendem que esta ruptura com a condição de dependência somente ocorre quando a integração acontece conforme determinadas condições. Aponta-se que a integração na América Latina seguiu uma escala de abertura e liberalização, mesmo depois da chegada de governos com uma retórica “antineoliberal” ao poder. Em conjunto com esta integração, o papel da China como demandante de *commodities* da região agiu no sentido de uma reprimarização das economias latino-americanas. Neste cenário, o Brasil encontra-se como base de um capitalismo transnacional, um fenômeno típico do subimperialismo. Nos moldes da proposta de integração de Marini, os autores sugerem uma integração alternativa na América Latina, pautada na constituição de um espaço político e econômico mais amplo, englobando de maneira igualitárias os países menores e as maiores economias de região. Tal

iniciativa seria necessária para uma libertação dos laços de dependência na América Latina.

Utilizado a categoria integração na análise do MERCOSUL, Müller (2011) indica a importância da integração latino-americana para Marini, especialmente em seus trabalhos mais tardios, no final dos anos 1990. O autor aponta para a criação de blocos regionais na história recente de América Latina - Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP), *Asociación Latinoamericana de Integración* (ALADI) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - como contendo ideias de integração propugnadas por Marini, que sugeria um processo diverso dos interesses dos governos ou classes dominantes regionais. Mesmo no MERCOSUL, bloco criado tendo como objetivo um “regionalismo aberto”, o autor encontra potenciais integracionistas, frisando a necessidade de uma proposta de coesão social dentro do bloco, visando reduzir as assimetrias e promover uma maior interação regional.

Articulando as categorias dependência e integração, para pensar a construção de um ideal de integração da América Latina com base na teoria de Marini, Souza e Silva (2010) analisam o caso da criação da ALBA-TCP. Os autores frisam a importância dada por Marini para um processo de integração latino-americana afastado da esfera de influência dos EUA e como os países latino-americanos tendem a se aproximar em períodos em que os laços de dependência se “afrouxam”. Para Souza e Silva (2010), o MERCOSUL não seria capaz de realizar um processo de integração nos moldes propostos por Marini, na medida em que se privilegia a competição, no lugar da cooperação. Entretanto, a chegada de governos “progressistas” ao poder, na América Latina e a criação de outros blocos regionais (ALBA-TCP, UNASUL), surgidos em contraposição à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), demonstram uma retomada das ideias de integração propostas por Marini (ainda que não inspirado diretamente em sua obra), ao menos no nível do discurso. A ALBA-TCP, destacada como um movimento de cooperação entre nações latino-americanas, é apontada como a mais forte influência no sentido de uma integração visando romper com os laços de dependência da região.

A teoria integracionista de Marini é contraposta diretamente à teoria do regionalismo aberto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na obra de Souza e Silva (2013). Os autores indicam que, conforme apontado por Marini, os movimentos de integração mais intensos na região ocorreram nos momentos em que os países latino-americanos possuíam maior autonomia em relação aos países centrais. No momento posterior

à criação da ALBA-TCP, com o declínio da influência norte-americana, os países puderam realizar um movimento de integração mais profundo, inclusive em relação à autonomia sobre seus recursos naturais.

3.1.2 Perspectivas de análise encontradas e o uso das categorias da TMD

Os artigos analisados foram classificados em três dimensões de análise, de acordo com o uso das categorias da TMD por eles aplicado. Cada um utilizou um ou mais destas categorias para conhecer e estudar problemas envolvendo a América Latina. Estas categorias podem ser consideradas, de maneira resumida, de acordo com a Tabela 2.1 (página 26). Assim, a categoria dependência encontra-se na raiz das outras duas categorias. A dependência determina as formas com que ocorrem as relações internas e externas nos países latino-americanos. Internamente, a dependência gera dificuldades ao processo de acumulação de capital, que tornam necessárias respostas do sistema capitalista interno das nações dependentes para recuperar um padrão de acumulação. Neste sentido, o subimperialismo e a integração apresentam-se como respostas distintas a esta necessidade.

Nos trabalhos analisados, observa-se que a categoria de subimperialismo tende a ser usada para indicar a relação entre o Brasil e os demais países do continente, seja bilateralmente com a Bolívia (VIANNA, 2015) e o Paraguai (CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2012), seja multilateralmente, nos processos de integração via infraestrutura (LUCE, 2007; AMARAL, 2013; ANDRADE, 2015). Estes processos respondem, justamente, à dificuldade de acumulação da economia brasileira. Entretanto, observa-se que o Brasil se insere, também, junto aos demais países latino-americanos, como alvo do subimperialismo de outras nações, como ocorre no caso da China (CARCANHOLO e SALUDJIAN, 2012). O processo de subimperialismo pode afetar, portanto, uma nação, de diferentes formas.

Apesar do antagonismo da relação entre as categorias de subimperialismo e integração, observa-se que aquele pode ocorrer em um contexto de políticas de integração regional. É o caso, por exemplo, do MERCOSUL, visto por Souza e Silva (2010) como uma forma de integração ocorrida dentro de um âmbito subimperialista, funcionando, contraditoriamente de maneira “desintegradora”. Esta ideia assemelha-se à visão de outros autores quanto à IIRSA (LUCE, 2007; AMARAL, 2013; ANDRADE, 2015). Müller (2011), entretanto, indica que esta condição do MERCOSUL não é permanente, possuindo este órgão internacional possibilidades de produzir políticas de fato integracionistas entre os países

latino-americanos.

Souza e Silva (2013) entendem, entretanto, outras iniciativas como sendo uma expressão mais clara das ideias de Marini (2005a) quanto à integração. Estes autores identificam na ALBA-TCP, ainda que em uma escala principalmente discursiva e sem, necessariamente, uma ligação direta com as ideias do teórico da dependência, inclinações no sentido da visão de integração proposta em Marini (2005a). A saída da condição de dependência passaria, portanto, por organizações internacionais semelhantes a esta, com a capacidade supranacional de alterar a realidade dos países latino-americanos, através de um processo realmente solidário e cooperativo.

Com base nesta revisão sistemática da literatura, foram analisadas as principais obras dos autores da Teoria Marxista da Dependência. Buscou-se identificar como os principais autores da TMD utilizam estas categorias para diagnosticar e refletir sobre os problemas da América Latina, desenvolver suas análises e propor soluções para as dificuldades latino-americanas. O resultado é apresentado resumidamente na Tabela 3.5, que servirá de base para as posteriores análises da dissertação.

Tabela 3.4 - Desenvolvimento das dimensões de análise

Autor	Diagnóstico	Ferramenta analítica	Proposição
Bambirra	Limitação da teoria dominante a possibilidade de compreender a situação estrutural de dependência, causa do subdesenvolvimento nas economias latino-americanas.	Definição de dependência como forma com que as relações centro-periferia definiram as características estruturais dos países latino americanos	Apesar da possibilidade de superação através do subimperialismo, somente pela via do socialismo seria possível articular uma saída sustentável da situação de dependência.
		Tipologia dos países latino-americanos, dividindo-os de acordo com o período e forma de industrialização. Países tipo A, B e C.	
		Análise do processo de integração monopólica e expansão do capital estrangeiro com suas articulações nas economias latino americanas	

Continua

Continuação

Autor	Diagnóstico	Ferramenta analítica	Proposição
Marini	Dificuldade de integração entre os países latino-americanos devido à sua dependência em relação aos países centrais.	As crises no capitalismo mundial permitem que ocorra o processo de integração entre os países latino-americanos em períodos em que ocorre um "afrouxamento" dos laços de dependência.	A integração latino-americana pode contribuir para a saída da condição de dependência dos países da região. A integração na América Latina deve ocorrer em um sentido para além dos aspectos econômicos, envolvendo os povos da região e tornando-se um empreendimento cultural e político.
Santos	A incorporação dos países dependentes ao sistema capitalista mundial é a razão do seu subdesenvolvimento	Descrição das formas históricas de dependência com o apontamento dos condicionantes que determinam a dificuldade dos países dependentes de sair desta situação	Duas saídas possíveis: investimento de capital incorporando avanços tecnológicos visando a exportação, ou o deslocamento do setor I para as economias dependentes. Apenas o segundo representa de fato um rompimento com a dependência.

Fonte: Autoria própria

3.2 Categorias de Análise da Teoria Marxista da Dependência

Neste tópico, serão desenvolvidas as ferramentas metodológicas da Teoria Marxista da Dependência utilizadas no presente trabalho. Não cabe aqui uma reconstrução, crítica ou análise desta teoria, fazendo-se, na realidade um aprofundamento das principais ferramentas da TMD que possam ser utilizadas no estudo aqui pretendido.

Analisa-se, aqui, em uma ordem cronológica, publicações dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Para cada um desses autores, selecionaram-se algumas obras visando o aprofundamento necessário para subsidiar o trabalho. As obras selecionadas foram: a versão traduzida para o português de 2012 de “O capitalismo dependente latino-americano”, de Vânia Bambirra, publicação de 1974; a versão de 2011 da obra “Imperialismo y Dependencia”, de Theotônio dos Santos, cuja primeira publicação data de 1978; e, por fim, textos de Ruy Mauro Marini publicados nas décadas de 1970 e 1990.

Estas obras foram escolhidas por conterem os conceitos seminais apresentados nas referências obtidas na revisão sistemática da literatura. Em cada uma delas, os autores

constroem as categorias utilizadas, desenvolvendo-as de maneira importante para este trabalho. Desta forma, sua leitura é imprescindível para a formulação correta das perspectivas (dimensões) de análise aqui selecionadas para auxiliar no processo de sistematização e análise das experiências de integração energética da América Latina, tendo a TMD como marco teórico.

3.2.1 Vânia Bambirra e o capitalismo dependente latino-americano

Bambirra (2012) procura responder em sua obra “O capitalismo dependente latino-americano” quais as contradições geradas especificamente pela situação e forma com que o capitalismo se articula no interior da América Latina, como elas se formam, quais seus resultados e como superá-las. Este problema se insere na questão da dificuldade da América Latina superar sua condição de subdesenvolvimento⁹.

A análise de Bambirra do documento “La evolución Social da América Latina”, produzido pela CEPAL, indica os problemas por ela mencionados. O documento compõe-se de observações sobre a incapacidade de os governos cumprirem as estratégias de desenvolvimento pautadas pela CEPAL sem, contudo, uma discussão da viabilidade objetiva de cumprir tais programas. Dessa forma: “o fracasso do programa é atribuído mais à falta de competência dos governos em efetivá-los que à impossibilidade histórica de serem realizados” (BAMBIRRA, 2012, pp. 37).

Em seu diagnóstico da situação, Bambirra (2012) interpreta os equívocos das concepções metodológicas deficientes utilizadas pelo pensamento hegemônico. Compreende as falhas da explicação dos teóricos da CEPAL, portanto, como sendo de natureza metodológico-conceitual. Partindo desta interpretação, a autora diz ser necessário definir novas categorias analíticas para servir de base para uma teoria da dependência a ser desenvolvida. A primeira categoria definida por Bambirra (2012) é a dependência, tratada por ela como forma de definir o caráter condicionante concreto que as relações centro-periferia tiveram no sentido de determinar certas estruturas sociais e políticas na América Latina.

A mais importante contribuição analítica de Bambirra é a tipologia dos países dependentes (NAVA, 2015). Nesta tipologia, Bambirra busca desenvolver concretamente as categorias da análise da teoria da dependência. Esta tipologia age no sentido “definir a relação existente entre situação de dependência e estrutura dependente” (BAMBIRRA, 2012, p. 39).

⁹ O significado do termo desenvolvimento utilizado neste trabalho será exposto na seção 3.2.3 dessa parte.

Busca-se, portanto, a partir de um todo indiferenciado – as sociedades dependentes –, uma diferenciação dos países em tipos, de acordo com suas características individuais, conforme definido por Bamberger:

O objeto específico desta pesquisa (como parte de um projeto mais amplo sobre as relações dependentes da América latina) consiste *num nível intermediário* entre a tentativa de conceitualização teórica geral da dependência (...) e o *estudo específico das estruturas dependentes concretas*. Em outras palavras, consiste na elaboração de tipologias das estruturas dependentes latino-americanas a partir do pós guerra (BAMBERGER, 2012, p. 39).

Em sua tipologia, Bamberger (2012) divide os países dependentes em três tipos, os países do tipo A, com início da industrialização no período entre guerras, os países do tipo B, cuja industrialização ocorreu após a segunda guerra mundial e os países do tipo C, que não se industrializaram. Nos países tipo A, a industrialização ocorreu inicialmente por meio do capital nacional, público e privado com a posterior desnacionalização, após a Segunda Guerra Mundial, através da incorporação de capital dos países centrais, na chamada expansão monopolística do capital. Neste mesmo processo, ocorreu a industrialização dos países tipo B, após a Segunda Guerra Mundial, com capital transnacional. Países do tipo C permaneceram com estruturas agroexportadoras, não ocorrendo a diversificação industrial (BAMBERGER, 2012).

Para Bamberger (2012), a centralidade da indústria em sua tipologia decorre do fato de que, após a Revolução Industrial, o desenvolvimento de toda sociedade passou a ser quantificado pelo aperfeiçoamento da manufatura. O desenvolvimento industrial permitiu que sociedades extremamente antigas fossem colonizadas pelos países que primeiro se industrializaram, como Inglaterra subjugadora da China, por exemplo. A tipologia construída nesta base possibilitou a realização de um estudo das condições que permitiram a industrialização de alguns países latino-americanos, bem como, relacionar os tipos específicos da estrutura dependente com a situação geral da dependência.

A partir da década de 1940, o processo monopolístico de expansão do capitalismo em nível mundial gerou alterações estruturais nos países latino-americanos. Por intermédio da proliferação de multinacionais, o capital em um plano mundial teve possibilidade de consolidar o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural. Como consequência, nos países da América Latina, tais fatores acarretam, principalmente:

- a) O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começam a se desenvolver.

- b) A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações, etc.
- c) O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais.
- d) A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeira aos interesses das classes dominantes locais, o que se reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América latina, acompanhada também de uma integração no âmbito militar (BAMBIRRA, 2012, p. 126).

Essas consequências levaram ao abandono de uma política de projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo pela classe dominante, com decadência dos métodos de manipulação de massas proletárias e, em conjunto, uma acentuação das políticas de interdependência em relação ao centro hegemônico (BAMBIRRA, 2012).

Ao sintetizar sua análise, Bambirra (2012) explica que se realiza, em todos os países, um processo de monopolização, centralização e concentração industriais, ocorrendo a desnacionalização dos meios de produção e a correspondente perda simultânea do controle nacional do processo produtivo. Este movimento acontece simultaneamente à expansão do capitalismo de Estado no plano econômico, expressando-se através do crescimento do controle do Estado sobre setores de infraestrutura, não competindo diretamente com o capital estrangeiro, mas favorecendo-o ao impulsionar o desenvolvimento de setores de energia, transporte, comunicação, etc. Combina-se, portanto, o capitalismo de Estado com o capitalismo estrangeiro e aquele funciona como um agente da dominação burguesa-imperialista.

Este processo reflete-se, portanto, na dinâmica dos setores energéticos dos países latino-americanos. Nesta conjuntura, desenvolvem-se os projetos de integração com um papel extremamente ativo do Estado em sua implementação, conforme ocorreu, por exemplo, com a construção da hidroelétrica de Itaipu (OXÍLIA, SAUER e RODRIGUES, 2015).

A maneira de superação das contradições no processo de acumulação diferencia-se entre os países, mesmo entre aqueles classificados em um mesmo tipo. Países onde o desenvolvimento capitalista dependente é mais acentuado, como o Brasil, Argentina e México, tendem a superar as contradições de acumulação interna de capital por meio de políticas subimperialistas, buscando expandir-se para países menos desenvolvidos, dominando seus mercados não com exportações, mas pelo controle dos setores econômicos básicos, dirigindo os recursos naturais de outros países dependentes, ou através da instalação de indústrias nessas nações (BAMBIRRA, 2012).

Nos demais países, apesar da tendência ao subimperialismo existir, o desenvolvimento industrial limitado impede sua realização como forma de superação das contradições da acumulação de capital. Segundo Bambirra (2012), portanto, a única forma de superação dos problemas de acumulação e da situação de dependência seria pela via do socialismo. Mesmo nos países mais industrializados, a via do socialismo seria também a única forma sustentável de escapar das dificuldades de acumulação decorrentes da situação de dependência, já que o subimperialismo estaria fadado a limitar-se a estas mesmas contradições.

3.2.2 Santos, imperialismo e dependência

Conforme apontado por Martins (2011), no prólogo de “Imperialismo y dependencia”, nesta obra, Theotônio dos Santos expressa uma continuidade da Teoria da Dependência expressando-se com relação à Teoria do Sistema Mundo. A obra analisa também a crise em que se viam as economias latino-americanas na década de 1970 e as propostas antagônicas para sua superação. Permanece atual, portanto, este trabalho de Santos (2011), pois trata de perceber as tendências e os componentes fundamentais da condição de dependência dos países latino-americanos.

Nesta obra, Santos (2011) volta-se para a reconstituição histórica do processo de dependência e sua classificação em períodos distintos. Três condicionantes determinam a divisão histórica dos períodos da dependência:

- a) As formas básicas da economia mundial, com suas configurações próprias de desenvolvimento;
- b) Os tipos de relações dominantes nos centros capitalistas e as formas com que se expandem no exterior;
- c) Os tipos de relações existentes no interior dos países dependentes e como estas se articulam com a expansão capitalista mundial.

Partindo destes condicionantes, Santos (2011) determina três formas de articulação da dependência:

- a) Dependência colonial: caracterizava-se por ser de caráter comercial-exportador. Nela, o capital comercial e financeiro, de origem europeia, em conjunto com o estado colonialista dominava as trocas comerciais entre as colônias e as metrópoles, através de uma relação comercial monopolística. O monopólio ocorria também na propriedade dos recursos naturais (terras, minas) e na mão de obra,

predominantemente escrava;

- b) Dependência financeiro-industrial: consolidada no final do século XIX, caracterizada pela expansão do capital das economias centrais para as economias dependentes, buscando produzir matérias-primas e produtos agrícolas consumidas nos países centrais. Nos países dependentes, estruturou uma economia voltada para a exportação, chamada por Levin de “economia exportadora”, ou pela Cepal, de “desenvolvimento voltado para fora”;
- c) Dependência tecnológico-industrial: Caracterizada no período do pós-guerra, constitui-se através de domínio tecnológico-industrial de empresas transnacionais que passaram a investir e deslocar parte de sua produção para os países dependentes, buscando abastecer o mercado interno destes.

Conforme apontado por Santos, a essas formas de dependência correspondem aspectos internos dos países latino americanos:

Cada una de estas formas de dependencia corresponde a una situación, que condicionó no solamente las relaciones internacionales de los países latinoamericanos, sino también sus estructuras internas: la orientación de la producción, las formas de acumulación de capital, la reproducción de la economía y, al mismo tiempo, su estructura social y política (SANTOS, 2011, p. 370).

Após a definição dos períodos da dependência por Santos (2011), as relações de dependência dos países latino-americanos modificaram-se. O aumento do processo de financeirização das economias e implementação de propostas neoliberais nos países da América Latina levaram autores a identificarem novas etapas da dependência latino-americana. Dessa forma, Amaral (2012) distingue uma nova fase da dependência, desenvolvida a partir dos anos 1980 e nas décadas posteriores. Para a autora, os mecanismos de financeirização da economia mundial e as modificações decorrentes desse processo nas economias latino-americanas apontam para uma nova etapa da dependência. Entretanto, a principal característica decorrente desse processo encontra-se na esfera produtiva, com a reprimarização e desindustrialização das economias latino-americanas. Para fins de distinção das fases anteriores da dependência, neste trabalho, será utilizada, para fazer referência a esse estágio de dependência, a nomenclatura “dependência pós-tecnológico-industrial”.

Tratando especificamente as limitações ao desenvolvimento industrial dos países dependentes, uma análise detalhada permite indicar, na obra de Santos (2011), alguns limites estruturais apontados pelo autor:

- a) A necessidade da acumulação de divisas provenientes do setor exportador para compra de bens de industriais de capital, possibilitando assim o desenvolvimento de um setor industrial. Como consequência, há a necessidade de conservação de um setor agroexportador, limitando o desenvolvimento do mercado interno e mantendo no poder as oligarquias tradicionais;
- b) A indústria encontra-se limitada pelo desenvolvimento do balanço de pagamentos, que tende a ser deficitário, justamente devido às relações de dependência, cujas causas são:
- a ocorrência das relações comerciais em um mercado internacional altamente monopolizado, com a tendência de baixar os preços das matérias-primas e produtos primários e elevar os preços dos produtos industriais, além da tendência da tecnologia substituir produtos primários por sintéticos;
 - o efeito descapitalizador das balanças de capital¹⁰ devido ao controle dos setores mais dinâmicos da economia por empresas transnacionais que enviam altas quantidades de lucro para as economias centrais. Com isto, forma-se um importante déficit na balança de pagamentos, limitando a possibilidade de importação de bens de capital;
 - como há a necessidade de financiamento externo dos déficits existentes, ocorre uma tendência de crescimento dos déficits. O auxílio do capital estrangeiro na cobertura dos déficits acaba por gerar um fluxo financeiro para os países centrais através do pagamento das dívidas e dos juros. Os problemas desta relação envolvem também o fato de este capital se voltar para o financiamento de empresas transnacionais na competição com empresas nacionais, na introdução de tecnologias não adaptada as necessidades dos países dependentes e do investimento ocorrer muitas vezes em setores não prioritários;
- c) O avanço industrial dos países dependentes encontra-se limitado, também, pelo monopólio tecnológico exercido pelos países centrais. Os países dependentes necessitam de uma tecnologia importada que não está livremente disponível no mercado internacional. Decorre dessa situação o pagamento de *royalties*. Além

¹⁰ Segundo Chang (2015) a balança de capital de um país compõe-se da transferência de capital (principalmente perdões de dívida entre países), aquisição ou disponibilidade de ativos financeiros, carteira de investimentos (aquisição de ativos financeiros), investimento estrangeiro direto e reserva em moeda estrangeira.

disso, os países centrais tendem a enviar aos países dependentes apenas bens de capital defasados, substituídos nas indústrias dos países centrais por máquinas mais novas, tornando ainda mais aguda a desigualdade na competição industrial.

Como decorrência destes motivos, os países dependentes não possuem divisas suficientes para a industrialização. Desta forma, os governos locais veem-se obrigados a permitir a entrada de capital estrangeiro, para suprir um mercado interno desabastecido e altamente protecionista, o que garante elevados lucros para os investidores estrangeiros (SANTOS, 2011).

Como consequência desses fatores, tem-se, na estrutura produtiva dos países dependentes, as seguintes características (SANTOS, 2011):

- a) Condicionamento do sistema produtivo dos países dependentes às relações internacionais com os países centrais. Esta condição decorre, primeiramente, da necessidade de conservação da estrutura exportadora de bens primários, reproduzindo internamente o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em nível internacional. Em segundo lugar, a necessidade de formação de uma estrutura industrial guiada por empresas transnacionais e não pelas necessidades de desenvolvimento interno e, em terceiro lugar, pela alta concentração tecnológica e econômico-financeira, decorrente da transferência de estruturas existentes em países centrais para países dependentes;
- b) Nos países dependentes, a acumulação de capital possui características próprias. Este fato decorre, em primeiro lugar, das grandes diferenças de salários existentes internamente devido à mão de obra de baixo preço, uma tecnologia produtiva intensiva em capital e os altos preços dos produtos industriais decorrentes do protecionismo. Em segundo lugar, a dependência da acumulação de países estrangeiros com a necessidade de compra de bens de capital condiciona as economias dependentes às relações capitalistas internacionais;
- c) A partir dessas relações específicas de acumulação de capital e da relação entre os países dependentes e países centrais, pode-se compreender a limitação do mercado interno existente. Devido tanto aos limites impostos pela manutenção de um setor exportador, restringindo a oferta de empregos e diminuindo os salários, quanto às remessas de lucros para o exterior, retirando parte do excedente econômico gerado nas economias dependentes.

Santos (2011) conclui dessa exposição que o suposto “atraso” das economias dependentes não decorreria da falta de integração ao sistema capitalista mundial e sim das limitações ao seu desenvolvimento pleno resultantes do modo como se articulam as relações dentro do sistema mundial e devido às suas próprias leis de desenvolvimento.

Diante das contradições da acumulação do sistema capitalista nas economias dependentes, Martins (1998) argumenta que Theotônio propôs duas saídas possíveis: investimentos de capital incorporando avanços tecnológicos dirigidos prioritariamente para a exportação e o deslocamento do setor 1 da economia (setor que produz, equipamentos, máquinas, bens intermediários e insumos básicos) para os países dependentes. A primeira hipótese é a preferida do capital internacional, pois não haveria necessidade de rompimento da superexploração da força de trabalho, fundamento da expansão capitalista dependente. Nava (2015) resume estas hipóteses em duas possibilidades: o aprofundamento da dependência e manutenção do *status quo*, ou seu completo rompimento.

As formas históricas da dependência, conforme desenvolvidas por Santos (2011), ajudam-nos a compreender como as modificações no processo de acumulação da América Latina e sua relação com o capitalismo mundial alteraram as condições internas dos países que a compõem. Esse processo se reflete nas variadas tentativas de integração regional e, conseqüentemente, na integração energética. As formas históricas de dependência aqui desenvolvidas serão utilizadas ao interpretar os diferentes períodos em que as iniciativas de integração energética ocorreram.

3.2.3 Marini e a Integração da América Latina

Ruy Mauro Marini possui um papel fundamental na elaboração da Teoria Marxista da Dependência na América Latina, tendo estabelecido um longo trabalho de análise das condições do capitalismo latino-americano e a forma com que a região se insere em relação ao capitalismo mundial. Para Marini, o capitalismo latino-americano assume uma característica *sui generis*, possuindo especificidades concretas que o diferenciam de situações em outras regiões (MARINI, 2005b).

Com base nesta visão, Marini (2005b) definiu também a categoria da dependência como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde as relações internas dos países subordinados ocorrem em um sentido de manter a dependência. Marini frisa que a consequência do desenvolvimento sob a condição de dependência não pode ser

outra que não mais dependência, um processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” conforme citado por Frank (1967).

Marini (2005a) esclarece que o conceito de desenvolvimento para a Teoria Marxista da Dependência seria a possibilidade de um país melhorar a condição de vida de sua população, defender a democracia e a liberdade, além de assegurar a soberania nacional. Posição contraposta, pelo autor, às ideias de desenvolvimento do neoliberalismo, preocupado com a competitividade empresarial, liberdade para ação dos capitais privados e integração subordinada a blocos econômicos das economias centrais. Além disso, os autores da TMD, conforme apontado por Amaral (2012), não interpretam o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como um *continuum*, como se o primeiro fosse uma etapa para determinado país atingir o segundo. Na realidade, a TMD interpreta o subdesenvolvimento e desenvolvimento como situações análogas e complementares, decorrentes da lógica mundial de acumulação de capital.

Ainda que reconhecendo semelhanças entre teoria da CEPAL e a Teoria da Dependência quanto à identificação de conceitos de desenvolvimento e dependência, Marini (2005b) indica a insuficiência das ideias da CEPAL quando, durante os anos 1950 e 1960, após o esforço dos países latino-americanos em busca da industrialização, esses acabaram entrando em crise econômica, apesar de seguirem as orientações dos teóricos da CEPAL. É nesse contexto de crise na América Latina que Marini desenvolve sua formulação da Teoria de Dependência, explicando, através das categorias da superexploração da força de trabalho e do subimperialismo, o processo de dependência da América Latina (MARINI, 2005b).

Para fins desta pesquisa, o conceito de superexploração, desenvolvido na obra de Marini, não será aprofundado neste trabalho. Será enfocada, entretanto, a pesquisa do autor quanto à integração latino-americana, o papel do Estado neste processo e a forma de articulação necessária para esta superar a condição de capitalismo dependente.

No início da década de 1990, com a crise do socialismo europeu, a difusão técnico-científica e a propagação da doutrina neoliberal colocaram em xeque as concepções desenvolvidas pelos teóricos da Dependência para pensar o futuro da região (Marini, 2005a). A intensa transferência de divisas para os países centrais, causada pelo grande aumento da dívida externa na América Latina nos anos 1980 e a queda na capacidade de importação da região, levaram à estagnação econômica, contraindo o mercado interno e diminuindo o investimento em educação devido às políticas de austeridade. Tornou-se, então, imperativo

repensar a economia latino-americana (MARINI, 2005a). Neste período, a CEPAL, buscando a inserção da região na proposta econômica do neoliberalismo, advoga pelo chamado “regionalismo aberto”, compreendendo a integração da região como uma forma de abertura para o comércio internacional¹¹.

Na década de 1990, Ruy Mauro Marini também formula sua Teoria da Integração com base nos conceitos da Dependência, por ele desenvolvidos durante a década de 1970. Então, ocorre a publicação de “América Latina: dependência e integração”, obra que de fato une a Teoria da Dependência e a proposta de integração de Marini. Conforme Souza e Silva (2013), na interpretação de Marini, o processo de integração da América Latina acelerava-se em períodos de “afrouxamento” dos laços de dependência. Períodos como os anos 1940 e 1950, com a chegada de Perón à presidência da Argentina e a formulação da União Econômica Sul-Americana, como proposta coerente de integração regional. A criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975, e a criação do MERCOSUL, após a crise da década de 1980, são apresentadas por estes autores como exemplos práticos da teoria da Marini.

A concepção de integração latino-americana de Marini parece-nos essencialmente importante para a análise pretendida no presente trabalho:

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que – enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes – promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de sessenta, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição de renda. É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique, também, avançar no processo de integração política, apontada em direção a um Estado supra-nacional. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano encontra-se reatualizado pela própria vida e que, mais além dos dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é, hoje, viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende da nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas de capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na

¹¹ Conforme indicado por Corazza (2006), o termo “regionalismo aberto” é de difícil definição devido à contradição existente em seus próprios termos. Para o autor, esta seria uma forma de conciliar a integração regional com políticas que buscavam incrementar a competitividade internacional dos países latino-americanos. Este autor indica ainda um rompimento existente na construção da tese do “regionalismo aberto” com o estruturalismo histórico da CEPAL, pois aquela teoria não se contrapõe às teorias neoclássicas, algo constantemente presente no estruturalismo cepalino ao longo de sua história.

Ásia e na própria América (MARINI, 1992¹² p. 145-146 *apud* SOUZA e SILVA, 2013).

Para Marini, portanto, o processo de integração da América Latina deveria envolver uma reconstrução das superestruturas¹³ da região. Necessitava-se, assim, de um maior apoio popular e uma maior participação de estratos sociais para além da burguesia e do Estado, conforme afirma Marini:

(...) há, por certo, uma questão ainda mais relevante: retirar-lhe o caráter de competência exclusiva dos governos e da burguesia, através de uma maior iniciativa e controle por parte das forças populares, que dependem da coordenação de esforços no plano sindical, social e cultural, assim como partidário e parlamentar. A integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana. Isso supõe que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração (MARINI, 1992 pp. 61 *apud* SOUZA e SILVA, 2013).

A integração regional passa, portanto, pela reunião de forças de maneira suficiente para influir nas decisões internacionais. Faz-se necessário uma cooperação no sentido sul-sul, num contexto em que as decisões nacionais são insuficientes para solução de problemas dos países dependentes. Para Marini (2005a), uma verdadeira integração deve delegar processos decisórios para órgãos supranacionais e, para ocorrer como arma contra a dependência, deve ser estendida para algo além do governo, dos empresários e da economia, englobando também os anseios do povo, tornando-se um empreendimento cultural e político.

Na primeira década do Século XXI, segundo avaliação de Souza e Silva (2013), os países latino-americanos, beneficiando-se do declínio relativo da supremacia econômica dos EUA, destacaram-se pela busca de uma maior autonomia e integração. Neste sentido, surgiram iniciativas para retomada do controle sobre recursos naturais nos países andinos Venezuela, Equador e Bolívia. O processo de integração, implementado por meio de iniciativas como a ALBA-TCP expressa as ideias de Marini, onde se busca uma integração para além do paradigma econômico da região.

¹² MARINI, R. M. (1992) **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta.

¹³ Em termos marxistas, superestrutura pode ser definida em contraposição à infraestrutura. A primeira seria o lugar de dois níveis, o jurídico-político (o direito e o Estado) e o ideológico. A segunda seria o conjunto das forças produtivas e relações de produção (GONÇALVES JÚNIOR, 2002).

4 SELEÇÃO DAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO

4.1 Antecedentes da integração energética latino-americana

Apesar das primeiras iniciativas institucionalizadas de integração energética entre os governos latino-americanos se iniciarem com a fundação da CIER, na década de 1960, processos e empreendimentos de integração, nesse caso não apenas no âmbito energético, remontam ao período de independência desses países. Conforme apontado por Souza (2012), a primeira grande onda de integração ocorreu entre o período de formação dos Estados Nacionais, no início do Século XIX e o começo da Primeira Guerra Mundial. Souza (2012) destaca, em 1826, o Congresso Anfictiônico do Panamá, realizado entre Peru, Centroamérica¹⁴, México e Gran Colômbia. O autor cita também a iniciativa peruana de integração, em 1839, retomada em 1846 e 1848, com a participação de Peru, Chile, Bolívia, Equador e Nova Granada¹⁵, entre outras iniciativas. Ressalta-se, entretanto, esse período como de conflitos internos e pressões externas das potências hegemônicas EUA e Inglaterra, onde a integração regional da América Latina não prosperou de maneira mais profunda, limitando-se a assinaturas de tratados e participação de reuniões entre os países da região. Posteriormente, entre os anos de 1914 e 1945, cessam boa parte dos projetos de integração em virtude das crises internacionais. No tocante à integração física¹⁶, não houve a concretização de grandes projetos durante o Século XIX. Na segunda metade desse século, período de constante instabilidade entre os países latino-americanos, durante a Guerra do Paraguai, cresceu a importância do telégrafo elétrico para a comunicação entre os países litigiosos. A construção de linhas de telégrafo entre o Brasil e a Argentina permitiu a rápida comunicação entre Rio de Janeiro e Buenos Aires no período da Guerra (PALOSCHI, 2011).

Durante a segunda metade do Século XIX, até o início da década de 1930, o capital estrangeiro predominou na gênese das iniciativas energéticas dos países latino-americanos. O desenvolvimento dessa indústria, portanto, não seguiu a lógica de utilização de recursos energéticos de acordo com os interesses dos países ou da população latino-americana, mas

¹⁴ Nesse período, a República Federal da América Central compreendia os territórios dos atuais países centro-americanos: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua.

¹⁵ A República de Nova Granada surgiu em 1831, com a dissolução da Gran Colômbia, após a independência da Venezuela e do Equador. Essa nação, dissolvida em 1858, compreendia os territórios correspondentes hoje aos países: Colômbia e Panamá, além de parte do território brasileiro.

¹⁶ O conceito de integração física utilizado no trabalho alinha-se com o descrito em Scheibe (2013, p. 13): “A Integração física de um grupo de países passa pela construção de infraestrutura transfronteiriça de transporte, comunicação e aproveitamento compartilhado de recursos naturais”.

sim do aumento da lucratividade do capital. A investigação sobre a formação dos setores energéticos ajuda a compreender as raízes do processo de integração energética na América Latina e a interpretar de que maneira a situação dos setores energéticos dos países da região afetou as iniciativas de integração energética.

4.1.1 Indústria elétrica antes das iniciativas sistematizadas de integração

Na América Latina, a eletricidade chegou, por intermédio do capital internacional, ainda na década de 1870, pouco tempo depois do desenvolvimento da tecnologia nos países centrais. Ao tratar das primeiras décadas da indústria elétrica no Brasil, Gonçalves Júnior (2002) classifica o período como ligado aos interesses de difusão e criação de mercados para as grandes corporações já estabelecidas no mercado da indústria elétrica mundial¹⁷. De início, as tecnologias da indústria elétrica aplicadas no Brasil destinavam-se ao uso como bens de consumo, expandindo as condições de inserção do país de maneira subordinada à economia mundial. De acordo com a estratégia de expansão da indústria elétrica nos países centrais, a eletricidade passou a ser implementada de maneira dispersa no Brasil, através do fornecimento de energia elétrica por pequenas empresas privadas. Posteriormente, o crescimento de grandes centros urbanos torna-os demandadores de serviços públicos, como transporte, iluminação e telefonia. Esses serviços convertem-se na gênese do surgimento da indústria elétrica nesses locais. Portanto, as empresas de geração, distribuição e transmissão de energia originam-se de firmas que propunham gerar energia elétrica para um fim específico, como, por exemplo, o transporte de pessoas através de bondes elétricos (GONÇALVES JUNIOR, 2002).

Entretanto, como ressalta Tafunell (2011), o desenvolvimento da indústria elétrica nos países latino-americanos, no início do Século XX e final do Século XIX, ocorreu de maneira extremamente desigual. Nos países classificados na tipologia de Bamberger como do Tipo A, onde a industrialização iniciou-se antes do período entreguerras, no Brasil e na Argentina, por exemplo, a utilização da energia elétrica como fonte de iluminação, transporte e na produção industrial deu-se de maneira muito mais acentuada do que nos países com uma economia menos industrializada, como o Paraguai e o Haiti (TAFUNELL, 2011).

Essa diferença na expansão das indústrias elétricas nos países latino-americanos reflete o papel a situação de subordinação dos países da América Latina à economia dos

¹⁷ Conforme ressaltado por Mirow (1978), a indústria elétrica atuava de maneira monopolística desde o final do século XIX, com a criação do seu primeiro cartel, a *Incandescent Lamp Manufacturing Association (ILMA)*, em 1896.

países centrais. Indica, também, a tendência do desenvolvimento da eletricidade em torno de atividades que demandavam mais energia, como a mineração, a indústria têxtil, de transporte público, telecomunicações (telégrafo), normalmente através de empresas autoprodutoras de energia (TAFUNELL, 2011). Tal situação demonstra uma tendência da constituição da indústria elétrica voltada para reforçar a condição de subordinação e dependência dos países latino-americanos. Durante o início da indústria elétrica na América Latina, a demanda por eletricidade voltava-se para a prestação de serviços públicos em grandes centros urbanos; para a sua utilização como bem de consumo de luxo, conforme ressaltado por Gonçalves Júnior (2002), devido ao alto preço dos bens consumidores de eletricidade e para a produção de uma indústria relacionada e subordinada diretamente ao setor agroexportador.

Nos países do tipo A, a industrialização iniciou-se no século XIX. Nesses locais, conforme apontado por Bambirra (2012), o desenvolvimento da indústria vinculou-se às necessidades de expansão do capital dos países centrais decorrentes da segunda fase da Revolução Industrial. A autora classifica as necessidades dos países hegemônicos em: (i) aumento da produção de matérias-primas para atendimento da demanda dos países centrais e (ii) expansão dos mercados internos dos países dependentes, para maior absorção dos produtos manufaturados. Tem-se, portanto, no desenvolvimento da indústria e, em grau específico, da indústria elétrica dos países latino-americanos, uma vinculação à estrutura produtiva externa existente e uma inserção no contexto internacional típico desta fase do capitalismo.

Apesar do desenvolvimento da indústria elétrica e o incremento da utilização de energia elétrica nos países latino-americanos, na região, o consumo de eletricidade não se desenvolveu, de maneira acentuada, até o ano de 1930. Conforme Tafunell (2011, p. 353), “Solamente Cuba, Chile, Argentina, Costa Rica, México y Uruguay, por este orden, habían alcanzado unos niveles de consumo análogos a los de las economías europeas de industrialización tardía”. Os outros países latino-americanos, excetuando Brasil e Peru, utilizavam energia elétrica de maneira extremamente limitada (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 - Quantidade de energia em KWh/per capita consumida por país, 1930

Fonte: Tafunell (2011).

Nas condições de uma indústria elétrica extremamente desigual e incipiente, com capital predominantemente internacional e localizada principalmente nos grandes centros urbanos, não ocorreram projetos de integração em torno da eletricidade. As iniciativas de integração ficaram restritas a projetos e propostas frustradas (*vide* tópico seguinte).

No período entreguerras, o crescimento da industrialização nos países latino-americanos levou à necessidade de energia de mais qualidade e com tarifas mais baixas. Anteriormente, a chamada cláusula ouro, existente em diferentes contratos de concessão de energia, permitia, em diversos países latino-americanos, o reajuste parcial ou total das tarifas de energia de acordo com o preço internacional do ouro. Tal circunstância levava ao encarecimento do preço da energia para os consumidores. Além disso, segundo Sternberg (2002), essa situação gerou uma pressão nas indústrias elétricas, com capital predominantemente estrangeiro. Ao estudar o caso do Brasil, tratando das diversas medidas do governo federal para uma maior centralização de decisões relativas aos serviços de energia elétrica, Gonçalves Júnior (2002) aponta:

Se por um lado, este conjunto de medidas fortalecia o Governo Federal e consequentemente a burguesia nacional, na medida que era criada uma série de instrumentos que permitiam um maior controle das empresas concessionárias de energia, regulando o acesso aos potenciais hidráulicos, as tarifas de energia elétrica, entre as principais medidas, que passaram a ser fiscalizadas pelo Poder concedente, Governo Federal), por outro, as empresas passaram a reagir contra a legislação

reguladora por meio de várias manifestações. A mais marcante foi um quadro de evolução de oferta de energia elétrica bem abaixo do crescimento da demanda. (GONÇALVES JÚNIOR, 2002, p. 85-86)

Portanto, após a Segunda Guerra Mundial, diminuem os investimentos no setor elétrico dos países latino-americanos. De acordo com Sternberg (2002), no Brasil, por exemplo, o investimento da *Brazilian Traction, Light and Power Company*, principal indústria de fornecimento de eletricidade do país, caiu de 51,5% para 12,1% da receita total no país. De maneira semelhante, na Argentina, durante o governo de Perón (1946-1955), Sternberg (2002) reporta uma queda para 3/5 do investimento no final de seu governo, em comparação com o início. Sob tais condições, esse autor ressalta o aumento da pressão por parte dos setores industriais dos países latino-americanos sobre as empresas de fornecimento de energia elétrica. Por fim, o crescimento das necessidades da indústria dos países latino-americanos levou à estatização da indústria elétrica nesses países.

4.1.2 A integração elétrica latino-americana antes da década de 1960

Formalmente, o surgimento da primeira instituição voltada para o processo de integração energética ocorreu apenas na década de 1960, com a criação da CIER. Essa organização surgiu em um período histórico de formação de iniciativas permanentes e formais de integração, influenciada, por exemplo, pela constituição da Comunidade Europeia e pelas propostas de integração desenvolvidas no âmbito da Cepal, criada em 1948. Contudo, apesar da predominância de plantas termelétricas e do capital privado durante a maior parte do período entre a chegada da eletricidade na América Latina e a constituição da CIER, ocorreram iniciativas e realizaram-se estudos no sentido de desenvolver os aproveitamentos hidráulicos binacionais para geração de energia elétrica, antes mesmo dos processos de nacionalização começarem.

Ainda no século XIX, documentaram-se propostas de integração energética entre os países latino-americanos. No ano de 1890, o argentino Gregorio T. Soler, genro de Urquiza, caudilho da província de Entre Rios (Argentina), anteviu a oportunidade de construção de uma obra binacional no local. Ao longo das décadas seguintes, diferentes iniciativas de obras buscando utilizar a força hidráulica do local foram enviadas ao congresso argentino, culminando, em 1938, na assinatura de uma ata entre os governos argentino e uruguaio, no intuito de promover uma comissão técnica mista para estudos da força hidráulica do Rio Uruguai. Posteriormente, em 1946, os países assinaram um convênio buscando:

(...) la obtención del mayor beneficio de las disposiciones naturales que ofrecen los rápidos del río Uruguay, en la zona de Salto Grande, para el desarrollo económico,

industrial y social de ambos países y, con el fin de mejorar la navegabilidad, aprovechar sus aguas para la producción de energía y facilitar la vinculación de sus comunicaciones terrestres, así como cualquier otro objeto que, sin menoscabo de los anteriores propósitos, concorra al enunciado beneficio común (SALTO GRANDE, 2017).

Ratificado pelo parlamento uruguaio em agosto de 1958, esse tratado e a história do projeto da hidrelétrica de Salto Grande demonstram o interesse e as pretensões dos países latino-americanos de desenvolver projetos de integração energética inseridos em um contexto de cooperação e integração regional. Ainda assim, a construção da hidrelétrica iniciou-se apenas em 1974. Diversos fatores políticos e econômicos contribuíram para a demora entre a assinatura dos tratados de cooperação e a materialização dos projetos de aproveitamento hidrelétrico, com sua efetiva construção. Em 1961, ocorreu a assinatura do tratado de limites para o Rio Uruguai, entre os países. Posteriormente, em 1965, o senado uruguaio converteu o tratado em lei. Contudo, somente após a promessa, em 1973, feita pelo então presidente argentino Juan Domingo Perón, de que no ano seguinte se iniciariam as obras da hidrelétrica, a construção pode ocorrer.

No caso da maior hidrelétrica binacional do mundo, Itaipu, novamente as iniciativas e ideias de utilização do aproveitamento hidráulico para geração de eletricidade antecedem em décadas o início da construção. Conforme Dávalos (2009), a ideia de um projeto na local das Sete Quedas ou Salto de Guaíra ocorreu ainda nas décadas de 1920 e 1930. Em 1953, segundo Cabral (2004), o grupo Light requereu, sem sucesso, o aproveitamento do potencial hidrelétrico. Apesar dessas tentativas, a construção da usina iniciou-se apenas duas décadas depois da iniciativa do grupo Light, em um momento em que “se consolidou o modelo de expansão do setor por meio de financiamento público” (DÁVALOS, 2009, pp. 93).

Sem procurar estender a discussão sobre projetos de hidrelétricas binacionais neste período, observa-se como as iniciativas da utilização de aproveitamentos hidrelétricos em projetos de integração energética antecedem, em muitas décadas, a efetiva construção dessas usinas, ou mesmo o surgimento de iniciativas institucionais em torno da integração. Esse processo reflete as mudanças ocorridas no setor elétrico dos países latino-americanos entre o momento de elaboração dos projetos de integração e sua efetiva construção, onde o Estado passa de um papel passivo, como regulador, para um papel ativo, capitaneando o planejamento do setor elétrico e, conseqüentemente, os processos de integração energética na América Latina.

4.1.3 Combustíveis fósseis na América Latina antes das iniciativas sistematizadas de integração

Semelhante ao processo da indústria elétrica, nos países da América Latina, no final do século XIX, o desenvolvimento da indústria de hidrocarbonetos ocorreu, essencialmente, através de capital internacional. No México, Suárez (2012) indica que as primeiras concessões realizadas para a busca por petróleo datam de 1864, estendendo-se até o final do Século XIX, visando tornar o petróleo um negócio rentável. Na Venezuela, país de destaque no Século XX como principal produtor de hidrocarbonetos na América Latina, iniciaram-se as primeiras concessões para produção de petróleo cru ainda em 1865. Destaca-se, em 1878, a criação da Companhia Nacional Petrolífera da Táchira como principal produtora de petróleo no país (SUÁREZ, 2012).

Entretanto, na América do Sul, mesmo na Venezuela, a produção de petróleo na região permaneceu em níveis baixos até a década de 1920. No início dessa década, Peru, Argentina, Venezuela e Equador, únicos países produtores do subcontinente, produziam cerca de 13.800 barris/dia. Em relação à América Latina, o México despontava como relevante produtor de petróleo na região, com uma produção de 455.500 barris/dia, conforme apontado na Tabela 4.1. Entretanto, a região produzia uma quantidade de petróleo inferior aos EUA, por exemplo, com cerca de 1.200.000 barris/dia. Apesar da produção de quantidades menores de petróleo, havia interesse das companhias multinacionais na região, nas áreas de venda e de refino do petróleo local. Wilkins (1974) indica esta década como crucial para compreensão do desenvolvimento da indústria de petróleo na região. Neste período, o receio das nações centrais de uma eventual falta de petróleo acabou por estimular o ingresso de capital estrangeiro nos países sul-americanos, elevando a produção petrolífera da região. Além disso, as companhias estrangeiras de petróleo desenvolviam suas atividades em outros ramos, além da produção petrolífera, atuando também na venda de produtos do petróleo e no refino; neste caso, especialmente do petróleo produzido na América do Sul, com exceção da Argentina, que refinava o hidrocarboneto proveniente de outras regiões¹⁸. Tal situação elevou a produção petrolífera nos países da América do Sul para 489.000 barris/dia em 1929. Neste mesmo ano, a produção mexicana havia diminuído para 123.000 barris/dia. Destaca-se também, em 1922, na Argentina, a criação da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), primeira empresa

¹⁸ Na Argentina, conforme Wilkins (1974), a Standard Oil de Nova Jersey comprou uma refinaria de uma companhia Austro-húngara, antes da primeira guerra mundial. Nesse local, a companhia refinava petróleo importado dos EUA, Peru, México e Colômbia. Segundo a autora, a Standard Oil agiu no sentido de manter-se como principal vendedor de petróleo no país e inibir as pretensões de construção de uma refinaria com capital nacional Argentino.

petrolífera verticalmente integrada e de propriedade estatal do mundo.

Tabela 4.1 - Quantidade de petróleo produzido nos países sul-americanos

País	1920	1929
Peru	7,7	36,7
Argentina	4,5	25,7
Venezuela	1,4	376,8
Equador	0,2	3,7
Colômbia	-	54,9
Bolívia	-	0,2
Total	13,8	498

Fonte: Wilkins (1974)

A partir da década de 1930, com as mudanças na economia mundial e a crise de 1929, assim como na indústria elétrica regional, o questionamento da economia política baseada no liberalismo e a pressão para o crescimento do papel do Estado na economia levou a atitudes no sentido de modificar a estrutura da produção petrolífera na América Latina. Conforme indicado por Buchelli (2010), na Bolívia, em 1937, o Estado nacionalizou a *Standard Oil* de Nova Jersey, criando a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Na Venezuela, a partir de 1935, novas leis elevaram os impostos cobrados das empresas petrolíferas estrangeiras. Posteriormente, em 1960, esse país passou a integrar a Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP) e criou, em 1976, a companhia estatal de *Petróleos de Venezuela S. A.* (PDVSA). O governo mexicano nacionalizou, em 1938, as companhias produtoras de petróleo no país, criando a empresa estatal monopolista *Petróleos Mexicanos* (Pemex). Por sua vez, no Brasil, após um período de produção de petróleo incipiente, disputas litigiosas e mudanças na legislação, criou-se, em 1953, a Petrobras (SUÁREZ, 2012)

Na América Latina, a indústria do gás natural desenvolveu-se, em geral, como subsidiária da indústria de petróleo. Dávalos (2009) destaca a descoberta, em 1956, de gás natural e petróleo na Bolívia, realizada pela companhia *Gulf Oil Company*. Logo após a sua fundação, a empresa voltou-se para a construção de um oleoduto para exportar o petróleo produzido para os EUA. Quanto à Venezuela, outro país que se destaca pela produção de gás natural, Nava (2015) observa a consideração deste combustível, até 1944, como mero subproduto do petróleo, portanto, sem destinação para consumo, sendo emitido ou ventilado para a atmosfera e/ou queimado. A partir de 1944, elevou-se o aproveitamento do gás natural venezuelano, especialmente através da injeção deste em jazidas de petróleo. Desenvolveu-se, também, o consumo industrial e residencial desse hidrocarboneto. Ainda assim, a maior parte

do gás natural continuava sendo queimada ou lançada na atmosfera.

4.1.4 A Integração latino-americana através de hidrocarbonetos antes de 1960

Como observado, excetuando-se no México, a produção de petróleo na América Latina ganha destaque a partir da década de 1920. Nessa década, observam-se relações comerciais em torno da indústria de petróleo entre os países latino-americanos que, apesar de não se identificarem como iniciativas de integração energética *stricto sensu*, apontam para o desenvolvimento de relações entre países, tendo por base etapas de produção e uso do petróleo. Em geral, no início do século XX, o petróleo produzido em um dado país era refinado e vendido internamente. Wilkins (1974) destaca, entretanto, com exceção da Argentina que refinava petróleo de origem externa à América Latina, países latino-americanos passaram a refinar petróleo de nações da região como México, Peru e Colômbia. No âmbito das relações comerciais entre os países latino-americanos, parte do petróleo refinado produzido nesses países era comercializada na própria região. Esse processo deu-se na década de 1920, com a queda na importação de petróleo refinado dos EUA (WILKINS, 1974).

Na década de 1930, cresceu a importância geopolítica do petróleo latino-americano. Conflitos internos na América do Sul, fatores ligados à exploração de petróleo e às relações de empresas transnacionais na região desencadearam a Guerra do Chaco, travada entre Bolívia e Paraguai entre 1932 e 1935. Bandeira (1998) indica a intenção, em 1929, da construção de dois oleodutos, em território argentino, para escoar petróleo boliviano, produzido pela *Standard Oil*. Segundo o autor, ao recusar esta construção, a Argentina não deixou escolha ao governo boliviano senão a tentativa de obter, pelas armas, um acesso ao rio Paraguai através do Chaco. Contrariando as ideias convencionais de uma guerra travada entre os países, tendo por trás os interesses das empresas concorrentes atuantes em ambos, *Standard Oil* na Bolívia e *Royal Dutch Shell* no Paraguai, Bandeira demonstra as contradições nas ações das companhias de petróleo. Para o autor, “A questão do petróleo, evidentemente, assumiu fundamental importância, como fator da Guerra do Chaco, porém mais ao nível do imaginário político do que da realidade econômica” (BANDEIRA, 1998, p. 182). Tal colocação deve-se ao fato de não terem sido encontradas grandes reservas de petróleo na região disputada.

Observa-se, portanto, a incipiência das iniciativas de integração em torno dos hidrocarbonetos na América Latina antes da criação da *Asistencia Recíproca Petrolera Estatal Latinoamericana* (ARPEL), em 1965. Somente com o crescimento do papel de empresas estatais na indústria petrolífera da América Latina criou-se a possibilidade de

iniciativas de integração para além das situações em que estas se subordinavam aos relacionamentos comerciais entre as empresas petrolíferas, em sua maior parte transnacionais, operando na região.

Por todo o exposto, considera-se que, até o surgimento das primeiras instituições voltadas para a integração energética da América Latina, apenas existiram tentativas de tramitação de projetos, iniciativas envolvendo comercialização de produtos do petróleo ou mesmo apenas tentativas frustradas de negociações envolvendo empresas transnacionais e países latino-americanos (como no caso dos oleodutos para escoar petróleo boliviano através da Argentina) (BANDEIRA, 1998). Dessa forma, passa-se a situar como marco para a seleção dos projetos de integração energética iniciativas ocorridas após a década de 1960. Essa escolha considera, além da escassez de registros de empreendimentos ocorridos antes desse período, o fato de, a partir dessa década, já haver uma indústria energética consolidada na maioria dos países latino-americanos. Além disso, após o surgimento da ARPEL e da CIER, há um claro direcionamento e maior interesse dos Estados em promover as iniciativas de integração. Com isso e observando o crescimento da importância da indústria energética na região, veem-se as tentativas de integração energética ocorridas após esse período contendo, com maior clareza, situações em que se identifica a dependência dos países latino-americanos. Assim, o recorte temporal para a seleção das iniciativas estudadas no trabalho situa-se entre a década de 1960 e o presente.

4.2 Síntese e resultado da seleção das iniciativas de integração energética

Por ser um processo dinâmico, relacionando-se com as condições históricas e socioeconômicas dos países envolvidos, as formas com que os empreendimentos de integração energética ocorreram ao longo da história latino-americana variaram. Assim, uma caracterização e sistematização das experiências de integração energética, no sentido proposto nesse trabalho, ou seja, buscando identificar, com as categorias de análise selecionadas, como a dependência dos países latino-americanos relaciona-se o processo de integração energética, necessita de uma variedade de projetos que permita analisar as alterações das iniciativas de integração ao longo do período histórico selecionado para o estudo. Além disso, a escolha deve envolver iniciativas relevantes em termos econômicos e políticos, apresentando uma diversidade entre os países latino-americanos participantes. Em termos energéticos, os projetos selecionados necessitam envolver diferentes fontes e quantidades relevantes de energia. Tal escolha permitirá uma análise ampla da situação da integração energética latino-

americana, possibilitando a sua relação com as categorias de análise selecionadas no trabalho.

Portanto, visando identificar quais experiências melhor caracterizariam a integração energética da América Latina, conforme ocorrida historicamente, levantaram-se informações de diferentes fontes documentais e bibliográficas, consultando trabalhos que revisaram o processo histórico de integração como: *Banco de Desarrollo de América Latina* (2013); *Comisión de Integración Energética Regional* (2012); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2013); *Organización Latinoamericana de Energía* (2013); Arelovich (2012) e Reis (2014). Durante o processo de pesquisa, se buscou identificar a quantidade de energia, custos, países envolvidos, participação de cada país em termos de arcar com custos, assumir a liderança administrativo-político-financeira (principal operador) e posterior aquisição da energia e/ou seus “lucros”, litígios e contestações, fonte de energia, período do processo de integração (planejamento, instalação e operação) e a situação atual dessas experiências. A utilização desses dados possibilitou uma escolha coerente com os objetivos do trabalho.

Adicionalmente, procurou-se identificar experiências que envolvessem diferentes tipos de países, segundo a tipologia definida por Bambirra (2012), e processos de integração envolvendo períodos históricos em que a caracterização da dependência variasse conforme a definição de Santos (2011). Também se buscou, na seleção, iniciativas realizadas tanto com base na eletricidade quanto em combustíveis fósseis. Quanto à execução dos projetos envolvidos e na tentativa de contemplar as diferentes formas em que ocorre a integração energética, procurou-se selecionar iniciativas ocorridas de maneira planejada, através de participação ativa de atores governamentais, mas também se buscou a integração que ocorre à margem das propostas oficiais, como os contrabandos de combustível existentes nas fronteiras dos países latino-americanos. Na seleção, procuraram-se iniciativas que entraram em operação, selecionando um espectro capaz de identificar os “sucessos e fracassos”¹⁹ da integração energética latino-americana.

Além dos parâmetros qualitativos, a seleção incluiu informações quantitativas dos projetos envolvidos, procurando levar em conta, na escolha das iniciativas, grandezas como a energia transacionada ou os montantes financeiros, combinando assim ambas as abordagens. Optou-se por estabelecer grandezas ligadas a cada recurso energético das iniciativas estudadas. Para projetos ligados à transmissão de energia, como a SIEPAC, considerou-se,

¹⁹ Nesse trabalho, consideramos como critério para sucesso ou fracasso da iniciativa de integração, o cumprimento dos objetivos pretendidos no projeto.

como grandeza quantitativa a energia total transacionada entre os países envolvidos na iniciativa, conforme indicado em *Comisión de Integración Energética Regional* (2012). Para o contrabando internacional de combustível, analisaram-se estimativas da quantidade do derivado do petróleo contrabandeado, tornando, assim, mensurável a energia transacionada nessas ocasiões. Nesse caso, devido à escassez de dados de documentos oficiais, utilizaram-se fontes secundárias de informação como Malagón (2016). No caso da PetroCaribe, avaliou-se a quantidade total de cotas dos países envolvidos conforme apontado em *Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe* (2015). Os resultados dessa avaliação, considerando a tipologia dos países envolvidos, o período característico da dependência em que a iniciativa se desenvolveu, a fonte e os indicadores quantitativos selecionados aparecem na Tabela 4.2.

Tabela 4.2 - Iniciativas de integração escolhidas

Iniciativa	Tipologia	Período	Fonte Energética	Capacidade/Energia
SIEPAC	Tipo C	Dependência tecnológico-industrial	Energia Elétrica	300 MW
Petrocaribe	Tipo C e Tipo B	Dependência pós-tecnológica-industrial	Petróleo	162.000 barris/dia
Contrabando combustível (Venezuela --> Colômbia)	Tipo A e Tipo B	Dependência pós-tecnológica-industrial	Petróleo (derivados)	100.000 barris/dia

Fonte: Autoria própria

Observa-se a escolha por projetos que procuraram englobar as variáveis definidas acima de maneira ampla, permitindo uma análise abrangente do processo de integração energética. Tratando especificamente dos projetos escolhidos, no caso do SIEPAC, optou-se por um projeto multilateral, com as primeiras negociações de integração elétrica iniciando-se ainda na década de 1960, em operação até o momento e englobando apenas países da América Central, caracterizados como países Tipo C por Bambirra (2012), onde, apesar de passarem por um processo de industrialização no pós-guerra (item 5.1.1, página 68), na década de 1970, ainda predomina uma estrutura agroexportadora. Tal iniciativa permitiu observar a evolução de um projeto de integração multilateral ao longo dos anos, possibilitando a observação da concepção de um empreendimento com um horizonte temporal mais longo, além de tratar-se de um projeto de países em situações de dependência semelhantes, conforme estabelecido na tipologia utilizada.

Escolheu-se a iniciativa da PetroCaribe, também um projeto multilateral, envolvendo os países do Caribe, América Central e a Venezuela, por incorporar países de características diferentes, conforme apontado pela tipologia de Bambirra (2012). Esse projeto distingue-se, também, pelo seu desenvolvimento após a década de 2000, ou seja, em um momento em que a

dependência não se caracterizava mais como tecnológico-industrial. Além disso, envolve principalmente petróleo, projetando-se para um processo que, para além de simples transações comerciais, abrange o desenvolvimento da cadeia petrolífera nos países envolvidos, como a construção de refinarias.

Buscando selecionar processos de integração que ocorrem sem participação direta de atores governamentais dos países envolvidos e pelos evidentes vínculos de natureza socioeconômica, portanto, com causas e impactos ligados à produção e apropriação de riqueza, foram investigados, também, processos clandestinos de comercialização (contrabando) de derivados de petróleo. Esses ocorrem, por sua vez, entre países caracterizados por Bambirra (2012) como do Tipo B (Venezuela) e do Tipo A (Colômbia), diferenciando-se dos outros projetos selecionados. O comércio informal nas fronteiras é essencialmente de derivados de petróleo (gasolina, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo). Além disso, caracteriza-se pelo aumento da frequência desse comércio desde o início do século XXI, em uma situação posterior à dependência tecnológico-industrial.

Dessa forma, conforme exposto, as iniciativas envolvem diferentes fontes energéticas (eletricidade e hidrocarbonetos), países classificados com tipologias distintas e diferentes fases de dependência no processo de interação (tecnológico-industrial e pós-tecnológico-industrial) e iniciativas não oficiais (contrabando de energia). Sem procurar exaurir todas as possibilidades de integração, entendemos que estas três experiências selecionadas apresentam uma diversidade e amplitude singulares, gerando questões e motivações específicas de pesquisa, além da incorporação da necessidade de perspectivas críticas, diferenciadas e aprofundadas sobre como a integração energética da América Latina variou de acordo com aspectos socioeconômicos específicos da região. Esse conjunto de exemplos, por seus diferenciais, possibilitou, dessa forma, oportunidade de aprendizado única e criou condições para o desenvolvimento de maior reflexão sobre como a situação de dependência dos países da região afetou o processo de integração energética.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO SELECIONADAS

5.1 SIEPAC

5.1.1 Antecedentes

A América Central, localizada entre o sul do México e norte da Colômbia, compõe-se por sete países: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Dentre esses, somente Belize não participa do *Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central* (SIEPAC). Para o propósito desse trabalho, ao fazer referência à América Central, estaremos tratando dos seis países participantes da iniciativa de integração energética, a não ser que seja indicado o oposto.

A história dos países centro-americanos interliga-se desde o período colonial, onde o território atual dos países da América Central (com exceção do Panamá)²⁰, junto com o território do estado mexicano de Chiapas, compunha o Reino da Guatemala, incorporado ao Império Espanhol. Em março de 1820, o Reino da Guatemala foi dividido entre província da Guatemala e Província da Nicarágua e Costa Rica. Em 1821, a Província da Guatemala foi dividida em quatro províncias (Chiapas, Guatemala, São Salvador, Comayagua e Honduras) e a Província da Nicarágua e Costa Rica dividiu-se entre Província da Nicarágua e Província da Costa Rica. Nesse mesmo ano, todas as seis províncias declararam independência da monarquia espanhola, incorporando-se ao Primeiro Império Mexicano. Contudo, após a abdicação de Agustín de Iturbe, imperador do México, em 1823, as antigas províncias, com exceção de Chiapas, deixaram o Império Mexicano, unindo-se na formação das Províncias Unidas da América Central, transformadas, em 1824, na República Federal da América Central.

Durante o período pós-independência até o ano de 1938, a região centro-americana caracterizou-se por movimentos de união das nações centro-americanas em um único país,

²⁰ Ao contrário dos demais países da América Central, cujos territórios integravam o Vice-Reino da Guatemala, durante o período colonial, o território correspondente ao Panamá fazia parte do Vice-Reino de Nova Granada, denominado República da Grã-Colômbia, após a independência. Após a dissolução da Grã-Colômbia, em 1831, o Panamá permaneceu unido à Colômbia (então denominada Nova Granada). Entretanto, em 1904, grupos nacionalistas do Panamá, apoiados pelos EUA e outras nações centrais, interessadas na construção do Canal do Panamá, acabaram por declarar a independência do território do istmo. Harding (2006) relaciona esse apoio estadunidense à independência do Panamá com o aprofundamento da presença dos EUA na América Central e Caribe ocorrida após a vitória do país na Guerra Hispano-Americana.

procurando formar um projeto de Províncias Unidas da América Central (MOLINA, 2014). A história da República Federal da América Central foi abreviada por fraudes eleitorais, indisposições dos estados em sujeitar-se às decisões federais, dificuldades com o sistema tributário e, sobretudo, o crescente poder de algumas facções da elite sobre outras, levando ao fuzilamento de opositores, exílios e decisões autoritárias. Sob tais condições, eclodiu a Guerra Civil Centro-americana, levando à independência de cinco países centro-americanos (Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua).

Posteriormente, outras tentativas de unir as nações centro-americanas foram realizadas. Em 1880, Justino Rufino Barrios, autoproclamado Comandante Militar Supremo da América Central, contando com a anuência dos presidentes de Honduras e El Salvador e oposição de Nicarágua e Costa Rica procurou unir os países da América Central. A tentativa acabou com sua morte na Batalha de Chalchuapa, em El Salvador, 1885.

Em 1898, o governo do liberal nicaraguense José Santos Zelaya também lutou pela união dos países centro-americanos, dessa vez como uma forma de resistência à presença de outros países na região, em especial os EUA e a Inglaterra, rivais, nesse momento, na construção de uma zona de canal no país. Assim, Zelaya reuniu um congresso entre países da América Central, que aprovou a constituição dos Estados Unidos da América Central, com a participação da Nicarágua, Honduras e El Salvador. Essa iniciativa fracassou devido ao golpe de Estado em El Salvador e à desconfiança do presidente da Guatemala em relação à crescente liderança nicaraguense (MOLINA, 2014).

No início do século XX, novas tentativas de união da América Central ocorreram, com o impulso do Partido Unionista da América Central, na Costa Rica, em 1920 e com o Movimento de Libertação Nacional, na Nicarágua, de Augusto César Sandino, entre os anos de 1927 e 1934. Na verdade, tentativas de união entre os países centro-americanos ocorreram ao longo de todo o período entre a independência das nações centro-americanas, no início do Século XIX, e o entreguerras, no século XX, correspondendo ao período de disputa pela hegemonia na região entre EUA e Inglaterra, ali travada desde meados do século XIX (SOUZA, 2012). Contudo, desde a década de 1870, a pressão dos governos pela construção de identidades nacionais reforçou as diferenças, em detrimento das semelhanças, entre os países centro-americanos. Dessa forma, a ideia de uma união entre os países do istmo enfraqueceu (CAÑAS-DINARTE, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciativas multilaterais de integração surgiram na América Central, conforme proposto pela CEPAL e inspiradas no ocorrido na Europa, com a

Comunidade Europeia de Aço e Carvão. Em 1951, os ministros de relações exteriores da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua reuniram-se em San Salvador, discutindo proposições para uma integração multilateral. Tal reunião resultou na assinatura da Carta de *San Salvador*, criando a *Organización de Estados Centroamericanos* (ODECA).

As discussões no âmbito da ODECA encaminharam-se para a proposta de um Convênio de Indústrias Centro-americanas de Integração (1958) e do Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica Centro-Americana (1958). Segundo Cañas-Dinarte (2002), esses acordos antecederam a criação do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana (1961), organizador do *Mercado Común Centroamericano* (MCAA), criado em 1960, com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio e o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

Lopes (2012) identifica o desenvolvimento das iniciativas de integração, na década de 1960, com a busca da pacificação e arrefecimento de situações conflituosas, além do aumento da visibilidade internacional da região. O autor aponta os avanços em termos de fluxos comerciais como uma decorrência do MCAA. Contudo, disputas permaneceram, como o conflito entre El Salvador e Honduras, em 1969, com o embargo comercial imposto por esse país a El Salvador.

Ainda nesse período, pós Segunda Guerra Mundial, a América Central, caracterizada, em períodos anteriores, pela exportação de produtos primários, passou por um processo de industrialização baseado na substituição de importações. Após a Revolução Cubana, em 1959, o istmo centro-americano tornou-se palco de intenso conflito de influências entre as potências hegemônicas: URSS e EUA. Assim, como uma resposta à revolução na ilha de Cuba, o governo norte-americano lançou, em 1961, a Aliança para o Progresso, buscando o desenvolvimento econômico da região centro-americana. Conforme apontado por Barrado, Serrano e Blanco (2010), a própria MCAA teria decorrido da proposição da Aliança para o Progresso.

Segundo Klak (1999), a partir dessa época, as nações da América Central passaram por experiências que variaram entre a tentativa de políticas de cunho socialista e de capitalismo dependente. As políticas voltadas para experiências socialistas, com ênfase em redistribuição, igualdade, bem-estar social e priorização das necessidades dos trabalhadores, levaram à interpretação, pelos EUA, de uma ameaça à sua hegemonia na região. Esse país reagiu, então, no sentido de desestabilizar governos que adotassem tais práticas. Em

contrapartida, houve o estímulo, pelos mesmos EUA e países europeus, para que as nações centro-americanas adotassem políticas de reforço dos laços existentes com os países centrais. Klak (1999) cita, por exemplo, a *Operation Bootstrap*, iniciativa dos EUA em Porto Rico durante os anos 1960; a política europeia, *Banana Protocols*, em 1975; a política de Reagan, *Caribbean Basin Initiative* e as políticas de transformação neoliberal. Os estímulos à indústria decorrentes desses movimentos acabaram por levar ao crescimento da participação desse setor no PIB dos países centro-americanos.

Após um período de desinteresse estadunidense pela América Central, no governo Carter, entre 1977 e 1980, na década seguinte, o governo Reagan voltou a intervir ativamente na região, reacendendo conflitos regionais (Barrado, Serrano e Blanco, 2010). Esses autores resumem a atuação, militar, dos EUA na América Central, nesse período, em quatro pontos, conforme Barrado, Serrano e Blanco (2010, p. 39)²¹:

- Incremento de ayuda militar a El Salvador y Honduras
- Una cortina alrededor de Nicaragua
- Acciones desestabilizadoras contra Managua
- Contención de la amenaza proveniente de Cuba y de la URSS en todo el área (Recordamos que el triunfo sandinista se produjo en 1979 en Nicaragua).

Após intensos conflitos, três razões contribuíram para o estabelecimento da paz, no final dos anos 1980: o compromisso regional, através de acordos entre os países centro-americanos; o fim da guerra fria, em 1991, com o fim da União Soviética, e o estabelecimento da confiança no processo democrático em andamento nesses países (BARRADO, SERRANO e BLANCO, 2010).

Com relação aos acordos, ainda em 1983, México e Colômbia, convidando Panamá e Venezuela, reuniram-se em torno da proposta multilateral *Grupo Contadora* (nome decorrente da primeira reunião do grupo, na Ilha Contadora, no Panamá), buscando promover a paz na América Central. As intenções do grupo contrariavam os interesses estadunidenses. Contavam, entretanto, com o apoio da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU. Posteriormente, mais países da América do Sul, como Peru, Argentina, Brasil e Uruguai passaram a apoiar a iniciativa, formando o chamado Grupo dos Oito.

Apesar do fracasso no estabelecimento da paz, o grupo firmou os fundamentos dos dois primeiros Acordos de Paz de Esquipulas, ajudando a reformular a política da América

²¹ Conforme apontado por esses autores, Guatemala, El Salvador e Nicarágua sofreram as principais intervenções estadunidenses, por conta da ação de grupos revolucionários nessas nações (na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, grupo apoiado pela URSS, governou o país entre 1979 e 1990, sofrendo forte intervenção dos EUA, apoiadores do grupo guerrilheiro de direita - Contra).

Central. Esses acordos, apresentados em 1987, realizaram-se com a participação de todos os presidentes dos países centro-americanos. Como pontos mais importantes do processo, Matijascic (2015) destaca a coordenação para o fim das hostilidades e a redemocratização. A autora aponta também a oposição estadunidense ao acordo e o enfraquecimento do papel dos EUA no istmo, em decorrência do caso Irã-Contra²², no mesmo período.

O processo de pacificação regional possibilitou o retorno de iniciativas de integração econômica. Assim, em 1991, no marco da XI Reunião de Presidentes Centro-Americanos, foi assinado o protocolo de Tegucigalpa, dando origem ao *Sistema de la Integración Centroamericana* (SICA), marco institucional da integração da América Central, contando com os países membros: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Belize (aderido em 2000) e República Dominicana (aderido em 2013). O SICA entrou em operação em 1993, baseando-se nas tentativas anteriores de integração, com o intuito de constituir, dali em diante, uma “Región de Paz, Libertad, Democracia y Desarrollo, sustentada firmemente en el respeto, tutela y promoción de los derechos humanos” (*SISTEMA DE LA INTEGRACIÓN CENTROAMERICANA*, 2013).

Esse processo de integração regional deve ser compreendido num contexto marcado pela constante necessidade de pacificação da região e pela ampliação da influência do chamado “novo regionalismo”²³ (GAVIÑO, 2015). Segundo o autor, esse novo conceito de integração buscava a formação de relacionamentos com maior interdependência política, econômica, social e cultural, distinguindo-se de um simples acordo comercial entre os países, por propor benefícios mútuos, buscando reduzir as assimetrias entre as nações envolvidas. Para Gaviño (2015), na América Central, o processo de integração deveria manter a região “aberta” para o comércio com outros países, tratando da convergência dos acordos existentes e coordenação política. Dessa forma, o desenho e a criação de órgãos regionais representariam uma maneira de garantir a operacionalidade das instâncias nacionais.

O México também participou como um importante ator no processo de integração da América Central. Ao longo do Século XX, até o início da década de 1990, o relacionamento

²² O caso Irã-Contra, ocorrido durante o segundo mandato do presidente Reagan, decorreu da facilitação, por funcionários da CIA, do tráfico de armas para o Irã, país que sofria embargo internacional de armamento, para conseguir a libertação de reféns e o financiamento das guerrilhas Contras na Nicarágua.

²³ O conceito de Novo Regionalismo (ou Regionalismo Aberto) é utilizado para classificar as novas perspectivas de integração regional propostas pela CEPAL a partir do início da década de 1990, em contraposição com o regionalismo proposto pela entidade na década de 1960. Essa forma de regionalismo distancia-se do modelo de uma integração fechada ao mercado exterior, buscando a substituição de importações por um processo de integração aberto ao mercado externo, focado em aumentar os níveis de exportação e investimento (CORAZZA, 2006).

entre o México e os países do istmo permaneceu distante e conflitivo²⁴. Arriaga (2014) destaca, todavia, o encontro entre os presidentes do México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, em Tuxtla Gutiérrez, 1971, na tentativa de reduzir os déficits comerciais entre o primeiro e os países centro-americanos. Contudo, somente vinte anos após esse encontro, tornando a reunir-se no mesmo local, esses países chegaram a uma definição sobre as relações internacionais entre eles.

Após o período de pacificação da região e com a participação do México no Grupo Contadora e no *Acuerdo de San Jose*²⁵ - parceria, no âmbito energético, entre México, Venezuela e os países da América Central e Caribe -, as relações entre o México e os países centro-americanos melhoraram (ARRIAGA, 2014). Assim, em 10 e 11 de janeiro de 1991, em uma declaração conjunta decorrente do novo encontro em Tuxtla Gutiérrez, entre os presidentes da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e México, reconhecia-se a necessidade de reativar as economias centro-americanas, após o desgaste decorrente dos conflitos armados da década anterior (DECLARACIÓN DE TUXTLA GUTIERREZ, 1996). Este documento ressaltou, ainda, a iniciativa do governo George Bush, “Empresa para Las Américas”, quanto ao reconhecimento do vínculo entre comércio, dívida e investimentos, para os países centro-americanos, de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico da região. Assim, nessa que ficou conhecida como “primeira” cúpula de Tuxtla Gutiérrez, formalizou-se a pretensão do desenvolvimento de uma zona de livre comércio entre os países participantes do encontro, até 1996. Entretanto, somente México e Costa Rica estabeleceram um acordo, bilateral, de livre comércio no prazo acordado.

O encontro em Tuxtla também originou o Mecanismo de Diálogo e Cooperação de Tuxtla, contando com os países da América Central e o México. Esse mecanismo constitui-se no foro máximo da Mesoamérica para analisar questões de maneira periódica e sistemática, tratando de assuntos regionais, hemisféricos e mundiais, coordenar as posições políticas, estabelecer o livre comércio e a integração regional, além do avanço no desenvolvimento sustentável da área. Esse mecanismo promoveu reuniões ordinárias e extraordinária entre os chefes de estado e de governo da América Central e México. Posteriormente, incorporaram-se à iniciativa Belize e Panamá (1996) e Colômbia (2006) (FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2007).

²⁴ Arriaga (2014) revisa brevemente alguns dos conflitos entre o México e as nações centro-americanas, destacando o incidente, no ano de 1958, em que aviões da força aérea guatemalteca atacaram embarcações pesqueiras mexicanas, resultando na morte de três pessoas e na interrupção das relações diplomáticas entre os países durante nove meses.

²⁵ Maiores informações sobre o *Acuerdo de San Jose* encontram-se no tópico sobre a PetroCaribe, na página 130.

Em 1996, os presidentes do México e dos países da América Central reuniram-se na II cúpula Tuxtla Gutiérrez, dessa vez incluindo a participação do Panamá e de Belize. Nessa reunião, reiterou-se a intenção de estabelecer uma zona de livre comércio, contudo, observou-se a necessidade do desenvolvimento de projetos conjuntos, acordando ações de cooperação regional, para apoiar o desenvolvimento da área, com o fortalecimento de ações integradas nos âmbitos político, econômico, técnico-científico e educativo-cultural. Esses projetos visavam, entre outros, a construção, ampliação e aprimoramento da infraestrutura, considerada essencial para a estruturação produtiva conjunta e, também, uma forma de materializar a integração econômica.

Assim, em termos de integração energética, no segmento de petróleo, gás e derivados, na declaração conjunta decorrente do encontro, os países participantes ressaltaram o apoio do México no fornecimento de hidrocarbonetos, objeto do *Acuerdo de San Jose*, com o comprometimento desse país em adequar o fornecimento à situação dos países beneficiários (DECLARACIÓN DE TUXTLA GUTIERREZ, 1996).

No segmento de energia elétrica, há uma diferença sensível em relação ao de petróleo, gás e derivados, pois o fornecimento, o comércio, da energia demanda a implantação de infraestrutura de rede, ou seja, a vinculação física (interconexão, ou, interligação) dos diversos centros produtores e consumidores, entre si e em vários níveis de abrangência territorial (local, nacional, regional, continental). Essa interconexão é propiciada pelas “linhas” de transporte (transmissão e distribuição) de eletricidade. Assim, quanto a este segmento, o acordo ressalta a Declaración de Tuxtla Gutierrez (1996, p. 10):

Continuar el proyecto de interconexión eléctrica de los países del área, orientado a: la compraventa de capacidad firme y energía eléctrica asociada al corto y largo plazo; la compraventa de energía económica, aprovechando la diversidad de los patrones de demanda y, en su caso, excedentes temporales; la asistencia en condiciones de emergencia, y una integración eléctrica permanente que incremente la confiabilidad de los sistemas eléctricos.

Dessa forma, embora ainda não especificasse a formação do futuro *Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central* (SIEPAC), o acordo ressaltava a importância da continuação do projeto de interconexão elétrica entre os países centro-americanos.

Em termos de integração física, as primeiras interligações foram realizadas na década de 1970, com a conexão, em 1975, entre os sistemas de Honduras e Guatemala. Seguiram-se as interconexões bilaterais entre: Costa Rica e Nicarágua, em 1982; Costa Rica e Panamá e, El Salvador e Guatemala, em 1986 e, por fim, El Salvador e Honduras, em 2002, interligando,

aos pares, todos os países que seriam os futuros participantes do SIEPAC²⁶.

Entretanto, as primeiras instituições e trabalhos voltados para integração elétrica na América Central ocorreram mais de vinte anos antes da primeira interconexão, em 1952, quando se realizou, no âmbito da CEPAL, a primeira reunião do *Comité de Cooperación Económica del Istmo Centroamericano*²⁷, onde se recomendou aos governos dos países centro-americanos a solicitação à Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas para designar especialistas, com o objetivo de estudar os setores elétricos dos países centro-americanos (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 1957). Dos estudos realizados pela Administração Técnica das Nações Unidas originou-se o Informe Preliminar sobre Eletrificação na América Central, recomendando a celebração de reuniões com os funcionários de empresas de energia elétrica da região:

(...) para intercambiar ideas y experiencias, analizar problemas comunes, y discutir con los expertos de las Naciones Unidas los aspectos fundamentales de la industria eléctrica con miras a buscar uniformidad de procedimientos y una mayor integración en los aspectos técnico-financieros, administrativos, tarifarios, legislativos y de normas y especificaciones técnicas. Promover a uniformização dos procedimentos e integrar aspectos tarifários, financeiros, administrativos, além de normas técnicas (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 1960, p. 1).

Após a realização da reunião entre funcionários das companhias de energia elétrica da América Central, em San Jose, Costa Rica, em 1957, recomendou-se a criação, dentro do comitê supracitado, do Subcomitê Centro-Americano de Eletrificação, encarregado de estudar as possibilidades de ação conjunta, buscando orientar as disposições dos setores elétricos centro-americanos. O subcomitê realizou a interação entre os especialistas dos países centro-americanos, estudar a indústria elétrica centro-americana em escala regional, além de recomendar normas técnicas e administrativas uniformes (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 1960).

As primeiras reuniões do subcomitê, ocorridas em 1958, 1963 e 1966, debateram a integração bilateral entre os países centro-americanos, com discussões analisando as possibilidades de interconexão entre Honduras e El Salvador, Nicarágua e Costa Rica e Panamá e Costa Rica. Na terceira reunião, o subcomitê destacou a necessidade do Mercado Comum Centro-Americano contar com um instrumento jurídico para normalizar os programas de interconexão elétrica, facilitando as negociações e acordos. Além disso, a Secretaria Permanente do Tratado Geral convocou a Primeira Reunião dos Altos Funcionários de

²⁶ As interconexões bilaterais atualmente coexistem com a linha de transmissão do SIEPAC, ocorrendo, por vezes, duplicação da rede (*vide* figura 5.3).

²⁷ Em tradução própria: Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centroamericano.

Organismos de Eletrificação do Istmo Centro-Americano (1967), que encomendou a criação de um grupo regional para um exame sistemático dos problemas relativos à integração elétrica da América Central. Assim, criou-se o Grupo Regional sobre Interconexão Elétrica (GRIE). Reunindo-se pela primeira vez em 1968, esse grupo buscava elaborar projetos de convênio regional sobre interconexão elétrica e as bases técnicas e de organização necessárias para a elaboração de um estudo multilateral de interconexões. O GRIE passou a realizar os principais estudos sobre integração elétrica da América Central (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 1968).

Os primeiros estudos do GRIE apresentaram a possibilidade de integração entre todos os países centro-americanos, ainda em 1968. Esse trabalho analisou aspectos técnicos e econômicos de duas alternativas de conexão: entre os seis países da América Central, ou a formação de dois blocos: i) Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua e ii) Costa Rica e Panamá (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 1968). Os primeiros estudos, contudo, voltavam-se para a transmissão, apenas, dos excedentes de geração, explorando a diversidade dos horários de demanda máxima de energia. Entre os anos de 1968 e 1993, o GRIE realizou vinte reuniões, estruturadas para dar suporte e organizar os trabalhos para o processo de integração elétrica.

Além do GRIE, em 1979, na IV reunião de Presidentes e Gerentes das Empresas Estatais de Energia Elétrica do Istmo Centro-Americano, decidiu-se pela criação do Conselho de Eletrificação da América Central (CEAC). Este se efetivou em 1985, na IX Reunião de Presidentes e Gerentes, ocorrida na Costa Rica. O CEAC se compõe de empresas públicas dos seis países do istmo Centro-Americano: *Instituto Costarricense de Electricidad* (ICE), da Costa Rica; *Comisión Ejecutiva Hidroeléctrica del Río Lempa* (CEL), de El Salvador; *Instituto Nacional de Electrificación* (INDE), da Guatemala; *Empresa Nacional de Energía Eléctrica* (ENEE), de Honduras; *Instituto Nicaragüense de Energía* (INE), da Nicarágua e *Instituto de Recursos Hidráulicos y Electricidad* (IRHE), do Panamá. O conselho tem como objetivos: impulsionar a celebração de acordo bilaterais e multilaterais para a integração elétrica dos países centro-americanos e outros; promover estudos buscando a planificação e coordenação das operações de interconexão; prestar assistências técnica, administrativa e material às instituições que o integram, além de promover o compartilhamento de informações e o aperfeiçoamento da capacitação profissional nos países da América Central (COSTA RICA., 1992).

Em 1987, a V Reunião do Subcomitê Centro-Americano de Eletrificação e Recursos

Hidráulicos (SCERH), realizada na Cidade do México, com a participação da Espanha, através da empresa Endesa, encarregou essa empresa de realizar novos estudos sobre a possibilidade de interconexão entre todos os países da América Central (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1987)²⁸. Nesse momento, os países conectavam-se em dois grupos: Honduras, Guatemala e El Salvador e Costa Rica, Nicarágua e Panamá. Os interesses espanhóis na América Central correspondiam, segundo retórica dos representantes da Espanha, ao aniversário de quinhentos anos de descoberta da América (ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES, 2010). Em acordo com essas propostas, o governo espanhol estabeleceu o fundo Quinto Centenário, coordenado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse fundo financiou a realização de estudos técnicos sobre as possibilidades de interconexões elétricas entre todos os países centro-americanos.

Apesar de prever, inicialmente, uma interligação apenas física entre os países da América Central, os estudos da Endesa concluíram que seria difícil justificar economicamente o investimento do projeto sem o desenvolvimento de um mercado internacional de energia associado à interligação. Assim, para dar prosseguimento aos estudos e coordenar os esforços dos países centro-americanos no processo de integração, definiu-se, em 1989, o CEAC como fórum para discussão e coordenação do projeto entre as empresas de energia elétrica da região (ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES, 2010).

Após uma série de estudos realizados entre 1992 e 1997, concluiu-se pela construção de uma extensa linha de transmissão em circuito simples, de 230 kV, interligando os seis países da América Central. Em 1997, o BID aprovou uma linha de financiamento para a execução do projeto, que foi denominado SIEPAC, em conjunto com suporte técnico para o CEAC. O SIEPAC (maiores detalhes no item 5.1.3, página 98) compõe-se da linha de transmissão, chamada *Red de Transmisión Regional* (RTR) e do mercado onde os agentes participantes da iniciativa realizam suas transações comerciais, o *Mercado Eléctrico Regional* (MER).

O tempo decorrido entre o início das negociações e a aprovação do plano de construção da linha coincide com as negociações da paz e início da estabilidade política na

²⁸ Além dos representantes da Espanha, países da América Central e da CEPAL, participaram da reunião membros do BID, do Banco Centroamericano de Integração Econômica (BCIE), da Secretaria Permanente do Tratado Geral de Integração Econômica Centro Americana (SIECA), da Comissão Federal de Eletricidade (CFE) – empresa mexicana do setor elétrico – da *Electricité de France* (EDF) e da Eletrobrás (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 1987).

região (as guerras civis em El Salvador e na Guatemala terminaram em 1992 e 1996, respectivamente).

Em 1996, os países da América Central assinaram o *Tratado Marco del Mercado Eléctrico de América Central*, estabelecendo o marco institucional para a construção da linha de transmissão do SIEPAC. Incorporando o ideal de criar um Mercado Elétrico regional, o tratado estabeleceu, como objetivo:

El presente Tratado tiene por objeto la formación y crecimiento gradual de un Mercado Eléctrico regional competitivo, en adelante denominado el Mercado, basado en el trato recíproco y no discriminatorio, que contribuya al desarrollo sostenible de la región dentro de un marco de respeto y protección al medio ambiente (COMISIÓN REGIONAL INTERCONEXIÓN ELÉCTRICA, 2015, p. 2).

O tratado exprimiu, como finalidades, incentivar a participação privada no setor elétrico, impulsionar a infraestrutura de interconexão para o desenvolvimento do Mercado Elétrico Regional, criar condições para propiciar níveis de qualidade, confiabilidade e segurança para o fornecimento de energia elétrica, estabelecer regras claras e transparentes para o funcionamento do mercado e propiciar os benefícios do mercado elétrico regional aos habitantes da região (COMISIÓN REGIONAL INTERCONEXIÓN ELÉCTRICA, 2015). Assim, a infraestrutura de interconexão subordinou-se à criação de um mercado elétrico, com forte participação privada, na região.

Além disso, o tratado definiu a estrutura institucional de suporte ao SIEPAC, provendo as condições para o estabelecimento da *Empresa Propietaria de la Red* (EPR), responsável por desenvolver, projetar, financiar, construir e manter o SIEPAC. O tratado criou, também, a *Comisión Regional de Interconexión Eléctrica* (CRIE), ente regulador do *Mercado Regional de Energía* (MER) e o *Ente Operador Regional* (EOR), responsável pelos fluxos físicos (operacionais) do MER. Esse tratado passou a ter efeito em 1999, com a implantação da CRIE, em 2000 e do EOR no ano seguinte (COMISIÓN REGIONAL INTERCONEXIÓN ELÉCTRICA, 2015).

A implantação da estrutura institucional do SIEPAC aconteceu após os países da América Central terem passado por reformas em seus setores elétricos, em curso desde o início da década de 1990. Tal processo transcorreu de maneira semelhante em diversos países latino-americanos. Gonçalves Júnior (2002) interpreta tais reformas como decorrentes das transformações do modo de produção capitalista, realizadas para resolver problemas de crescimento econômico e baixas taxas de lucratividade.

No final da década de 1990, com a pacificação da América Central e aproximação do

México à região, iniciou-se a discussão de um plano de desenvolvimento econômico regional, capitaneado pelo governo mexicano. O financiamento do Banco Mundial (BM) e do BID a projetos de infraestrutura na região serviu de base para o México lançar, em 2001, junto aos países centro-americanos, o *Plan Puebla Panamá* (PPP), estabelecido, oficialmente, para desenvolvimento da região da Mesoamérica (STENZEL, 2006). Os fundamentos do PPP foram definidos na Câmara Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Cooperação de Tuxtla, realizado em El Salvador (2001). Por ser parte desse mecanismo, as reuniões do PPP entre os chefes de Estado e de Governo ocorrem durante as Câmaras de Tuxtla (FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2007).

Segundo Stenzel (2006), mais do que uma simples proposta, o PPP funciona como um “guarda-chuva conceitual”, com diversos projetos reunidos em torno da iniciativa, que incluíam corredores de transporte rodoviário, programas de facilitação comercial, interconexões energéticas e integração de serviços de telecomunicações. Assim, o PPP incorporou o SIEPAC como um de seus projetos, possibilitando um novo estímulo e novas possibilidade de financiamento para a construção da linha de transmissão²⁹, auxiliando a superação de impasses financeiros e físicos que postergaram sua construção (ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES, 2010). O Gráfico 5.1 apresenta a distribuição dos custos dos projetos do PPP de acordo com a área da iniciativa, conforme estabelecido na formulação do plano. A área energética mostra-se como a segunda, em termos de investimentos, correspondendo a aproximadamente 15% do total.

Destacam-se, entre os custos dos projetos do PPP, os elevados valores aplicados no setor de transporte, correspondendo a US\$ 4 bilhões. Os principais projetos na área de transportes do PPP incluem o Corredor do Atlântico (US 868 milhões), Corredor do Pacífico (US\$ 1,144 bilhão), ramais e conexões complementares, com extensão dos corredores de transporte até os mercados do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)³⁰ (US\$ 1,023 bilhão) e os ramais e conexões da Guatemala (US\$ 985 milhões) (FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2007). Prevaecem entre os principais projetos do PPP, portanto, mecanismos para o escoamento da produção dos países centro-americanos e maneiras de facilitar a participação da região no mercado internacional,

29 No momento de lançamento do PPP (2001), a construção das linhas de transmissão do SIEPAC, conectando todos os seis países da América Central em uma mesma infraestrutura de transmissão, ainda não se iniciara, apesar da existência de linhas de transmissão binacionais entre os países centro-americanos.

³⁰ São membros do NAFTA os EUA, México e Canadá, com o Chile participando como membro associado.

procurando reduzir os custos das transações e exportações internacionais.

Gráfico 5.1 - Custo total dos projetos do PPP em milhões de dólares

Fonte: Autoria própria, a partir de dados de Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (2007).

Segundo relatório da Share Foundation (2006), o PPP abriria as possibilidades de integração da América Central ao sistema de livre comércio planejado pelos EUA durante a década de 1990, a ALCA. O PPP forneceria as possibilidades para melhorias na infraestrutura dos países centro-americanos, através de financiamentos obtidos com entidades financeiras como o BID, Banco Mundial e o Banco Centro Americano de Integração Econômica (BCAIE)³¹, integrando e unificando a estrutura desde o sul do México até o Panamá, possibilitando uma maior disposição para o investimento estrangeiro nos mercados da região. Assim, o PPP funcionaria como uma forma de acelerar o processo de liberalização comercial entre os países centro-americanos, conforme Acordo de Livre Comércio da América Central (CAFTA)³², já vigente. Para Montenegro (2005), o PPP seria uma estratégia estadunidense para (re)estabelecer a América Latina como uma região produtora de matérias-primas e

³¹ Fundado em 1960, o BCAIE possui uma participação importante no financiamento da infraestrutura da região, com empréstimos para construção de hidrelétricas na Costa Rica e Honduras e atuação como principal financiador do anel ferroviário em torno de San Salvador (SHARE FOUNDATION, 2006).

³² Com negociações iniciadas em 2003, o CAFTA, bloco econômico cuja concepção fortaleceria a implantação da ALCA, nos mesmos moldes, entrou em operação em 2006. Hoje, possui como participantes Estados Unidos, Costa Rica El salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e República Dominicana.

importadora de manufaturas. Para o autor, o PPP facilitaria o controle dos recursos naturais da região pelos EUA.

Apesar do lançamento do PPP em 2001, a construção da linha de transmissão do SIEPAC iniciou-se apenas em 2006, dez anos após a assinatura do Tratado Marco. A Figura 5.1 apresenta a linha do tempo dos principais acontecimentos da integração energética da América Central até o início das obras do SIEPAC.

Figura 5.1 - Linha do tempo das iniciativas de integração da América Central

Fonte: Autoria própria.

Também em 2006, a Colômbia incorporou-se ao projeto, como membro observador. Essa incorporação colocou o país como participante de dois projetos de integração voltados para a ampliação da infraestrutura na América Latina: o PPP e a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), aproximando ambos os projetos. Em 2008, os signatários do PPP revisaram o acordo de colaboração, alterando a nomenclatura da iniciativa para *Proyecto de Desarrollo de Integración y Mesoamérica* ou simplesmente

Proyecto Mesoamérica. A mudança de nome respondia à forte pressão contrária ao PPP desenvolvida na sociedade civil dos países envolvidos (MERA, 2015). Entretanto, apesar da mudança de nome e alterações dos grupos de trabalhos, os objetivos do projeto permaneceram inalterados.

5.1.2 Países membros e indicadores

Os países centro-americanos, apesar de compartilharem, com exceção do Panamá, uma origem histórica semelhante, desenvolveram-se de acordo com condições específicas, gerando economias e sociedades de características diferentes. Assim, cabe observar os diferentes indicadores regionais, em aspectos econômicos, sociais e energéticos para possibilitar uma melhor contextualização do processo de implementação e funcionamento do SIEPAC.

Em termos econômicos e sociais recentes, em 2015, o PIB da região foi de US\$ 228,8 bilhões, com uma população total de 45,3 milhões de pessoas, no mesmo ano, resultando em um PIB per capita de aproximadamente US\$ 5.000/habitante (Banco Mundial, 2017). Contudo, esses indicadores variam notavelmente entre os países do istmo. O Gráfico 5.2 apresenta essas divergências, mostrando, no eixo Y, porção superior, o PIB de 2015 dos países da América Central e, porção inferior, o IDH; na escala de azul (eixo X), porção superior, o PIB per capita desses países (2015). O gráfico apresenta, também, informações da Colômbia, México e Espanha, países envolvidos no SIEPAC.

Entre os países da América Central, a Guatemala apresenta o maior PIB. Contudo, mesmo a soma de todas as economias da região não alcança a produção interna de nenhum dos demais países analisados (inclusive a 5ª economia europeia, a Espanha). Os maiores PIB *per capita* da região são do Panamá e da Costa Rica, países também com maiores IDHs da América Central. Evidencia-se a diferença entre o tamanho das economias dos participantes diretos do SIEPAC e a dos demais países envolvidos na iniciativa. Mesmo que não indique uma relação de dependência direta, proporções econômicas tão diferentes entre os países envolvidos levantam questões sobre os interesses da participação de México, Espanha e Colômbia no processo de integração do SIEPAC, bem como a assimetria de poder econômico envolvida.

Gráfico 5.2 - PIB, PIB per capita e IDH na abrangência do SIEPAC, 2015

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

O Gráfico 5.3 acompanha o desenvolvimento histórico do PIB nos países do SIEPAC. Nota-se que o protagonismo do crescimento econômico da Guatemala tem origem ainda na primeira metade da década de 1970. A partir dessa década, El Salvador e Nicarágua viveram intensos conflitos armados. Em El Salvador, uma guerra civil entre o governo ditatorial e guerrilhas comunistas durou de 1979 a 1992. Na Nicarágua, a Revolução Sandinista derrubou a ditadura de Somoza, em 1979, dando início a uma intensa resposta de grupos apoiados pelos EUA, conflito que durou até a década de 1990. Após um período de contração generalizada, entre 1985 e 1990, Guatemala e Costa Rica, seguidos de perto pelo Panamá, se descolam dos demais países do grupo - enquanto a Nicarágua chegou, no ano de 2015, a um PIB em torno de US\$ 12 bilhões, o menor PIB entre os participantes da iniciativa,

a Guatemala atingiu um PIB de US\$ 63 bilhões, mais de cinco vezes superior.

Gráfico 5.3 - PIB dos países centro-americanos (Bilhões de dólares), 1960 - 2014

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

O período de baixo crescimento do PIB identificado na década de 1980 pode ser atribuído à instabilidade política decorrente dos conflitos na região e da crise da dívida. Na década de 1990, após a pacificação, observa-se um crescimento mais acentuado e sustentado do PIB. Essa década marca a implantação de reformas neoliberais nos países da América Central, buscando aumentar sua atratividade para investimentos estrangeiros, como observado na análise dos antecedentes do processo de formação do SIEPAC, com a implantação de projetos e acordos como o PPP e o CAFTA. Nesse período, os países centro-americanos foram estimulados a voltar suas economias para a exportação (KLAK, 1999). Essa tendência acaba por dirigir as políticas dos países centro-americanos ao setor externo, negligenciando eventuais interesses da população em benefício de políticas que reforcem a entrada de capital internacional nos países e a importância do setor exportador, majoritariamente composto por matérias-primas, na economia. O Gráfico 5.4 apresenta o crescimento da exportação dos países centro-americanos a partir da década de 1990. Entre os países do SIEPAC, após o período de negociações e da assinatura do Tratado Marco (1996), a Costa Rica, Guatemala e Panamá obtiveram as maiores taxas de crescimento do PIB.

Gráfico 5.4 - Total de exportação nos países da América Central, 1980 - 2008

Fonte: Autoria própria a partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017a).

Sobre a composição do PIB dos países da América Central, desde o ano de 1990, observa-se um aumento no percentual referente a serviços em todos os países, com um decréscimo no percentual de PIB agrícola. Contudo, novamente, os indicadores variam de forma relevante entre os países do SIEPAC. Assim, a Nicarágua, em 2015, possuía 15,5% do PIB ligado à agricultura, enquanto o Panamá e a Costa Rica possuíam apenas 2,9% e 5,5%, respectivamente. Quanto à participação da indústria na economia, observam-se tendências diferentes entre os países. Panamá e a Nicarágua apresentaram crescimento na participação desse setor no PIB, com o primeiro saindo de 20,1% para 27,7% e o segundo, de 22,6% para 26,9%. Os demais países apresentaram uma diminuição da indústria na produção interna, com destaque para a queda na Costa Rica, passando de 29,9% para 22,2%. Em geral, a queda na participação da indústria e da agricultura e o aumento da participação dos serviços, caracterizam o movimento ocorrido na maioria dos países centro-americanos.

Gráfico 5.5 - PIB dos países centro-americanos por setor, 1990 - 2015

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

Apesar do crescimento econômico da região a partir da década de 1990, os índices de pobreza permaneceram elevados. Com exceção de Guatemala e Honduras, os demais países não obtiveram reduções expressivas na pobreza durante a década de 1990. Tal situação demonstra que o crescimento voltado para o setor externo, com influência das reformas neoliberais ocorridas nessa década, não se converteu em ganhos sociais expressivos, mesmo em países com mais desenvolvimento econômico na época, como Panamá e Costa Rica. Contudo, na década seguinte (2000), Costa Rica, Nicarágua, El Salvador e Panamá melhoraram seus índices. Guatemala e Honduras, entretanto, permaneceram com percentuais elevados de população vivendo em condição de pobreza, superando índices latino-americanos.

Esta alteração de tendência pode ter decorrido de condições mais favoráveis para *commodities* no comércio mundial, no início do século XXI, e da multiplicação dos governos

de esquerda na América Latina, que procuraram estabelecer programas de forte cunho social, nos países da região. A queda das taxas de pobreza no período foi observada em outros países latino-americanos, como o Brasil. Chama atenção, ainda, o alto percentual da população vivendo com menos de US\$ 1,90 na Guatemala, país com maior PIB da região (Gráfico 5.6), mas com o segundo maior índice da população vivendo abaixo desse índice de pobreza.

Gráfico 5.6 - Percentual da população vivendo com menos de US\$ 1,90 ao dia (preços de 2011)³³

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

Em termos sociais, de forma geral, Guatemala, Honduras e Nicarágua apresentam indicadores inferiores à América Latina, com El Salvador, Panamá e Costa Rica mostrando, em geral, melhores indicadores. No ano de 2014, verifica-se que a primeira metade dos integrantes do SIEPAC apresenta uma situação crítica, com um percentual entre 6% e 16% da sua população com renda diária inferior a US\$ 1,90 (Gráfico 5.6), enquanto que a outra metade, embora com números menos impactantes, não se encontra entre os melhores índices, nem mesmo regionais, em termos de IDH, ou mesmo PIB per capita, em especial El Salvador (Gráfico 5.2). Consta-se, ainda, que a mortalidade infantil atinge quase que igualmente todos os países, exceto Costa Rica, que ainda apresenta um alto índice. Quanto à alfabetização, contraditoriamente, El Salvador, que apresenta indicadores econômicos mais favoráveis, está entre os piores colocados (Tabela 5.1).

³³ Para os intervalos de anos apontados no gráfico (1989 – 1990, 2000-2002, 2005-2006 e 2009-2011), os dados da Nicarágua correspondem a 2000, 2005 e 2009. Para os demais países, os dados correspondem a 2001, 2006 e 2011. Para a América Latina, os dados correspondem a 1990 e 2002.

Esses números parecem indicar um desequilíbrio acentuado em relação à apropriação e distribuição da produção e da riqueza natural e produtiva na América Central. De fato, analisando a composição setorial do PIB, dir-se-ia que a porção “mais afluyente” da região, El Salvador, Panamá e Costa Rica, já apresenta um perfil que vai se aproximando das economias características do século XXI, com predominância inequívoca do setor terciário na atividade econômica, enquanto os demais ainda dependem mais da agricultura e da indústria. O Panamá se destaca nesse sentido, provavelmente, por influência de sua posição geográfica, que lhe faculta a condição de “hub” das Américas, pela existência do Canal e pelo papel do país no setor financeiro internacional, atraindo capitais para esse setor da economia³⁴. Quanto ao perfil dos demais, na metade menos afluyente, é necessário desagregar os dados, a fim de aferir o quanto uma participação importante da indústria significa uma vantagem, ou o mero acolhimento de atividades fabris que não mais interessam aos países do centro do capitalismo, seja por restrições socioambientais, econômicas, ou de outra natureza. Em síntese, a despeito de todo o esforço de integração já ocorrido e ainda existente, a assimetria entre os países pode desencadear, em alguma circunstância, uma disputa interna por hegemonia.

Observa-se, portanto, que apesar dos enunciados das diversas iniciativas de integração e desenvolvimento da região, como o Mecanismo de Tuxtla e o *Proyecto Mesoamérica*, os índices sociais da América Central permanecem em patamares semelhantes ou abaixo dos índices médios da América Latina e o istmo se mantém com situação de elevada desigualdade entre os países.

Nesse cenário, o SIEPAC, apesar de contribuir para o processo de integração regional, permitindo a institucionalização e consolidação da integração elétrica entre os países da América Central, ambicionada desde a década de 1960, não trouxe ganhos específicos econômicos ou sociais na região. Como será detalhado adiante, permanecem, em alguns países da região, taxas de eletrificação baixas e as tarifas, ao contrário das promessas realizadas ao longo das negociações e das pretensões exibidas nos tratados de integração, não se reduziram nos períodos de operação do SIEPAC.

³⁴ Nesse sentido, cabe frisar o evento *Panama Papers*, ocorrido em 2016, onde foram expostos mais de 11 milhões de documentos referentes a 214 mil empresas de paraísos fiscais que atuavam no país.

Tabela 5.1 - Indicadores sociais na América Central

País	Mortalidade infantil (por mil nascimentos) - 2015	Alfabetização (%) - 2015
Costa Rica	9,7	97,6
Guatemala	29,1	79,1
Honduras	20,4	88,4
América Latina e Caribe ³⁵	18,0	92,6
Nicarágua	22,1	82,5
Panamá	17,0	95,0
El Salvador	16,8	87,6

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

As reformas da década de 1990 levaram cada país participante do SIEPAC a adotar configurações diferentes para os respectivos sistemas elétricos. O primeiro país a passar pelas reformas foi a Costa Rica, em 1990, seguida pela Guatemala, em 1991. Esses países passaram de uma indústria de monopólio verticalmente integrado³⁶ de propriedade do Estado, para um modelo de comprador único. Com o prosseguimento das reformas, em 1996, o modelo setorial, no conjunto dos países, podia ser enquadrado, pelo menos, como sendo do tipo “comprador único”. Na segunda metade da década, Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Panamá estabeleceram um mercado de energia, aproximando-se do modelo “escolha do consumidor”, conforme descrito por Gonçalves Júnior (2008). O Banco Mundial, em estudo publicado em 2010, divide os países da América Central, quanto aos modelos da indústria de eletricidade, em dois blocos:

Guatemala, El Salvador, Nicaragua, and Panama have reformed their generation, transmission and distribution sectors and have competitive generation markets in place.

Honduras and Costa Rica retain a vertically integrated utility, and competition is limited to contracts for generation with the single buyer (ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES, 2010, p. 10).

Além de estruturas diferentes, os países possuem índices divergentes no atendimento à demanda de energia e matrizes de geração de eletricidade distintas. Observando os dados

³⁵ No caso dos dados da América Latina e Caribe, as informações de renda inferior a US\$ 1,90 datam de 2013 e a taxa de alfabetização, de 2010.

³⁶ Gonçalves Júnior (2008) descreve quatro modelos setoriais disseminados por instituições multilaterais: “monopólio verticalmente integrado”, onde a geração, transmissão e distribuição organizam-se numa mesma empresa; “comprador único”, caracterizado pela realização da geração de energia por vários agentes, buscando criar uma competição nessa área; “distribuidores regionais”, com a fragmentação da cadeia de produção e a participação de diversos agentes setoriais (vários distribuidores, transmissores e geradores participam do setor, com a atuação de grandes consumidores livres para compra energia do fornecedor que escolherem) e, por fim, o modelo “a escolha do consumidor”, com a possibilidade de escolha do fornecedor de energia elétrica ampliada para todos os consumidores, sem restrição alguma, também conhecido como “liberalização plena”.

(Gráfico 5.7), vê-se que, apesar da tendência ao aumento da eletrificação ao longo do tempo, com exceção da Costa Rica, todos os países apresentam índices inferiores à média da América Latina, nesse parâmetro. Entretanto, comparados entre si, mostram, também nesse caso, trajetórias desiguais e, de certa forma, não totalmente aderentes ao desempenho e ao perfil econômico e social. Enquanto a Costa Rica parte de um índice de cobertura já no patamar dos 90%, Honduras não chegava a 70% de população atendida, em plena década de 1990. El Salvador, Nicarágua e Panamá mostram uma evolução regular, de expansão, sem grandes variações, ao contrário de Honduras e Guatemala, que alternam períodos de avanço e estagnação. Honduras apresenta um salto considerável a partir de 2005, com um acréscimo de 20 pontos percentuais à sua cobertura, após um período de relativa estagnação entre 1995 e 2005. Além desse país, destaca-se o crescimento do atendimento em El Salvador, elevando-se em 23 pontos percentuais desde 1990, alcançando patamares próximos à média da América Latina no mesmo período.

Entre os dois extremos no processo de eletrificação regional, realça-se a Costa Rica, com o maior índice da eletrificação da região e Guatemala e Nicarágua, com os piores índices e baixa evolução ao longo dos anos. O caso da Costa Rica se apresenta como uma exceção em todos os sentidos, tendo atingido, aparentemente, uma situação de atendimento universal (crescimento vegetativo). Para alcançar a alta taxa de eletrificação, presente desde o início da série analisada (1990), a Costa Rica utilizou-se de um modelo de cooperativas rurais para o atendimento da população nessa região (BARNES e FOLEY, 2004). A viabilidade financeira da iniciativa aconteceu através de subsídios em forma de empréstimos de longo prazo, com baixas taxas de juros, provenientes da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) (BARNES, 2011).

Nicarágua e Guatemala apresentam os piores índices de eletrificação da região. No caso da Guatemala, o país conta, atualmente, como um projeto de ampliação da eletrificação rural, em parceria com o BID, chamado Projeto de Eletrificação Rural Multifásico (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2017). Esse projeto realiza-se com um empréstimo de US\$ 55 milhões, com o objetivo de alcançar um índice de eletrificação no país de 92,9% até 2019. Na Nicarágua, parte da dificuldade de atendimento da população reside na localização de comunidades em zonas de baixa densidade populacional, sem acesso ao sistema integrado de energia do país. Esse isolamento aumenta os custos o atendimento e, como há poucos recursos voltados para atender a demanda através de sistemas isolados, a ampliação da eletrificação do país é dificultada (ENERGYEDIA, 2017).

Diante de tais números, infere-se que a assinatura do acordo SIEPAC, sua construção e operação, ou mesmo os planos estabelecidos para investimentos na região (PPP), não produziram o impacto esperado na ampliação da eletrificação na América Central. Todavia, é nítido o esforço empreendido na superação dos péssimos indicadores apresentados pela maioria dos países no início dos anos 1990. De qualquer maneira, há uma flagrante desigualdade na oferta de infraestrutura de fornecimento de eletricidade, que pode interferir, também desigualmente, no estímulo a futuros investimentos, estrangeiros ou nacionais, bem como no aumento da atividade econômica doméstica e da qualidade de vida das populações de cada país.

Gráfico 5.7 - Percentual de eletrificação dos países centro-americanos, 1990-2012

Fonte: Autoria própria, a partir de Banco Mundial (2017).

Além disso, apesar do aumento recente da eletrificação da região, Gent e Tomei (2017) ressaltam que esse valor esconde significativas desigualdades, especialmente quanto à possibilidade de pagamento pelo fornecimento de eletricidade, além da qualidade e da sustentabilidade do fornecimento de energia elétrica. O Gráfico 5.8, apresentando a matriz de consumo final de energia dos países da região, mostra essa característica. Em comparação com o resto do mundo e com os países americanos fora da OECD³⁷, destaca-se o alto consumo proporcional de biomassa (principais fontes: lenha e carvão vegetal) e baixo consumo de eletricidade na Guatemala, Honduras e Nicarágua. O baixo índice de eletrificação nesses países e a dificuldade de a população pagar pelo custo da energia elétrica ajuda a

³⁷ Fazem parte da OECD os países americanos: Canadá, Chile, EUA e México.

compreender melhor o contexto regional. Adicionalmente, a presença maciça da biomassa aproxima essas matrizes daquelas dos países mais empobrecidos do mundo, onde a “energia não comercial” assume papel fundamental na sobrevivência das camadas mais desassistidas da(s) população(s).

Ressalta-se, ainda, nos demais países centro-americanos, o elevado consumo de derivados de petróleo. Por não produzirem quantidades relevantes desse combustível, esses países acabam dependentes da importação do insumo. Essa vinculação torna compreensível a adesão de países centro-americanos às iniciativas que facilitam o fornecimento de petróleo para a região, como o *Acuerdo de San Jose* ou a PetroCaribe. Como se observará à frente (Gráfico 5.8), a quantidade de energia elétrica produzida com derivados de petróleo na região também alcança patamares elevados, reforçando a sujeição do consumo de energia desses países à importação de combustíveis fósseis.

Gráfico 5.8 - Consumo final de energia por fonte, 2014

Fonte: Autoria própria, a partir de dados de International Energy Agency (2017).

O Gráfico 5.9 mostra a quantidade total de energia consumida em cada país do

SIEPAC, incluindo todos os setores de consumo (comercial, industrial e residencial). Comparando o crescimento do consumo de energia elétrica e o do PIB dos países da região (Gráfico 5.3), observa-se, a partir da década de 1990, que o crescimento econômico dos países analisados supera o aumento o consumo de energia elétrica. A partir de meados da década de 1990 e início dos anos 2000, o consumo de energia elétrica da região aumenta mais rapidamente. Na Costa Rica e na Guatemala, o crescimento do consumo de energia elétrica intensificou-se a partir dos anos 1990, período correspondente a um momento de elevação do PIB nos dois países (Gráfico 5.3). No Panamá, o crescimento no consumo de energia elétrica reforçou-se a partir da década de 2000, período de maior crescimento do PIB desse país. O caso de Honduras, contudo, demonstra acréscimo do consumo de energia elétrica sem um crescimento correspondente da economia. A situação pode ser explicada, ao menos parcialmente, pelo aumento da eletrificação do país na década de 2000 (*vide* Gráfico 5.6), passando de 67%, em 2000, para 82,2%, em 2012. El Salvador e Nicarágua, apesar de expandirem a eletrificação, permaneceram com uma taxa de crescimento do consumo de energia elétrica inferior aos demais países da região, situação que equivale às taxas de crescimento econômico mais baixas desses países.

Gráfico 5.9 - Consumo total anual de energia elétrica

Fonte: Autoria própria, a partir de dados da Banco Mundial (2017).

O Gráfico 5.10 compara a intensidade elétrica (consumo de eletricidade/PIB) dos

países estudados, no início (1970) e no final (2015) da série histórica de consumo de energia elétrica. A opção por esse indicador (em detrimento do convencional, intensidade energética) buscou refletir o tema deste tópico - integração elétrica - e visou, também, melhor compreender a relação entre o consumo de eletricidade, a economia e o papel do SIEPAC.

Observa-se o declínio da intensidade elétrica de todos os países da América Central, acompanhando o restante do mundo, com exceção de Honduras. No caso dos países centro-americanos, tendências opostas concorrem a respeito dessa intensidade: por um lado, o aumento da eletrificação tende a elevar este indicador, por outro, a elevação da participação do setor de serviços pode pressionar para uma diminuição da intensidade. Uma decomposição das estruturas econômicas e energéticas da região permitiria identificar, com mais clareza, a origem das diferenças na tendência referente à intensidade de energia elétrica no PIB observada em Honduras e no restante da América Central.

Comparando os demais países centro-americanos, a baixa intensidade observada na Nicarágua parece decorrer da grande presença da agricultura no PIB do país (próximo de 20%), atividade com uma menor necessidade de consumo de energia elétrica (*vide* Gráfico 5.2). Panamá e Costa Rica possuem, por sua vez, os maiores percentuais de PIB alocados no setor de serviços, também menos intenso em eletricidade do que o setor industrial. Contudo, para compreender de maneira mais direta as intensidades elétricas dos países centro-americanos, necessita-se de um aprofundamento analítico sobre os aspectos de consumo dos países envolvidos, que se estendem para além do escopo desse trabalho.

Gráfico 5.10 - Intensidade de uso da energia elétrica para a formação do PIB, 1970-2014

Fonte: Autoria própria, a partir de Banco Mundial (2017) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017a).

O Gráfico 5.11 indica o consumo de energia elétrica *per capita* em cada um dos países do SIEPAC, comparando com os valores médios da América Latina. Nesse caso, também se observam as divergências internas. O consumo *per capita* do Panamá e da Costa Rica aproxima-se das quantidades consumidas na média na América Latina, com os demais países do SIEPAC encontrando-se em patamares inferiores. Tal tendência reflete o patamar mais elevado do PIB per capita costarriquenho e panamenho, em comparação com os demais países (Gráfico 5.2). Parte da diferença no consumo de energia elétrica per capita entre os países corresponde, também, às diferenças nas matrizes de consumo final de energia em cada país. Verifica-se (Gráfico 5.8), no caso da Costa Rica e do Panamá, uma participação maior da eletricidade no consumo final de energia, em comparação com os demais países da região, que utilizam, com mais frequência, energia proveniente da biomassa. Observa-se, ainda, diferenças entre o crescimento do consumo per capita e da eletrificação, como no caso do Panamá, onde a eletrificação (Gráfico 5.7, página 89) encontra-se em patamares de 90%, inferiores aos da América Latina e Caribe (96%), apesar do consumo de eletricidade per capita no país aproximar-se dos índices da região latino-americana. Essa diferença parece decorrer de uma distribuição desigual do consumo energia dentro do país.

Gráfico 5.11 - Consumo anual per capita de energia elétrica (KWh per capita) – 1971 - 2013

Fonte: Autoria própria, a partir de Banco Mundial (2017).

O Gráfico 5.12 compara, para diferentes anos entre 1990 e 2015, a distribuição do consumo de energia elétrica total na América Central, dividido nos setores residencial, industrial, comercial e outros (inclui serviço público e agricultura). Entre os países centro-americanos ocorreu, nas últimas décadas, um crescimento no consumo comercial. Tal situação pode decorrer do aumento da participação desse setor no PIB, em especial nas duas das maiores economias da região: Costa Rica e Panamá (Gráfico 5.5). O decréscimo da participação industrial no consumo de energia corrobora a indicação de uma diminuição na intensidade de utilização de energia elétrica na economia da maioria dos países centro-americanos, com exceção de Honduras (*vide* Gráfico 5.10). Contudo, não explica o aumento da participação industrial no PIB. A aparente contraposição entre os dois aspectos da indústria (aumento da participação no PIB e queda na intensidade de uso energia elétrica) pode ser justificada por uma elevação da presença de outras fontes de energia na indústria (gás natural e cogeração) ou do aumento da eficiência energética nesse setor econômico. Uma decomposição e análise do consumo de energia na indústria dos países centro-americanos ajudaria a compreender as variações nos indicadores energéticos e econômicos.

O consumo residencial aparece como majoritário e significativamente superior ao

industrial e comercial, tanto na perspectiva histórica, agregada (Gráfico 5.12), quanto na consideração individual dos países, em um ano específico (Gráfico 5.13). Este pode ser um indicativo de vários tipos de situações, indo de um extremo positivo, como o aumento da eficiência no uso da energia nos demais setores; ao extremo oposto, negativo, de sinalização de reduzida atividade econômica nos demais setores. Qualquer afirmação exige investigação mais detalhada, que foge aos propósitos imediatos dessa pesquisa, a qual por isso, abster-se-á de tecer maiores considerações sobre o assunto.

Gráfico 5.12 - Participação setorial no consumo de energia elétrica da América Central, 1990 - 2015

Fonte: Autoria própria, a partir de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017b) e International Energy Agency (2017).

Analisando a distribuição setorial do consumo de energia nos países centro-americanos, conforme apontado no Gráfico 5.13, identifica-se a prevalência, nas economias “mais afluentes” da região, Costa Rica e Panamá, a predominância do setor Comercial (serviços), no consumo de energia elétrica - ambos os países possuem o maior índice de consumo no setor na América Central. Já no setor industrial, Costa Rica e Panamá apresentam os menores percentuais de consumo do setor na região. Essa tendência aproxima-se da verificada em países centrais, que passam, recentemente, por um período de predominância do consumo de energia elétrica no setor de serviços, em comparação ao decréscimo no consumo dos setores industriais. Em El Salvador e na Nicarágua, sobressai a participação ampla da indústria no consumo de energia, apesar da baixa intensidade energética dos países (Gráfico

5.10), uma maior investigação a respeito do setor industrial dos países evidenciaria a composição do consumo de eletricidade desse setor de maneira mais elucidativa.

Gráfico 5.13 - Participação setorial no consumo de energia elétrica da América Central - 2015.

Fonte: Autoria própria, a partir de International Energy Agency (2017).

Analisando a participação das fontes na geração, os Gráficos 5.14 e 5.15 apresentam dados de capacidade instalada dos países em 2000, antes do início do funcionamento do MER, e em 2015, após a finalização da linha de transmissão do SIEPAC, concluída em 2014. Em 2000, a geração nos países da América Central concentrava-se em hidrelétricas e térmicas. Posteriormente, cresce a participação da geração eólica, térmica e cogeração entre os países centro-americanos. Em alguns países, como a Guatemala, fontes diversas acabam contribuindo de maneira relevante na matriz de geração. No caso desse país, o crescimento da cogeração levou essa forma de geração de eletricidade a alcançar patamares de capacidade instalada semelhantes às fontes hidráulica e térmica. Em termos das diferenças de capacidade instalada dos países, Costa Rica e Panamá contavam, em 2015, com a maior participação da hidroeletricidade em sua matriz, respondendo por 63% e 54% da capacidade instalada, respectivamente. Nos demais países, predomina a fonte térmica como majoritária na matriz. Avaliando a informação agregada dos países do SIEPAC, constata-se a diminuição da participação das fontes hidrelétrica e térmica, entre 2000 e 2015. Contudo, essas permanecem como as mais representativas da região, com uma participação somada de 76,9%.

Gráfico 5.14 - Matriz de oferta (total) dos países do SIEPAC (GW) - 2000 e 2015

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2001; 2017b).

Gráfico 5.15 - Matriz de oferta (total) do conjunto dos países SIEPAC (GW) – 2000 e 2015

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2001; 2017b).

Na América Central, as usinas térmicas utilizam, em sua quase totalidade, combustíveis líquidos, como óleo combustível e diesel para geração de eletricidade (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2017b). Como a região produz pouco petróleo, a geração elétrica fica comprometida com a importação de derivados de outras regiões. Essa situação acaba por submeter os custos da geração de energia elétrica na região às mudanças de preço do petróleo e derivados no mercado internacional. A dependência dos preços internacionais de combustível para a geração de eletricidade impacta,

em última instância, os processos de integração energética através do SIEPAC, dificultando a diminuição das tarifas, um de seus objetivos.

5.1.3 Estrutura, funcionamento e resultados

O SIEPAC compõe-se de duas partes relacionadas e que funcionam em conjunto:

- a) A estrutura física, a linha de transmissão, com o nome oficial de *Red de Transmisión Regional* (RTR). Estende-se por de 1.790 Km, com 230 kV e 28 baias de acesso em 15 subestações (fig. 2). A rede possui uma capacidade de transmissão de 300 MW. A Tabela 5.2 apresenta a extensão da linha no território de cada país, com as interconexões, extensão por trecho e data de entrada em operação de cada subsistema. A figura 3 mostra as interconexões (subestações) entre os países, através do SIEPAC e as interconexões existentes antes do SIEPAC, realizadas bilateralmente entre os países centro-americanos. Na figura em questão, as linhas mais espessas são as do SIEPAC e as demais das interligações bilaterais;
- b) O Mercado de Energia Regional (MER), criado para operacionalizar as transações comerciais entre os agentes (distribuidores e geradores) dos países participantes do SIEPAC, funcionando sob as regras do *Tratado Marco del Mercado Eléctrico de América Central*.

Tabela 5.2 - Operação e extensão das Interconexões do SIEPAC

País	Interconexão	Entrada em operação	Extensão por trecho	Extensão por país
Costa Rica	Río Claro – Fronteira Panamá	31/dez/10	22,63	492,81
	Fronteira Nicarágua – Cañas	23/nov/11	129,68	
	Cañas – Parrita	22/ago/12	159,24	
	Palmar Norte – Río Claro	31/ago/12	50,7	
	Parrita – Palmar Norte	01/out/14	130,56	
El Salvador	Fronteira Guatemala – Ahuachapán	22/jan/12	18,97	287,65
	Ahuachapán – Nejapa	29/fev/12	89,91	
	Nejapa – 15 Septiembre	29/fev/12	85,59	
	15 Septiembre – Fronteira Honduras	29/fev/12	93,18	
Guatemala	Aguacapa – Fronteira El Salvador	22/jan/12	99,49	282,86
	Guate Norte – Panaluya	26/ago/12	109,91	
	Panaluya – El Florido	26/ago/12	73,46	

Continua

Continuação

País	Interconexão	Entrada em operação	Extensão por trecho	Extensão por país
Honduras	Fronteira El Salvador – Aguacaliente	29/fev/12	54,39	270,07
	El Florido – San Buenaventura	19/mar/12	141	
	San Buenaventura – Torre 43	19/mar/12	14	
	Aguacaliente – Fronteira Nicarágua	31/jan/13	60,68	
Nicaragua	Ticuanatepe – Fronteira Costa Rica	23/nov/11	125,98	305,64
	Fronteira Honduras – Sandino	31/jan/13	144,88	
	Sandino – Ticuanatepe	31/jan/13	64,78	
Panamá	Fronteira Costa Rica – Veladero	31/dez/10	150,2	150,2

Fonte: Autoria própria, a partir de *Empresa Proprietaria de la Red* (2017). Obs.: trechos em km.

Figura 5.2 - Interconexões entre os países centro-americanos (do SIEPAC e fora do SIEPAC) e nomenclatura das subestações (espanhol)

Fonte: Proyecto Mesoamérica (2017).

A presença de interligações bilaterais paralelas às conexões da RTR levanta questionamentos sobre a justificativa de não utilizar as conexões pré-existentes para realizar a interligação entre todos os países centro-americanos. Em alguns casos, uma mesma subestação (como Ahuachapán, em El Salvador) conecta-se com a rede bilateral e com a RTR, situação que parece economicamente injustificável, acabando por elevar os custos do projeto.

Junto ao SIEPAC, aproveitando a infraestrutura do projeto, construiu-se uma rede de telecomunicações entre os países da América Central, chamada Rede de Transporte de Banda Larga Regional, operada e administrada pela empresa *Red Centroamericana de Telecomunicaciones* (REDCA). O desenvolvimento da rede de telecomunicações ocorre como uma das iniciativas do chamado *Proyecto Mesoamérica*, dentro dos planos da chamada *Autopista Mesoamericana de la Información* (AMI), conjunto de infraestruturas física, lógicas e instrucionais orientadas para melhorar a conectividade das redes de telecomunicações entre os países da América Central (incluindo Belize), México, Colômbia e República Dominicana (PROYECTO MESOAMÉRICA, 2015). Ao interligar as telecomunicações, permite-se uma economia de escala e de escopo, ampliando as possibilidades de produção e apropriação de renda e possibilitando o aumento das vantagens para investidores na região. Devido às limitações econômicas dos países centro-americanos, a atratividade da implantação de tal rede seria baixa para o capital privado. Sem a presença do Estado, a região passaria por dificuldades para obter a tecnologia mais avançada de informação e comunicação; entretanto, uma vez construída, o capital estrangeiro teria maior interesse em explorá-la e a seus benefícios.

A construção de uma rede de telecomunicações entre os países do SIEPAC é imprescindível, ainda, para a operação simultânea dos sistemas elétricos, por operacionalizar o monitoramento dos fluxos físicos, entradas e saídas de energia nos pontos de interconexão, permitindo, enfim, as transações comerciais em tempo real, características de mercados como o MER. A figura 3 apresenta a configuração da REDCA.

Figura 5.3 - Rede do REDCA

Fonte: Red Centroamericana de Telecomunicaciones (2017).

Após a assinatura do Tratado Marco, em 1996, o BID e o governo da Espanha responderiam pelo investimento para a construção da linha de transmissão, com assistência técnica e suporte para estudos sobre a linha e o mercado. Contudo, devido às incertezas decorrentes das reformas dos setores elétricos dos países centro-americanos e questionamentos quanto à estrutura dos empréstimos, os documentos referentes ao processo não haviam sido assinados até 2001 (ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES, 2010). Nesse ano, o BID decidiu pela reformulação do pacote de empréstimos, incluindo as concessionárias de energia de Honduras e Nicarágua. Também contribuíram para o financiamento do projeto o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE); o Banco Nacional de Comércio Exterior Bancomext, do México (público); o Banco Davivienda, da Colômbia (privado); o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), além da contribuição de acionistas do SIEPAC. A Tabela 5.3 apresenta os montantes financiados por cada entidade. O valor da obra superou o inicialmente orçado, de US\$ 405 milhões (tabela 5.3).

Tabela 5.3 - Fontes de financiamento do SIEPAC

Fonte de financiamento	Montante (USD milhões)	%
BID	253,5	50,2
BCIE	109	21,6
CAF	15	3
BANCOMEXT	44,5	8,8
Davivienda	11	2,2
Outros	13,5	2,7
Aporte de acionistas	58,5	11,6
Total	505,0	100%

Fonte: Proyecto Mesoamérica (2017).

A presença de bancos colombianos e mexicanos como investidores do SIEPAC reflete uma tendência ao aumento da participação desses países na América Central e permite inferir algumas das bases nas quais ela se dá. Segundo a *Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia* (2015), conglomerados desse país possuíam cerca de 20% de todo o capital do sistema bancário da América Central, incluindo participações em El Salvador (54%), Nicarágua (24%) e Panamá (23%).

A presença do banco mexicano na iniciativa reflete a maior interação recente do México com os países centro-americanos, em iniciativas como o *Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla Gutiérrez* e o *Proyecto Mesomaerica*. Apesar da falta de estatísticas detalhadas sobre investimentos diretos mexicanos na América Central, o jornal *El Financiero* (2017b) indica que a região é o quinto destino mais importante de

investimentos diretos mexicanos, com cerca de 9 bilhões de dólares investidos. Mais de uma centena de empresas mexicanas, entre fábricas, distribuidoras e prestadoras de serviço possuem presença na América Central, em áreas como produção de produtos agroindustriais, indústria de plástico e de papel, formulação e produtos agroquímicos, produção de azeites, manufaturas de ferro, serviços de engenharia, entre outros. O investimento no SIEPAC, portanto, corresponde à busca por uma maior presença mexicana na América Central, não apenas através de acordos comerciais, mas com a presença de investimentos diretos na região.

Com as obras iniciadas em 2006, o planejamento inicial do SIEPAC projetava o término da construção em 2011. Contudo, apesar da maioria dos países ter concluído suas obras entre 2011 e 2012, a finalização da RTR ocorreu somente em 2014, com a última interligação, na Costa Rica (Parrita – Palmar). Entre os problemas ocorridos relatam-se dificuldades nas desapropriações de terrenos e na obtenção de licenças ambientais (LA NACION, 2014).

Além das conexões internas, México e Colômbia possuem projetos adicionais de interconexão com países do SIEPAC. A Figura 5.4 apresenta as interconexões do SIEPAC (em azul) e as ligações externas (em vermelho). Os círculos amarelos representam as subestações. O México conecta-se à Guatemala nas subestações Tapachula (MX) e Los Brillantes (GU) - 103 km de extensão e 400 kV -, permitindo a transmissão de 200 MW do México para Guatemala e 70 MW no sentido contrário, a um custo de 55,8 Milhões de dólares. Esta interconexão ocorre de maneira bilateral, fora do âmbito do SIEPAC, entre a *Comisión Federal de Electricidad* (CFE), do México e o *Instituto Nacional de Electrificación* (INDE), da Guatemala.

A interconexão entre Panamá e Colômbia ainda se encontra em estudo. Essa linha permitirá a transmissão de 300 MW, inicialmente, e 600 MW, posteriormente, ao custo de US\$ 500 milhões. Em 2009, iniciaram-se as operações da companhia binacional de interconexão Colômbia-Panamá, responsável por viabilizar, projetar, construir e operar a conexão entre os dois países. A colombiana *Interconexión Eléctrica S.A.* (ISA) e a panamenha *Empresa de Transmisión Eléctrica S.A.* (ETESA) detêm a propriedade da companhia. Diferenças regulatórias entre os países, contudo, dificultam o desenvolvimento do projeto. Segundo estudos prévios, a Colômbia exportaria energia para o Panamá em 80% do tempo (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2013).

Figura 5.4 - Conexões internacionais com o SIEPAC – México e Colômbia

Fonte: *Proyecto Integración y Desarrollo Mesoamérica* (2017).

O Tratado Marco e o seu primeiro protocolo determinaram três órgãos para compor a estrutura institucional criada para a operação do MER: a EPR, sociedade de direito privado, responsável por desenhar, financiar, construir e manter o SIEPAC; a CRIE, com a função de regular MER e o EOR, ente operador do mercado regional (*vide* tópico 5.1.1 Antecedentes, página 76). A incorporação da EPR ocorreu em 1999; a CRIE iniciou seu funcionamento em 2000; o EOR, em 2001 e o MER passou a operar em 2002 (antes da construção da linha de transmissão do SIEPAC, as transações internacionais ocorriam nas redes de transmissão bilaterais). Compõe, também, a estrutura institucional do SIEPAC o *Consejo Director del MER* (CDMER), responsável por desenvolver o MER e facilitar o cumprimento dos compromissos estabelecidos, além de coordenar as interrelações com os outros organismos regionais: a CRIE e o EOR. A Figura 5.5 apresenta as entidades criadas no Tratado Marco para o funcionamento do MER.

Figura 5.5 - Estrutura institucional do MER

Fonte: Autoria própria.

O Tratado Marco estabeleceu a CRIE como uma entidade supranacional, com

sua própria jurisdição e poderes subordinado às leis públicas internacionais. Dessa forma, a CRIE estabelece-se fora da jurisdição das cortes nacionais, sujeitando-se à Corte Centro-Americana de Justiça³⁸. Tal possibilidade permite ao órgão regulador ter capacidade jurídica para cumprir os atos, contratos e operações necessários para o funcionamento do MER. Seu quadro dirigente compõe-se de um representante de cada país membro, designado pelos governos nacionais. A CRIE atua, também, coordenando os entes reguladores nacionais, para o estabelecimento de medidas regulatórias que assegurem o funcionamento do MER, através da constituição de regramentos para eliminar barreiras à transação internacional de energia elétrica.

O EOR responsabiliza-se por prover informações ao mercado, além de conduzir estudos de planejamento e expansão da RTR. O operador também coordena o mercado de transações, verificando as possibilidades técnicas das operações propostas pelos agentes de mercado, utilizando as informações recebidas dos operadores nacionais para coordenar o despacho da rede regional (ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES, 2010). Compõem a diretoria do EOR dois diretores de cada país da iniciativa.

No âmbito da integração elétrica entre os países, o MER funciona como um sétimo mercado, operando em sobreposição aos mercados dos países participantes da iniciativa, com um despacho de dia seguinte de preços nodais. Dessa forma, as instituições do MER atuam de forma conjunta com os organismos nacionais de operação e regulação dos países centro-americanos. O despacho da RTR ocorre da seguinte forma: i) os operadores nacionais elaboram o pré-despacho sem levar em conta os intercâmbios internacionais; ii) os operadores nacionais informam o EOR das ofertas de injeção e retirada de oportunidades³⁹ dos nós da RTR e os compromissos de contratos correspondentes a ofertas de flexibilidade associadas; iii) os operadores nacionais recebem do EOR as transações programadas e os compromissos contratuais para o dia seguinte, com prioridade para o atendimento às necessidades nacionais, em cada país.

Proprietária da linha de transmissão, a EPR constituiu-se inicialmente com sete

³⁸ A Corte Centro-Americana de Justiça foi criada em 1991, no Protocolo de Tegucigalpa da carta da ODECA, com objetivo de garantir o direito, em interpretação e execução desse Protocolo e os instrumentos ou atos derivados (CORTE CENTROAMERICANA DE JUSTICIA, 2017). A jurisdição e a competência regional da corte são de caráter obrigatório para os Estados.

³⁹ O mercado de oportunidades organiza-se com base nas ofertas e demandas que cada país coloca à disposição do MER. Ocorre no curto prazo, baseando-se em ofertas horárias de injeção ou retirada de energia elétrica dos nós da RTR, apresentados pelos agentes habilitados com um dia de antecedência.

acionistas: as empresas públicas dos países signatários do Tratado Marco e a espanhola ENDESA, que aportou US\$ 4,5 milhões ao investimento. Em 2005, incorporaram-se a colombiana ISA e, em 2008, a mexicana CFE. Em 2013, cada uma das nove empresas participantes da EPR respondia por um capital de US\$ 6,5 milhões, totalizando US\$ 58,5 milhões. Uma Junta Diretiva controla a empresa de transmissão, responsabilizando-se pela repartição dos dividendos, distribuídos em parcelas idênticas, entre as empresas participantes.

Apesar da conclusão da RTR ter ocorrido apenas em 2014, as transações de energia entre os países centro-americanos ocorrem desde a construção da primeira linha de transmissão entre Honduras e Nicarágua, em 1975. Na região, os intercâmbios de energia sempre foram modestos, ocorrendo em momentos de situações emergenciais, ou de excedentes de geração hidrelétrica, em função de condições climáticas favoráveis (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2013).

O Gráfico 5.16 apresenta a quantidade total de energia consumida (internamente) nos países centro-americanos e a quantidade transacionada (comércio internacional) entre os países participantes do SIEPAC. Após o estabelecimento do MER, em 2002, a quantidade de energia transacionada entre os países centro-americanos decresceu de 991 GWh, em 2002, para 219 GWh em 2006, menor patamar na série analisada. Posteriormente, em 2015, após o término da construção da linha de transmissão (finalizada em 2014), o volume transacionado cresceu para 193 GWh.

Gráfico 5.16 - Energia transacionada (SIEPAC) e consumida (interna) – 2000 - 2015

Fonte: Autoria própria, a partir de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2017).

O Gráfico 5.17 apresenta o percentual da energia transacionada em relação ao total de energia consumida na região. A quantidade de energia transacionada entre os países da região chegou a representar apenas 0,6% do total consumido, no ano de 2006. Mesmo após o término da construção da RTR, em 2014, os percentuais de intercâmbio de energia na América Central não superaram índices de períodos anteriores à construção. O baixo percentual de energia transacionada no SIEPAC levanta questões sobre a pertinência da iniciativa para os países centro-americanos. Apesar do SIEPAC ocupar uma posição de relevância nos projetos de desenvolvimento da região (*Proyecto Mesoamérica*) e da longa gestação da iniciativa de integração elétrica da América Central, os benefícios do projeto não parecem direcionar-se aos países envolvidos diretamente na iniciativa.

Gráfico 5.17 - Percentual de energia elétrica transacionada na América Central em relação à energia elétrica consumida – 1999 - 2015

Fonte: Autoria própria, a partir de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2017).

Os Gráficos 5.18 e 5.19 apresentam, respectivamente, a exportação e a importação de eletricidade entre os países, no SIEPAC. A Guatemala foi o maior exportador de energia no período, representando entre 34% (2010) e 62% (2015) do total regional. El Salvador foi o maior importador, correspondendo a, pelo menos, 50% de toda energia importada. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2013), a queda na importação de El Salvador em 2005 e 2010 resultou de uma estratégia estatal para reduzir internamente os preços da eletricidade, já que a energia importada, à época, atrelava-se a elevados preços de combustível. Observa-se, ainda, que a tendência das transações de energia não sofreram alteração relevante com o início de operação do MER, ou com o término da construção da RTR.

Gráfico 5.18 - Energia elétrica exportada no SIEPAC (GWh), 1999 - 2015

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2001; 2006; 2011; 2015)

Gráfico 5.19 - Energia elétrica importada no SIEPAC (GWh)

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2001; 2006; 2011; 2015)

A baixa utilização da rede por alguns países membros gera preocupações em torno do projeto. O jornalístico La Prensa (2016) critica a baixa participação da Nicarágua na iniciativa, país com a segunda mais baixa quantidade de energia elétrica transacionada no SIEPAC, em 2014 (historicamente, o país oscilou entre a menor ou segunda menor quantidade de energia transacionada). A reportagem destaca, ainda, a baixa capacitação de profissionais voltados para a atuação na área de energia elétrica no país. Apesar da baixa participação da Nicarágua no comércio intraregional de energia, o

gerente regional de Comunicação do *Proyecto Mesoamérica*, Ronald Gonzáles, continuou afirmando a necessidade de construção e investimentos em mais linha de transmissão, como uma forma de alcançar um comércio de energia que beneficie todas as populações da região.

Parte da baixa quantidade de energia transacionada explica-se na falta de investimentos na infraestrutura nacional dos países participantes. As limitações de redes internas dos países centro-americanos impedem-nos de utilizar a capacidade total, de 300 MW, da rede do SIEPAC. Segundo reportagem da Prensa Libre (2017), as interconexões entre Honduras e Nicarágua chegam a apenas 210 MW e entre Nicarágua e Costa Rica alcançam 200 MW. Ainda, para utilização total da linha, o jornal aponta a necessidade de US\$ 60 milhões adicionais de investimento nas linhas de transmissão internas desses países. A situação evidencia contradições entre a amplitude e as pretensões do SIEPAC e as condições existentes nos países envolvidos, apesar dos volumes financeiros envolvidos, e também nas pretensões de a integração promover melhorias para os países envolvidos. Os planos do SIEPAC encontram barreiras na própria rede de transmissão interna dos países da América Central, demonstrando interesses e intenções desconexas com as realidades das nações envolvidas.

A matéria da Prensa Libre (2017) destaca, ainda, a questão da regulação. Apesar do atual representante da Guatemala na CRIE, Luís Ortíz, afirmar que a regulação estabeleceu as normativas necessárias para a assinatura de contratos de longo prazo, estes ainda não se concretizaram, demonstrando dificuldade na operacionalização dos aspectos comerciais da integração energética através do SIEPAC.

Outra anomalia de funcionamento no SIEPAC tem sido a superposição de interesses no uso da linha. Conforme El Financiero (2017a), Nicarágua, El Salvador e Honduras utilizam a rede do SIEPAC para distribuição doméstica de energia, prejudicando o potencial internacional de transmissão. A reportagem destaca ainda que a intermitência das fontes renováveis tem criado dificuldades na conexão de alguns países à RTR.

Em relatório sobre o SIEPAC, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2013) pontua seis aspectos, considerados debilidades, que tem limitado as quantidades de energia transacionadas pelo SIEPAC:

- a) Síndrome da independência energética: os planos de expansão da transmissão

interna, nos países centro-americanos, não consideram a possibilidade de exportação e importação de quantidades firmes de energia, considerando-as somente para ajuste de demanda;

- b) Diversidade da organização do setor elétrico: apesar de funcionar como um sétimo mercado, a presença de países com estrutura diversificadas dificulta o funcionamento do MER. O relatório aponta para uma dificuldade de respaldo das informações provenientes dos países com monopólios verticalmente integrados, o que aumentaria a desconfiança de investimentos privados;
- c) Crise financeira de 2008: A crise mundial afetou o consumo de energia dos países do SIEPAC, prejudicando, ainda que conjunturalmente, o funcionamento do MER;
- d) Instabilidade regulatória: O aumento do preço do petróleo no mercado internacional levou ao aumento do custo da geração de energia elétrica nos países centro-americanos, pressionando os governos para agirem no sentido de diminuir o efeito sobre a população. Essa situação gerou subsídios e aumentou a opacidade sobre a regulamentação dos mercados. O caso de El Salvador, que reduziu os custos de energia elétrica subsidiando a aquisição de combustível e diminuiu o intercâmbio do país, exemplifica a situação;
- e) A debilidade institucional da CRIE: O regulador não conseguiu se estabelecer em um papel de referência para o funcionamento do MER. A dificuldade de capacitação profissional afeta o órgão regulador;
- f) Papel dos reguladores nacionais: O organismo diretor da CRIE compõe-se de indicados dos governos participantes. Em geral, os indicados pertencem a órgãos reguladores nacionais, que participam simultaneamente das atividades na CRIE. Contudo, o aumento das exigências para operacionalização do MER torna necessário profissionais com dedicação exclusiva para a gestão do mercado. Além disso, a posição de defesa da “soberania” dos membros participantes da diretoria da CRIE dificulta o processo de integração. O relatório cita a condução bilateral dos acordos entre Guatemala e México e do Panamá com a Colômbia como pontos de dificuldade no processo de integração.

Analisando as críticas realizadas no relatório da CEPAL, observa-se a consideração do processo de integração energética como essencialmente benéfico às nações envolvidas, com censuras a posições de países em preservar a capacidade de

abastecimento do mercado interno, considerando tal posição uma “síndrome” e criticando a defesa da “soberania” nacional. Contudo, o SIEPAC não parece beneficiar toda a população dos países centro-americanos. Dificuldades enfrentadas em aspectos energéticos, como baixas taxas de eletrificação ou linhas de transmissão internas com baixa capacidade, criam obstáculos e levantam questões quanto à condução do projeto de integração.

Os desencontros entre as necessidades dos países centro-americanos e as promessas expressas durante o planejamento do SIEPAC geram dúvidas sobre a alocação de ganhos com a iniciativa. Justifica-se o investimento realizado pelos países centro-americanos na construção do RTR, sendo que as transações de energia alcançam menos de 4% da carga total da América Central? As redes bilaterais já existentes antes da RTR não atenderiam às necessidades de transações internacionais entre os países centro-americanos, permitindo que os recursos fossem empregados na mitigação das ainda existentes mazelas sociais?

O relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2013) apresenta, ainda, como prejudicial ao sucesso do SIEPAC, as diferentes estruturas regulatórias dos países centro-americanos, situação descrita no item anterior, com Costa Rica e Honduras possuindo mercados de energia elétrica mais fechados à participação do setor privado. O estabelecimento do MER, pautado em princípios liberalizantes de comercialização de energia, pode acabar por pressionar os países a padronizarem suas regulamentações nesse sentido.

Mera (2015) interpreta a criação e o desenvolvimento do SIEPAC como uma estratégia para expansão da presença do capital estrangeiro e privado no setor de geração, nos países centro-americanos. A partir das reformas dos setores elétricos desses países, a presença de capital privado no setor aumentou, conforme evidenciado no Gráfico 5.20. Essa situação é compatível com o observado nos demais países latino-americanos, onde as reformas ocorridas nos anos 1990 procuraram estimular a presença da iniciativa privada no setor, abrindo novos espaços para elevar a lucratividade do capital.

Gráfico 5.20 – Propriedade das usinas na América Central (GWh) – 1995 - 2015

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2001; 2006; 2011; 2015)

A participação do capital privado foi estimulada, também, pelo condicionamento da concessão de créditos pelo BID à participação de empresas privadas para a construção do sistema SIEPAC. Essa situação levou à contratação de empresa ítalo-argentina Techint S.A. para construir as interconexões entre Guatemala, Honduras e El Salvador e do consórcio espanhol Abengoa-Inabensa, na construção das interconexões entre Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Durante a construção, a EPR contratou, ainda, a empresa de consultoria canadense Dessau Soprin para supervisão da construção da linha de transmissão e das baias de acesso (MERA, 2015). Essa participação de empresas transnacionais na construção do SIEPAC ajuda a compreender a iniciativa como uma nova abertura da possibilidade de ganhos para o capital internacional. Assim, a integração elétrica da América Central passa a atender interesse de empresas localizadas em países de fora da região.

Outra possibilidade de ganho financeiro decorrente do SIEPAC encontra-se entre as distribuidoras da América Central, participantes do MER. Após a liberalização do setor elétrico, a propriedade das empresas distribuição modificou-se de diversas maneiras, prevalecendo, contudo, o capital privado estrangeiro na composição (MERA, 2015). Em 2016, a maioria das empresas de distribuição era de propriedade de grupos transnacionais. Nesse ano, sete empresas distribuíam 89% de toda energia da América

Central. Distribuidora com maior mercado regional, a colombiana *Empresas Públicas de Medellín* (EPM) - presente nas regiões metropolitanas de El Salvador, Guatemala e Panamá - atendia 22% de todo o consumo centro-americano, seguida pelas estatais ICE (Costa Rica) e ENEE (Honduras), com 18% e 12%, respectivamente. O Gráfico 5.21 apresenta as principais empresas distribuidoras da região e o seu percentual de atendimento do mercado centro-americano.

Gráfico 5.21 - Divisão do mercado de distribuição de energia na América Central, 2015

Fonte: Autoria própria, a partir de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017b).

Para as distribuidoras, o principal benefício do SIEPAC envolveria o aumento

do consumo esperado na região. A participação no setor de compra (distribuição) e venda (geração) de energia ainda oferece vantagens comparativas para as empresas participantes do MER (MERA, 2015).

As participações das empresas de acordo com o setor e país encontram-se na Tabela 5.4. A ampla participação de empresas estrangeiras nos setores elétricos dos países centro-americanos indica que os potenciais benefícios do SIEPAC, com os eventuais ganhos de escala ou a possibilidade de aquisição de energia com custos mais baixos, acabariam por concentrar-se nessas empresas. No caso da distribuição, a regulamentação de cada país alocaria os benefícios de acordo com a estrutura tarifária. Para a geração, contudo, seguindo os princípios apregoados na liberalização dos setores elétricos centro-americanos, com o livre acesso à rede e a produção independente de energia, potenciais ganhos financeiros ocorreriam de maneira direta.

Outros potenciais beneficiários do SIEPAC seriam os demais agentes do mercado (comercializadores e grandes consumidores). Ao todo, segundo Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017b), 215 agentes (entre geradores, distribuidores, transmissores, comercializadores e grandes consumidores) participavam do mercado em 2015, divididos nos países da seguinte forma: 100 na Guatemala, 40 em El Salvador, 38 no Panamá, 33 na Nicarágua, 2 em Honduras e 2 em El Salvador.

Tabela 5.4 - Empresas participantes dos segmentos de geração e distribuição na América Central - 2015

Empresa	Distribuição		Geração	
	País	Subsidiária	País	Subsidiária
EPM	Guatemala	EEGSA	Guatemala	Genhidro
	Panamá	ENSA	Panamá	Hidroecológica del Teribe
	El Salvador	Del Sur		
Egas Natural fenosa	Panamá	Edemet Edechi	Costa Rica	U. Fenosa
AES	El Salvador	CAESS	El Salvador	AES El Salvador
		EEO		
		Deusem		
		Clesa		
IC Power	Guatemala	Deocsas	Nicarágua	Amayo I
				Amayo II
				Corinto
		Deorsa	Panamá	Pedregal
				Kanan
			El Salvador	Nejapa Power
			Guatemala	Puerto Quetzl

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017b).

Em termos dos benefícios sociais propagados a favor da implementação do SIEPAC, Mera (2015) indica um aumento na confiabilidade do sistema e ampliação do acesso à eletricidade. Contudo, o jornal *El Financiero* (2017a) indicou que Nicarágua, Guatemala e Honduras possuem parte relevante da população sem acesso à energia elétrica. Conforme o Gráfico 5.7 (página 89), esses países possuíam, respectivamente, em 2014, uma taxa de eletrificação de 82%; 85% e 89%, abaixo do índice médio da América Latina, onde 97% da população possuía acesso à energia elétrica. Essa situação levanta questionamentos sobre as prioridades de investimento dos países centro-americanos. Com parte relevante da população ainda sem acesso à energia elétrica, o financiamento de um grande projeto de integração atenderia as necessidades dos povos centro-americanos? Assim, além de contradizer os objetivos do projeto, a baixa taxa de eletrificação desses países torna questionável o modo como o SIEPAC foi implementado e os recursos dedicados à iniciativa.

Outro suposto benefício para as populações dos países participantes do SIEPAC seria a redução das tarifas de energia elétrica. Contudo, analisando a tarifa média de Costa Rica, Honduras, Nicarágua e Panamá constata-se que, nesse caso, ao longo do processo de planejamento, implantação e operação do SIEPAC, as tarifas aumentaram, não refletindo os benefícios propagados pelos proponentes da iniciativa (Gráfico 5.22). A geração térmica predominante, na maioria funcionando à base de combustíveis fósseis, abre questionamentos sobre a propagada queda das tarifas como um potencial benefício do SIEPAC. Com a maioria dos países centro-americanos dependentes da importação de petróleo e o SIEPAC funcionando, essencialmente, como um mecanismo de venda de excedentes de geração, de que maneira as transações trariam impacto efetivo nas tarifas dos consumidores finais?

Gráfico 5.22 - Tarifa média de energia elétrica

Fonte: Autoria própria a partir de Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2011) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2017).

Gaviño (2015) sustenta que, apesar da iniciativa ajudar a assegurar a disponibilidade de um recurso importante, a energia elétrica, o projeto carece de melhores avaliações de seus impactos e de mecanismos para solução de eventuais problemas sociais e ambientais decorrentes da iniciativa. Mera (2015) questiona, também, aspectos ambientais do projeto, sustentando que apesar dos primeiros estudos de impacto ambiental (EIA) da construção da RTR, realizados por consultorias internas de cada país, sugerirem impactos severos em algumas regiões, o relatório final constata apenas impactos baixos e compatíveis com benefícios do empreendimento.

Em resumo, avaliando as condições de elaboração do projeto SIEPAC e a situação dos países centro-americanos envolvidos no processo, questiona-se quais possíveis benefícios que a integração elétrica trouxe às populações dos países centro-americanos. A quantidade de capital envolvida no processo, além dos esforços dos governos em promover a integração, parece beneficiar apenas uma restritiva quantidade de agentes, participantes do mercado, e os executores e demais envolvidos nas obras das linhas de transmissão.

Por fim, essa situação levanta questionamentos sobre os interesses e os ganhos envolvidos no processo de integração elétrica da América Central. Quais melhorias os países da região obtiveram com o processo de integração? Considerando as questões

levantadas, as alocações dos benefícios do SIEPAC não alcançam a sociedade centro-americana de maneira ampla. A participação de países de fora do istmo na iniciativa, como a Colômbia, México e Espanha, levanta questionamentos sobre os reais interesses desses países envolvidos e ajuda a compreender a participação dos governos nacionais nas negociações da iniciativa. O discurso ideológico, presente desde o início da participação da Espanha no projeto, quando se apresentou o investimento no país na região como uma comemoração pelos 500 anos de descobrimento da América, esconde as possíveis vantagens vislumbradas pelos investimentos na região. A vinculação do SIEPAC com o Proyecto Mesoamerica indica uma pretensão do investimento na integração elétrica envolver um aprimoramento na infraestrutura da região para reforçar a condição da América Central como mero fornecedor de insumos aos países centrais.

5.2 Petrocaribe

5.2.1 Antecedentes

Possuindo uma das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela encontra nesse recurso a principal fonte de receita de sua economia. Em torno da importância do petróleo, esse país envolveu-se em diferentes projetos de relacionamento com outras nações, utilizando o recurso energético como vetor principal de aproximação. Assim, um dos mais recentes empreendimentos de integração realizado pela Venezuela é a Petrocaribe.

Essa proposta congrega países localizados, geograficamente, na América Central (Belize, El Salvador e Nicarágua), na América do Sul (Guiana, Suriname e Venezuela), países das grandes Antilhas (Cuba, República Dominicana, Haiti e Jamaica) e das pequenas Antilhas (Antígua e Barbuda, Bahamas, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e São Vicente e Granadinas).⁴⁰ Também participaram da iniciativa Guatemala e Honduras, que a deixaram em 2014 (Figuras 5.6 e 5.7).

⁴⁰ Considera-se, ainda, Porto Rico (EUA) parte das grandes Antilhas. Entre as pequenas Antilhas constam, também, Trinidad e Tobago e ilhas que são territórios dos EUA, França, Países Baixos e Reino Unido.

Figura 5.6 - Países participantes da Petrocaribe

Fonte: Autoria própria.

Figura 5.7 - Países participantes da Petrocaribe - detalhe das Pequenas Antilhas

Fonte: Autoria própria

Uma breve assimilação da história da região, abrangendo desde o período colonial até os processos mais recentes de independência no Caribe, ajuda a compreender melhor aspectos da iniciativa de integração energética.

O termo Caribe, de acordo com Castillo (2007), é utilizado para referir-se a diferentes espaços geográficos, por vezes incluindo apenas as Antilhas ou agregando, ainda, os países da América Central e América do Sul banhados pelo Mar do Caribe. Para fins de análise histórica da formação das nações na região, nesse trabalho, será considerado o termo Caribe como fazendo referência apenas aos países participantes da Petrocaribe.

Apesar do conceito de Caribe como um local geográfica e socialmente definido, ainda que de maneira parcial, ter sido criado apenas no Século XX, como uma forma de resistência a ingerências dos potentados centrais, especialmente os EUA, na região (CASTILLO, 2007), autores como Figueredo e Argote-Freyer (2008) indicam que a história dos países do Caribe, com as suas similaridades, permite compreendê-los como um agrupamento único, com traços históricos semelhantes: colonização, imposição do monopólio europeu, escravidão, pirataria, criação de uma identidade nacional, rebeliões de escravos, abolição, guerras de independência, economias dependentes de recursos externos, fragmentação política, entre outros. Entretanto, apesar das semelhanças, os autores ressaltam, também, as diferenças entre a experiência política do Caribe para as ilhas hispânicas, francófonas ou anglófonas. Entre essa dualidade, de aspectos semelhantes e divergentes, entre as nações do Caribe, a interpretação prevalecente e a maneira como a região se projeta nas relações internacionais torna possível a compreensão do Caribe de forma unitária (dispensando individual atenção, quando necessário, para as distintas partes).

A ocupação inicial do Caribe, assim como a de outras colônias espanholas, possuía como principal motivação, a econômica: a busca por ouro. As ilhas maiores foram as primeiras colonizadas pela Espanha: Ilha Hispaniola (onde hoje se encontram o Haiti e a República Dominicana), Porto Rico, Jamaica e Cuba, entre 1502 e 1511. A colonização levou ao extermínio da maior parte da população nativa dos locais, que, de início, fornecia a mão de obra para exploração econômica das ilhas. Contudo, a conquista do continente rapidamente colocou em segundo plano a colonização insular. As ilhas do Caribe hispânico acabaram com um papel secundário, de porto de parada

para os soldados espanhóis e salvaguarda para as lucrativas rotas de ouro e prata do continente (FIGUEREDO e ARGOTE-FREYRE, 2008).

Entre os séculos XVI e XIX, as demais nações europeias desafiaram constantemente o domínio espanhol sobre as ilhas do Caribe, muitas vezes com atividades de pirataria e contrabando, por eles financiadas. Inglaterra, França e os Países Baixos conquistaram parte das antigas possessões da coroa espanhola, obrigando a Espanha a preservar o domínio sobre as maiores ilhas da região e acabando, as pequenas, em mãos de outros países europeus. Inicialmente utilizadas como bases para atacar os territórios espanhóis, aos poucos as pequenas ilhas do Caribe ampliaram seu valor para os colonizadores, com o desenvolvimento de atividades agrícolas, especialmente cana de açúcar, comércio e mineração. Essas atividades definiram a vida colonial e as economias do Caribe nos séculos seguintes (FIGUEREDO e ARGOTE-FREYER, 2008). Assim, as ilhas assumiram um papel semelhante aos demais países da América Latina no período colonial, fornecendo as matérias-primas para o processo de industrialização da Europa e o tipo de colonização estabelecido, com diferentes países disputando a exploração do território, criou, finalmente, um Caribe totalmente “fragmentado”. Diante das evidências históricas, pode-se, mesmo, especular que a “desintegração”, e não o seu oposto, era muito mais vantajosa para os inúmeros países candidatos a “metrópoles”.

O século XIX trouxe profundas alterações à geopolítica local, iniciando-se com a independência do Haiti, em 1804. Ao mesmo tempo em que o Caribe começava seu processo de independência, os EUA passaram a promover ingerências na região. A princípio, os estadunidenses não reconheceram a independência haitiana, por receio do efeito de demonstração sobre os cativos em seu território. Portanto, impuseram ao Haiti um embargo comercial que durou até 1809, além de tentar afastar o país da Conferência Internacional da América Latina, ocorrida naquele ano. O reconhecimento da independência do Haiti pelos EUA aconteceu somente no governo de Abraham Lincoln, em 1862 (FIGUEREDO e ARGOTE-FREYRE, 2008).

A interferência estadunidense no Caribe estende-se até os dias atuais, tendo abrangido, em diferentes momentos, diversas nações da região. Em 1898, a guerra hispano-americana marcou um importante aprofundamento das relações dos EUA com o Caribe. A ocupação de Cuba, em 1902 e, depois, o estabelecimento de uma república

com autonomia limitada, através da Emenda de Platt⁴¹, além da anexação de Porto Rico, são demonstrações do caráter expansionista dos EUA (CASTILLO, 2007).

Ainda no início do Século XX, os EUA intervieram em diversos países do Caribe e da América Central. Em 1915, invadiram o Haiti e a República Dominicana, adquirindo, no mesmo ano, para fins estratégicos, parte das Ilhas Virgens Britânicas. Sua ocupação em Hispaniola durou de 1915 até 1934. Em 1917, ocuparam Cuba (BANDEIRA, 2009). Após a Revolução Cubana, em 1959, novamente tentaram dominar o país, na fracassada invasão da Baía dos Porcos (1961). Em 1965, invadem, outra vez, a República Dominicana, para reprimir a revolta local contra o governo militar. Em 1983, durante o governo Reagan, promovem nova invasão na ilha de Granada, derrubando o governo de Maurice Bishop. No Haiti, sucederam-se ocupações, em 1994 e 2004.

Os interesses e motivações por trás das invasões estadunidenses no Caribe variaram com a ocasião. Assim, a invasão de Cuba, no início do Século XX, escondeu a motivação estadunidense de participar da corrida imperialista que os países centrais viviam, ampliando sua esfera de influência. As ocupações do Haiti e da República Dominicana respondiam a receios quanto à presença alemã nos países, em meio à I Guerra Mundial, e a interesses econômicos dos EUA na região. Posteriormente, as invasões ocorridas durante a Guerra Fria realizaram-se como parte da disputa com a União Soviética pela influência no Caribe e na América Latina (McPherson, 2008). A Guerra Fria levou ainda os EUA a apoiarem ditaduras na região, no intuito de, supostamente, impedir avanços comunistas⁴². Dessa forma, governos como o de Rafael Trujillo (1930-1961), na República Dominicana, “Papa Doc” (1957-1971) e “Baby Doc” (1971-1986), no Haiti e Fulgencio Batista (1952 – 1959) receberam respaldo estadunidense.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA ampliaram sua influência no Caribe para as pequenas Antilhas. Assim, instalaram uma base aérea e de submarinos

⁴¹ A Emenda Platt garantia aos EUA a intervenção militar e o estabelecimento de bases no território cubano.

⁴² Conforme apontado por Booth, Wade e Walker (2010), no período da Guerra Fria, mesmo doutrinas de políticas reformistas, no sentido de promover reformas agrárias e maior participação democrática, eram rotuladas, pelas elites centro-americanas e pelos EUA como comunistas. O rótulo de comunista, acompanhado de políticas violentas de repressão, também foi atribuído a diversos grupos de trabalhadores que tentavam organizar-se na América Central e mesmo a Comunidades Eclesiásticas de Base, grupos ligados à Igreja Católica, que discutiam problemas relacionados à questão social dos países centro-americanos.

nas Ilhas Virgens (EUA), além de bases navais (com consentimento britânico) em Bermuda, Bahamas, Jamaica, Antígua, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago e Guianas. A presença militar dos EUA nesses países indica a importância dessa região para a segurança estadunidense. O interesse no Caribe justifica-se não só pela importância das ilhas como rota comercial estadunidense, mas também devido às ondas de imigração ilegal originária dos países da região com direção aos EUA (BLOUET, 2007).

Após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio do poder hegemônico da Inglaterra, os países anglófonos do Caribe passaram por um período de independência. Os processos não ocorreram de maneira revolucionária, como na maioria das demais nações da América Latina e do Caribe, mas por uma via pacífica, sem confrontos com a Inglaterra. Assim, em 1962, Jamaica e Trinidad Tobago tornaram-se independentes, seguidas por Barbados e Guiana. Na década de 1970, Bahamas deixou a condição de colônia em 1973; Granada, no ano seguinte; Dominica, em 1978 e Santa Lúcia e São Vicente, em 1979. No início de 1980, Antigua e Barbuda e São Cristóvão e Nevis completaram seu processo de independência. Apesar da condição de independência, Jamaica, Trinidad e Tobago, Barbados, Bahamas, Granada, Dominica, São Vicente, Santa Lúcia, Antigua e Barbuda e São Cristóvão e Nevis permanecem como membros da *Commonwealth*, organizações das antigas colônias britânicas, composta por 54 Estados (incluindo Índia, Paquistão e Nigéria).

Já antes do processo de independência, uma iniciativa de integração política foi imposta pela Grã-Bretanha ao Caribe Britânico, com a criação da *West Indian Federation*, envolvendo Jamaica, Trinidad, Barbados e algumas ilhas das Pequenas Antilhas. Iniciada em 1958, esta federação colonial possuiu estrutura institucional formal, com gabinete (o primeiro ministro, eleito indiretamente, veio de Barbados), ministério, congresso eleito (neste mesmo ano) e sua capital foi estabelecida em *Port of Spain*, Trinidad. Esperava-se pela adesão de Belize e da Guiana na iniciativa de integração. O objetivo declarado para esta federação era fortalecer economicamente as pequenas nações caribenhas, aproveitando as inúmeras características que possuíam em comum, incluindo as culturais, políticas, econômicas e geográficas e reduzindo os custos administrativos arcados, anteriormente, em separado (H.P., 1950; Blouet, 2007; Caricom, 2017).

Apesar do longo período de gestação da *West Indian Federation*, com reuniões

iniciadas em 1932, a iniciativa não logrou sucesso. Apesar de, teoricamente, trazer mais estabilidade econômica para a região e possibilitar um desenvolvimento econômico integrado, na prática, as ilhas possuíam pouca experiência em trabalhar unidas e, rapidamente, vozes nacionalistas locais sobrepujaram os interesses de integração. Devido a um poder executivo fraco, assuntos como comércio, educação e saúde permaneceram, naquele período, dominados pela Inglaterra e devido às tensões entre Jamaica e Trinidad, a federação encerrou-se em 1961 (BLOUET, 2007).

Ainda que a aproximação dos países caribenhos, teoricamente, apresentasse benefícios potenciais, a partir de uma maior integração na região, com o fortalecimento de economias pequenas e incentivo à estabilidade política regional, a forma com que os países foram colonizados dificultou os empreendimentos de integração. A experiência britânica mostrou que, com uma economia voltada para a exportação e produção de *commodities*, além de estruturas políticas diferentes (fruto da colonização por países diferentes), composições étnicas e sociais diversas criaram problemas ao processo de integração entre as ilhas.

Entretanto, mesmo com as dificuldades enfrentadas pela *West Indians Federation* e os evidentes obstáculos da região ao estabelecimento de um processo sólido de integração, iniciativas nesse sentido persistiram. Com a paulatina independência dos países caribenhos, que foi minando a federação, justamente Trinidad e Tobago foi o primeiro a propor uma comunidade do Caribe, que encampasse os países daquele coletivo e quantos mais fosse possível abranger, independentes ou não. Após uma série de reuniões entre alguns chefes de governo locais, com a clara noção da necessidade de superar a dependência do Reino Unido, via cooperação mais estreita com a Europa, África e América Latina, em 1968, com a assinatura do segundo acordo constitutivo, foi criada a Associação de Livre Comércio do Caribe (Carifta, do inglês *Caribbean Free Trade Association*), procurando estabelecer as bases para a implantação de um mercado comum (FARIAS, 2000; ARTEAGA, 2015)⁴³. Em 1969, os países da região criaram o Banco de Desenvolvimento Caribenho (CDB - *Caribbean Development Bank*), com sede em Barbados e aderiram à Organização de Estados Americanos (OEA) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BLOUET, 2007). Sem conseguir atingir seus objetivos, em 1973, a Carifta foi convertida na

⁴³ “(...) a Associação foi criada com vistas a eliminar de maneira progressiva as restrições quantitativas e qualitativas (...) existentes para o comércio entre os Países Membros até alcançar, eventualmente e com a prévia elaboração de acordos posteriores, o estágio de uma união aduaneira.” (KINOSHITA, 2013).

Comunidade do Caribe (CARICOM), da qual o mercado comum seria parte, reunindo, como membros, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago (BRAGA, 1984).

Durante a década de 1980, o governo de Ronald Reagan passou a atuar ativamente na América Central e no Caribe. Além das intervenções militares em Granada (1983), propuseram programas econômicos para os países da região. Assim, em 1981, os chamados “Quatro de Nassau” (EUA, Canadá, México e Venezuela) reuniram-se, em 1981, para formular a Iniciativa Cuenca del Caribe (ICC) (MANN, 1983). Apesar da participação dos quatro países na reunião, somente os EUA ampliaram sua atuação para além do mero auxílio financeiro a região. Assim, em 1982, o governo Reagan propôs ao congresso a lei criadora da ICC, aprovada no ano seguinte. Entre os benefícios da ICC para os países do Caribe encontravam-se: criação de um fundo de 350 milhões de dólares para cobrir os déficits das balanças de pagamentos dos países, garantia de acesso a programas de coprodução e seguros para investidores estadunidenses para proteção de riscos de instabilidade política. Em contrapartida, os países do Caribe deveriam integrar-se ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (EGUIZÁBAL, 1993).

A proposta estadunidense abarcava países do Caribe e da América Central, que passavam por uma situação econômica difícil, após a crise do petróleo da década de 1970. Esses países viram seu crescimento econômico diminuir, com aumento do déficit na balança dos pagamentos e da taxa de desemprego na população. A iniciativa dos EUA pautava-se, principalmente, na orientação da expansão do investimento privado estrangeiro e nacional no Caribe, a fim de diversificar sua economia e elevar suas exportações (especialmente para os EUA) (WHITTINGHAM, 1989).

A iniciativa, entretanto, fracassou. Vázquez-Vera (2017) pontua que a proposta não se direcionava para satisfazer as necessidades de desenvolvimento da região, mas no aumento da lucratividade da região para os investidores estadunidenses. Entretanto, apesar da pretensão, os investimentos na região decorrentes do programa permaneceram abaixo da expectativa. Entre as principais razões do fracasso da iniciativa, Vázquez-Vera (2017) resalta a ausência de participação de instituições, a exclusão, no programa, de países de fora da órbita de influência dos EUA (Cuba) e a falta de atenção aos

problemas sociais e econômicos da região.

A Venezuela também participou das reuniões que antecederam a ICC. Esse país, apesar de possuir uma costa de 960 km banhada pelo Mar do Caribe, não travou contato intenso com a região caribenha até 1969, aceitando o domínio espanhol, britânico e estadunidense na área. No governo de Rafael Caldera (1969 – 1973), a Venezuela iniciou um processo de aproximação diplomática com os países caribenhos. Segundo Bond (1981), a proximidade da Venezuela com o Caribe durante o governo Caldera respondia a quatro intenções principais: (i) as ilhas em frente à costa venezuelana eram ponto crucial para garantir a passagem segura de petróleo venezuelano para os EUA; (ii) a aproximação com o Caribe ajudaria a frear o expansionismo brasileiro, que procurava estender sua influência no local através da Guiana; (iii) a instabilidade política dos países caribenhos poderia ameaçar a segurança venezuelana e (iv) o Caribe apresentava-se como um potencial mercado para exportações da produção venezuelana, particularmente produtos têxteis, alimentos processados, produtos petroquímicos e para a indústria leve.

A Venezuela procurou institucionalizar as relações com o Caribe através de encontros, por exemplo, organizando uma reunião consultiva informal entre os Ministros de Relações Exteriores de Barbados, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Trinidad e Tobago, realizada em 1971, em Caracas. Além disso, em 1973, a Venezuela tornou-se o primeiro país membro não anglófono do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BOND, 1981).

O governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1978) continuou o processo de aproximação, além de retomar as relações com Cuba, rompidas durante o governo de Rómulo Betancourt (1959-1964). A alta do preço do petróleo, durante o governo Pérez, permitiu à Venezuela aumentar seu papel na região, estendendo sua influência até o istmo centro-americano (BOND, 1981)⁴⁴.

Ainda durante o governo Pérez, a Venezuela elaborou os primeiros projetos de cooperação com o Caribe envolvendo petróleo. Até então, a estratégia de cooperação

⁴⁴ Durante o governo Pérez, as ações da Venezuela no istmo centro-americano, contrariando os interesses estadunidenses, envolveram o respaldo na propriedade do Canal do Panamá para esse país, em detrimento da posse estadunidense e a postura de apoio público e ajuda militar clandestina, com a Frente de Liberação Sandinista, na Nicarágua, posição contrária à dos EUA, que acabou apoiando grupos terroristas de oposição de direita ao governo Sandinista (BOND, 1981).

energética da Venezuela ocorrera apenas junto a países produtores de petróleo, no âmbito da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo)⁴⁵. A partir de 1974, a Venezuela passa a atuar com países importadores de petróleo, em diversas estratégias de integração. Em termos práticos, a colaboração venezuelana materializou-se na contribuição de US\$ 540 milhões, junto ao FMI, para a criação de instalações do setor do petróleo em outros países; na aquisição de bônus do Banco Mundial no valor de US\$ 500 milhões de dólares e na criação de um fundo fiduciário, também no valor de US\$ 500 milhões, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a programas de desenvolvimento e integração (MAYOBRE, 2005).

Ainda em 1974, a Venezuela e os países da América Central assinam o *Acuerdo Puerto Ordaz*, apontado por Ludeña (2015) como um dos antecessores da Petrocaribe. Nesse acordo, criou-se o *Fondo de Inversiones de Venezuela*, responsável por conceder financiamento aos Bancos Centrais das contrapartes, possibilitando aportes financeiros para os programas e financiamento de projetos que contribuíssem para o desenvolvimento dos recursos naturais e a promoção de exportação por parte desses países, assim como para o avanço do processo de integração centro-americana (MAYOBRE, 2005).

A quantidade de importações petrolíferas dos países beneficiários e os preços dos hidrocarbonetos no mercado mundial determinavam os montantes de financiamento. O programa consistia em créditos cedidos em médio prazo (seis anos), cujos vencimentos, em lugar da amortização definitiva, os países poderiam utilizar em projetos e programas de desenvolvimento, transformando o financiamento em créditos de longo prazo, com 25 anos para pagamento. O acordo tinha uma duração de cinco anos e contou também com a participação da Jamaica e da República Dominicana, países que aderiram em um momento posterior à assinatura do acordo. A sua implementação não intervinha nas empresas petroleiras dos países participantes, ocorrendo apenas através de instrumentos financeiros (MAYOBRE, 2005).

Após o encerramento do acordo, o México se uniu à Venezuela para um novo projeto de integração envolvendo petróleo. Assim, surgia, em 3 de agosto de 1980, o *Acuerdo de San José*. Além dos dois países, incluíam-se nesse acordo os países participantes do *Acuerdo de Puerto Ordaz*, Haiti e Barbados. A princípio, México e Venezuela, através das empresas *Petróleos Mexicanos* (PEMEX) e *Petróleos de*

⁴⁵ Nava (2015) aponta que a criação da OPEP ocorreu em um momento de crise do sistema capitalista, em que a Venezuela conseguiu impor a consolidação de estrutura de seu próprio interesse.

Venezuela S.A. (PDVSA), comprometiam-se a fornecer, cada uma, 80 mil barris/dia, totalizando 160 mil barris diários de petróleo. A venda desses barris ocorria a preço de mercado, com a possibilidade de financiamento de 20% a 25% do volume fornecido, em concordância com o preço do petróleo no mercado internacional (Tabela 5.5) (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013).

Tabela 5.5 - Percentual de barris financiados de acordo com o preço do petróleo no Acuerdo de San José

Preço do barril de Petróleo (US\$)	Quantidade financiada
15 - 17,99	20%
18 - 20,99	21%
21 - 23,99	22%
24 - 26,99	23%
27 ou mais	25%

Fonte: Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2013).

Além do fornecimento do petróleo, o programa de cooperação incluía um esquema de empréstimos para financiamento de programas de desenvolvimento econômico e social. Por parte da Venezuela, o financiamento ocorria por meio do *Banco de Desarrollo Economico y Social* (BANDES) e com a execução de projetos em áreas como infraestrutura, energia e transporte dos países beneficiários do acordo, fornecendo créditos em valores entre 20% a 30% do valor do petróleo pago por esses países, com um prazo de pagamento de cinco anos (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013). O acordo estabelecia, contudo, a partir de 1984, a necessidade da participação de um capital venezuelano de no mínimo 60% na execução dos projetos financiados por meio da iniciativa (MAYOBRE, 2005). Conforme apontado por Ruiz-Caro (2010), esse programa constituiu (até o surgimento da Petrocaribe), na principal fonte de financiamento de exportações não tradicionais da Venezuela, mediante a execução de projetos que contaram com a participação de mais de 110 empresas desse país, incorporando bens e serviços venezuelanos no mercado nos países beneficiários da iniciativa.

Vigente por 25 anos, o *Acuerdo de San Jose* tornou-se sem efeito após a crise de produção de petróleo no México⁴⁶ e a criação de Petrocaribe, capaz de oferecer condições de financiamento melhores aos países importadores de petróleo. Segundo

⁴⁶ Durante a década de 2000 a produção do principal campo de petróleo do México (Cantarell) caiu de 1.9 milhão de barris/dia, em janeiro 2006 para menos de 0,5 milhão de barris/dia no ano de 2011.

Cícero (2015), a assinatura do *Acuerdo de San Jose* ocorreu em uma conjuntura de alinhamento do governo venezuelano com os interesses estadunidenses para o Caribe. Realizado com negociações incentivadas pelos EUA, o acordo foi utilizado como uma ferramenta para atenuar a crise vivida pelos países centro-americanos no período, através de um desafoço financeiro nas economias desses países. Apesar de algumas posições divergentes em relação ao governo estadunidense da época, como a não exclusão do acordo de nações com posições ideológicas distintas à estadunidense, o acordo alinhava-se com a posição dos EUA para a região na época, estabelecidas no marco da *Iniciativa Cuenca del Caribe* (MONETA, 1984).

Em 1992, um novo movimento de aproximou a Venezuela e Caribe, por meio da assinatura do Tratado de Livre Comércio, com a CARICOM. No acordo, a Venezuela comprometeu-se, de maneira unilateral, a abrir seu mercado para os produtos dos países do Caribe, com o objetivo de promover e ampliar a venda de bens originários da CARICOM. Previa, ainda, a criação de empresas mistas, com participação venezuelana e caribenha, na área de transporte e o estímulo a acordos bilaterais entre a Venezuela e os países da CARICOM, para promover e proteger investimentos venezuelanos na região (SISTEMA DE INFORMACION SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR, 2017; UNIVERSITAT POMPEU FABRA, 2017).

Em 19 de outubro de 2000, já no governo chavista, a Venezuela e os países (da América Central e do Caribe) Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana assinaram o *Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas* (ACEC), com a posterior adesão da Bolívia, Paraguai e Uruguai, complementando o *Acuerdo de San José*, ainda vigente. O acordo previa o fornecimento diário de petróleo segundo a estrutura energética e o consumo dos países beneficiários (Tabela 5.6).

Tabela 5.6 - Fornecimento de petróleo previsto no ACEC

País	Quantidade fornecida (Barris/dia)
República Dominicana	20000
Guatemala	10000
Costa Rica	8000
Panamá	8000
El Salvador	8000
Jamaica	7400
Haiti	6500
Honduras	5000
Nicarágua	4900
Barbados	1600
Belize	600

Fonte: Ruiz-Caro (2010)

Esse acordo estabelecia uma base de pagamento de 15 anos, com um ano de prazo para início do pagamento, taxa de juros anual de 2% e barril a preço internacional do petróleo (não subsidiado). No acordo, o percentual de petróleo comprado passível de financiamento no longo prazo variava conforme o preço do produto no mercado internacional (Tabela 5.7) (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013).

Tabela 5.7 - Regra de financiamento para aquisição de petróleo no ACEC

% Financiado no longo Prazo (15 anos)	Preço do barril no mercado internacional (US\$)
30%	Maior ou igual a 40
40%	50
50%	100

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2013)

O ACEC funcionava em paralelo ao *Acuerdo de San Jose*, que recebia críticas pelas dificuldades de adesão de novos membros. Além disso, o governo chavista considerava que não se devia condicionar, aos países supridos pelo convênio, a aquisição de bens e serviços venezuelanos, conforme definido no *Acuerdo de San José*. Com o surgimento da Petrocaribe, o ACEC acabou absorvido por essa iniciativa, que oferecia condições mais favoráveis aos países beneficiados (RUIZ-CARO, 2010).

Implantando mais um projeto ligado ao financiamento da compra de petróleo, a Venezuela assinou, em 2000, um acordo de Convênio Integral de Cooperação (CIC) com Cuba (país que não era signatário do *Acuerdo de San Jose* ou do ACEC), que possibilitava a esse país a compra de 53.000 barris/dia de petróleo. O convênio cobria aproximadamente 31% do consumo energético de Cuba, com um período carência de

dois anos (MAYOBRE, 2005).

A implantação do CIC ocorreu no contexto da chegada ao poder do grupo político conduzido por Hugo Chávez, em 1999, dando novo fôlego aos projetos de integração da América Latina e alterando a perspectiva das relações internacionais da Venezuela⁴⁷. No período anterior à chegada de Chávez à presidência, durante as décadas de 1980 e 1990, a Venezuela havia assumido um papel, no nível internacional, de promover a internacionalização (adquirindo refinarias e postos de distribuição de combustível em outros países) e de abertura ao capital estrangeiro, arriscando o monopólio estatal da PDVSA, que havia se estabelecido com a nacionalização da indústria petroleira, em 1976 (NAVA, 2016).

Mesmo antes da chegada ao poder, Chávez e seus apoiadores demonstravam comprometimento com ideias de solidariedade e união entre os povos da América Latina, recuperando o pensamento e a iniciativa de Simón Bolívar no período de independência dos países da região, no início do Século XIX (CÍCERO, 2015). Concretamente, o governo chavista procurou articular uma contraposição ao papel estabelecido, até então, pela Venezuela no cenário internacional, de fornecedor de petróleo e derivados aos EUA, além de buscar articular uma contraposição à hegemonia e à influência estadunidense na América Latina, que ocorria, no momento da chegada de Chávez ao poder, especialmente dentro da lógica neoliberal.

O governo Chávez procurou alterar as ações diplomáticas praticadas e as ações desempenhadas internacionalmente pelo país. Cícero (2015) classifica as ações do governo Chávez e ao seu “projeto bolivariano” em dois aspectos principais: (i) atribuir prioridade ao Estado, ante a iniciativa privada no desenvolvimento da economia nacional e (ii) a afirmação de um compromisso de enfatizar a integração regional, privilegiando a esfera comercial, mas não se restringindo a ela.

A postura da política externa venezuelana procurava combater a unipolaridade do cenário mundial, com o poder concentrado nos EUA. Nesse sentido, Chávez e seu partido, Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR), procuraram realizar ações de política externa no sentido de construir polos alternativos de poder no cenário de uma

⁴⁷ Conforme apontado por Cícero (2015), duas correntes interpretam a política externa venezuelana de Hugo Chávez e sua relação com recursos energéticos de maneira distinta. A primeira enfatiza os movimentos de ruptura e alterações na prática diplomática em torno dos combustíveis fósseis entre Chávez e os governos anteriores. A segunda interpreta a política chavista como uma retomada dos princípios do primeiro governo de Carlos Andrés Pérez.

institucionalidade internacional de hegemonia estadunidense (CICERO, 2015).

No âmbito da Integração da América Latina, um passo dado pelo governo venezuelano na busca pela construção da multipolaridade no cenário mundial estabeleceu-se com a contraposição ao projeto estadunidense de integração da região, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Assim, em posicionamento firmado na “Terceira Reunião de Cúpula das Américas”, em 2001, a representação diplomática venezuelana opôs-se à urgência demandada por Washington para a consolidação da área de livre-comércio no hemisfério até 2005, sem estudos sobre os impactos econômicos da proposta para os países latino-americanos (CÍCERO, 2015). A postura venezuelana foi seguida, posteriormente, pelos países do MERCOSUL, terminando por encerrar as negociações para o estabelecimento da ALCA na reunião da Cúpula das Américas realizada em 2005 (SOUZA, 2012).

Nesse contexto, a Venezuela articula, em 2001, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), articulando uma oposição ao projeto de integração que se aprestava naquele momento, proposto pelos EUA. Surgida no governo de Hugo Chávez, dentro do marco do chamado Socialismo do Século XXI⁴⁸, a ALBA-TCP diferencia-se ALCA já em seus participantes, incluindo Cuba e excluindo os EUA e o Canadá. Modifica, também, a própria proposta de configuração de integração. Enquanto a ALCA baseava-se na criação de uma área de livre-comércio em toda América, articulando-se com os princípios do neoliberalismo e sob a égide estadunidense, a ALBA-TCP propõe uma integração política, econômica, social e cultural, pautada na busca pela redução de assimetria entre os países participantes (ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA, 2014). Constitui-se, portanto, em um projeto de integração originado no marco das cooperações Sul-Sul⁴⁹.

⁴⁸ O conceito de Socialismo do Século XXI remonta ao modelo proposto, em 1996, pelo analista político alemão Heinz Dieterich (DIETERICH, 2007). Tal modelo procura substituir a economia capitalista por uma economia baseada em “valores” e tolera a existência da propriedade privada dos meios de produção, caso essa beneficie a sociedade em geral (DIETERICH, 2007). Sob o conceito de socialismo do século XXI, o governo Chávez expropriou empresas de petróleo e cimento, além de redistribuir terras e impulsionar redes de distribuição de alimentos (AVILA, 2010).

⁴⁹ Conforme apontado por Leite (2012), as definições de cooperação Sul-Sul variam de maneira relevante ao longo da literatura a respeito do tema. A partir de uma revisão detalhada a respeito do tema, a autora considera o termo cooperação Sul-Sul como o fluxo de bens, serviços e investimentos privados entre países em desenvolvimento. A definição como um contato cooperativo, entretanto, indica a necessidade das partes se sentirem recompensadas nessa relação (LEITE, 2012). Caixeta (2012) problematiza a definição de “sul”, termo que se refere aos países em desenvolvimento, ressaltando as discrepâncias

Em dezembro de 2004, em Havana, os governos de Cuba e Venezuela assinaram a Declaração Conjunta e o Acordo para a Aplicação da Aliança Bolivariana para as Américas, inaugurando a iniciativa. Atualmente, entre os países que compõem a ALBA-TCP encontram-se sete participantes da Petrocaribe: Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Nicarágua, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Os demais participantes são Equador e Bolívia. Além dos integrantes da ALBA-TCP, também participam da Petrocaribe os países: Bahamas, Belize, El Salvador, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, São Vicente e Granadinas e Suriname.

No contexto da ALBA-TCP, o governo chavista passou a estimular a criação da PetroAmérica, proposta de integração energética baseada na união e cooperação das empresas de petróleo estatais da região. A Petrocaribe inserir-se-ia dentro dessa iniciativa, junto à PetroSul, empreendimento com os países do Cone Sul e a PetroAndina, com os países andinos (Colômbia, Equador, Peru e Bolívia). Entretanto, pela baixa adesão dos países latino-americanos às propostas, somente a Petrocaribe concretizou-se. As demais iniciativas, apesar das assinaturas prevendo a concretização dos projetos, não prosperaram, com a integração da Venezuela com os demais países sul-americanos ocorrendo apenas de através de acordos bilaterais. Entre os países do Cone Sul, por exemplo, os acordos ocorreram bilateralmente entre a PDVSA a *Energía Argentina* (S.A.), a Petrobras e a estatal uruguaia *Administracion Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland* (ANCAP), procurando reduzir os custos de transação, minimizar a participação de intermediários e diminuir os impactos do alto custo de energia no mercado internacional (GONZÁLEZ, 2009). Com a Bolívia, um acordo dentro do marco da ACEC previu o fornecimento de 200 mil barris por mês. Entre a Venezuela e a Colômbia, o primeiro assumiu os custos da construção de um gasoduto “*Tubería de Gas Transcaribeño Antonio Ricaurte*”, conectando ambos os países desde 2009, com 225 quilômetros de extensão (CÍCERO, 2015).

Em 2005, na esfera dos projetos de integração da Venezuela sob o governo de Hugo Chávez, a Petrocaribe surgiu, na cidade venezuelana de *Puerto La Cruz*, no primeiro encontro energético dos Chefes de Estado e de governo do Caribe.

existentes entre as nações nessa condição. Apesar da existência dessas diferenças entre os participantes da Petrocaribe, classifica-se essa iniciativa como de cooperação Sul-Sul, por conta do envolvimento apenas de países dependentes e pela inclinação cooperativa do projeto de integração, exposta no item 5.2.3.

5.2.2 Países membros e indicadores

Conforme exposto nos antecedentes, os países participantes da Petrocaribe possuem semelhanças e diferenças em seu processo de formação histórica, que levaram à construção de países dispares nos aspectos econômicos e sociais. Nesse tópico serão analisados dados econômicos, sociais e energéticos dos países envolvidos na Petrocaribe, buscando compreender como esses se inserem na economia mundial e dentro da proposta de integração energética.

O tamanho das economias dos países participantes da iniciativa difere de maneira importante. O Gráfico 5.23 compara o PIB dos países participantes da Petrocaribe. O PIB venezuelano supera a produção interna de todos os demais países da Petrocaribe somados, demonstrando a disparidade entre as economias envolvidas no processo. Parece apontar, também, para a diferença na participação internacional da economia venezuelana e dos demais países da Petrocaribe.

Entre esses últimos, encontram-se, também, economias de tamanhos variados, com Cuba e a República Dominicana destacando-se com os maiores produtos internos brutos entre os países importadores de petróleo. Os países participantes da Organização dos Estados do Caribe Ocidental (OECS)⁵⁰ - Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas - são as menores economias participantes da Petrocaribe, com um PIB somado de aproximadamente US\$ 6 bilhões, número pequeno devido, essencialmente, à população diminuta e à área limitada dessas ilhas. Essas discrepâncias dificultam a reciprocidade nas relações entre a Venezuela e os países auxiliados, causando sérios problemas de opinião pública para a PetroCaribe.

⁵⁰ A OECS é uma organização intergovernamental dedicada à cooperação técnica, harmonização e integração econômica e proteção aos direitos humanos entre os países do Caribe Oriental. Além desses países, Montserrat também é membro da OECS.

Gráfico 5.23 - PIB (US\$ corrente) dos países participantes da Petrocaribe, 2015⁵¹

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017) e do World Economics (2017),

O Gráfico 5.24 apresenta o PIB *per capita* dos países participantes da Petrocaribe. Nesse caso, também se observa variações entre os participantes da iniciativa. Nas nações importadoras de petróleo, encontramos países com PIB *per capita* superior aos índices venezuelanos, em economias como a de Bahamas e São Cristóvão e Nevis. Analisando as economias da OECO, observa-se que esses países apresentam valores superiores ao PIB *per capita* dos países da América Central (Belize, Nicarágua e El Salvador) e das demais ilhas do Caribe (Cuba, República Dominicana, Jamaica e Haiti). Contudo, nas economias com maior PIB *per capita* da região, esse indicador permanece em patamares inferiores aos dos países centrais. Mesmo Bahamas, maior PIB *per capita* da região possui um índice próximo à metade do valor dos países da OECD e de cerca de 40% do valor do PIB *per capita* estadunidense. Assim como nos demais países da América Latina, a condição dos países caribenhos como economias dependentes, historicamente vinculadas à produção de *commodities*, ainda que essa condição tenha se alterado em algumas ilhas, através do turismo, ajuda a compreender o baixo indicador de produção *per capita* na região.

Atenta-se, também, ao caso do Haiti, país com menor PIB do Caribe e da América Latina em geral. Apesar de uma análise detalhada da história do Haiti,

⁵¹ Os dados da Venezuela são de 2016, dos demais países, de 2015.

procurando elucidar os motivos que levaram esse país a tal condição, estender-se para além do escopo desse trabalho, deve-se considerar, todavia, que ela reflete o violento processo de pressão e isolamento realizado pelos países centrais, contra essa nação após a sua independência. A exigência de pagamentos à nação colonizadora (França) e aos antigos proprietários de escravos no país, além do histórico de violentas disputas internas, um período posterior de ocupação estadunidense (1915-1934) e sucessivos golpes de estados e ditaduras apoiados pelos países centrais levaram à deterioração das condições de vida desse país. Além disso, a degradação ambiental em larga escala, tornando o país mais suscetível a desastres naturais, uma fraca capacidade de definição de políticas públicas e mesmo a saída dos profissionais com melhor formação do país contribuíram para o baixo crescimento econômico observado durante o século XX – 1% ao ano entre 1960 e 2005, o mais baixo da América Latina. No outro extremo da condição de PIB *per capita*, encontram-se, com o PIB superior à média latino-americana Bahamas, São Cristóvão e Nevis, Venezuela e Antígua e Barbuda.

Gráfico 5.24 - PIB per capita dos países participantes da Petrocaribe (US\$) - 2015

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

Analisando a economia dos países da Petrocaribe de maneira setorial, identifica-se, nas Bahamas, a grande presença do setor financeiro, com 36% do PIB.

Esse percentual decorre das facilidades concedidas pelo governo do país para atrair investimentos internacionais para esse segmento, com baixas alíquotas de tributação, condição que permite a classificação do país como paraíso fiscal⁵². Tal posição permitiu ao país aproveitar o fluxo intenso de capitais financeiros, característicos da fase atual da economia mundial. São Cristóvão e Nevis e Antígua e Barbuda apresentam, também, parte relevante do PIB ligado ao setor financeiro, com 23% e 24%, respectivamente. Entre os demais países, a maioria possui uma participação relevante do setor de turismo e comércio na composição da economia. Como observado, a mineração e produção de hidrocarbonetos ocupa parte ínfima da economia da maioria dos países analisados, com exceção da Venezuela (28%) e da Guiana (14%). Participação relevante possui, também, o setor público em parte das economias dos países da Petrocaribe. Nesse caso, destaca-se Cuba com 37%⁵³ de participação e Granada, com 34%. No caso de Cuba, alta participação do setor público reflete a estratégia do governo revolucionário de expandir o setor estatal para setores diversos da economia.

⁵² Conforme aponta por Hampton e Abbott (1999) não existe uma definição internacionalmente aceita de paraíso fiscal. Contudo, esses autores utilizam a definição, compartilhada nesse trabalho, de locais cuja atividade financeira separa-se dos principais reguladores geograficamente ou através de legislações.

⁵³ Conforme definido no índice utilizado (Organização das Nações Unidas, 2017b), considera-se administração pública: políticas de bem-estar social (educação, saúde, cultura, esporte, recreação, serviços sociais, habitação e meio ambiente), incluindo aspectos de pesquisa e desenvolvimento da área; atividades do governo em geral (atividades executivas, legislativas, coleta de taxas, etc.); atividades de regulação da economia; provisão de serviços à comunidade (atividades de defesa e segurança nacional) e contribuição social compulsória. Assim, no caso cubano, o índice de 37% não indica toda a presença estatal na economia, que, na ilha socialista, expande-se para atividades econômicas além das indicadas no item administração pública.

Gráfico 5.25 - Participação setorial na economia dos países da Petrocaribe - 2015

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2017a).

Ao adotar a perspectiva da participação econômica agregada nos setores agricultura, indústria e serviços, constata-se que este último setor prevalece no PIB de todos os países participantes da Petrocaribe (Gráfico 5.26). Conforme apontado anteriormente, nas ilhas do Caribe essa situação reflete a grande presença do setor de turismo e financeiro no PIB. Nesses países, a presença da agricultura como componente do PIB é pequena (com exceção de Dominica), representando menos de 2% do PIB de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados e São Cristóvão e Nevis.

No caso dessas ilhas, a importância do setor terciário não denota um aspecto de aproximação com as formações das economias centrais, onde o setor de serviços suplanta o setor industrial com a transferência de indústrias de baixa complexidade para países periféricos. Na realidade, o índice reflete a alta participação do setor de turismo e do setor financeiro nessas economias, área também ligada a aspectos de dependência em relação aos países centrais, fonte da maior parte dos fluxos de turistas e de capital

financeiro para a região. Essa situação demonstra uma modificação importante das economias dessas ilhas ocorrida ao longo do Século XX. Antes produtores de *commodities*, especialmente de açúcar, a região alterou o setor principal de sua economia, sem, contudo, modificar a situação de dependência.

Entre as economias analisadas, a presença da agricultura como componente relevante do PIB ocorre nos países: Belize, Guiana, Haiti, Nicarágua e Dominica. Conforme observaremos posteriormente, a Petrocaribe permitiu o pagamento de petróleo através de bens, beneficiando os países com produção agrícola.

Em termos de participação industrial, destaca-se a economia venezuelana, na qual esse setor responde por 42% do PIB⁵⁴. Essa situação decorre da forte presença do petróleo na economia do país, envolvendo uma componente industrial vinculada à produção do recurso energético. Como a economia mais complexa participante da Petrocaribe, esse país passou por um período de industrialização, após a segunda guerra mundial, conforme apontado por Nava (2015), inicialmente, com uma política de substituição de importações, buscando, posteriormente, aumentar o dinamismo industrial do país. Conforme observado no tópico 5.1.1 (páginas 68-69), os países que participam da Petrocaribe e do SIEPAC (El Salvador e Nicarágua) passaram, também, no pós-guerra, por um período de substituição de importações. Contudo, no caso desses países, conflitos internos e intervenções externas (*vide* página 69), dificultaram o processo de industrialização e prejudicam o crescimento econômico.

Entre os países da OECD, São Cristóvão e Nevis possui uma indústria mais diversificada, voltada tanto para a produção de bens ligados à cana de açúcar, quanto para itens como vestuário e pequenos produtos eletrônicos (rádios, calculadoras e pequenos dispositivos). A República Dominicana destaca-se, também, por possuir uma indústria com papel relevante na formação do PIB (28% de participação). No caso desse país, os setores de mineração e de exportação de bens para os EUA lideram a produção industrial. Nesse setor, predominam as empresas de propriedade estrangeira, localizadas em zonas do país com baixa incidência de impostos. Outro país com participação relevante da indústria é o Haiti, com uma participação de cerca de 38% no produto interno do país. Nesse país, a participação industrial decorre principalmente do setor de

⁵⁴ Conforme indicado em Banco Mundial (2017), o percentual de participação industrial no PIB inclui a participação das indústrias de: mineração, manufaturas, construção, eletricidade, água e gás. No caso da Venezuela, a participação alta da indústria no PIB explica-se, principalmente, pela grande produção de petróleo no país.

minérios, com extração de bauxita, cobre, carbonato de cálcio, ouro e mármore. Por fim, outro país com participação industrial relativamente grande no PIB é o Suriname (31%). Nesse caso, a presença industrial no país predomina no setor de mineração, com a extração de bauxita como importante componente da economia do país. Compõe também o setor mineral do Suriname a produção de ouro e uma pequena produção de petróleo, conforme será detalhado posteriormente nesse tópico. Ainda assim, trata-se de indústria extrativa, produtora de *commodities* de exportação.

A posição econômica dos países da Petrocaribe, levando em conta a distribuição da economia entre os setores de produção, acaba por constatar a forte interligação do Caribe com o capital externo à região, com economias baseadas na exportação de *commodities*, no turismo e no setor financeiro. Mesmo países com o setor industrial mais desenvolvido, como República Dominicana e Venezuela, possuem indústrias vinculadas fortemente ao setor de exportação (Venezuela) e ao capital estrangeiro (República Dominicana).

Gráfico 5.26 - Participação de setores, no PIB dos países da Petrocaribe, 2014⁵⁵

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017) e Organização Nações Unidas (2017a).

Em termos de indicadores sociais, ocorre uma aproximação maior entre os padrões apresentados pela Venezuela e os demais países da Petrocaribe (Tabela 5.8).

⁵⁵ Os percentuais do Haiti foram obtidos com informações da Organização das Nações Unidas (2017a), para os demais países, consideraram-se os dados do Banco Mundial (2017).

Ressalta-se a falta de dados para alguns países. Bahamas, Dominica, Santa Lúcia e São Cristóvão e Nevis não possuíam índices para a taxa de alfabetização. Nos demais países, para esse critério, apresenta-se uma distinção entre nações com melhores índices sociais, com taxa de alfabetização próxima a 100% (Antígua e Barbuda e Cuba) e países com índices de alfabetização abaixo de 90% (Haiti, Belize, Nicarágua, Guiana Jamaica e El Salvador). Dentre os baixos índices, destaca-se o Haiti, país com os piores índices sociais no continente americano. Assim como no caso dos indicadores econômicos, os precários índices sociais desse país decorrem da sua formação, dos confrontos internos, pressões dos países centrais e sucessivos golpes de estados e ditaduras que levaram o Haiti a uma situação econômica e socialmente calamitosa.

Entre os demais países, ressaltam-se os elevados índices apresentados por Cuba, país que, apesar de não possuir um PIB *per capita* elevado, em comparação com as demais nações da região, apresenta baixos índices de mortalidade infantil e alta taxa de alfabetização. Segundo apontado por González e Velázquez (2009), as taxas de alfabetização de Cuba passaram a crescer a partir da Campanha Nacional de Alfabetização, iniciada em 1961, dois anos depois da revolução cubana. A alta taxa do orçamento dedicada à educação nesse país (cerca de 20%) permite a manutenção do índice elevado de alfabetização. Segundo os autores, a dedicação em torno da educação e da saúde no país envolve um modelo de sociedade solidária que o povo cubano optou por construir.

A taxa de mortalidade infantil também varia entre os países da Petrocaribe, novamente com Cuba com o melhor índice e Haiti com o pior. Outros países como a República Dominicana e a Guiana apresentam também índices elevados de mortalidade infantil. No caso das ilhas do Caribe Oriental, há situações desiguais, com Dominica apresentando índices elevados (20 mortes a cada mil nascimentos) e Antígua e Barbuda e São Cristóvão e Nevis com índices próximos aos cubanos.

Tabela 5.8 - Indicadores nos países participantes da Petrocaribe - 2015

País	Mortalidade Infantil (por mil nascimentos)	Taxa de alfabetização (%)
Antígua e Barbuda	6	99
Bahamas	10	-
Belize	14	82,8
Cuba	4	99,7

Continua

País	Mortalidade Infantil (por mil nascimentos)	Taxa de alfabetização (%)
Dominica	20	-
El Salvador	16,8	87,6
Granada	11	97,8
Guiana	32	87,5
Haiti	52	60,7
Jamaica	14	88,5
Nicarágua	19	82,5
República Dominicana	26	92,5
Santa Lúcia	13	-
São Cristóvão e Nevis	8	-
São Vicente e Granadinas	17	95,6
Suriname	19	95,5
Venezuela	13	95,4

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Banco Mundial (2017).

Analizando a dimensão energética dos países, constata-se, historicamente, a presença da Venezuela como a principal produtora de petróleo na América Latina (Gráfico 5.27). A queda na produção de petróleo venezuelano durante o final da década de 1970 e início da de 1980 deveu-se à política de restrição de produção determinada pela OPEP, que levou às crises do petróleo de 1973 e de 1979. Como consequência dessa crise, países importadores passaram a procurar políticas de substituição do petróleo e fornecedores do combustível em países não participantes da OPEP, o que contribuiu para reduzir a demanda e provocar a queda do preço do recurso na década de 1980. Posteriormente, a produção da Venezuela voltou a crescer, a partir da segunda metade da década de 1980, alcançando patamares do período anterior à crise do petróleo, no final da década de 1990. Em contraposição, ocorreu o crescimento da produção do petróleo nos demais países da América Latina, a partir da década de 1980. Esse processo decorreu, nesse período, da descoberta do campo de Cantarell, no México, na década de 1970, e dos valores elevados do preço do petróleo, em decorrência da crise energética, aumentando as exportações desse país para os EUA (SUÁREZ, 2012).

Posteriormente, a partir da década de 2000, o Brasil respondeu pelo crescimento na produção de petróleo. Conforme apontado por Suárez (2012), esse crescimento levou à redução de importações e à elevação das exportações de petróleo e derivados brasileiros. A produção de petróleo na Venezuela variou durante essa década. Após um período de queda, no início da década, devido à instabilidade política no país, o volume de petróleo produzido aumentou até 2007. Contudo, após a crise de 2008, uma

nova queda na produção afetou a Venezuela, que não conseguiu recuperar seu patamar de produção ao nível do período anterior.

Gráfico 5.27 - Produção de petróleo na América Latina - 1971 - 2015 (Milhões de Barris por ano)

Fonte: Autoria própria a partir de *Organization for Economic Co-operation and Development* (2017).

Em termos de reservas provadas de petróleo, a Venezuela destaca-se no cenário mundial, como o país, na atualidade, com as maiores reservas do mundo. O total das reservas venezuelanas supera o de todas as outras regiões do mundo, com exceção do Oriente Médio (Gráfico 5.28). Em geral, as reservas da Venezuela são de petróleo muito pesado, necessitando de infraestrutura de refino específica para sua utilização. No país, as principais reservas de petróleo localizam-se na Faixa de Orenoco, situada ao norte do rio Orenoco, na Venezuela, conforme indicado na Figura 5.8. A região tem uma extensão de 53.314 km², com uma área de exploração de 11.593 km². Essa situação coloca a Venezuela em condição de utilizar o petróleo como instrumento de política externa, no presente, visando à aproximação e integração com outros países. A posição do país como principal produtor da América Latina e detentor de imensas reservas permitiu a existência da Petrocaribe.

Gráfico 5.28 - Total de reservas provadas de petróleo em 2015 (Bilhões de barris)

Fonte: Autoria própria a partir de dados de *British Petroleum* (2017).

Figura 5.8 - Localização das principais reservas de petróleo da Venezuela

Fonte: Gobierno Bolivariano de Venezuela (2017). Legenda: Área em verde – principais reservas de petróleo da Venezuela (Faixa Petrolífera de Orinoco)

Quanto aos demais países da Petrocaribe, apenas Barbados, Belize, Suriname e Cuba produzem petróleo. Todavia, conforme observado no Gráfico 5.29, a produção de petróleo nesses países permanece em patamares muito inferiores, em comparação com a produção Venezuelana. A produção somada dos quatro países atingiu, em 2015, um patamar de aproximadamente 25 milhões de barris anuais de petróleo, comparado com

uma produção anual venezuelana de 1.048 milhões de barris.

Entre os quatro países produtores, destaca-se a produção cubana. Após a Revolução Cubana, o petróleo era produzido pela companhia estatal, *Unión Cuba-Petróleo* (CUPET), com apoio tecnológico da União Soviética, contudo, a maior parte do petróleo consumido em Cuba nesse período provinha da URSS e não da produção em solo cubano. Após o fim da URSS, Cuba passou a permitir a produção de companhias estrangeiras de petróleo na ilha, como estratégia para suprir a diminuição do petróleo importado. O petróleo produzido em Cuba localiza-se em águas profundas, possui uma baixa qualidade e é pesado, elevando o custo de sua produção. Assim, a partir do início dos acordos de importação de petróleo com a Venezuela, a produção de petróleo em Cuba deixou de crescer (KÄKÖNEN, KAISTI e LUUKKANEN, 2014).

No Suriname, o petróleo é produzido pela companhia estatal *Staatsolie*, criada em 1980, com o principal campo de produção localizado em Tambaredjo, no litoral do país. A companhia atua exportando petróleo para alguns países da própria região caribenha como Guiana, Montserrat, Guiana Francesa, São Vicente e Santa Lúcia, concentrando sua exportação em derivados, como óleo combustível e betume. Apesar da produção de exportador de derivados de petróleo, o Suriname não é autossuficiente em outros produtos mais relevantes para as necessidades domésticas, como diesel e querosene, necessitando importá-los.

Apesar da pequena área, a produção de petróleo em Barbados ocorre desde o início da década de 1910, com a exploração do recurso energético pela Companhia de Petróleo das Índias Ocidentais. Posteriormente, entre 1920 e 1940, a União Britânica de Petróleo produziu a *commodity* na região. Entre 1950 e 1982, quatro empresas exploraram petróleo na ilha: *Gulf Oil Co.*, *General Crude Oil Company*, *Woodbourne Oil* e *Mobil Oil Co.* Em 1982, o governo de Barbados fundou a companhia estatal *Barbados National Oil Company Limited* (BNOCL), empresa responsável, atualmente, pelo setor de óleo e gás na ilha, produzindo aproximadamente 1000 barris/dia, sendo capaz de abastecer 30% do consumo da ilha. O petróleo produzido em Barbados é enviado para refino em Trinidad & Tobago, pois a única refinaria da ilha (de propriedade da *Mobil Oil Co.*) deixou de operar em 1998 (BARBADOS, 2017).

Em Belize, a produção de petróleo é mais recente, iniciada após a descoberta de petróleo, em 2005, pela *Belize Natural Energy Ltd* (BNE). Para realizar a exploração de

petróleo na região, o governo de Belize concedeu a maior parte das áreas *onshore* e *offshore*, através de dezoito contratos, para companhias estrangeiras. Contudo, somente a BNE encontrou e produz petróleo no país. A BNE é de propriedade da *International Natural Energy*, empresa localizada em Nevis, ilha componente do país São Cristóvão e Nevis. A produção de petróleo no país chegou a 5000 barris por dia, durante o ano de 2009, caindo desde então (BELIZE ONLINE, 2017).

Gráfico 5.29 – Produção de petróleo em Barbados, Belize, Suriname e Cuba – 1980 - 2015 (Milhares de barris por ano)

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Index Mundi (2017).

O Gráfico 5.30 compara a quantidade de petróleo consumido e produzido entre os países participantes da Petrocaribe, com exceção da Venezuela. Observa-se que os países participantes importam combustíveis fósseis para suprir seu consumo. O total de petróleo produzido na região corresponde a cerca de 10% do consumo total, tornando necessárias as transações comerciais com outros países. Esse fator, aliado à alta volatilidade do preço internacional do petróleo, torna atraente a esses países a participação em iniciativas de fornecimento de combustível, como é a PetroCaribe.

Gráfico 5.30 - Produção e consumo do petróleo nos países participantes da Petrocaribe (exceto Venezuela), 1990 - 2014 (Milhões de Barris por ano)

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Index Mundi (2017).

O Gráfico 5.31 mostra a participação de diferentes fontes nas matrizes energéticas dos países participantes da Petrocaribe. Evidencia-se a importância do petróleo como recurso para o consumo de energia dos países participantes. Com a maioria dos países sem produção de petróleo, a dependência da importação desse insumo acaba por encarecer o fornecimento de energia, diminuindo a competitividade da produção desses países na economia mundial (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2016).

Analisando individualmente a participação dos combustíveis nas matrizes de consumo de energia, observa-se, em alguns países, a participação relevante de fontes renováveis. Nesse caso, predomina a utilização de lenha ou carvão vegetal, especialmente no Haiti, onde o consumo de renováveis alcança 70% da energia total. Em outros países, como a Nicarágua e República Dominicana, esse tipo de fonte também representa parte relevante da energia consumida no país. Conforme indicado por Brito (2007), a utilização de lenha como fonte energética evidencia-se nos países periféricos. Normalmente, a utilização da lenha ocorre no setor residencial, especialmente em regiões rurais. Apesar de renovável, o recurso possui baixa qualidade

energética e pode gerar problemas de saúde pública e ambientais, se explorado de maneira excessiva.

Nos demais países, o petróleo ocupa a posição de maior importância na matriz de consumo de energia. Em alguns países, especialmente nas ilhas do Caribe Oriental e nas Bahamas, o petróleo compõe mais de 90% da energia primária consumida no local. Apesar de situado em um marco teórico distinto do utilizado nesse trabalho, um relatório do Fundo Monetário Internacional (2016), descrevendo a dependência do petróleo para os países do Caribe e os problemas econômicos trazidos por essa situação, ajuda a compreender suas consequências para a região. Segundo o texto do Fundo, a maior parte da importação de petróleo pelos países do Caribe deve-se à aquisição de diesel, utilizado para geração de energia. A dependência da importação traz dificuldades para os países caribenhos, prejudicando a balança comercial e a produção econômica. Em pesquisa de campo realizada com empresários de firmas dos países do Caribe, o Fundo Monetário Internacional (2016) constatou que 50% das empresas caribenhas identificava a falta de segurança no abastecimento de eletricidade como uma restrição à realização de negócios, com uma quantidade semelhante de empresas utilizando um gerador próprio. Além disso, o relatório identificou que a dependência de petróleo reduz a competitividade da moeda e afeta o crescimento dos países caribenhos, impactando a taxa efetiva real de câmbio⁵⁶.

Realizando uma divisão da economia dos países caribenhos com base apenas na exportação de *commodities*, o Fundo Monetário Internacional (2016) classifica as economias com mais de 20% do valor de exportações em *commodities* como “intensivas em *commodities*” e as demais economias como intensivas em turismo. Participam do primeiro grupo: Belize, Guiana, Jamaica e Suriname. Do segundo grupo fazem parte os países da OECD, Bahamas e Barbados⁵⁷. Segundo as informações do FMI (2016), a dependência de petróleo prejudica o crescimento do PIB nos países caribenhos. Para os países intensivos em turismo, um crescimento de 10% no preço do petróleo diminui o PIB em 0,5%. Nos países intensivos em commodities, essa redução é de 0,01%. Além disso, a necessidade de importação do recurso energético reduz a competitividade da moeda dos países caribenhos, impactando a taxa efetiva real de câmbio, segundo o

⁵⁶ A taxa efetiva real de câmbio, além de relacionar o valor da moeda de dois países, leva em conta a inflação e o peso comercial de cada parceiro quanto ao país analisado.

⁵⁷ O relatório do Fundo Monetário Internacional (2016) não analisa Cuba, Haiti, Venezuela e República Dominicana, participantes da Petrocaribe.

trabalho do FMI (2016), um aumento de 10% no preço do petróleo, em um horizonte de cinco anos, atinge em 2,8% a taxa de câmbio das economias intensivas em turismo e em 3,8% nos países intensivos em commodities.

Gráfico 5.31 – Matriz de energia primária consumida dos países da PetroCaribe - 2010

Fonte: Autoria própria com base em Agência Internacional de Energia (2017), Banco de desenvolvimento Interamericano (2013), Organização Latino-Americana de Energia (2015) e Tillet, Locke, & Mencias (2012).

Para ilustrar a importância do petróleo nas importações dos países da Petrocaribe, o Gráfico 5.32 apresenta o percentual de importação de combustíveis em relação ao total de importação dos países, em comparação com as médias do mundo e dos países da América Latina. Apesar da diferença temporal (para Cuba, a última informação disponível referia-se ao ano de 2005) observa-se a presença elevada do combustível na balança de importações dos países da Petrocaribe. Somente Belize, Haiti e São Cristóvão e Nevis possuem um índice de participação na importação de combustíveis inferior à média mundial e somente essa última nação tem um indicador inferior à média latino-americana.

Gráfico 5.32 - Participação de combustíveis no valor total de importações - 2015

Fonte: Autoria própria com base em Banco Mundial (2017) e Massachusetts Institute of Technology (2017).

O Gráfico 5.33 apresenta uma série histórica do percentual do valor total de importações de combustíveis dos pequenos países do Caribe (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados Belize, Dominica, Granada, Guiana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas e Suriname) comparado com os dados médios da América Latina. Observa-se que, historicamente, o nível de importação de combustível no Caribe superou os índices latino-americanos. O declínio observado na participação do valor do petróleo nas importações, ocorrido nos anos 1980, pode refletir tanto uma redução das importações em termos de quantidade de produto, como uma queda do preço do recurso, ou, ainda, os dois efeitos combinados. Posteriormente, a partir de meados dos anos 1990, a participação dos combustíveis nas importações do Caribe voltou a crescer, alcançando patamares próximos a 30%. Nesse caso, podem-se inferir os benefícios, para os países da região, da participação em uma iniciativa para facilitar a aquisição de petróleo, especialmente em uma fase de crescimento da participação dos combustíveis nas importações (2005), momento em que a Petrocaribe foi proposta.

Niles e Llyod (2013) apontam que a dependência da importação de recursos energéticos impôs-se às ilhas do Caribe devido ao processo de colonização e da posição das ilhas na economia mundial. Os países do Caribe, antes autossuficientes, com o aumento da interação entre suas economias e o mercado internacional, na condição de exportadoras de *commodities* e, posteriormente, vinculando-se a atividades como o turismo e setor financeiro, passaram à posição de importadores de insumos energéticos.

Gráfico 5.33 - Participação de combustíveis no valor total de importações (%), 1962 - 2015

Fonte: Autoria própria com base em Banco Mundial (2017)

A pequena escala de geração elétrica nos países do Caribe e Centro-Americanos, além da alta dependência de combustível importado para a geração, levam a uma tarifa excessivamente alta na região, prejudicando a economia e dificultando as condições de vida da população. O Gráfico 5.34 apresenta os preços da eletricidade (para o consumidor) em alguns países participantes da Petrocaribe (Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Guiana, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e São Vicente e Granadinas). A título de comparação, adicionou-se a tarifa média dos EUA no gráfico, e ela é inferior à de todos os países analisados. A tarifa média foi calculada através da média aritmética das tarifas dos setores presentes nos relatórios analisados (residencial, industrial, comercial e serviço público).

Observando as informações, constata-se que a participação na Petrocaribe não

pareceu tornar possível a diminuição das tarifas de eletricidade a níveis necessários para os padrões de vida das populações locais. Assim, apenas o projeto de integração energética parece insuficiente para uma redução das tarifas de energia elétrica dos países centro-americanos e caribenhos. Abordagens para melhorar a eficiência energética, reduzir as perdas e diversificar as matrizes de energia, alterando a participação maciça dos derivados de petróleo na geração, poderiam ajudar a mitigar a elevada tarifa de energia elétrica desses países.

Gráfico 5.34 - Tarifas médias de energia elétrica em países participantes da Petrocaribe (US\$/MWh) - 2014

Fonte: National Renewable Energy Laboratory (2015a; 2015b; 2015c; 2015d; 2015e; 2015f; 2015g; 2015h; 2015i), American Public Power Association (2015) e United States Energy Information Administration (2017).

A alta dependência da importação de combustível pressiona negativamente a balança comercial dos países da América Central e Caribe, levando-os a apresentarem uma alta taxa de relação entre dívida bruta e PIB. O Gráfico 5.35 mostra os valores dessa relação nos países participantes da Petrocaribe para os anos de 2005 (início da operação da Petrocaribe) e 2016. Em 2005, o percentual médio de relação entre débito e PIB das nações do Caribe era de 68,5%, valor que caiu para 63,4% em 2016.

Analisando individualmente, observa-se a redução de grandes montantes da dívida em alguns países como São Cristóvão e Nevis, Guiana e Nicarágua, onde a dívida bruta caiu 95, 68 e 41 pontos percentuais, respectivamente. Já nos países onde ocorreu o maior aumento da dívida encontram-se Bahamas, Suriname e El Salvador, com 37, 23 e 22 pontos percentuais a mais. Além disso, em alguns países da região permanecem praticamente inalterados e elevados os percentuais de relação entre dívida bruta e PIB como Antígua e Barbuda (97,7%), Belize (94,8%), Dominica (84,5%), Granada (85,5%), Jamaica (119%) e São Vicente e Granadinas (85%). O papel da Petrocaribe na relação entre dívida e produto interno será analisado posteriormente. Contudo, cabe observar que essa relação é ambígua, pois, apesar de aliviar o processo de compra do petróleo no curto prazo, a Petrocaribe estende as dívidas dos países da região por longos períodos. Entretanto, ao mesmo tempo, ao permitir a quitação da compra de petróleo com bens, ajuda a diminuir a dívida de aquisição de combustível.

Gráfico 5.35 - Relação entre dívida bruta e PIB (%) - países da Petrocaribe, 2005 e 2016

Fonte: Autoria própria com base em Banco Mundial (2017).

Analisando os dados dos países envolvidos na iniciativa PetroCaribe, observa-

se a necessidade de aproximação com países externos à região para a aquisição do petróleo consumido na região. Essa circunstância favorece a ocorrência de parcerias desiguais, aumentando a dependência em relação a países centrais. Contudo, a dependência da importação de petróleo possibilita a criação de iniciativas de integração energética para além de apenas uma aproximação comercial, como no caso da Petrocaribe. Essa condição de importadores de petróleo e derivados as iniciativas históricas de auxílio no fornecimento de energia para a região (*Acuerdo de San José e Acuerdo de Puerto Ordaz*) e ganha relevância com o crescimento da demanda por petróleo nesses países a partir de 2000. Essa posição de importadores de petróleo torna plausível uma aproximação da Venezuela aos países caribenhos, em busca de um acordo mais amplo e profundo. Tal acordo só foi possível, tudo indica, graças a um projeto de poder, venezuelano, que busca a integração regional através da cooperação e da redução de assimetrias, ampliando-o para além de aspectos meramente comerciais. Obviamente, procurando, também, estabelecer uma contraposição à hegemonia estadunidense na região do Caribe, ao passo em que contribui com a construção de uma divisão multipolar de poder nas relações internacionais.

5.2.3 Estrutura, funcionamento e resultados

Segundo fonte oficial (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013), a PetroCaribe busca contribuir para a transformação das sociedades latino-americanas e caribenhas, trabalhando para o combate à desigualdade social e elevação da qualidade de vida dos países. Possui, como finalidade, além do fornecimento de petróleo financiado, planificar a política energética dos países membros (desde a exploração e extração até o transporte)⁵⁸, aumentar a capacidade de refino na região melhorar a infraestrutura energética, fomentar a utilização racional de energia e estimular a formação de empresas estatais nos países que ainda não as possuem, almejando a negociação direta entre estados, com a eliminação de intermediários. Observa-se, portanto, o objetivo da iniciativa de integração energética para além do simples fornecimento de petróleo. Assim, o Acordo Energético da Petrocaribe:

(...) está concebido como un esquema habilitador de políticas y planes

⁵⁸ Os relatórios oficiais da Petrocaribe não explicitam se a planificação energética ocorreria de modo unilateral pela Venezuela ou de modo participativo, envolvendo todos os países. Entretanto, as atividades realizadas no âmbito da iniciativa demonstram o potencial caráter cooperativo das atividades de planificação.

energéticos, dirigido a la integración de los países caribeños y centroamericanos, mediante el uso de los recursos naturales energéticos en su beneficio, y participa en la coordinación y gestión de las relaciones energéticas entre sus miembros (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013, p. 8).

Essa forma de atuação alinha-se a uma posição internacionalista da estatal venezuelana PDVSA, materializando uma visão de integração solidária, buscando a cooperação entre as nações latino-americanas para superar dificuldades ligadas a elementos energéticos. Assim, para além de uma simples união em termos de infraestrutura ou mercado energético, a iniciativa procura contribuir para desenvolver instrumentos para uma aliança política e produtiva estratégica entre as nações envolvidas. Concretamente, podem-se resumir os principais objetivos da integração energética através da Petrocaribe em quatro estratégias principais: financiamento com base no Acordo de Cooperação Energética de Caracas, diminuição dos custos de intermediação e transporte, criação de fundo social de desenvolvimento e provisão de programas de eficiência energética.

A Petrocaribe constitui-se como uma iniciativa multiestatal, coordenada por um conselho ministerial composto pelos ministros de energia dos países membros e uma secretaria executiva ligada ao Ministério de Minas e Energia da Venezuela, além de numerosos grupos de técnicos de trabalho. A Figura 5.9 ilustra a estrutura institucional da Petrocaribe. Para cumprir os objetivos de integração, financiar os projetos energéticos nos países participantes e apoiar o desenvolvimento e parâmetros técnicos ligados à matriz energética dessas nações, utiliza-se recursos dos fundos ALBA-Caribe e ALBA-Alimentos, detalhados adiante (p. 163) (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013).

Figura 5.9 - Estrutura Institucional da Petrocaribe

Fonte: Autoria própria

No momento da assinatura do acordo de criação da Petrocaribe, em 29 de junho de 2005, estabeleceu-se, para cada país participante da Petrocaribe, uma cota, indicando a quantidade de petróleo e derivados a ser fornecida (Tabela 5.9). No caso de países adeptos à iniciativa após 2005, definiu-se a cota de participação no momento da adesão.

Bahamas e Santa Lúcia, apesar de participarem da assinatura do acordo inicial, não o ratificaram posteriormente, impedindo a operação da Petrocaribe e permanecendo, ambos, sem cota de participação, até o momento. Esse caso se destaca devido aos documentos oficiais da Petrocaribe os considerarem como participantes do acordo, mesmo sem a ratificação interna do tratado.

Tabela 5.9 - Cota de participação na Petrocaribe

País membro	Ano de adesão à Petrocaribe	Cota de participação (1000 barris/dia)
Antígua e Barbuda	2005	4,4
Bahamas	2005	-
Belize	2005	4
Cuba ⁵⁹	2005	98
Dominica	2005	1
Granada	2005	1
Guatemala	2012	20
Guiana	2005	5,2

Continua

⁵⁹ Apesar de participar da Petrocaribe, Cuba recebe petróleo através do Convênio Integral de Cooperação (CIC), possuindo a cota mais alta entre os participantes.

Continuação

País membro	Ano de adesão à Petrocaribe	Cota de participação (1000 barris/dia)
Haiti	2007	14
Honduras	2008	20
Jamaica	2005	23,5
Nicarágua	2007	27
República Dominicana	2005	30
San Cristóbal e Nevis	2005	1,2
San Vicente e Granadinas	2005	1
Santa Lúcia	2005	-
Suriname	2005	10
Venezuela	2005	-

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2013).

Através da Petrocaribe, a Venezuela facilita a transação do petróleo e derivados para os países caribenhos. Mantendo o valor do barril igual ao do mercado internacional, o acordo estabelece duas possibilidades de financiamento da compra pelos países importadores: de longo e de curto prazo. No caso do financiamento de curto prazo, há a possibilidade de pagamento entre 30 e 90 dias. Para o financiamento de longo prazo, há um período de carência de um ou dois anos. Adicionalmente, o pagamento poderia ocorrer em até 17 anos, e, caso o preço do barril excedesse 40 dólares, em até 25 anos, em ambas as situações com uma taxa de juros de 2% ao ano (posteriormente, na VIII Câmara de Chefes de Estado e de Governo da Petrocaribe, a taxa de juros para o financiamento de 26 anos foi reduzida para 1%).

Na prática, quando o preço do barril excedeu 100 dólares, o governo Venezuelano permitiu que 60% do valor dos barris importados fosse pago na modalidade de longo prazo e 40% na de curto, aceitando, também, o pagamento através do comércio compensatório (*vide* Tabela 5.11, página 162) (Benzi e Zapata, 2012). Além disso, em momentos de alta do preço do petróleo, a Venezuela flexibiliza as possibilidades de financiamento. Assim, em 2008, após a realização da V Câmara de Chefes de Estado e de Governo da Petrocaribe, possibilitou-se o financiamento de 70% do preço do barril, caso o valor superasse 150 dólares (Tabela 5.10) (PETROCARIBE, 2013).

Tabela 5.10 - Linha de financiamento aprovada na V Câmara de Chefes de Estado e de Governo da Petrocaribe

Preço do barril	% do valor dos barris financiado no longo prazo	Condições de pagamento no longo prazo
≥ 15 dólares por barril	5	Dois anos de carência. 17
≥ 20 dólares por barril	10	anos para pagar, com 2%
≥ 22 dólares por barril	15	de juros ao ano.

Continua

Continuação

Preço do barril	% do valor dos barris financiado no longo prazo	Condições de pagamento no longo prazo
≥ 24 dólares por barril	20	
≥ 30 dólares por barril	25	
≥ 40 dólares por barril	30	
≥ 50 dólares por barril	40	Dois anos de carência. 25 anos para pagar, com 2% de juros ao ano.
≥ 80 dólares por barril	50	
≥ 100 dólares por barril	60	
≥ 150 dólares por barril	70	

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2013).

No ano de 2013, na VIII Câmara de Chefes de Estado e de Governo da Petrocaribe, novas condições de financiamento foram estabelecidas. Assim, para o financiamento de curto prazo (pagamento entre 30 e 90 dias) definiu-se uma taxa de 2% e pagamento exclusivo em divisas. Para o financiamento de longo prazo, com o preço do barril até 40 dólares, estabeleceu-se um prazo de 17 anos para amortização e taxa de 2% a.a.; com o preço acima de 40 dólares, 25 anos para amortização, juros de 1% a.a. e possibilidade de pagamento em divisas ou bens e serviços (LUDEÑA, 2015).

As alterações nos parâmetros do financiamento impeliram Guatemala e Honduras a deixar o acordo em 2013 e 2014, respectivamente. Segundo comentário feito à BBC (2017), pelo vice-presidente da Guatemala na época, a saída do acordo decorreu da falha em negociar condições e taxas mais favoráveis de compra e financiamento. A mesma justificativa foi dada pelo ministro de desenvolvimento econômico de Honduras, no período da saída do acordo, em declaração feita ao jornal La Prensa (2017). No caso deste país, contribuiu também para a saída o não recebimento de petróleo da Petrocaribe desde o golpe de estado ocorrido em 2010, com a deposição do presidente Manuel Zelaya, de forma que o acordo não tinha mais efeito no momento de sua saída, em 2014 (CANELLAS e VILLANI, 2014).

Um dos benefícios propostos pela Venezuela para a participação na Petrocaribe foi o pagamento através de bens e serviços, opção escolhida por diferentes países. A Guiana realizou pagamentos com arroz; a República Dominicana, com açúcar e a Jamaica, com clínquer (utilizado na siderurgia e indústria de cimento). Entre os países da Petrocaribe, a Nicarágua estabeleceu-se como principal utilizador dessa forma de pagamento, cobrindo sua compra de petróleo com bens produzidos internamente, como azeite, açúcar, café, carne, óleo de palma, novilhas e calças. A Tabela 5.11 mostra as quantidades de produtos adquiridos pela Venezuela em 2013 e 2012, à guisa de

pagamento pelo petróleo exportado através da Petrocaribe. A título de comparação, o valor total de importação de bens, pela Venezuela, em 2012 e 2013 foi de US\$ 92,4 bilhões e US\$109,6 bilhões, respectivamente (BANCO MUNDIAL, 2017). Dessa forma, observa-se que a quantidade de produtos recebidos pela Venezuela em troca do petróleo não representou um volume grande nas importações do país.

Uma análise mais detalhada do impacto da possibilidade de troca de bens e serviços por petróleo deveria levar em conta aspectos como a quantidade de exportações e importações dos países envolvidos na transação. Como o aprofundamento dessa análise ultrapassaria o escopo do presente trabalho, sugere-se a realização de estudos nesse sentido para projetos futuros.

Tabela 5.11 - Produtos fornecidos à Venezuela em pagamento ao petróleo - 2012/13

País	Produto⁶⁰	2013	2012
Guiana	Arroz Branco	118.395	66.143
	Arroz em casca	102.702	146.141
Nicarágua	Azeite	23.874	27.128
	Açúcar	173.318	187.014
	Café	40.669	90.090
	Feijão Preto	11.601	14.480
	Carne	30.619	39.400
	Leite	17.562	25.774
	Leite Aromatizado	4.648	1.137
	Leite desnatado	11.301	1.066
	Atum	-	135.000
	Óleo de palma	35.466	5.427
	Arroz em casca	20.000	103.415
	Sementes de Feijão	175.000	1.322
	Novilhos	21.725	21.362
	Novilhas	781.000	750.000
República Dominicana	Açúcar líquido	11.544	5.142
	Ração	20.896	-
	Macarrão	7.807	10.854
Jamaica	Clínquer	19.640	-
Total	Toneladas	650.217	724.668
	US\$ (Milhões)	22,506	22,112

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

O Gráfico 5.36 apresenta a quantidade de petróleo fornecida aos países da Petrocaribe em 2014 e 2015. A quantidade fornecida satisfaz entre 25% e 36% da demanda dos países participantes (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2016).

⁶⁰ Com exceção dos itens novilhos e novilhas, apresentados em unidades, as quantidades referem-se a toneladas de cada produto.

CAR Analisando as informações do gráfico, constata-se as variações anuais no fornecimento de petróleo. No caso da República Dominicana, por exemplo, a quantidade fornecida superou a quota, em 2014, mas ficou mais de 22 mil barris/dia abaixo em 2015. Já o Haiti verificou um aumento de mais de 27 mil barris/dia no fornecimento de petróleo entre esses anos. As variações na importação de petróleo podem responder a diversos fatores: diminuição da demanda, aumento da produção interna (nos países produtores) ou busca por outros fornecedores. No caso de Cuba, não foram encontradas informações sobre fornecimento de petróleo em 2015. A inexistência de um relatório ou banco de dados com informações consolidadas do fornecimento de petróleo da Petrocaribe dificulta obtenção dos números da iniciativa.

Gráfico 5.36 - Petróleo fornecido aos países da Petrocaribe (mil barris), 2014 e 2015

Fonte: Autoria própria com base em Petrocaribe (2014) e Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

Além do fornecimento em si, a Petrocaribe busca eliminar a participação das transnacionais no comércio de petróleo entre os países, a chamada, nas palavras do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, eliminação dos intermediários. Tal situação levaria, segundo essa concepção, à diminuição dos custos de energia para os países participantes da Petrocaribe. Para cumprir tal objetivo, a PDVSA criou, em junho de 2005, a PDV-Caribe, braço operativo da companhia venezuelana para levar adiante a interoperabilidade entre os países signatários da Petrocaribe. Integram o escopo da PDV-Caribe o planejamento da distribuição de recursos energéticos nos países caribenhos, a promoção de melhorias na infraestrutura energética, a coordenação de projetos sociais junto a países membros (através do fundo ALBA-Caribe), o aumento da cooperação tecnológica e capacitação técnica em atividades ligadas à área de energia elétrica, a realização de contratos de fornecimento de petróleo e a coordenação do transporte para o cumprimento dos compromissos estabelecidos (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013).

O acordo requer a existência de entes estatais, com apoio técnico da Venezuela, para viabilização das operações energéticas. A Tabela 5.12 apresenta as empresas com participação da PDVSA atuando nos países participantes da Petrocaribe.

Tabela 5.12 - Empresas mistas da Petrocaribe

País	Empresa	Constituição
Belize	Alba Petrocaribe (Belize Energy) Ltd	55% PDV Caribe S.A
		45% Belize Petroleum and Energy Limited
Dominica	PDV Caribe (Dominica) Ltd.	55% PDV Caribe S.A
		45% Dominica National Petroleum Co. Ltd.
El Salvador	Alba Petróleos El Salvador, S.E.M.	60% PDV Caribe S.A
		40% Enepasa
Granada	PDV Grenada Ltd.	55% PDV Caribe S.A
		45% Petrocaribe Grenada Ltd
Haiti	Société D'Investissement Petion Bolívar S.A.	51% PDV Caribe S.A
		49% Estado Haitiano
Jamaica	Petrojam Limited	49% PDV Caribe S.A
		51% Petroleum Corporation Of Jamaica
Nicarágua	ALBA de Nicaragua, Sociedad Anónima	51% PDV Caribe S.A
		49% Empresa Nicaraguense de Petróleo (PETRONIC)
República Dominicana	Refinería Dominicana de Petróleo, S.A.	49% PDV Caribe S.A
		51% Estado Dominicano
São Cristóvão e Nevis	PDV St. Kitts Nevis Limited	55% PDV Caribe S.A
		45% St. Kitts and Nevis Energy Company Ltd.

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

Além disso, possuindo como finalidade a diminuição da desigualdade entre os

países envolvidos na iniciativa de integração, criou-se, no marco da II Câmara de Presidentes da Petrocaribe, realizada em 2005, o fundo ALBA-Caribe, com o objetivo de financiar projetos nas áreas de educação, saúde e moradia. Iniciado com um aporte de 50 milhões de dólares pela Venezuela, ampliou-se o fundo para US\$ 200 milhões na IX Câmara de Chefes de Estado e Governo da Petrocaribe (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015). O fundo financiou, até o ano de 2014, 88 projetos em 12 países signatários, totalizando 207 milhões de dólares aplicados em áreas como educação, saúde e proteção ao meio ambiente, além de 29 milhões de dólares aplicados em três projetos elétricos. A Tabela 5.13 apresenta um resumo dos principais projetos financiados pelo fundo até 2014.

Tabela 5.13 - Projetos financiados pelo Fundo ALBA-Caribe

País	Projetos
Antígua e Barbuda	Melhorias no aeroporto internacional e serviço de saneamento e água potável em Antígua.
Belize	Projetos em educação rural. Sistema de água rural, pavimentação de vias e sistema de drenagem. Projetos para aumento da produção de alimentos para autossuficiência e exportação.
Dominica	Projetos habitacionais. Construção de defesa marítima. Projetos na área criação de suínos, aves e pesca. Sistema de esgoto. Remodelação do aeroporto de Melville Hall. Programa de estação de serviço para abastecimento de barcos e remoção de sucata.
Granada	Urbanismo da comunidade Simón Bolívar Village.
Guiana	Construção de um centro para indigentes.
Haiti	Construção de habitações de interesse social. Aquisição de caminhões coletores de dejetos. Projetos elétricos. Fortalecimento dos programas de saúde.
Nicarágua	Obras de saneamento ambiental. Melhorias em aquedutos, estradas e habitação. Compra de equipamentos para o centro de saúde. Construção de plantas de geração elétrica.
São Cristóvão e Nevis	Construção de ampliação de residências.
São Vicente e Granadinas	Infraestrutura desportiva, habitações, aquedutos e melhorias de vias rurais.

Fonte: Autoria própria com base em Secretaria Permanente De Relaciones Internacionales (2014).

Os projetos realizados pelo Fundo ALBA-Caribe correspondem a 18,6% dos totais vinculados à iniciativa Petrocaribe. Os demais projetos são executados através de

iniciativas de financiamento de longo prazo⁶¹ (276 projetos), gestão de empresas mistas (54 projetos) e do Fundo ALBA-Alimentos (11 projetos). O Gráfico 5.37 apresenta a distribuição dos projetos de investimento realizados através da Petrocaribe, de acordo com o setor de atividade, entre 2005 e 2014, apresentando o percentual no investimento total. O montante total de investimentos nos 432 projetos somou US\$ 3,944 Bilhões.

Na distribuição dos investimentos, observa-se a importância dada ao segmento ligado à construção e melhorias de habitações e estradas, setores que correspondem aos maiores volumes de investimentos realizados no âmbito da Petrocaribe. Destaca-se também, a quantidade de projetos e trabalhos no setor domiciliar, que inclui melhorias nos serviços de fornecimento eletricidade, gás e água para a população. Relativa importância também é dada a projetos ligados ao fortalecimento das instituições dos países da Petrocaribe e ao fortalecimento de setores produtivos e ligados à alimentação.

Analisando os setores de principais investimentos da Petrocaribe, observa-se o direcionamento da iniciativa para a cobertura de déficits em áreas ligadas a aspectos sociais dos países envolvidos, como o investimento direcionado à área de habitação. Essa situação aparenta alinhar-se com os objetivos do projeto de integração e das pretensões venezuelanas em sua política externa, demonstrando um direcionamento dos investimentos para áreas carentes dos países beneficiários. O investimento em agricultura, alimentação e educação também demonstra a busca por melhorar os baixos indicadores sociais apresentados na Tabela 5.8.

⁶¹ Essa modalidade de execução de projetos envolve a destinação de parte do valor do petróleo vendido ao consumidor final, que será pago a Venezuela por meio de financiamento de longo prazo, a um fundo específico, gerido pelo país importador, para financiar projetos de infraestrutura em geral. Mais informações podem ser encontradas em SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE (2015) e, para a descrição do fundo utilizado pela Jamaica em Petrocaribe Development Fund (2017) e do Belize: ALBA PetroCaribe Belize Energy (2017).

Gráfico 5.37 - Projetos (número) e percentual de participação no investimento total (%) em projetos da PetroCaribe, 2005-2014

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

Entre os investimentos realizados pela Petrocaribe ligados à área energética encontram-se projetos de armazenamento e distribuição de combustível, construção de refinarias e de produção e fornecimento de energia elétrica. A Tabela 5.14 destaca os projetos de armazenamento e distribuição de combustível (produtos já refinados). Os projetos concluídos até 2015 permitiram o aumento da capacidade de fornecimento de combustível na região em 617 mil barris diários. Encontram-se em construção, ainda, projetos para aumentar a capacidade de armazenamento de combustível em 1.114 mil barris diários. No caso desses projetos, busca-se aprimorar a infraestrutura do setor de combustíveis dos países da iniciativa, facilitando o processo de distribuição dos derivados de petróleo nos países importadores e reduzindo os custos de transação, cumprindo, assim, um dos objetivos da Petrocaribe.

Tabela 5.14 - Projetos de infraestrutura energética para fornecimento de combustível da Petrocaribe

País	Projeto	Capac. (10 ³ BPD)	Propósito	Executor responsável	Milhões (US\$)
São Vicente e Granadinas	Enchimento de cilindros de GLP planta	20.000 barris por mês	Cobrir 60% da demanda de gás doméstico a um custo menor, a estabilização do preço do GLP	PDV Caribe	1

Continua

Continuação

País	Projeto	Capac. (10 ³ BPD)	Propósito	Executor responsável	Milhões (US\$)
Dominica	Armazenamento de combustível da planta e distribuição Wai Tukubuli	39	Abastecer o mercado local	PDV Caribe	36,4
Nicarágua	Armazenamento de combustível da planta e distribuição de Benjamín Zeledón	200	Fornecimento de HFO para usinas Albanisa	ALBANISA	10,5
São Cristóvão e Nevis	Tanque de combustível adicional para usina	5	Aumentar a autonomia da usina com necessidade	PDV Caribe	2,2
El Salvador	Armazenamento de combustível da planta e distribuição "Schafik Handal" Acajutla	355	Incrementar a capacidade de armazenamento	PDV Caribe	111,4
Granada	Tanque de combustível adicional para usina GRENLEC	18	Aumentar a autonomia da usina GRENLEC	PDV Caribe	6,2
Total		617			167,7

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

Outros projetos incluem a reestruturação e o aumento da capacidade de três refinarias na região, através de investimentos das Empresas Mistas, alcançando uma capacidade total de refino, nos três projetos somados, de 135 mil barris/dia. As instalações processam o petróleo venezuelano e se destinam ao atendimento das demandas internas dos países onde estão sediadas (Tabela 5.15). Assim, analisando os impactos do investimento em infraestrutura realizado com a participação da Petrocaribe, García, Alvarez e Romero (2015) observaram que o volume de trocas de produtos ligados ao petróleo era maior em países que receberam tais empreendimentos, em comparação com países onde essas obras não ocorriam. Além disso, os autores constataram a maior presença de trocas envolvendo petróleo não refinado: o investimento em refinarias torna viável a importação de petróleo venezuelano pesado.

Tabela 5.15 - Infraestrutura de Refino na Petrocaribe

País	Refinaria	Ampliação (10 ³ Barris)	Investimento (10 ⁶ USD)
Cuba	Refinaria Camilo Cienfuegos	65	166
Jamaica	Refinaria de Kingston (PETROJAM Ltd.)	36	64
Rep. Dominicana	Refinería Dominicana de Petróleo, S.A. (REFIDOMSA)	34	130
Total		135	360

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015)

Além dos projetos ligados ao refino, armazenamento e distribuição de petróleo, a Petrocaribe atua no setor elétrico dos países membros. A Tabela 5.16 apresenta os projetos elétricos concluídos pela Petrocaribe. Os projetos foram realizados no segmento de geração, na Nicarágua e no segmento de distribuição, nas ilhas de São Vicente e Granadinas e São Cristóvão e Nevis. A atenção dada ao setor elétrico pela Petrocaribe decorre das elevadas tarifas de energia elétrica praticadas nesses países, conforme apresentado no Gráfico 5.23 (página 138). Outro objetivo desses projetos é ampliar o acesso à energia, procurando corrigir a disparidade existente entre os países.

Tabela 5.16 - Projetos elétricos desenvolvidos pela Petrocaribe

País	Projeto	Capac. (MW)	Meta	Responsável/executor
Nicarágua	Fase II Parque Eólico Alba Rivas	63	Expansão anual da geração (4,5%)	ALBANISA
São Cristóvão e Nevis	Ampliação da Planta Elétrica	4	Atendimento de 18% da demanda total	PDV São Cristóvão e Nevis Ltd./São Cristóvão Eletricidade
São Vicente e Granadinas	Ampliação da Planta Elétrica	8,6	Atendimento de 40% da demanda Total	PDV São Vicente e Granadinas Ltd./VINLEC e Man Diesel INC

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

Para apoio a iniciativas ligadas à produção de alimentos, no âmbito da Petrocaribe, foi criado, em 13 de julho de 2008, durante a Câmara de Presidentes, o fundo ALBA-Alimentos. Entre os objetivos do fundo, encontram-se a contribuição para a autossuficiência alimentar, apoio ao desenvolvimento rural, à produção agrícola sustentável e à distribuição e intercâmbio de produtos, enfrentando a especulação e uso de alimentos para produção de combustíveis. Este fundo possui como membros, além dos países signatários da Petrocaribe, os países participantes da ALBA-TCP (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013).

Para compor o fundo, utiliza-se 50 centavos de dólar de cada barril, cujo preço esteja acima de 100 dólares, vendido pela Venezuela. Em 2014, o governo venezuelano anunciou, ainda, uma contribuição de 61 milhões de dólares para auxiliar no processo de erradicação da pobreza, em um processo previsto para continuar durante cinco anos. Desde a criação do Fundo ALBA-Alimentos, foram desenvolvidos doze projetos, dos quais, oito foram concluídos, resultando em um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano na região de 0,60 para 0,69, desde 2005 (LUDEÑA, 2015).

Contudo, apesar do aumento das contribuições para o fundo, de acordo com o

acréscimo das vendas de petróleo venezuelano e dos projetos realizados, os esforços para a autossuficiência na produção de alimentos nos países caribenhos permaneceram insuficientes. A Tabela 5.17 apresenta o percentual de população subnutrida nos países participantes da Petrocaribe antes e depois do início da iniciativa. Mesmo com a melhoria dos índices na maioria dos países, observa-se, em El Salvador, Nicarágua, República Dominicana, Haiti, índices ainda superiores a 10% da população com subnutrição e a média dos países da Petrocaribe nesse percentual permanece o dobro do valor médio da América Latina e Caribe. Em alguns casos, como Belize e Jamaica, observou-se um aumento no índice durante o período de vigência da iniciativa.

Tabela 5.17 - Percentual da população subnutrida nos países da Petrocaribe

País	2005-2007	2009-2011	2012-2014
Belize	<5	5,9	6,5
Cuba	<5	<5	<5
El Salvador	10,7	12	13,5
Guiana	10,4	11,9	10
Haiti	57,3	50,5	51,8
Jamaica	7	7,9	7,9
Nicarágua	23,2	20,3	16,8
República Dominicana	24,5	18,2	14,7
São Vicente e Granadinas	9,2	6,8	5,7
Suriname	11,5	8,7	8,4
Venezuela	9,0	<5	<5
Petrocaribe	14,9	13,2	12,4
América Latina e Caribe	8,7	7,0	6,1

Fonte: Autoria própria com base em Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe (2015).

Apesar da quantidade de projetos e dos diversos ramos de atuação da Petrocaribe, a crise internacional de 2008, a queda dos preços do petróleo, os cortes de produção petrolífera acordados com a OPEP e a crise político-econômica ocorrida na Venezuela desde 2014 levantaram desafios para a manutenção dessa iniciativa. Surgiram situações de falta de fornecimento de petróleo aos países caribenhos e latino-americanos com os quais a Venezuela possui parcerias bilaterais ou participam da Petrocaribe; assim, Dominica, Paraguai, Honduras e Bolívia não receberam barris da Venezuela em 2014, apesar de Cuba e Nicarágua, principais aliados do governo Maduro terem recebido sua cota integral (TERRA CHILE, 2017). Essa situação contribuiu, por exemplo, para a saída de Honduras da iniciativa.

Além disso, foram renegociados os acordos com os países da Petrocaribe.

Dessa forma, concluiu-se pela da necessidade de revisão da possibilidade de pagamento do petróleo com outros bens, sem o ingresso de divisas no país (LUDEÑA, 2015). Wenner, Roger e Clarke (2016) analisam as implicações do encerramento do pagamento do petróleo com arroz, por parte da Guiana. No caso desse país, a alta dependência de exportação de arroz, decorrente do pequeno mercado interno, torna-o susceptível às mudanças no setor internacional. Dessa forma, a modificação dos termos da Petrocaribe poderia implicar numa redução do valor negociado com os produtores de arroz, impactando especialmente os pequenos produtores, que possuem um custo de produção por unidade mais elevado.

O fato de os venezuelanos não terem lucrado com a iniciativa, em comparação com a venda de petróleo da maneira “tradicional”, levou a críticas à Petrocaribe, mesmo de correligionários e membros do governo. Cícero (2015) indica que alguns analistas apontavam as facilidades fornecidas pela Petrocaribe como um agravante da degradação dos indicadores econômicos venezuelanos entre o final de 2008 e início de 2010.

Ainda, conforme descrito por Ludeña (2015), o recente aumento da exportação de petróleo para a China comprometeu, parcialmente, o atendimento da demanda dos países da Petrocaribe. Para Cícero (2015), esse aumento da exportação de petróleo para a China, em detrimento dos países da Petrocaribe, mostra uma opção pragmática do governo venezuelano, em resposta ao impacto da crise mundial de 2008 na Venezuela. Além disso, a aproximação com a China atende às expectativas diplomáticas da Venezuela em consolidar uma multipolaridade internacional, ajudando a diminuir a dependência das exportações para os EUA. Por parte da China, essa relação atende a uma ampliação das relações diplomáticas com nações detentoras de recursos necessários à sua expansão comercial.

As dificuldades venezuelanas em suprir a demanda de petróleo dos países integrantes da Petrocaribe abriram nova possibilidade de ampliação da atuação de transnacionais norte-americanas, aumentando, novamente, a influência dos EUA na região. O Gráfico 5.38 apresenta a quantidade de petróleo exportada pelos EUA para os países da Petrocaribe. Evidencia-se um aumento da quantidade exportada em períodos de crise da Venezuela, como nos anos de 2014 e 2015. A queda do preço do petróleo no mercado mundial tornou-se outro fator viabilizador do aumento da quantidade de petróleo exportada pelos EUA para os países da Petrocaribe.

Gráfico 5.38 - Exportação de petróleo dos EUA para países da Petrocaribe, 2003 - 2016

Fonte: Autoria própria com base em Goldwyn & Gill (2016)

Outro sintoma da abertura de possibilidades para aumento da presença estadunidense na região, em decorrência da crise venezuelana, pode ser encontrado na agressividade crítica do discurso encontrado em trabalhos realizados pelo *think tank Atlantic Council*, relacionado com o ex-secretário geral da OTAN, Fogh Rasmussen e com políticos locais, como o ex-senador republicano Richard Lugar e o ex-Secretário de Estado do governo Barack Obama, John Kerry. O instituto produziu, recentemente, trabalhos como “The Caribbean’s Gamble with Venezuela (2014)” e “The Wanning of Petrocaribe (2016)”. Nesses documentos, ressalta-se o declínio da Petrocaribe e indica-se a possibilidade de, sob a liderança estadunidense, os países da Petrocaribe superarem as dificuldades do enfraquecimento do processo de integração energética (GOLDWYN e GILL, 2016).

Essa pressão externa contra a Petrocaribe enfatiza o caráter emancipatório do empreendimento. Conforme exposto no tópico 5.2.1 (Antecedentes, página 136), a Petrocaribe se insere em uma proposta de modificação da política externa venezuelana ocorrida durante o governo Chávez, procurando combater uma liderança mundial

unipolar norte-americana, propondo novas bases de atuação e contrapondo-se, na medida do possível, ao status quo regional e internacional (CÍCERO, 2015). Além disso, a Petrocaribe relaciona-se com a ALBA-TCP, iniciativa que, segundo Souza (2010), representa, ao menos no nível do discurso, um plano de integração que guarda afinidades com as postulações de Marini, quanto aos projetos de integração necessários na América Latina para possibilitar a saída das condições de dependência.

Em termos concretos, conforme descrito por Jacomé (2011), as propostas da ALBA-TCP envolvem a criação de um banco vinculado à entidade, de uma moeda própria para negociações entre os países envolvidos, projetos de fundos alimentícios e uma organização midiática vinculada à iniciativa (Telesur). Tratando-se especificamente do Caribe, a ALBA-TCP concentra-se em três principais objetivos: (i) retirar o bloqueio norte-americano de Cuba; (ii) encerrar a intervenção dos EUA no Haiti e (iii) estruturar um fundo para financiar projetos em áreas como turismo, saúde, educação, infraestrutura e outros. Nesse contexto, a Petrocaribe vincula-se à ALBA-TCP no relacionamento entre os países caribenhos e a Venezuela, envolvendo aspectos políticos, diplomáticos e econômicos, relacionados diretamente ao fornecimento de petróleo.

Além do paradigma da integração através da ALCA, a ALBA-TCP contrapõe-se, a seu modo, a outra iniciativa de integração, a União das Nações Sul-Americanas, a Unasul. Iniciada em 2008, com a assinatura do Tratado Consultivo da Unasul, o projeto de integração conta com todos os países sul-americanos como membros. A principal proposta da Unasul baseia-se no aprofundamento das relações diplomáticas entre os países membros do Mercosul e da Comunidade Andina das Nações (CAN), através de um aperfeiçoamento da área de livre comércio entre os países e sua evolução para uma integração política, social e institucional (SERBIN, 2007).

Assim, torna-se evidente a contraposição entre os projetos de integração da Unasul e da ALBA-TCP. O primeiro não questiona os mecanismos de liberalização econômica e o regionalismo aberto. O objetivo principal permanece associado a inserir-se de maneira mais vantajosa no mercado internacional. Assim, sem questionar os mecanismos do mercado, a iniciativa enfatiza um papel mais ativo do Estado frente ao mercado, regulando-o, e à globalização, atuando também com políticas sociais, mitigando o impacto do processo de neoliberalização. No caso da ALBA-TCP,

entretanto, além de questionar, ao menos em tese, enfrentam-se aspectos do processo de liberalização e a ingerência estadunidense em assuntos internos dos países latino-americanos, advogando uma maior presença do Estado nas iniciativas de integração e na economia e pela solidariedade entre povos que sofrem das mesmas e precárias formas de inserção e assimetrias em relação aos instrumentos do grande capital (SERBIN, 2007).

Essa contraposição entre os projetos de integração da ALBA-TCP e da Unasul, capitaneados, respectivamente, pela Venezuela e pelo Brasil ajuda a explicar o fracasso da criação da PetroAmérica, decorrente da disputa pela posição hegemônica no processo de integração latino-americana, entre os dois países (LÓPEZ, 2014). Além disso, para Benzi e Zapata (2012), a ideia da criação da PetroAmérica falhou devido à dificuldade em articular tal sistema de cooperação em um ambiente onde havia diferentes tipos de empresas atuando, com participação de estatais, semiestatais e transnacionais nas atividades petrolíferas da região.

Dentro do contexto regional do Caribe, a Petrocaribe afetou e modificou a integração entre os países, especialmente aquela decorrente da CARICOM. De acordo com Bryan (2009), houve resistência, especialmente por Trinidad & Tobago, na época principal exportador de petróleo para os países do Caribe, no processo de formação da Petrocaribe. Ocorreram, também, impactos nos aspectos políticos e diplomáticos dos países caribenhos. Após o início da Petrocaribe, em algumas votações em órgãos internacionais, como a ONU⁶² e a OEA, houve alinhamento entre os países caribenhos e as pretensões venezuelanas. Contudo, em geral, a iniciativa não trouxe ganhos diplomáticos significativos à Venezuela. Para Bryan (2009), a adesão parcial dos países caribenhos à ALBA-TCP mostrou-se como outro aspecto impactante no processo de integração dos países do Caribe, demonstrando a dificuldade de uma coordenação da política externa desses países. Conforme afirmado, a crise na Venezuela gerou a diminuição de trocas internas à Petrocaribe, além de trazer propostas de aumento das taxas de financiamento de petróleo, afastando alguns países membros da iniciativa.

Outra crítica recorrente à estratégia de integração através da Petrocaribe envolve a contribuição da iniciativa em manter as elevadas taxas de relação dívida

⁶² Em julho de 2006, foram colocados em prática os objetivos diplomáticos da união entre a Venezuela e os países caribenhos, com o apoio desses países na votação de uma vaga não permanente no conselho de segurança da ONU (BRYAN, 2009).

bruta/PIB nos países caribenhos, conforme apontado no Gráfico 5.35 do subitem 5.2.2 (página 156). A Tabela 5.18 apresenta os resultados de um estudo realizado pelo Eastern Caribbean Central Bank (2015), prevendo o impacto da Petrocaribe nas dívidas de três países caribenhos: Antígua e Barbuda, Dominica e Granada. Segundo o estudo, apesar dos prazos de pagamentos longos e da baixa taxa de juros aplicada, o acordo gerou aumentos importantes aumentos nas dívidas dos países caribenhos, com impactos sentidos futuramente. Entretanto, o estudo pontua que uma saída do acordo só seria benéfica para os países da região em uma situação específica, em que a compra da dívida ocorreria com descontos também específicos.

Tabela 5.18 - Projeção para 2030 da dívida dos países da Petrocaribe em bilhões de dólares do Caribe Oriental

País	Sem a Petrocaribe	Com a Petrocaribe
Antígua e Barbuda	5,8	7,4
Dominica	1,4	1,6
Granada	3,2	4,4

Fonte: Eastern Caribbean Central Bank (2015).

Em resumo, observa-se que o projeto de integração da Petrocaribe insere-se em um contexto do governo chavista de buscar por alterações na conjuntura internacional, contrapondo-se à posição hegemônica de poder unilateral do EUA na esfera das relações internacionais e propondo projetos de integração distantes da égide estadunidense. Como apontado, a utilização do petróleo como um catalisador de políticas de integração regional, estruturação produtiva e maior soberania dos países no âmbito energético não são novidades na história da Venezuela. Contudo, as políticas chavistas aprofundaram a busca por uma maior autonomia nacional e a tentativa de construção de um baluarte multipolar nas relações internacionais, procurando combater a preponderância estadunidense.

Entretanto, o governo de Chávez não alterou a estrutura econômica da Venezuela, permanecendo o país extremamente dependente das rendas obtidas com o petróleo para a manutenção de sua situação econômica. A despeito de ter conduzido melhorias sociais importantes e distribuído os benefícios obtidos com o comércio internacional do petróleo para parte importante da população venezuelana, que permanecera à margem do processo histórico de distribuição de renda na Venezuela, o governo chavista não foi capaz, ou não teve a intenção, de alterar a estrutura produtiva nacional.

Mesmo a independência comercial dos EUA não foi obtida com êxito, apesar da proposta antiestadunidense apresentada pelo governo chavista. A despeito da diversificação de compradores, obtida com as políticas como a Petrocaribe e a aproximação da China, os EUA permanecem como um dos mais importantes importadores de petróleo venezuelano. Observando o Gráfico 5.39, nota-se que após um período de declínio da participação das exportações venezuelanas para os EUA, entre 2008 e 2011, decorrentes do crescimento da participação da China e Índia, a importância do relacionamento comercial com os EUA cresceu novamente, atingindo 50% das exportações de petróleo do país em 2015.

Gráfico 5.39 - Percentual do petróleo venezuelano exportado para os EUA

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Massachusetts Institute of Technology (2017).

Ainda sobre as ressalvas a respeito da relação entre a Venezuela e os EUA, Cícero (2015) indica que o modelo de empresas mistas, com participação do capital privado e estatal, estimulado nos países da Petrocaribe através da PDV-Caribe (imitando o modelo presente na Venezuela, onde a estatal PDVSA também é de capital misto), não representa uma ameaça aos negócios ou à situação política das empresas transnacionais de petróleo atuantes junto às empresas estatais. Para o autor, essa situação demonstra um descompasso entre as ações da Venezuela no campo internacional e o discurso combativo do presidente Chávez em relação ao capital internacional e à unipolaridade.

Conforme exposto anteriormente, as crises na Venezuela e os confrontos políticos ocorridos após a morte de Chávez levaram a alterações nas relações da Petrocaribe. A própria continuidade do programa é posta em questão por atores internacionais e mesmo correligionários do governo chavista criticam a iniciativa. Nos momentos de crise na Venezuela, a incapacidade dos demais países participantes da iniciativa no auxílio ao país elevou os questionamentos quanto à pertinência da proposta de integração, levando a Venezuela a procurar outros parceiros comerciais, gerando críticas dos demais participantes.

Em resumo, a Petrocaribe possui os méritos de articular e consolidar um processo de integração crítico ao movimento hegemônico de países centrais, encaminhando-se para além de meros acordos comerciais e de procura ao livre comércio. A postura ativa da diplomacia venezuelana, no sentido de construir uma hegemonia multipolar nas relações internacionais, apesar de suas contradições, apresenta-se como um processo necessário para a emancipação das nações latino-americanas. Um movimento de integração, proposto com esse objetivo e pautado em uma temática cooperativa e de redução de assimetrias torna-se fundamental para um processo de construção da autonomia e rompimento dos laços de dependência dos povos latino-americanos. Entretanto, a elaboração de um projeto de integração centralizado em torno do petróleo gera a necessidade da manutenção do recurso energético em uma situação que torne atrativa a participação na iniciativa. Assim, momentos em que o preço de petróleo encontre-se em um patamar baixo, ou situações críticas na economia venezuelana, dificultam a manutenção do empreendimento, prejudicando o caráter emancipatório do processo de integração regional.

5.3 Contrabando de combustível

Além das experiências de integração institucionalizadas, envolvendo Estados e setores empresarial e financeiro, procurou-se, nesse trabalho, estudar experiências ocorridas à margem das iniciativas oficiais, realizadas de maneira espontânea pela população de determinadas áreas da América Latina. Dessa forma, optou-se por investigar o contrabando de combustível que ocorre no subcontinente, por entender este como um tipo especial de integração energética, na verdade, como uma forma explícita e popular de combate à pobreza e superação da desigualdade, realizada pelos próprios

destituídos, ou mesmo para sua exploração.

A definição de contrabando dada pelo dicionário Michaelis (2017) classifica-o como a prática de “importação ou exportação clandestina de mercadorias, sem pagar os devidos tributos” (MICHAELIS, 2017), ou, ainda: “Qualquer tipo de comércio que se faz contrariamente aos princípios legais que regem um país; tráfico ilegal” (MICHAELIS, 2017). Nesse sentido, o trabalho de Pacheco (2016) lembra, também, a conotação pejorativa dada pelo sentido popular da palavra, apontando a dimensão fraudulenta da atividade e o aspecto negativo associado à prática. Manzur (2005) assinala duas dimensões do contrabando: a primeira vinculada à exportação e à importação de mercadorias proibidas e a segunda ligada à fraude fiscal. No caso do contrabando de combustíveis investigado neste trabalho, o enfoque estudado é o segundo.

Assim, a prática de contrabando de energia, em geral, combustíveis, em especial, tende a ocorrer em regiões de fronteira, em inúmeras localidades do globo. Na América Latina, constata-se este comércio clandestino em diferentes zonas fronteiriças: Venezuela e Colômbia, Equador e Colômbia, Equador e Peru, Bolívia e Brasil, entre outros⁶³. O espaço geográfico em que ocorre o contrabando, a fronteira, em si, tem características próprias e muito particulares. Ayala-García e Rodriguez-Angarita (2014) definem fronteira como uma linha intangível que demarca a divisão geopolítica dos Estados. Ainda, para esses autores, zonas de fronteira são áreas de interação e cooperação entre países, com compartilhamento de uma ordem econômica, política, cultural, social e ambiental. Em geral, governos e administradores das regiões centrais desconhecem as especificidades dos locais de fronteira (AYALA-GARCÍA e RODRÍGUEZ-ANGARITA, 2014).

5.3.1 Antecedentes

Neste trabalho apenas será estudado o contrabando que tem lugar entre Colômbia e Venezuela. A opção por este exemplo justifica-se devido ao dinamismo, conflitos históricos e singularidade desta fronteira, especificamente, além da intensidade deste comércio e da essencialidade dos produtos em questão: os derivados de petróleo, indispensáveis para o desenvolvimento de várias atividades, de infraestrutura econômica

⁶³ Outros exemplos de fronteiras na América Latina com quantidades importantes de contrabando de combustível são a divisa entre Equador e Colômbia (ALCEDO, 2015) e Equador e Peru (FLORES-CASTILLO, 2013).

(produção, distribuição e outras) e social (saúde, segurança, educação e outras), dada a impossibilidade de realizar qualquer tipo de logística, ao menos as que envolvem bens e serviços materiais e não de informação, ou comunicação, sem o segmento de transportes. A Figura 5.10 apresenta a região fronteiriça analisada, que se estende por 2.219 km (trata-se da quarta maior da América do Sul e a maior dos dois países), autores como Suescon, Rodrigues e Paéz (2015) ressaltam a intensa atividade econômica e comercial da região, que consideram a mais importante e dinâmica da América Latina.

Devido à longa extensão territorial da fronteira entre Venezuela e Colômbia, uma série de diferentes locais guarda características específicas de cada território. Urdaneta (2006) divide esta fronteira em cinco principais regiões: Guajira, Perijá-Cesar, Táchira-Norte de Santander, Apure-Arauca e Amazonas-Vichada-Guainía. Esse autor constata, ainda, a fronteira entre Táchira e Norte de Santander como a região fronteiriça mais dinâmica e desenvolvida, não apenas entre a Venezuela e Colômbia, mas em toda América do Sul.

Figura 5.10 - Mapa da fronteira entre Colômbia e Venezuela

Fonte: Business Insider (2017)

Além disso, a fronteira Táchira-Norte de Santander localiza-se em uma região andina, o que a distingue ainda mais. Rodríguez (2010) aponta cinco características próprias das fronteiras em regiões andinas: (i) são territórios alijados dos centros dinâmicos e de produção; (ii) possuem um desenvolvimento econômico desigual e escasso comparado ao restante do país; (iii) normalmente, carecem de instituições locais capazes de desenvolvê-las; (iv) contam com poucas vias de comunicação com o centro do país e carecem de infraestrutura mínima para desenvolver processo de produção significativo e, (v) existem, nos dois lados da fronteira, fortes laços étnicos e sociais entre os habitantes dos países.

O intenso fluxo de bens, pessoas e serviços entre os países, levou à construção de um mercado de trabalho interligado e ao estabelecimento de uma mancha urbana integrada, correlacionando as principais cidades da região: Cúcuta, capital do Departamento de Norte de Santander, na Colômbia, e San Cristóbal, capital do Estado de Táchira, na Venezuela. Pela importância dessa região da fronteira, especialmente no

aspecto comercial, ao qual o contrabando de combustível associa-se diretamente, essa região específica da fronteira foi estabelecida como o foco de estudo desse trabalho. Essa divisa encontra-se permanentemente afetada pelas políticas econômicas e alterações conjunturais de ambos os países, convertendo-se em uma região vulnerável, com variados problemas estruturais impactando a população do local. As mudanças cambiais nas moedas da Venezuela e da Colômbia, a presença de guerrilhas e gangues ligadas ao tráfico de drogas e armas na região⁶⁴, as disputas políticas entre os governos de ambos os países e a falta de instituições organizadas nos locais tornam a região fonte de atividades como o contrabando de diversos bens e, especialmente, os combustíveis.

Pelas razões supramencionadas, nesse trabalho, estudou-se especificamente o contrabando de gasolina e óleo diesel. Na região definida, esses são os combustíveis cujo contrabando é mais intenso. Além disso, apesar da falta de dados estatísticos sólidos a respeito das quantidades de produtos contrabandeadas - por razões óbvias -, a literatura abundante, científica, ou mesmo de imprensa, aponta a frequência da prática, executada por diferentes grupos sociais.

Dois grupos se destacam, em uma espécie de “estruturação” econômica dessa atividade (CASTELL e GUERRERO, 2006): os *mayoristas*, detentores de uma ampla infraestrutura de contrabando, capazes de armazenar e comercializar grandes quantidades de combustível e os *pimpineros*, pequenos contrabandistas, em geral provenientes de famílias de baixa renda da região, para os quais o contrabando converteu-se em fonte de recursos financeiros. A análise se deterá no grupo dos *pimpineros*, por entender que neste grupo social se distinguirão, com maior clareza, a ocorrência, ou não, das características que compõem as categorias **Dependência** e **Integração**, em relação ao processo de contrabando de combustível. Entretanto, quando necessário e pertinente, os *mayoristas* serão incluídos na análise. Para uma maior contextualização do processo de integração energética, compreendida, nesse trabalho, como elemento intrínseco à integração regional entre os países, torna-se importante uma recuperação do processo histórico de aproximação entre as nações estudadas. Nesse trecho, sem a pretensão de esgotar o tema, será realizada uma rememoração do processo de formação e de integração da Colômbia e da Venezuela, com foco na região de

⁶⁴ Pimenta (2016) analisa os conflitos em volta da fronteira entre Venezuela e Colômbia. Segundo a autora, o próprio combate dos grupos paramilitares e das FARC na Colômbia levou esses grupos a “transbordarem” suas atividades para o país vizinho, beneficiando-se da região de fronteira para reorganizar, reabastecer, planejar e utilizá-la para remessas de drogas.

fronteira.

A proximidade relacional entre Colômbia e Venezuela data do período colonial. Em 1717, buscando facilitar a administração dos territórios na América, a monarquia espanhola criou o Vice-Reino de Nova Granada, que correspondia aos territórios dos atuais Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. Após o início do processo de independência da região, Simón Bolívar, principal articulador da libertação, procurou manter os territórios unidos, buscando criar um Estado forte o suficiente para manter a condição de independente. O sucesso inicial dessa empreitada deu origem à Gran Colômbia, no território do antigo Vice-Reino de Nova Granada (PEARCE, 2013).

Entretanto, após a independência, tensões nacionalistas, conflitos de representação e identidade nacional suplantaram a união em torno da Gran Colômbia, com conflitos entre a elite venezuelana (composta, predominantemente, por militares) e o congresso estabelecido, representando, principalmente, a elite colombiana (BUSHNELL, 1993). Após uma série de atritos, o general José Antonio Páez liderou um movimento separatista que obteve sucesso, com a independência da Venezuela (PEARCE, 2013). Após o processo, questões sobre a fronteira entre Venezuela e Colômbia começaram a surgir. Pearce (2013) aponta três principais disputas entre os países, que sucederam o processo de separação venezuelana: recuperação do território perdido pela Venezuela durante a série de tratados assinados após a dissolução da Gran Colômbia, disputas quanto à fronteira marítima e atividade ilegal na fronteira entre Colômbia e Venezuela.

No caso das disputas territoriais terrestres, a divisão da Gran Colômbia criou questões sobre a fronteira entre Colômbia e Venezuela, especialmente na região da Península de Guajira e do Golfo da Venezuela, após a recusa da Venezuela em ratificar o Acordo de Pombo-Michelena, em 1833, que tratava da perda de territórios pela Venezuela (ANDERSON, 1989). As discussões diplomáticas sobre a questão continuaram até a busca pela arbitragem da coroa espanhola na questão, iniciada em 1891. Apesar de ambos os países estabelecerem comissões para acompanhar a arbitragem, a baixa qualidade dos mapas da época dificultou o processo de definição das fronteiras, deixando a questão, temporariamente, sem solução.

Com as propostas de encerramento do conflito desagradando a ambos, Venezuela e Colômbia recorreram ao arbítrio da confederação Suíça, em 1916. Essa,

contudo, manteve as decisões da arbitragem da coroa espanhola, de 1891. Somente com a edição do Tratado de 5 de abril de 1941 se estabeleceu definitivamente a fronteira terrestre entre os países (ANDERSON, 1989). Ressalta-se, contudo, que grupos na Venezuela permaneceram utilizando a questão da fronteira para pressionar por uma extensão do território venezuelano, como no caso de Luis Herrera Campíns, presidente venezuelano que, nos anos 1980, falou ao congresso sobre a recuperação da península de Guajira (PEARCE, 2013). A Figura 5.11 apresenta essas disputas no mapa da região fronteira entre Venezuela e Colômbia.

Após o estabelecimento das fronteiras terrestres, a questão das fronteiras marítimas entre os países permaneceu aberta. A pressão venezuelana sobre a questão levou o ministro de Relações Exteriores colombiano a renunciar às intenções de posse da Colômbia sobre a ilha caribenha de Los Monjes. Entretanto, em 1965, o interesse de companhias transnacionais de petróleo em explorar a região reavivou a pressão colombiana sobre as fronteiras marítimas, levando a novas questões entre a Venezuela e a Colômbia (ANDERSON, 1989 e PEARCE, 2013). Apesar de várias negociações entre os países, as disputas pela fronteira marítima se mantêm aberta, gerando animosidades entre ambos (PEARCE, 2013).

Figura 5.11 - Disputas territoriais da Venezuela e Colômbia na região do Golfo Venezuelano e da Península de Guajira

Fonte: Imagem adaptada de Anderson (1989)

Atualmente, as disputas territoriais entre Venezuela e Colômbia localizam-se em regiões de baixa população, e apresentam pouca intensidade, ou virulência, em comparação com outras competições por territórios. Contudo, o crescimento e desenvolvimento das regiões fronteiriças entre esses países, têm aumentado as tensões. Desde a independência, a fronteira entre Colômbia e Venezuela passou por diferentes situações, com momentos de melhora nas condições econômicas e momentos de maior instabilidade. Entretanto, historicamente, a partir das relações sociais, a região manteve-se integrada, em um processo de complementaridade e colaboração mútua, acima de convenções ou tratados. Tal consolidação moldou uma forte relação cultural e socioeconômica entre os moradores de Táchira e Norte de Santander. O reconhecimento institucional do relacionamento entre as regiões remonta ao ano de 1832, quando o governo venezuelano, às vésperas da separação da Gran Colômbia, emitiu um decreto regulamentando o comércio com Nova Granada por via terrestre, legitimando uma realidade histórica: a união socioeconômica existente nos três séculos anteriores entre os habitantes da fronteira colombo-venezuelana, acentuada no pós-independência, e com as grandes casas comerciais europeias e norte-americanas, as principais interessadas

(PLATA, 2015).

Nos 40 anos seguintes, ainda no século XIX, essas áreas permaneceram conectadas em termos econômicos e sociais, integrando-se acima dos conflitos internos dos países. A Província de Táchira, Venezuela, foi criada em 1856, no mesmo território onde se localiza o atual estado homônimo. A elevação dessa província à categoria de estado ocorreu em 1863. Em 1881, a região foi integrada ao Grande Estado dos Andes. Com a dissolução deste, em 1899, Táchira recuperou sua condição de estado, assim permanecendo até o presente. O vizinho departamento colombiano de Norte de Santander, somente emancipou-se em 1910 (antes, integrava o departamento de Gran Santander, composto, também, à época, pelo atual departamento de Santander).

Durante o final do século XIX, os países produziram cacau, tabaco e café, principalmente para o mercado exportador. Até 1880, San Cristóbal escoava sua produção pelo vale de Cúcuta. Contudo, após o aumento dos custos com o frete e os altos impostos para o trânsito de produtos entre os países, forçou a elite econômica de Táchira a construir uma linha férrea para escoar a produção para o *Puerto de Encontrados*, no rio Catatumbo, chegando ao lago de Maracaibo, de onde a produção seguia para Maracaibo para exportação (PLATA, 2015).

Já no século XX, outros locais da fronteira entre os países foram povoados, aumentando a integração e o dinamismo econômico da região. O constante fluxo migratório entre Venezuela e Colômbia permaneceu, variando de acordo com as condições socioeconômicas e políticas de cada lado da fronteira. A divisa entre Norte de Santander e Táchira constituiu-se como a mais viva, dinâmica, completa e socialmente integrada zona fronteira entre Colômbia e Venezuela.

Contudo, apesar de constituir um centro de inúmeras relações informais e cotidianas, pouca atenção, no sentido de promoção de desenvolvimento social e econômico, foi dada às regiões da San Cristóbal e Cúcuta pelos governos centrais, especialmente por parte da Colômbia, cuja prioridade tem sido os temas administrativos e militares. Como consequência desse distanciamento, parte importante da população local debateu-se, ao longo do século XX, em torno da pobreza e carência de serviços públicos básicos. Assim, os habitantes da fronteira se viram em situação de isolamento, sem compartilhar do crescimento econômico de outras regiões do interior da Colômbia.

O caráter de convergência comercial entre os dois países permaneceu, na

fronteira. Porém, em diferentes momentos, as crises diplomáticas afetaram a população do local. No início do Século XXI, a Colômbia caracterizava-se por uma situação *sui generis* na América Latina: um longo conflito interno e ingerência dos EUA em questões de segurança⁶⁵ (ARANA e DAVID, 2014). A chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, em 1999, com uma plataforma política construída em torno da ideia de “socialismo do Século XXI” e um claro apelo antiestadunidense, levou a uma situação conflitiva entre os dois países, chegando ao ponto de estabelecerem ameaças militares, especialmente durante o governo do colombiano Álvaro Uribe (2002 – 2010).

Em 2005, a captura de um membro das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território venezuelano gerou atrito entre os países (MONZÓN, 2009). Posteriormente, em 2007, o governo venezuelano criticou as incursões de forças colombianas em territórios equatorianos em conflito com as FARC, acabando por fechar a embaixada venezuelana em Bogotá, como demonstração de apoio ao Equador (FERNANDES, 2008). Em 2009 e 2010, novamente a Venezuela rompe relações com o governo colombiano, devido às aproximações desse com os EUA (permitindo a construção de sete bases militares na Colômbia) e críticas realizadas na OEA a respeito da presença de bases das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) em território venezuelano (LEÓN, PÉREZ e ANGARITA, 2015). Os conflitos e posições ideológicas contrárias dos dois governos afetaram o convívio transfronteiriço, reduzindo o comércio, aumentando o desemprego na região, contribuindo para a informalidade e o crescimento do contrabando internacional (LEÓN, PÉREZ e ANGARITA, 2015).

Velez (2015) analisa a contraposição de projetos de integração latino-americana entre a Colômbia e a Venezuela como fator de desavença entre os países. A Colômbia, país próximo aos EUA, aderiu, após o fracasso da iniciativa de integração pan-americana da ALCA, a um tratado bilateral de livre comércio com aquele país. As posições contrárias ao processo de integração da América Latina de tendência neoliberal evidenciaram-se em 2006, quando a Venezuela deixou a Comunidade Andina das Nações (CAN). A CAN é um bloco econômico formado, atualmente, por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Além da Venezuela, o Chile já pertenceu a iniciativa, deixando-a em 1977. A denominação CAN sucedeu a de Pacto Andino (ou Grupo

⁶⁵ Arana e David (2014) remontam a aliança entre EUA e Colômbia ao ano de 1923, com aproximações na área de segurança, como a participação colombiana na Guerra da Coreia; na atuação da Colômbia como principal apoio na OEA às sanções contra Cuba e na aceitação, pela Colômbia, de ajuda dos EUA no controverso Plano Colômbia.

Andino), constituído pelo Acordo de Cartagena (1969). Partindo da intenção professada de promover desenvolvimento por meio de cooperação econômica e social, em 1991, a partir da Declaração de Caracas, estabeleceu uma zona de livre comércio, nos moldes convencionais (europeu, estadunidense). A institucionalização do bloco ocorreu com a constituição de vários órgãos executivos (1979 - Corte Andina de Justiça, Parlamento Andino, Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores), estabelecimento de uma tarifa externa comum (1994) e de um passaporte andino (2001).

Em 2006, durante reunião realizada com os chefes de Estado da Bolívia, Paraguai e Uruguai, Hugo Chávez anunciou a saída da Venezuela da CAN. O bloco contava, então, com uma movimentação comercial de cerca de US\$ 9 Bilhões por ano. Segundo a declaração do presidente venezuelano, a saída do país da organização decorreu da assinatura de Tratados de Livre Comércio entre os EUA, Peru e Colômbia (MALAMUD, 2006). De acordo com (GOLDBAUM e LUCCAS, 2012), o processo de negociação do acordo bilateral da Colômbia e Peru com os EUA ocorreu em um momento em que o bloco, em conjunto, procurava negociar um Tratado de Livre Comércio com a nação estadunidense. Como a negociação bilateral não era permitida naquele momento, no âmbito da CAN, optou-se por estabelecer, em 2004, uma Decisão (598) do Conselho de Ministros⁶⁶ autorizando a realização de negociações bilaterais.

Além desse fator, a demora para o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum no bloco e as negociações da Venezuela com o Mercosul (acordo ao qual aderiria em 2012) contribuíram para o desgaste desse país com a CAN (GOLDBAUM e LUCCAS, 2012). Contribuiu também para o afastamento da Venezuela a assinatura da Decisão 641 da Comissão, em relação aos direitos de medicamentos, sem a participação da Venezuela, que acusou o processo de atender exigências estadunidenses (GOLDBAUM e LUCCAS, 2012).

Para Velez (2015), essa postura indicou um afastamento das propostas de integração da CAN, optando por tratados de comércio assimétricos, denunciados pelas populações e movimentos sociais, privilegiando os interesses estadunidenses, em

⁶⁶ Compõe a CAN o Conselho Presidencial Andino, coordenado pelos presidentes dos países participantes, órgão de direção política da CAN; o Conselho de Ministros de Relações Exteriores, responsável pela formulação das políticas exteriores do bloco e a Comissão, formada por delegados plenipotenciários, encarregada de formular, executar e avaliar a política de integração em temas de comércio e investimentos, gerando normas de obrigatório cumprimento para os quatro países. O órgão conta ainda com uma Secretaria Geral, o Tribunal Andino de Justiça e o Parlamento Andino, além de instancias consultivas na sociedade civil (COMUNIDAD ANDINA, 2017).

detrimento da integração latino-americana. A saída da Venezuela do bloco gerou críticas da Colômbia e Peru, reações neutras do Equador e apoio da Bolívia. Ocorreu em um momento de fortalecimento da ALBA-TCP, com a entrada da Bolívia nesse acordo, no mesmo ano (MALAMUD, 2006).

Um impacto direto das desavenças diplomáticas entre Colômbia e Venezuela ocorreu com relação ao estabelecimento, na região da fronteira de Norte de Santander-Táchira, de uma Zona de Integração Fronteiriça (ZIF). A definição de ZIF surgiu na década de 1980, dentro do marco institucional da Comunidade Andina das Nações (CAN). As ZIF constituem-se em “laboratórios” de integração e cooperação entre os países limites, supostamente capazes de permitir avanços, a união e a solidariedade entre os povos (CRUZ, 2008). As ZIF são locais em que os países elaboram projetos conjuntos para os territórios das fronteiras, procurando responder às necessidades dos habitantes da região por meio de uma infraestrutura institucional desenvolvida com essa finalidade (RODRÍGUEZ, 2010). A resolução 501 da CAN define ZIF como:

Los ámbitos territoriales adyacentes de Países Miembros de la Comunidad Andina para los que se adoptarán políticas, ejecutarán planes, programas y proyectos para impulsar el desarrollo sostenible y la integración fronteriza de una manera conjunta, compartida, coordinada y orientada a obtener beneficios mutuos, en correspondencia con las características de cada uno de ellos (COMUNIDAD ANDINA, 2007, p. 2).

A partir de 2004, universidades localizadas na região da fronteira Norte de Santander-Táchira (Universidad de los Andes del Táchira, Universidad Libre e Francisco de Paula Santander de Cúcuta), juntamente com os governadores da região e assessores da CAN realizaram um estudo sobre os municípios fronteiriços para delimitar a ZIF, indicando as primeiras coordenadas políticas para sua criação. Entretanto, durante o processo de regulamentação da proposta, a Venezuela deixou a CAN, em abril de 2006. A ZIF, contudo, continuou seu processo de regulamentação, com a definição de doze municípios colombianos e quinze venezuelanos como vinculados à ZIF, além da definição de cadeias produtivas comuns aos dois países. Entretanto, uma nova escalada de tensões entre os países, a partir 2007, paralisou novamente os trabalhos da ZIF (Ramírez, 2008). A última reunião de um grupo de trabalho vinculado ao projeto realizou-se em novembro de 2008. Dessa forma, a ZIF acabou não implantada.

As desavenças e divergências políticas e diplomáticas se refletem nas fronteiras entre os dois países, afetando a região, ainda que a percepção dos moradores sobre as

crises diplomáticas e como essas afetam suas vidas não ocorra de maneira direta. As populações das fronteiras são impactadas por outros aspectos econômicos percebidos localmente, decorrentes da situação e do isolamento das regiões em relação aos núcleos administrativos. Entretanto, medidas que alterem a cotação das moedas ou que estimulem o fluxo comercial entre os países possuem impactos diretos na população residente da região da fronteira (LEÓN, PÉREZ e ANGARITA, 2015). Convém, contudo, especificar as diferenças e especificidades das zonas de fronteiras em relação às demais regiões dos países, analisando informações e dados sobre os dois estados analisados no presente trabalho: Norte de Santander e Táchira.

5.3.2 Países envolvidos e indicadores

A região onde se localiza o departamento de Norte de Santander possui relevância histórica para a Colômbia. Além da localização na fronteira com a Venezuela, tornando-se importante referencial para o relacionamento de ambos os países, em Cúcuta, capital do departamento, Simón Bolívar iniciou a campanha de liberação de Venezuela. Além disso, o Partido Conservador Colombiano, principal partido da Colômbia junto ao Partido Liberal Colombiano, originou-se nessa região.

O departamento de Norte de Santander localiza-se no nordeste do país, fazendo fronteira ao norte e à leste com a Venezuela, conforme indicado na figura 1. Ao Sul, o departamento limita-se com as regiões colombianas de Boyocá e Santander e à oeste com o departamento César. O isolamento de Norte de Santander em relação a capital colombiana, Bogotá, decorrente da presença da cordilheira dos Andes entre os dois locais, contribui para a aproximação da região com a Venezuela. Conforme projeção efetuada pelo *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE) colombiano, a população do departamento alcançou, em 2016, 1,37 milhão de pessoas, o 12º departamento colombiano mais populoso, dentre os 33 existentes no país. A título de comparação, a população total da Colômbia, no mesmo ano, era de 47 milhões de pessoas.

A capital e maior cidade do departamento é Cúcuta, com aproximadamente 650 mil habitantes, quase metade da população do departamento de Norte de Santander. O município localiza-se na fronteira entre Colômbia e Venezuela, tornando-se um importante local de realização das atividades de contrabando.

no conjunto. Em relação aos principais centros econômicos do país, entretanto, observa-se uma assimetria importante quanto a este critério, evidenciando ainda mais o isolamento de Norte de Santander do governo central. Seu PIB é inferior, ainda, ao dos vizinhos César (US\$ 6,7 bilhões), Boyocá (US\$ 11,1 bilhões) e Santander (US\$ 30,5 bilhões).

Gráfico 5.40 - PIB dos departamentos colombianos - 2014

Fonte: Autoria própria com base em *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2017a).

Em termos de PIB per capita (Gráfico 5.41), o valor do departamento em 2014 foi de US\$ 4.660, o 20º maior entre os departamentos do país, ainda inferior à média nacional para o mesmo ano, de US\$ 7.945. Assim como a maioria dos departamentos colombianos, Norte de Santander possui um PIB *per capita* inferior ao da América Latina, cujo valor em 2014 foi de US\$ 9.364,00. O PIB *per capita* dos vizinhos, César (US\$ 6.611), Boyacá (US\$ 8.717) e Santander (US\$ 14.876), também o superam. Apesar de esse indicador sozinho não permitir a caracterização completa da região, um PIB *per capita* baixo indica que o departamento se situa entre as regiões mais pobres da Colômbia, corroborando a ideia do impacto causado pelo isolamento e distanciamento entre a região e os centros econômico e político da Colômbia. A situação econômica precária do departamento reforça, no local, as condições de dependência existente no

país latino-americano, criando uma situação de maior precariedade para a população residente.

Gráfico 5.41 - PIB per capita dos departamentos colombianos e da América Latina - 2014

Fonte: Autoria própria a partir de dados de *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2017a).

Analisando a distribuição das atividades econômicas de Norte de Santander entre 2000 e 2016 (Gráfico 5.42), constata-se a predominância dos serviços públicos e governo no PIB ao longo do período (dados entre 2000 e 2014 são realizados; os de 2015 e 2016, previstos). As principais atividades deste segmento são administração pública e defesa do território, o que pode decorrer da necessidade de monitoramento e combate à incidência de atividades ilegais, contrabando de energia incluído, na região. As atividades primárias (agricultura, pesca e caça e a indústria extrativista) compõem, em 2016, cerca e 15% do PIB do departamento, somadas. A indústria manufatureira apresenta um decréscimo, durante o período estudado, caindo de 9,4% (2000) para 6% (2016). O setor de serviços, como um todo, possui a maior participação no PIB do

departamento, com as finanças e atividades imobiliárias respondendo por 14,8% e o setor de comércio, hotéis e restaurantes alcançando 12,3% do PIB, em 2016.

Gráfico 5.42 - Participação dos setores no PIB de Norte de Santander - 2000 – 2016

Fonte: Autoria própria a partir de *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2017c)

O Gráfico 5.43 compara a distribuição do PIB entre o departamento de Norte de Santander e a Colômbia, para o ano de 2014. Nota-se a predominância dos serviços públicos na região, discrepante em relação à participação desse setor no restante do país. Como citado, a maior presença militar e gastos com segurança pública na zona de fronteira podem explicar essa variação. Destaca-se, também, a maior participação do setor agrícola e de comércio no departamento, em relação à média nacional. Esses fatores ressaltam, no departamento, uma economia voltada para os setores primário e terciário, em detrimento do setor industrial. A participação da indústria no PIB do departamento é consideravelmente inferior à da Colômbia. Outro componente com baixa presença, comparada à sua parcela no PIB nacional é o de impostos. Esse pode ser um indicador de uma maior quantidade de atividades ilícitas, como o contrabando de combustível, na região em contraposição ao restante do país. Contudo, uma avaliação mais profunda sobre a composição dos impostos recebidos deve ser realizada para verificar as reais causas da diferença.

Gráfico 5.43 - Composição do PIB do estado de Norte Santander e da Colômbia - 2014

Fonte: Autoria própria a partir de *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2016b).

A distância dos principais centros econômicos do país e as especificidades na produção do departamento geraram consequências em relação a aspectos sociais para a população do local. O Gráfico 5.44 compara os índices de pobreza e pobreza extrema⁶⁸ para Norte de Santander e para a Colômbia. Em ambos os casos, o indicador do departamento supera o nacional, demonstrando a precariedade da região em comparação com o restante do país, apesar de não ser o departamento mais pobre da Colômbia.

⁶⁸ Conforme *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2016a), a linha de pobreza monetária considera o custo mínimo necessário para a aquisição de uma cesta de bens (alimentícios ou não) que permitem um nível de vida adequado. Em 2015, o valor utilizado para valorar essa linha na Colômbia foi uma renda mensal, em pesos colombianos, de \$ 223.638,00, aproximadamente US\$ 67,10, utilizando a cotação de 2015. A linha da extrema pobreza é o custo mínimo para aquisição apenas de bens alimentícios. Para esse indicador, utilizou-se o valor de renda mensal, em pesos colombianos, de \$ 102.109,00, ou US\$ 30,63.

Gráfico 5.44 - Taxa de pobreza e pobreza extrema no departamento de Norte de Santander e na Colômbia

Fonte: Autoria própria a partir de *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2016a)

A escala do contrabando, com a proliferação da prática, acaba transformando a natureza das atividades sociais e econômicas da região de fronteira. Assim, um grande número de famílias torna-se dependente da prática ilegal para sobreviver e manter o nível de vida. Essa situação decorre não apenas da lucratividade da atividade ilegal, mas do subemprego e desemprego endêmicos nessa região (MALAGÓN, 2016; CASTELL e GUERRERO, 2006). Em 2015, o departamento de Norte de Santander deteve a segunda maior taxa de desemprego entre os departamentos colombianos (Gráfico 5.45), 12,5%, superior, também, à média nacional, de 8,9%.

Gráfico 5.45 - Comparação da taxa de desemprego por departamento colombiano - 2015

Fonte: Autoria própria, a partir de *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2017b).

O estado venezuelano de Táchira, fronteiro com Norte de Santander, localiza-se no extremo oeste da República Bolivariana da Venezuela, na Região de Los Andes, possuindo a segunda maior altitude média do país (Figura 5.13). Com 11.000 km², Táchira é oitavo menor estado entre os 23 que o país possui. Faz fronteira, ao norte, com Zúlia (VE⁶⁹), ao sul com a Colômbia e com Apure, venezuelano, e a leste, com Barinas (VE). Pelo censo de 2011, a população de Táchira naquele ano era de 1.168.908 habitantes, número que o colocava como o nono mais populoso do país. San Cristóbal, capital do estado, que contava, em 2011, com 263.765 habitantes, era o 15º maior município da Venezuela (*INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA*, 2017).

⁶⁹ Abreviatura de Venezuela, empregada pelo INPI (Inst. Nacional de Propriedade Industrial).

Figura 5.13 - Estado venezuelano de Táchira em destaque na Venezuela

ESTADO TÁCHIRA
Fonte: A-Venezuela (2017).

Apesar dos poucos dados econômicos encontrados sobre os estados venezuelanos, alguns indicadores sociais ajudam a compreender a situação da população que habita o estado de Táchira. O Gráfico 5.46 compara os índices de pobreza e pobreza extrema para os estados venezuelanos e indica o valor médio para o país. No caso de Táchira, o estado possui o terceiro menor índice para pobreza (13,4%) e o quarto menor para a pobreza extrema (3,7%).

A presença de uma região com um baixo índice de pobreza⁷⁰ em comparação com outros estados da Venezuela e com o departamento colombiano vizinho pode criar uma situação de fluxo migratório no estado de Táchira. Assim, no Gráfico 5.47, que indica o percentual da população nascido no exterior, o estado de Táchira destaca-se com 12,6% de seus habitantes com um local de nascimento fora da Venezuela, superando o percentual das outras regiões fronteiriças. Apesar da ausência de informações detalhadas sobre o país natal desses habitantes, pode-se inferir, dada a proximidade e intensa relação com o país vizinho, que a maior parte dos residentes nascidos fora da Venezuela sejam colombianos. Plata (2015) realiza uma análise histórica do fluxo migratório entre Colômbia e Venezuela, indicando as mudanças ocorridas na relação entre os países desde a independência.

Gráfico 5.46 - Pobreza e pobreza extrema nos estados venezuelanos - 2011

Fonte: Autoria própria a partir de *Instituto Nacional de Estadística* (2017).

⁷⁰ O critério para determinar os níveis de pobreza e pobreza extrema utilizados pelo *Instituto Nacional de Estadística* (2011) segue a metodologia das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), levando em conta indicadores como o tipo de habitação, condições sanitárias, escolaridade, capacidade de subsistência entre outros. Uma descrição do método pode ser encontrada em COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (2001a).

Gráfico 5.47 - Percentual dos habitantes dos estados venezuelanos nascidos fora de Venezuela - 2011

Fonte: Autoria própria a partir de *Instituto Nacional de Estadística* (2017)

Em termos de taxa de desemprego, Táchira, diferente do estado vizinho colombiano, possui indicadores superiores à média de seu país. O Gráfico 5.48 compara as taxas de desemprego dos estados venezuelanos e mostra média nacional para o ano de 2015. Com um índice de 1,64%, segundo melhor indicador entre os estados do país, comparado com uma média nacional de 7,03%. A baixa taxa de desemprego do estado poderia estimular e influenciar o fluxo de migração de Norte de Santander para Táchira. Apesar de somente uma pesquisa de campo específica poder comprovar a conjectura, as diferenças entre os aspectos sociais em Táchira (ao menos antes do aprofundamento da crise venezuelana).

Gráfico 5.48 - Taxa de desemprego nos estados da Venezuela, 2015

Fonte: Autoria própria a partir de *Instituto Nacional de Estadística* (2017)

Fator importante que contribui para o contrabando, além da precariedade socioeconômica da população no departamento de Norte de Santander, na Colômbia e a alta taxa de desemprego é a eventual lucratividade decorrente da prática criminosa, devido à diferença do preço da gasolina e do diesel entre Colômbia e Venezuela. O Gráfico 5.49 compara os preços médios da gasolina para o usuário final entre 1998 e 2014 para os dois países, a América Latina e Caribe e o mundo. Nota-se o aumento da diferença de preço do combustível entre a Colômbia e a Venezuela no horizonte de tempo estudado. Enquanto o valor do combustível colombiano seguiu a tendência de alta observada nas demais regiões estudadas, o preço do combustível venezuelano diminuiu. Essa diferença aumenta a lucratividade da prática de comprar combustível na Venezuela e revendê-lo na Colômbia, tornando a atividade mais atrativa.

Gráfico 5.49 - Preço da gasolina para o usuário final, 1998 - 2014

Fonte: Autoria própria a partir de Banco Mundial (2017).

Tendo efetuado um levantamento demográfico dos *pimpineros*, nas cidades de Cúcuta, Los Patios e Villa de Rosário, departamento de Norte de Santander, Suescon, Rodrigues e Paéz (2015) identificaram, nas atividades de contrabando, a predominância de pessoas do sexo masculino (85%), casados (24%), ou vivendo em união estável (31%). No caso das mulheres, predominam as divorciadas (50%). A faixa etária predominante situa-se entre 21 e 40 anos (66% do total), embora seja notável que 7% do total tenha entre 15 e 20 anos. Adicionalmente, a maior parte das famílias de *pimpineros* possuem quatro ou mais membros (63% do total). Quanto à escolaridade, a maioria dos *pimpineros* (75%) possui ensino primário ou secundário incompleto, um limitante da empregabilidade.

Em pesquisa de campo realizada em 2005, com 478 *pimpineros*, Castell e Guerrero (2006) descobriram como principal causa para a procura dessa forma de ocupação a dificuldade de empregar-se, resposta dada por 382 entrevistados. A pesquisa constatou que 231 entrevistados trabalhavam na atividade a menos de dois anos; 239 possuíam de quatro a seis dependentes econômicos e 105 contavam com sete ou mais dependentes.

Andrade (2014) analisa, também, como a forte dependência econômica do setor terciário na região prejudicou o desenvolvimento de outras áreas, como os setores industrial e tecnológico. Nessa condição, de vinculação exacerbada ao setor terciário, situações de conflitos entre os países, como a saída da Venezuela da CAN, ou o fechamento das fronteiras, prejudicam a situação dos moradores do local. Esse tipo de acontecimento pode contribuir para o aumento de práticas ilegais na região.

Tal condição de fragilidade socioeconômica justifica a dificuldade de combater, com medidas legais, uma prática estrutural, ao longo do processo de integração da região. Assim, mais do que expressar uma situação transitória ou irregular, o contrabando de combustível evidencia uma situação histórica para a população de fronteira. Pode-se, analogamente, inferir uma semelhança entre a situação local, da fronteira, e nacional, dos dois países envolvidos, em relação à sua posição na divisão internacional do trabalho. Neste cenário mais amplo, uma das principais maneiras em que a população é afetada é o elevado nível de desemprego regional, que leva parte da população a recorrer ao contrabando como meio de vida.

Conforme apontado no Gráfico 5.50, a taxa de desemprego e subemprego subjetivo⁷¹ em Norte de Santander, onde a fronteira possui maior atividade comercial, permaneceu elevada entre 2001 e 2015. Nos primeiros anos da série analisada, as taxas do departamento mantêm-se próximas às médias do país, permanecendo, para a maior parte dos anos até 2008, abaixo da média colombiana. Desde então, essa situação muda, com as taxas de desemprego de Norte de Santander superando as médias colombianas para os demais anos da série. As crises nas relações entre Colômbia e Venezuela, além dos problemas sofridos pelos venezuelanos com a queda do preço do combustível podem ter contribuído para o aumento do desemprego e subemprego na região em comparação com o restante do país.

Zambrano et al. (2016) realizaram um estudo estatístico procurando identificar como variáveis econômicas influenciam a taxa de desemprego do lado colombiano da fronteira. Esse trabalho identificou a condição de desigualdade, medida pelo índice de Gini, como o critério com maior correlação com a taxa de subemprego, superando parâmetros como crescimento do PIB industrial ou pobreza. Os autores apontam ainda a falta de participação do Estado e de políticas de emprego formal na fronteira como

⁷¹ A taxa de subemprego subjetivo inclui empregos com horas trabalhadas insuficientes, de competência inadequada e de remuneração inadequada.

agravantes da situação.

Gráfico 5.50 - Taxa anual de desemprego e subemprego no departamento de Norte de Santander e da Colômbia

Fonte: Autoria própria baseado em *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (2017b)

Segundo o pensamento Marxista, o desemprego crônico, no modo de produção capitalista, guarda relação direta com a formação e manutenção de um Exército Industrial de Reserva (EIR). Não procuraremos, nesse trabalho, aprofundar-nos na teoria marxista sobre o EIR, contudo, resumidamente, Marx (2013) assim relaciona o aumento da composição orgânica do capital (capital constante/capital variável, ou, maquinário, equipamentos e instalações/força de trabalho), processo contínuo na sociedade capitalista, que mantém uma reserva de capital variável necessário para seu próprio funcionamento: “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2013, p. 857). Amaral e Carcanholo (2009) relacionam a existência do EIR com as categorias de dependência e superexploração do trabalho, presentes na relação entre os países latino-americanos e os centrais. Esses autores identificam quatro formas em que a superexploração da força do trabalho ocorre, nas nações latino-americanas, possibilitando a continuidade de acumulação capitalista na periferia:

(...) a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de

consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista – (...) e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, p. 6).

Os autores associam a terceira forma de ocorrência da superexploração do trabalho com o EIR, pois os trabalhadores submetem-se a uma situação de arrocho salarial, em decorrência da existência de desempregados, que se sujeitariam a receber um salário inferior ao de sua remuneração. Interpretamos, contudo, como decorrência da existência de um EIR, a procura, por parte da população, de outras formas de remuneração e subsistência, como o contrabando de combustível.

Observa-se, portanto, que mais do que constituir apenas uma atividade ilícita, o contrabando de combustível relaciona-se com a forma com que a Venezuela e a Colômbia inserem-se na economia mundial. Dessa forma, a comercialização ilegal do combustível apresenta-se, ao menos parcialmente, como consequência da dependência da região e de outras questões específicas da zona de fronteira como a proximidade cultural e econômica entre ambos os países no local. Dessa forma, a dependência das nações latino-americanas dificulta o processo de combate e a almejada eliminação da prática de contrabando de combustível.

5.3.3 Funcionamento e Impactos

A distribuição de combustível na Venezuela ocorre por meio da PDVSA, cujos postos de combustível encontram-se em Maracaibo (estado de Zulia) e Vigia (estado de Mérida). O combustível distribuído para todos os postos venezuelanos provém dessas plantas (CASTELL e GUERRERO, 2006). Na região de fronteira venezuelana, adquire-se combustível de duas formas distintas: por meio dos postos de combustíveis tradicionais, que vendem a gasolina ao mesmo preço do restante do país, para consumo em território nacional e através das estações de *Servicio de Abastecimiento Fronterizo Especial de Combustible* (SAFEC), vendendo combustível a valores próximos ao praticado no mercado internacional, voltado para satisfazer a demanda de trânsito internacional na região de fronteira. Segundo a PDVSA (YVKE RADIO MUNDIAL, 2017), em 2015, das 111 estações de combustíveis (postos) existentes em Táchira, oito funcionavam sob o regime de SAFEC.

Analisando os preços do ano de 2014, Guarín (2015) aponta o valor do galão de gasolina colombiana como variando entre 8.000 e 9.000 pesos colombianos, em unidades do sistema internacional, considera-se um custo entre 2.133,38 e 2.377,55

pesos colombianos por litro de gasolina⁷². Nas estações venezuelanas nacionais, o custo do galão gasolina equivalia a 440,75 pesos colombianos e na SAFEC a 563,35 pesos colombianos ou 116,40 e 148,82 pesos colombianos o litro, respectivamente⁷³. Na fronteira colombiana, segundo o autor, os contrabandistas vendem o galão de gasolina a 5.800,00 pesos, cerca de 1532,20 pesos colombianos⁷⁴ por litro do combustível, tornando a operação lucrativa. Apesar da constante variação do preço da gasolina, na comparação entre os valores, importa mais o elevado lucro decorrente da operação de contrabando do que os valores exatos da gasolina. Segundo Guarín (2015), a operação pode chegar a ter uma lucratividade de 95%.

A ilegalidade da operação torna difícil mensurar a quantidade de combustível envolvida em operações de contrabando. Malagón (2016) estima essa quantidade em 100.000 barris de gasolina por dia. Guarín (2015), por sua vez, presume que cada contrabandista importa, para a Colômbia, 30.000 barris por ano, custando cerca de 500 milhões de dólares anuais para a Venezuela (o autor, contudo, não apresenta a estrutura desses custos, nem o total de atravessadores considerado, não sendo possível distinguir, nesse número, preço de barril e impostos devidos por cada importador clandestino).

A principal rota de contrabando, ilustrada na Figura 5, inicia-se na cidade venezuelana da San Cristóbal, passa o controle da guarda nacional em El Mirador, área urbana do estado de Carrizal e passa por outras cidades, como El Valle, Peribeca e Capacho. Posteriormente, cruza outro controle federal, em Alcabala de Peracal, ainda no estado de Táchira, seguindo para o controle de San Antonio de Táchira, onde cruza, por fim, a fronteira, chegando a Cúcuta. Ao todo, o trajeto dura três horas, possuindo três estações de controle da Guarda Nacional Venezuelana. Nessas zonas de controle, a prática do suborno está bastante estabelecida, de forma a facilitar a atividade de contrabando (GUARÍN, 2015).

⁷² Transformando o valor para dólar, conforme a cotação média do ano de 2014, com um dólar valendo \$ 2000,33 pesos colombianos, o valor do litro gasolina variava entre US\$ 1,06 e US\$1,19.

⁷³ Em dólares os valores chegariam a US\$ 0,06 e US\$ 0,07 respectivamente.

⁷⁴ Um valor de US\$ 0,77.

Figura 5.14 – Principal rota de contrabando San Cristóbal - Cúcuta

Fonte: Autoria própria sobre a base Google Maps (2017).

Segundo Andrade (2014), contrabandeia-se o combustível de três formas distintas. No primeiro caso, os chamados “pimpineros” retiram o combustível de carros ou motos que atravessam a fronteira, prática utilizada por diferentes classes sociais. Nesse caso, os tanques de combustível são modificados, tornando-os capazes de transportar de 190 a 210 litros de combustíveis. A segunda forma consiste no contrabando por meio de caminhões projetados com o fim de transportar grandes quantidades de gasolina. Apesar de ser mais incomum, o contrabando nesse formato permite um maior lucro, gerando, segundo o autor, perdas de cerca de 1,4 bilhões de dólares, por ano, para a Venezuela. A terceira forma do contrabando, chamada de contrabando “técnico”, decorre do estabelecimento, pela legislação colombiana, de um regime de preço diferente para o combustível vendido na zona de fronteira, em relação ao resto do país. Nesse caso, o contrabando ocorre entre as diferentes zonas de preço na Colômbia. A partir da década de 1990, o governo colombiano passou a instituir diversas leis e regulações buscando inibir a atividade de contrabando. Dessa forma, em 1997, aprovou-se a lei 383 estabelecendo a ilegalidade do ingresso de qualquer bem no país sem o controle alfandegário. Contudo, o Estado colombiano tipificaria o delito de contrabando de combustível somente com os decretos de 1900 e 2180 de 2002 e da lei 788 de 2002, determinando sanções para atividade de acordo com a quantidade de combustível contrabandeada. Na Venezuela, por sua vez, em 2 de dezembro de 2005, entrou em vigor a Lei Sobre o Delito de Contrabando, buscando possibilitar

investigações, perseguições, repressões e sanções à prática (GUARIN, 2015).

Além das sanções penais, a Colômbia regulou o abastecimento nas zonas fronteiriças, buscando coibir a prática de contrabando. Guarin (2015) indica a Lei 681, de 2001, como principal instrumento de regulamentação sobre combustível na zona de fronteira, que determina a empresa estatal *Empresa Colombiana de Petróleos S/A* (ECOPETROL) como responsável pela importação e distribuição de combustível na região. Permite-se, no entanto, a delegação das atividades de importação, transporte, abastecimento, distribuição e venda para distribuidores privados devidamente autorizados pelo Ministério de Minas e Energia colombiano. Nesse caso, os distribuidores comprometem-se a entregar os combustíveis em locais específicos da zona de fronteira e possuem isenção de impostos. Ainda, como maneira de limitar o contrabando, criou-se o “*Comando de Control Contra o Contrabando*”, iniciativa conjunta dos dois países, contando com 29.000 homens encarregados de controlar o contrabando e o narcotráfico. No entanto, segundo Malagón (2016), os resultados dessa última iniciativa não se mostraram suficientes, já que os pontos de contrabando são numerosos e de difícil localização.

As iniciativas de regulação do comércio de combustíveis na zona de fronteira não lograram êxito em reduzir as atividades de contrabando, conforme apontado por Guarin (2015). A inaptidão de ambos os Estados em implementar medidas capazes de inibir a prática reforça a constatação de que o problema não se restringe a esferas criminais, mas é perpassado por condicionantes socioeconômicas, bastante mais profundas e arraigadas do que estes aspectos, apenas.

O contrabando de combustível apresenta-se, portanto, não como uma simples atividade ilegal, mas diferencia-se como um produto de aspectos específicos da América Latina, da Colômbia e da Venezuela e, de modo mais específico, da região de fronteira entre Norte de Santander e Táchira. Ao mesmo tempo em que se vincula a aspectos socioeconômicos específicos da região, ligando-se à questão da pobreza e do desemprego existente na fronteira, correlaciona-se com a própria riqueza natural dos países, especialmente do petróleo venezuelano.

O contrabando responde, também, a fatores como a própria maneira como os países participam da divisão internacional do trabalho e a situação de dependência presente em toda América Latina, que se manifesta de diferentes formas na região e nos

projetos de integração energéticas analisados nesse trabalho. Dessa forma, o próximo capítulo tratará de buscar sistematizar, utilizando as categorias de análise definidas anteriormente (item 3.2, página 41), as experiências de integração selecionadas, buscando ampliar a compreensão dos fenômenos estudados.

6 ANÁLISE

6.1 As experiências de integração e as categorias da análise da TMD

Os projetos de integração energética analisados possuem especificidades próprias, vinculadas às condições sociais, econômicas, geográficas e históricas dos países participantes de cada iniciativa. Essas características foram levantadas buscando identificar como os empreendimentos estudados impactaram condições de dependência preexistentes nos países envolvidos. Para isso, será verificado, por comparação, se os critérios que compõem as categorias de análise definidas no capítulo três emergem antes ou depois (ou ambos) da implantação, ou ocorrência, da situação estudada e ao longo do próprio processo de sua implantação. Este capítulo sintetiza esta análise.

6.2 SIEPAC

O SIEPAC envolve países tipificados como do Tipo C, ou seja, onde ainda predominava uma estrutura econômica agroexportadora no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que tenham passado por programas de industrialização – realizados com apoio estadunidense - após a década de 1970, os países centro-americanos possuem uma manufatura incipiente, com participação decrescente no PIB da maioria deles (*vide* Gráfico 5.5 na página 84). As outras nações (Colômbia, Espanha e México) que participaram, como financiadores e acionistas, do SIEPAC possuem, no entanto, classificações tipológicas distintas desses países. Bambirra (2012) define o México e a Colômbia, países com empresas financiadoras do projeto e acionistas da EPR, como países do tipo A, ou seja, com processo de industrialização iniciado antes da Primeira Guerra Mundial. Além disso, participa, também, do SIEPAC a Espanha, país com uma posição mais próxima aos países centrais em comparação com os demais participantes do SIEPAC.

Em termos da classificação histórica da dependência, realizada por Santos (2011), o processo de negociação das interconexões entre os países da América Central inicia-se no período do pós-guerra, classificado pelo autor como de dependência tecnológico-industrial, onde as empresas transnacionais passaram a deslocar parte da produção para os países dependentes.

Contudo, apesar da concepção do projeto ocorrer durante essa forma de dependência, a assinatura do Tratado Marco aconteceu somente em 1996 e as obras do SIEPAC iniciaram-se apenas em 2006. Autores como Amaral (2012) indicam que esse período pertence a uma nova fase da dependência. Para essa autora, o processo de financeirização na América Latina, iniciado durante os anos 1980 e aprofundado na década seguinte inaugurou essa nova etapa. A financeirização leva ao envio de excedentes dos países da região por meio do pagamento de juros, *royalties*, dividendos e outras formas de extração financeira direta dos países latino-americanos. No setor produtivo, a consequência desse processo envolve a reprimarização das economias e a acentuação da dependência econômica do setor externo. Conforme apontado no Gráfico 5.4 (pagina 82), após a década de 1990, as exportações da América Central aumentaram acentuadamente. Além disso, apesar da queda da participação do setor primário no PIB (Gráfico 5.5, página 84), a fatia da indústria no produto interno dos países também decresceu e o setor de serviços elevou sua participação. Tal situação entra em consonância com a expansão do setor financeiro na economia mundial, ainda que não se possa afirmar que o crescimento da participação do setor de serviços na América Central decorre exclusivamente da área financeira.

Compreendendo a partir dessa perspectiva contemporânea da dependência, o SIEPAC parece enquadrar-se na promoção de uma acentuação da dependência dos países centro-americanos. Uma análise sobre o processo histórico de efetivação do projeto ajuda a compreender a maneira com que ele se insere no movimento de aprofundamento da dependência dos países centro-americanos.

Verifica-se a presença de aspectos da dependência da região na própria viabilização do SIEPAC. Sem a presença de capital de outros países, a iniciativa dificilmente seria executada. Apesar das negociações a respeito da integração elétrica dos países centro-americanos ocorrerem desde a década de 1960, somente em 1987, com a participação da espanhola Endesa nos estudos para as interconexões de todos os países da América Central, iniciou-se o projeto que deu origem ao SIEPAC. Além disso, a posterior vinculação ao *Proyecto Mesomérica*, projeto que possui o México como criador e principal beneficiário, abriu o SIEPAC a formas adicionais de financiamento externo para viabilizar a execução do projeto.

A iniciativa contou, ainda, com o aporte de recursos de entidades multilaterais como o BID, o *Banco Centroamericano de Integración Económica* (BCIE) e o *Banco*

de Desarrollo de América Latina (CAF). A efetuação do SIEPAC exemplifica, portanto, um dos aspectos do processo atual da economia mundial e da dependência, com a internacionalização do capital financeiro.

A presença, na iniciativa, de México e Colômbia, países também dependentes, parece indicar um caráter subimperialista do projeto. Para efetuar uma caracterização precisa em termos de subimperialismo, seria necessário investigar com maior profundidade a situação dos dois países em relação às economias centrais. Entretanto, não foi objetivo deste trabalho avançar a investigação para além dos países diretamente afetados em cada iniciativa. Assim, ao falar em subimperialismo, estar-se-á, mais especificamente, identificando se há condições para seu desenvolvimento e não, ainda, sua ocorrência, de fato. Uma revisão do conceito de subimperialismo, conforme definido por Ruy Mauro Marini, ajuda a compreender as dificuldades em categorizar o SIEPAC quanto a este critério.

Nos anos 1960 e 1970, Marini identificou a emergência do subimperialismo como produto de uma formação econômico-social específica, representada, na América Latina, pelo Brasil. Luce (2014) procura sistematizar o significado da categoria de análise subimperialismo na obra de Marini. Para o autor, essa categoria compreende tanto uma etapa do capitalismo dependente quanto uma posição no nível hierárquico do sistema mundial. Assim, economias subimperialistas convertem-se em elos da corrente imperialista, mantendo a condição de economias dependentes (transferindo valor para os centros imperialistas), mas apropriando-se de valor em nações mais débeis. A ascensão de países à condição de subimperialista desloca para a esfera externa contradições próprias das economias dependentes, mitigando efeitos da dependência por meio de uma política específica de acumulação de capital⁷⁵ e de uma cooperação antagonica⁷⁶ com o imperialismo dominante, sem questionar os marcos de dependência, mas pleiteando uma autonomia relativa para a nação subimperialista (LUCE, 2014).

⁷⁵ De maneira simplificada, conforme apontado em Marx (2013), o processo de acumulação de capital inicia-se com a transformação de dinheiro em meios de produção e capital. A segunda fase conclui-se com a transformação dos meios de produção em mercadorias. Essas mercadorias são, então, lançadas no mercado (esfera de circulação), onde o capitalista espera vendê-las, realizando seu valor em dinheiro. Posteriormente, o capitalista converte esse dinheiro em capital, reiniciando o ciclo de acumulação. Em uma economia dependente subimperialista, parte desse processo é deslocada para outras economias dependentes.

⁷⁶ Luce (2007) operacionaliza a categoria de cooperação antagonica definindo diferentes níveis de relação entre a potência subimperialista e o país imperialista dominante. No caso da cooperação antagonica, a potência regional, ao perseguir sua hegemonia local, gera atritos com o centro dominante. Os laços de dependência funcionam como um freio para a autonomia da potência regional, assim, o antagonismo existente acomodam-se a uma lógica cooperativa (LUCE, 2007).

Em outras palavras, as economias dependentes, por meio do subimperialismo, procuram superar restrições ao processo interno de reprodução de capital, deslocando etapas da produção para outros países dependentes. Conforme especificado por Marini (1992), o subimperialismo surge de determinações específicas da divisão do trabalho no sistema econômico internacional:

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela (MARINI, 1992, p. 137-138).

Além disso, a manifestação econômica do subimperialismo corresponde à reprodução, nos países dependentes, da etapa de monopolização e financeirização do capitalismo (LUCE, 2014). Na condição de subimperialista, o país apresenta uma composição orgânica do capital (relação entre mão de obra e capital) elevada e exporta manufaturas para outros países dependentes como maneira de superar os limites internos de acumulação.

A manifestação política dessas especificidades econômicas, contudo, também se caracteriza como essencial para a definição de um país como uma economia subimperialista. Dessa forma, para configurar um processo de subimperialismo, é necessário que estejam presentes elementos como um Estado forte e uma burguesia com objetivos próprios, capaz de tornar nacionais os projetos próprios de expansão econômica e política. Luce (2014) sinaliza que nem todos os subcentros econômicos (ou seja, países dependentes com composição orgânica média de capital elevada e exportadores de manufaturas e de capitais) são capazes de se impor na divisão sub-regional do trabalho para benefício das burguesias internas. Segundo o autor, esse é o caso do México:

(...) a subordinação econômica e política aos projetos do grande imperialismo estadunidense impedem o capital em operação no país de ter projetos próprios. O grau de penetração do imperialismo estadunidense no México impossibilitou que o Estado colocasse em prática uma política expansionista relativamente autônoma. Dessa maneira, nestes dois países (Argentina e México) amadurece a formação subordinada e não a subimperialista

(autonomia relativa) (LUCE, 2014, p. 53).

O caso da Colômbia assemelha-se ao do México, dado que o país também tem um relacionamento próximo com o imperialismo estadunidense (o tópico do contrabando de combustível revisa as aproximações entre ambos os países e os conflitos com outras nações latino-americanas decorrentes desse processo, página 184). Na situação colombiana, ainda, destaca-se a participação ativa de duas empresas estatais (ISA e EPM) na indústria elétrica dos países centro-americanos. Entretanto, essa presença não basta para a caracterização de uma nação como subimperialista (LUCE, 2011).

Assim, apesar de o México e a Colômbia exercerem um protagonismo exacerbado na criação e implantação do SIEPAC, inclusive injetando capital, as especificidades desses países, especialmente a subordinação aos EUA, sem a correspondente imposição interna no contexto latino-americano, indica que a categoria **Subimperialismo** não se aplica, em um sentido estrito, a este projeto. Observa-se, apenas, a presença de partes do fenômeno subimperialista, essas não bastando para classificar o projeto como uma iniciativa com a presença da categoria Subimperialismo, conforme afirma Luce (2011, pp. 191):

O que é preciso salientar, portanto, é que não bast a apresentar alguns dos traços do subimperialismo para sê-lo. O fenômeno não é igual à soma das partes, de tal modo que um resultado mais ou menos próximo ao patamar estab elecido configuraria o subimperialismo.

A inserção do SIEPAC no *Proyecto MesoAmérica* reforça o distanciamento do empreendimento do subimperialismo, pois apesar de o México capitanear esse projeto, autores como Montenegro (2005) interpretam-no como vinculado à política estadunidense para reforçar o caráter da América Central como um local de produção de matérias-primas e importação de produtos industrializados. A iniciativa parece aproximar-se de forma mais clara da categorização realizada por Amaral (2012), de uma nova fase da dependência, supracitada. Os interesses estadunidenses na América Central explicam-se pela posição geográfica região, útil para o controle estratégico do continente americano e para a facilitação do comércio internacional, por reduzir drasticamente custos operacionais (e financeiros) do trânsito de mercadorias entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

Mesmo que um projeto de integração energética como este possa contribuir

para beneficiar nações latino-americanas, trazendo potenciais ganhos para a população dos países envolvidos, como a redução de tarifas de energia elétrica, melhorias no acesso à eletricidade e possibilidade o aprimoramento na infraestrutura dos países participantes, o SIEPAC não atingiu esses potenciais ganhos, ao menos até o momento em que se encerra esta pesquisa. Observando os dados da América Central, a taxa de eletrificação de países como a Nicarágua, Guatemala e Honduras permanece abaixo da média latino-americana (Gráfico 5.7, página 89) e as tarifas médias de energia elétrica não diminuíram (Gráfico 5.22, página 120). Estudos futuros podem aferir se os potenciais benefícios da integração se efetivaram entre os agentes, participantes diretos, do MER (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores), contudo, o baixo percentual de trocas realizadas entre os países centro-americanos (Gráfico 5.17, página 110), até o momento, demonstram a pequena adesão desses agentes ao mercado.

Quanto à categoria de análise **Integração**, Marini (1992) define-a como uma das formas de os países latino-americanos superarem a condição de dependência. Para tanto, a Integração envolveria a reconstrução da superestrutura da região. Essa categoria, conforme definido por Marini, envolveria a coordenação de esforços em outros planos além do econômico, transformando-se em um grande projeto político e cultural. O projeto de integração deveria, portanto, voltar-se para questionar a própria situação de dependência dos países latino-americanos, procurando reduzir as condições de superexploração da força de trabalho, beneficiando as populações locais.

Comparando a definição de Marini às observações efetuadas quanto aos resultados e implicações do projeto, nem os benefícios prometidos ocorreram, assim como, desde a etapa de projeto e construção, até o presente, o que se verifica é que a participação nesta iniciativa não contribuiu para uma emancipação das nações envolvidas no SIEPAC, mas sim, contribuiu para reforçar a dependência das nações centro-americanas.

6.3 PetroCaribe

Como uma proposta de integração entre a Venezuela e os países caribenhos, a Petrocaribe vincula um país do Tipo B, a Venezuela, com uma industrialização ocorrida no pós-guerra por meio de capital predominantemente estrangeiro e economias do Tipo C, os demais países do Caribe. A articulação de economias diferentes e a posição de

cada país na iniciativa gera uma situação assimétrica dentro do processo de integração entre a Venezuela e demais países. Essa circunstância não se mostra determinantemente prejudicial aos países envolvidos. Contudo, gera instabilidade na iniciativa, especialmente devido às crises na economia venezuelana e à incapacidade de os países importadores de petróleo oferecerem auxílio recíproco à Venezuela.

Os primeiros projetos de integração com base no fornecimento de petróleo financiado para os países da América Central e do Caribe ocorreram durante o período caracterizado por Santos (2011) como financeiro-industrial. Nessa fase da dependência, o capital estrangeiro passa a deslocar parte de sua produção para os países dependentes. Nava (2015) aponta que nessa fase do capitalismo dependente ocorreu a consolidação da Venezuela como exportadora da matéria-prima petróleo. Assim, apesar da condição análoga a um protagonismo da Venezuela, é o papel de exportador que se evidencia, também, nos acordos de integração regional ocorridos nesse período (*Acuerdo de Puerto Ordaz* e *Acuerdo de San Jose*). Ainda que esses acordos previssem a expansão industrial venezuelana, o seu núcleo e principal característica envolvia o fornecimento de petróleo para os países da América Central e do Caribe.

Não obstante, a posição venezuelana frente à subordinação esperada desse país no cenário mundial não foi sempre passiva. Nesse contexto, Nava (2015) aponta posições históricas venezuelanas de procurar impor, em momentos de crise do capitalismo, a consolidação de estruturas econômicas favoráveis aos interesses próprios do país. Segundo Nava (2015), momentos como a formação da OPEP e a nacionalização da indústria petroleira venezuelana corroboram os conceitos de Marini no sentido de que momentos de crise no sistema capitalista internacional abrem possibilidades de projetos para a formulação de políticas regionais integracionistas, procurando abrir caminhos para superar situações de dependência e subordinação dos países latino-americanos.

O governo de Hugo Chávez cumpre esse critério, ao procurar combater a posição de dependência da Venezuela. Com a chegada ao poder do chavismo, a Venezuela passou a construir um projeto questionador do neoliberalismo vigente na década de 1990 e da unipolaridade do poder de países centrais no sistema internacional. Dessa forma, os projetos de integração regional vinculados ao chavismo ocorrem no sentido de construir polos alternativos à hegemonia estadunidense na América Latina e estruturar um projeto de integração para além dos laços de dependência latino-

americanos.

Pelo caráter de combate à posição imperialista estadunidense e sua não vinculação direta às economias centrais, entende-se que a PetroCaribe, em si, não reforça, nem se inclui na categoria de análise **Dependência**, isto é, não é uma iniciativa que produz mais dependência, seja para a Venezuela ou para os beneficiários. Evidentemente, não se logrou romper os laços de dependência próprios, nem dos países participantes, que ainda se manifestam, de várias formas. Entretanto, a característica de buscar por um posicionamento integracionista para além dos laços de dependência parece suficiente para excluir o empreendimento da categoria.

Quanto ao **Subimperialismo**, como observado no trecho do SIEPAC, a categoria necessita de características econômicas e políticas específicas para evidenciar-se. Entre os mais importantes aspectos do Subimperialismo, encontra-se a vinculação da economia dependente subimperialista aos países imperialistas centrais e a expansão de capital industrial para outros países dependentes. Apesar de a segunda característica existir nos projetos de fornecimento de petróleo de décadas anteriores (verificar, por exemplo, o *Acuerdo de San Jose*, na página 131), a PetroCaribe não possui vinculação à participação do capital venezuelano nos projetos ligados à iniciativa (MAYOBRE, 2005). Mais manifesto ainda é o questionamento, por parte da Venezuela, da subordinação ao imperialismo estadunidense. Por esses fatores, a despeito da incipiência da investigação sobre este quesito, e pela força dos elementos de cooperação, do caráter de superação de mazelas sociais e fomento ao crescimento das nações beneficiárias, considera-se que esta iniciativa não se enquadra nessa categoria de análise, ela própria, não reforça, não promove, até o momento, o surgimento de condições para o desenvolvimento de **Subimperialismo** no conjunto dos países envolvidos, nem na América Latina.

Em relação à categoria **Integração**, a própria posição chavista externada na proposta de criação da PetroCaribe indica coerência com a definição dada por Marini, a julgar pelo objetivo expresso no acordo do qual ela se originou:

(...) fundamental de contribuir a la seguridad energética, al desarrollo socio-económico y a la integración de los países del Caribe, mediante el empleo de los recursos energéticos. Todo ello basado en los principios integracionistas de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013, p. 8).

Dessa forma, a Petrocaribe baseia-se na utilização do petróleo para procurar

superar as condições de subdesenvolvimento, compreendido aqui como uma antítese do conceito de desenvolvimento, definido por Marini (2005b) como possibilidade de um país melhorar a condição de vida de sua população, defender a democracia e a liberdade, além de assegurar a soberania nacional. Ademais, a Petrocaribe vincula-se às propostas de integração da ALBA-TCP. Esse projeto de integração regional procura constituir-se para além de aspectos econômicos, incluindo cooperações no âmbito social e político. Como mencionado, a ALBA-TCP insere-se em um plano mais amplo do governo venezuelano de multipolarização das relações internacionais. Uma característica importante da PetroCaribe é incluir, em seu programa, projetos para o aprimoramento da infraestrutura e melhorias nos países importadores do petróleo da Venezuela. Esses projetos cobrem uma ampla gama de áreas e procuram voltar-se para as necessidades das populações locais, em detrimento de uma vinculação direta ao mercado, em busca de lucro. Outra propriedade singular é a retomada de uma espécie de escambo, em que a mercadoria atualmente mais expressiva, em âmbito mundial, o petróleo, é trocada por *commodities* “menos importantes”. Por essas qualidades distintivas, considera-se que a PetroCaribe atende aos critérios que compõem a categoria **Integração**, criando condições para que ela se desenvolva, ou reforçando-a.

Esse atributo do projeto, que visa à integração energética, não garante, isoladamente, a possibilidade da superação da dependência. Como descrito no tópico 5.2.3 (p. 174), as dificuldades enfrentadas pela Venezuela impactaram a PetroCaribe. Essa situação demonstra os problemas vividos por uma iniciativa de integração centrada em cooperação, porém, inserida em um contexto internacional onde ainda predomina o aprofundamento do liberalismo econômico e de relações de dependência centro-periferia. A queda no preço do petróleo e as crises venezuelanas pressionam e dificultam a execução dos objetivos pretendidos pela Petrocaribe, colocando-a em risco. Não retiram, contudo, o caráter emancipatório e precursor do projeto, que manifesta uma nova maneira de construir e operar a integração energética na América Latina.

6.4 Contrabando de combustível

Embora ocorra em várias regiões fronteiriças, envolvendo uma série de produtos, nesse trabalho foi analisado o contrabando de combustível praticado na fronteira entre a Colômbia (país do tipo A) e a Venezuela (país do Tipo B). Entretanto, as características específicas da região de fronteira diferem dos aspectos econômicos da

zona central desses países. Assim, apesar de pertencerem a países que compartilham um passado com industrialização, especialmente através do capital multinacional, as regiões de fronteira possuem a maior parte das suas economias ligadas ao setor de comércio e ao setor público (nesse caso, especialmente na área militar, vinculada à defesa territorial), conforme apontado no Gráfico 5.42, no item 5.3.2 (página 193).

O contrabando permeou o comércio fronteiriço desde o período de independência, ou seja, desde a fase da dependência financeiro-industrial. Evidentemente, os produtos contrabandeados variaram ao longo da história e das especializações econômicas da região, de acordo com as mudanças na estrutura produtivas e as fases da dependência da América Latina conforme caracterizado por Santos (2011). Passou-se, assim, do contrabando de produtos primários, no período da dependência financeiro-industrial, para o de produtos manufaturados na fase seguinte, dependência tecnológico-industrial. Posteriormente, na fase seguinte da dependência contemporânea, conforme definida por Amaral (2012), com o aumento do comércio internacional, o contrabando expandiu-se para mercadorias diversas⁷⁷. Nesse cenário, a elevação do preço internacional do petróleo, durante a década de 2000, acompanhado do preço baixo dos derivados de petróleo na Venezuela aumentou a lucratividade do contrabando de combustíveis, contribuindo para fomentar a prática.

Entretanto, somente a alta lucratividade possível com a atividade não explica o contrabando de combustíveis na sua totalidade. O lucro vinculado à atividade apoia-se na preservação de subsídios para a compra de gasolina, diesel e outros derivados de petróleo na Venezuela. A manutenção desse país, na economia mundial, como exportador de petróleo levou à construção histórica de uma política de subsídios de combustíveis. Dessa forma, momentos onde se procurou retirar parte desses auxílios à compra de derivados de petróleo serviram de estopim para revoltas populares no país, como no caso do *Caracazzo* em 1989. Outros países produtores de petróleo possuem política semelhantes para diminuição do preço do combustível em comparação com seu valor no mercado mundial. Assim, em 2014, segundo dados do Banco Mundial (2017), além da Venezuela, os outros quatro países com os mais baixos preços de combustível para o usuário final eram: Arábia Saudita (US\$ 0,16/litro), Kuwait (US\$ 0,22/litro), Turcomenistão (US\$ 0,22/litro) e o Catar (US\$ 0,23/litro), todos com uma posição

⁷⁷ Malagon (2016) indica como produtos contrabandeados entre Colômbia e Venezuela, além de derivados de petróleo: cigarros, licores, bens da cesta básica familiar, gado e mesmo cimento. A fronteira também é palco de uma atividade intensa de narcotráfico.

importante de produtores de petróleo na economia mundial.

Contribui, também, para o desenvolvimento da situação de contrabando a precariedade das regiões de fronteira, especialmente na Colômbia. Como apontado na análise dos indicadores, o departamento de Norte de Santander (principal local onde ocorre a prática de contrabando de combustível) apresenta indicadores socioeconômicos sensivelmente inferiores aos índices médios do país.

Autores que realizaram pesquisas com os praticantes do contrabando de combustível na fronteira Colômbia-Venezuela como Suescon Rodrigues e Paéz (2015) e Castell e Guerrero (2006), além de outros estudiosos sobre a prática, como Andrade (2014) apontam o desemprego e o subemprego como fatores que contribuem para a aumentar a quantidade de adeptos da atividade ilegal.

Esse dado traz uma informação importante sobre a região, já que a TMD ajuda a compreender as causas do desemprego nas economias dependentes através da Superexploração de força de trabalho. Apesar dessa categoria não ter sido selecionada na Revisão Sistemática da Literatura realizada, uma melhor definição desse conceito torna-se necessário para um aprofundamento sobre as especificidades dessa iniciativa de integração energética.

Para um correto entendimento dessa categoria, entretanto, necessita-se de uma breve explanação a respeito do processo de transferência de valor entre as economias dependentes e as economias centrais. Marini (2005, p. 152) especifica a maneira como ocorre esse processo:

No segundo caso — transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada.

Assim, a superexploração da força de trabalho é a prática a qual o capital recorre, nas economias dependentes, para manter seu processo de acumulação, por meio

da remuneração da população trabalhadora, nas economias dependentes, com um salário abaixo do necessário para sua reprodução. Desse modo, a categoria relaciona-se com a existência de um Exército Industrial de Reserva (EIR), nomenclatura dada por Marx (2013) à população trabalhadora adicional (supérflua) às necessidades de valorização de capital. A manutenção do EIR nas economias dependentes pressiona os salários para baixo, contribuindo para a manutenção da superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, as causas do contrabando de combustível identificadas: a alta lucratividade da atividade e as condições sociais precárias da população, especialmente em relação à taxa de desemprego, encontram raízes na dependência dos países envolvidos. Por conta disso, classifica-se a experiência de contrabando de combustível na categoria Dependência.

O contrabando de combustíveis é uma experiência de integração que ocorre à margem da atuação das instituições. Essas, ao contrário, agem no sentido de coibir a prática. Entretanto, no subimperialismo, o Estado tem uma importante atuação na criação da demanda necessária para superar as restrições do processo de acumulação em uma economia dependente:

La extremada concentración del ingreso que rige en la región es la contrapartida necesaria de la estratificación que se ha ido verificando a nivel del aparato productivo. Esto hizo, además, indispensable la intervención directa del Estado, que no sólo actúa como creador de demanda, sino que suprime obstáculos a la realización de la producción e incluso la incentiva artificialmente, absorbiendo parte de los costos (MARINI, 1977, p. 28).

Dessa forma, o subimperialismo ocorre quando há a vinculação da economia dependente a uma economia imperialista e a expansão do setor industrial de um país dependente para outro, procurando superar as limitações internas decorrentes de dependência. Assim, por ocorrer sem a participação direta do Estado e não se ligar a aspectos da expansão da indústria do país subimperialista, não se classifica o contrabando de combustível dentro da categoria de análise Subimperialismo.

Além disso, o contrabando de combustível não contribui para a emancipação das condições de dependência na América Latina. A prática não possui um caráter de integração social ou cultural, apesar da região de fronteiras funcionar como um local onde a proximidade entre os povos permite esse tipo de integração. Assim, funciona somente para grupos sociais específicos, no caso dos pimpineros, melhorarem suas condições sociais precárias, sem beneficiar a sociedade como um todo. Dessa forma, o

contrabando de combustível não se enquadra na categoria Integração, que busca especificar uma forma das nações latino-americanas procurarem uma saída da situação de dependência. Funciona, na verdade, mais como um produto da Dependência do que como uma maneira de superá-la.

7 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DO TRABALHO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A literatura sobre a integração energética costuma apontar os benefícios desse processo. Trabalhos como Neves (2005), Salomão e Silva (2008) e Queiroz e Vilela (2010) indicam ganhos potenciais da integração como: reduções das tarifas, melhor utilização dos recursos energéticos regionais, ampliação da segurança energética e aprimoramento da infraestrutura. Outros trabalhos, como Oxília e Fagá (2005) apontam, inclusive, vantagens não relacionadas diretamente à energia, como aumento da proximidade política e contribuição para estabilidade regional. Trabalhos institucionais também focam nas benesses possíveis com a integração energética, apresentadas em relatórios onde a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2013) aponta benefícios semelhantes aos citados acima para o caso da SIEPAC, criticando a atuação dos países centro-americanos no sentido de limitar a amplitude do processo de integração energética (as críticas da CEPAL aos países centro-americanos podem ser vistas no item 5.1.3, páginas 113-114).

Entretanto, apesar das potenciais vantagens, na América Latina, a integração energética permaneceu incipiente, ocorrendo, predominantemente, através de iniciativas bilaterais, vítimas de diversos reveses. Além disso, para que os potenciais ganhos beneficiem a maioria das populações dos países envolvidos necessita-se de projetos que se voltem para as carências dos povos latino-americanos (e não para a acumulação e concentração de capital). Em uma proposta de integração realizada sem consideração dos impactos positivos sobre as populações locais, mesmo que ocorram benefícios parciais, esses tendem a concentrar-se, como no caso do SIEPAC, onde a criação de um mercado de energia regional permitiu ganhos para as empresas envolvidas no projeto e atuantes no mercado, enquanto a tarifa de eletricidade média aumentou e parte relevante das populações dos países participantes permanece com problemas de acesso à energia elétrica.

As condições de dependência e subdesenvolvimento, definidos conforme o marco da TMD (verificar item 3.2.3, páginas 49 e 50), ajudam a compreender as dificuldades em tornar os potenciais ganhos da integração energética da América Latina em vantagens para a população da região. Assim, nesse trabalho, procurou-se utilizar as categorias desenvolvidas na TMD para compreender o processo de integração

energética latino-americano. Como visto, as iniciativas selecionadas elucidam facetas diferentes da dependência latino-americana. Em cada um dos empreendimentos escolhidos, uma das categorias de análise evidenciou-se com mais clareza (Quadro 7.1).

Quadro 7.1 - Classificação das iniciativas de integração energética nas categorias de análise selecionadas

Iniciativa	Categorias de análise	Componentes das categorias	Síntese analítica da iniciativa
SIEPAC	Dependência	a) aprofundamento de aspectos ligados à dependência na esfera de circulação de mercadorias; b) ampliação da superexploração da força de trabalho; c) vinculação da iniciativa ao capital de países centrais.	Um projeto vinculado à ampliação dos aspectos de dependência dos países centro-americanos, voltado para aprofundar a posição de exportadora de commodities da região. Além do mais, os <i>pretensos</i> benefícios da iniciativa não atingiram a população da América Central, por conta disso classificou-se o projeto na categoria de análise Dependência. Apesar de não conter todas as características políticas de países subimperialistas, a esfera econômica dessa categoria parece aplicar-se ao México e a Colômbia. Conforme os dados e informações apresentadas, as empresas desses países parecem atuar no SIEPAC como uma maneira de superar as dificuldades do ciclo de acumulação de capital desses países.
	Subimperialismo (parcialmente)	a) deslocamento de etapa de produção de mercadorias para outros países dependentes; b) elevada composição orgânica de capital no país subimperialista.	
PetroCaribe	Integração	a) busca pela reconstrução das superestruturas dos países da região; b) participação de estratos sociais diversos; c) empreendimento para além dos aspectos econômicos da integração.	Classificação decorrente de o projeto possuir um caráter integracionista amplo, voltando-se para esferas além do mercado. Observa-se que a iniciativa procura beneficiar as populações da região, com projetos de melhorias em aspectos sociais. Assim, contribui para auxiliar no processo de rompimento dos laços de dependência da América Latina.
Contrabando de Combustível	Dependência	a) aprofundamento de aspectos ligados à dependência na esfera de circulação de mercadorias; b) ampliação da superexploração da força de trabalho.	Sem a presença de instituições no processo, o contrabando de combustível decorre de dois aspectos ligados à dependência dos países latino-americanos: (i) a manutenção dos subsídios para compra de combustível na Venezuela (permitindo lucro no contrabando) decorrente da posição desse país como exportador de petróleo na economia mundial e (ii) a alta taxa de desemprego no departamento de Norte de Santander, reflexo da Superexploração de Força de Trabalho. Por conta desses fatores, o projeto de integração foi classificado na categoria de análise Dependência.

Fonte: Autoria própria

Assim, no caso do SIEPAC, a presença da dependência vincula-se à própria

execução do projeto, realizado somente após o apoio financeiro e técnico de outras nações como México, Colômbia e Espanha e como parte do seu escopo próprio, isto é, exógeno, em grande medida. A presença de capital estrangeiro e a participação direta de empresas desses países no projeto também demonstra que a categoria ajuda a caracterizá-lo. Dessa forma, o empreendimento pode ser compreendido como uma maneira de reforçar a dependência da América Central. Sua inserção no *Proyecto Mesoamerica* enfatiza a característica de uma iniciativa vinculada às necessidades de outros países e não das sociedades centro-americanas. Conforme apontado na descrição e na análise do SIEPAC, o *Proyecto Mesoamerica* funciona como uma maneira de reforçar a posição da América Central no capitalismo mundial e os empreendimentos vinculados à iniciativa contribuem para o aprofundamento da dependência. Assim, ao mesmo tempo em que um projeto de interconexão entre todos os países centro-americanos é executado, com objetivos retóricos de contribuir para melhoria do acesso à energia elétrica e diminuir a tarifa de eletricidade, parte importante das residências de países centro-americanos permanecem sem acesso à energia elétrica e as populações da região veem a tarifa média de eletricidade subir, evidenciando contradições importantes do empreendimento.

Em um sentido parcialmente oposto encontra-se a PetroCaribe. Baseada em um projeto internacional da Venezuela de construção da multipolaridade nas relações internacionais, a PetroCaribe possui um caráter emancipatório em relação às condições de dependência da América Latina. Ao procurar construir um projeto em oposição ao simples aprofundamento das relações mercadológicas, utilizando o petróleo como uma maneira de integrar as nações latino-americanas e induzir uma estruturação econômica, ainda que incipiente, nos países beneficiários, o projeto demonstra características ligadas à superação das condições de subdesenvolvimento da região. Classificou-se, por conta desses aspectos, o projeto como um projeto de **Integração**, nos moldes considerados nessa categoria de análise. Evidentemente, os atributos da iniciativa de integração energética não garantem uma superação da dependência dos países latino-americanos. Variações do preço do petróleo no mercado mundial e a assimetria entre o tamanho das economias dos países participantes levam a questionamentos sobre a viabilidade da iniciativa. Entretanto, permanecem os aspectos de superação da dependência, apontando para um caminho de integração energética voltado para a cooperação entre as nações latino-americanas.

O caso do contrabando de combustível diferencia-se dos demais por ocorrer sem a participação de instituições nacionais ou internacionais, ou de qualquer natureza. No trabalho, identificaram-se as principais raízes da atividade na própria dependência dos países envolvidos. Assim, concluiu-se que as estruturas produtivas e a posição dos países na divisão internacional do trabalho ajudam a explicar quais produtos foram contrabandeados na fronteira, ao longo da história. Outras características, como a superexploração da força de trabalho nos países envolvidos e a presença de um EIR, contribuindo para o desemprego na região, também ajudam a identificar parte das causas dessa prática. Favorecem o contrabando, também, os altos subsídios para compra de combustível na Venezuela, decorrentes da própria posição do país no mercado internacional como exportador de petróleo e dos reflexos internos dessa posição. Devido a esses fatores, considera-se que o contrabando de combustíveis decorre da própria condição de dependência dos países envolvidos, daí a sua classificação na categoria de análise Dependência.

Em suma, as condições de Dependência da América Latina não impediram a proliferação de empreendimentos de integração, sobretudo após a década de 1960 e, principalmente, dentro de uma visão estruturalista/“desenvolvimentista”. Entre as iniciativas estudadas, duas correspondem a projetos que se vinculam à condição de dependência das economias latino-americanas. Entretanto, esses empreendimentos e propostas tendem a concentrar os potenciais benefícios da integração energética, impedindo a maioria da população dos países envolvidos de usufruir dos potenciais ganhos trazidos pela integração. A condição de dependência, entretanto, não impede a geração de projetos com caráter emancipatório, como a Petrocaribe. Contudo, a sustentabilidade de tais propostas encontra-se afetada por pressões internas e externas da região.

Ao realizar a sistematização das experiências de integração energética da América Latina por meio da TMD, cumpre-se o objetivo geral do trabalho. Para alcançar esse propósito, os objetivos específicos foram alcançados: realização de uma revisão bibliográfica sobre a TMD e a integração energética, além de uma revisão sistemática da literatura que estudou a integração latino-americana (compreendida aqui para além da integração energética), através da TMD; seleção e aprofundamento das categorias de análise para a realização da sistematização; revisão do processo de formação da indústria elétrica e de hidrocarbonetos; escolha das iniciativas de

integração energética a serem sistematizadas e descrição dos empreendimentos. O cumprimento dessas etapas possibilitou a sistematização das experiências de integração energética através da TMD.

No processo de operacionalização das iniciativas através das categorias de análise escolhidas, procurou-se dar contribuições para a percepção de como o processo de integração energética impacta a dependência. Inicialmente, o escopo da pesquisa incluiria outros três projetos para a sistematização (acordo energético Brasil-Peru, Itaipu e Gasandes). Entretanto, devido às necessidades de aprofundamento dos projetos escolhidos, observadas durante o processo de pesquisa, optou-se pela redução do escopo do trabalho, permitindo um maior foco no processo de descrição histórica e quantitativa das iniciativas, a fim de possibilitar uma análise mais assertiva a respeito das atividades de integração escolhidas. Assim, recomenda-se, para projetos posteriores, que a operacionalização de categorias de análise da TMD seja realizada para outras iniciativas de integração, trabalhando com outros aspectos da integração latino-americana para além da Energia. Outra possível contribuição de trabalho futuros pode focar a projeção e análise dos impactos das propostas de integração energética sobre grupos sociais específicos dos países envolvidos, identificando quais os principais beneficiários daqueles empreendimentos de integração energética que vierem a ser, ou já devidamente executados.

A aplicação da TMD como ferramenta analítica das iniciativas de integração energética possibilitou o entendimento das relações entre o processo de integração energética e a dependência dos países latino-americanos. Por meio dessa teoria, contextualizaram-se os aspectos da inserção da América Latina na economia mundial e a relação do modo com que o continente participa do processo de acumulação de capital com a integração energética latino-americana. Além disso, por ser uma teoria desenvolvida dentro da América Latina, aplicando os conceitos da teoria marxista na região, possibilita a compreensão das especificidades regionais no processo de integração energética, sem retirar o contexto de uma visão marxista do capitalismo mundial. A TMD permitiu que a análise dos dados das iniciativas de integração relacionasse essas informações com a contextualização histórica das iniciativas. Por fim, cabe ressaltar a centralidade dada pela teoria escolhida à integração latino-americana, apontando-a como caminho para a emancipação dos povos latino-americanos, conforme apontado por Marini (1992). Entretanto, a TMD ressalta que para manter um caráter

libertador, a integração deve ocorrer de modo a romper os laços da dependência e não os aprofundar.

Assim, na América Latina, a integração energética encontra empecilhos e dificuldades decorrentes da situação de dependência na região. Contudo, esse fato não deve impedir a compreensão da necessidade de uma integração capaz de beneficiar concretamente as populações latino-americanas. Uma integração energética capaz de contribuir para o rompimento dos laços de dependência não é apenas desejável, mas possível, considerando, em especial a dotação de recursos naturais desta parte do mundo. Espera-se que esse trabalho tenha contribuído para fomentar uma maior reflexão sobre a forma com que a integração energética na América Latina ocorre, com vistas a auxiliar, no futuro, o processo de formulação e construção de uma nova integração possível.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁷⁸

ALBA PetroCaribe Belize Energy <http://www.petrocaribe.bz/>

ALCEDO, M. J. N. **Análisis Socio-económico del Contrabando de Gas Licuado de Petróleo (GLP) en la Provincia del Carchi en el Período 2008-2013**. 2015. 124 f. Tese de Conclusão de Curso (Gerencia Empresarial) - Facultad de Ciencias Administrativas. Quito, Equador. 2015

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería. **Informe de Gestión ALBA-TCP 2004-2014. 10 años onsolidando la solidaridad e integración entre los pueblos de Nuestra América**. Caracas, p. 31. 2014.

AMARAL, A. S., **Os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 147f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

AMARAL, M. S. e CARCANHOLO, M. D.. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente**. In: FERREIRA, C; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 3, p. 87 – 102.

AMERICAN PUBLIC POWER ASSOCIATION. **2014 Retail Electric Rates in Deregulated and Regulated States**. Washington: American Publica Power Association.. 2015.

ANDERSON, T. D. The Gulf of Venezuela Sea Boundary: A Problem Between Friends. **Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers**, Austin, EUA, v. 15, n. 1, p. 97-105, 1989.

ANDRADE, C. B. de, **Subimperialismo brasileiro na perspectiva da iniciativa para a integração da infraestrutura regional Sul-América**. 70f. Monografia (Ciências econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

ANDRADE, J. C. F. **Dinámicas fronterizas, una aproximación desde las políticas del gobierno colombiano para la frontera Norte de Santander-Táchira**. (2010-

⁷⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

2014). 2014. Tese de Conclusão de Curso (Relaciones Internacionales) – Facultad de Relaciones Internacionales, Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario. Bogotá, Colômbia. 2014.

ARANA, G. R.; DAVID, G. H. Las relaciones Colombia-Venezuela: límites, desgolfización y securitización, tres variables en la política exterior binacional. **Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano**, Barranquilla, v. 10, n. 24, p. 76-97, 2014.

ARELOVICH, L. Aspectos del proceso de integración energética en América Latina. Un recorrido por la historia reciente. **Energía y Equidad**. Rosario, v. 3, v. 3, p. 15 - 26, 2012.

ARRIAGA, L. D. A. La integración con el sur: México y Centroamérica en las primeras décadas del siglo XXI. In: ACOSTA, W. S. A (Ed.). **Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina**. San José: FLACSO, 2014. p. 147-156.

ARTEAGA, O. Morfologia do processo de integração do Caribe. Primeira parte. Boletim Informativo ALADI, nº 21, Nov-Dez 2015. Disponível em: <<http://www.aladi.org/boletin/portugues/2015/NoviembreDiciembre/articulo.htm>>. Acesso em: 03.07.2017.

ASOCIACIÓN BANCARIA Y DE ENTIDADES FINANCIERAS DE COLOMBIA. **Informe de Tipificación Banca Colombia 2014**. Bogotá, Colômbia, p. 131. 2015.

AYALA-GARCÍA, E. T.; RODRÍGUEZ-ANGARITA, D. R. Aproximación al análisis del espacio fronterizo colombo-venezolano. **Bitacora**, Bogotá, v. 2, n. 24, p. 31-41, 2014.

A-VENEZUELA. Mapa Político del Estado de Táchira. Disponível: <<http://www.a-venezuela.com/mapas/map/html/estados/tachira.html>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ª. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

BANCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA. **Energía: una visión sobre los retos y oportunidades en América Latina y El Caribe**. Caracas: CAF, 2013.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. IDB - Guatemala will expand electricity coverage in rural zones with IDB support. Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/news/news-releases/2014-12-19/guatemala-will-expand-electricity-coverage,11043.html>>. Acesso em: 7 mai. 2017.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. The World Bank, Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BANDEIRA, L. A. V. A Guerra do Chaco. **Revista Brasil Política Internacional**, Brasília, v. 41, p. 162-197, 1998.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

BARBADOS. Site do Governo de Barbados. History of Hydrocarbon Production in Barbados. Disponível em: <<http://www.energy.gov.bb/web/history-of-hydrocarbon-production-in-barbados>>. Acesso em: 23 mai 2017.

BARNES, D. F. Effective solutions for rural electrification in developing countries: Lessons from successful programs. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Washington, v. 3, p. 260-264, 2011.

BARNES, D.; FOLEY, G. **Rural electrification in the developing world**. Washington: World Bank Energy Sector Management Assistance Programme, 2004.

BARRADO, C. M. D.; SERRANO, J. R.; BLANCO, S. M. **Los Conflictos Armados de Centroamerica**. Madrid: Imprenta del Ministerio de Defensa, 2010.

BBC. Guatemala pierde interés en integrarse a Petrocaribe. Site da BBC, 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/ultimas_noticias/2013/11/131105_ultnot_guatemala_retir_a_petrocaribe_jgc>. Acesso em: 27 Abril 2017.

BELIZE ONLINE. Belize Travel and Country Gide. Oil Exploration In Belize, Disponível em: <<https://www.belize.com/oil-exploration-in-belize>> Acesso em: 30 Abr. 2017.

BENZI, D.; ZAPATA, X. Geopolítica, Economía y Solidaridad Internacional en la Nueva Cooperación Sur-Sur: El Caso de la Venezuela Bolivariana y Petrocaribe. **América Latina Hoy**, Salamanca, Espanha, v. 63, p. 63-89, 2012.

BLOUET, O. M. **The Contemporary Caribbean: history, life and culture since 1945**. Trowbridge, Inglaterra: Reaktion Books Ltd, 2007.

BOND, R. D. Venezuela, la cuenca del Caribe y la crisis centroamericana. **El Colegio de México**, Cidade do México, México, v. 22, n. 2, p. 164-179, 1981.

BOOTH, J. A.; WADE, C. J.; WALKER, T. W. **Understanding Central America**. 5^a ed. Boulder: Westveiw Press, 2010.

BRAGA, H. Comunidade do Caribe - CARICOM. Revista de Informação Legislativa, v. 21, nº 81, p. 131-146, Jan-Mar, 1984.

BRITISH PETROLEUM. **BP Statistical Review of World Energy June 2016**. British Petroleum: Londres, Inglaterra, p. 44. 2017.

BRITO, J. O. O uso energético da madeira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 185-193, 2007.

BRYAN, A. T. PetroCaribe and CARICOM: Venezuela's Resource Diplomacy and its Impact on Small State Regional Cooperation. In: COOPER, A. F.; SHAW, T. M. **The Diplomacies of Smal States**. Santo Agostinho, Trinidad e Tobago: Palgrave Macmillan UK, 2009. p. 143-159.

BUCHELI, M. Major Trends in the Historiography of the Latin American Oil Industry. **Business History Review**, v. 84, p. 339–362, 2010.

BUSHNELL, D. **The Making of Modern Colombia: A Nation in spite of Itself**. 1ª ed. Los Angeles: University of California Press, 1993. 334 p.

BUSINESS INSIDER. A Venezuelan border crisis - Business insider. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/venezuelas-border-crisis-2015-9>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CABRAL (ORG), L. M. M. Energia elétrica e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Centro de Memória de Eletricidade, 2004.

CAIXETA, M. B. Cooperação Sul-Sul como nova tendência da Cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2014.

CAÑAS-DINARTE, C. **Centroamerica: una historia de uniones y desuniones**. San Salvador: Sistema de Integración Centroamericano, p. 5-18. 2002.

CANELLAS, M. F. L.; VILLANI, D. El acuerdo Petrocaribe en el marco de la Cooperación Sur – Sur y su relevancia política y económica. In: SERBIN, A., et al. **¿Atlántico vs. Pacífico?: América Latina y el Caribe, los cambios regionales y los desafíos globales**. 1ª. ed. Buenos Aires: Oficina Argentina, 2014. p. 179-206.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência” **Trab. educ. saúde** V. 11, 2013, pp. 191-205.

CARCANHOLO, M. D.; SALUDJIAN, A. Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América Latina. **Mundo Siglo XXI, revista del CIESCAS-IPN**, Cidade do México, v. 8, n. 29, p. 43-62, 2012.

CARNEIRO, F. L., **A ALCA à luz da análise dos sistemas-mundo e da Teoria da Dependência** – apontamentos teóricos – metodológicos. 2006. 83f. Monografia (Ciências econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

CASTELL, O. P. C.; GUERRERO, O. A. L. **El Fenómeno del contrabando de combustible y su impacto en la región de frontera colombo-venezolana (2002-2005)**. 2006. 121 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Facultad de Ciencias Humanas Escuela de Derecho y Ciencias Políticas, Universidad Industrial de Santander. Bucaramanga, Colômbia, 2006.

CASTILLO, J. S. Repensando el Caribe: valoraciones sobre el gran Caribe hispano. **Clío América**, Santa Marta, Colômbia, v.1, n.2, p. 303-334, 2007.

CERQUEIRA, D. F., Brasil en el proceso de integración con América del Sur: una política destinada a consolidar la lógica de acumulación del capital. In: XIV Jornadas de Economía Crítica: Perspectivas económicas alternativas. 2014, Valladolid. XIV Jornadas de Economía Crítica: Sesiones de las Áreas Temáticas, 2014.

CHANG, H., **Economia. Modo de Usar**. 1. Ed. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015. 448 p.

CÍCERO, P. H. D. M. **O rentismo petroleiro e seus impactos na política externa venezuelana (1927 - 2013)**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, p. 245. 2015.

COMISIÓN DE INTEGRACIÓN ENERGÉTICA REGIONAL. **Nuevas oportunidades de interconexión eléctrica en América Latina**. Bogotá: CAF. 2012.

COMISIÓN DE INTEGRACIÓN ENERGÉTICA REGIONAL. **Síntese Informativa de los Países de la Cier**, Montevideo, Uruguay. 2013.

COMISIÓN REGIONAL INTERCONEXIÓN ELÉCTRICA. **Tratado marco del Mercado Eléctrico de América Central y normas relacionadas**. Cidade do Panamá: Servi Prensa. 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. Comitê de Cooperação Econômica del Istmo Centroamericano. **Informe de la reunión de Funcionarios Centroamericanos de Electrificación**. Tegucigalpa, Honduras. 1957.

_____. Comitê de Cooperação Econômica del Istmo Centroamericano. **Informe de la Primera Reunión del Subcomite Centroamericano de Electrificación**. San Salvador, El Salvador. 1960.

_____. Comité de Cooperación Económica del Istmo Centroamericano. Subcomite Centroamericano de Electrificación y Recursos Hidráulicos. **Informe de la Primera Reunión del Grupo Regional sobre Interconexión Eléctrica (GRIE)**. Tegucigalpa, Honduras. 1968.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Informe de la Quinta Reunión del Subcomité Centroamericano de Electrificación y Recursos Hídricos**. Cidade do México, 1987.

_____. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina**. Santiago, 2001a.

_____. **Istmo Centroamericano: Estadísticas del Subsector Eléctrico (Datos actualizados a 2000)**. Cidade do México, 2001b.

_____. **Istmo Centroamericano: Estadísticas del Subsector Eléctrico (Datos actualizados a 2005)**. Cidade do México: Nações Unidas. 2006.

_____. **Centroamérica: Estadísticas del Subsector Eléctrico, 2010**. Cidade do México: Nações Unidas. 2011.

_____. **Integración eléctrica en América Latina: antecedentes, realidades y caminos por recorrer**. Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago. 2013.

_____. **CEPALSTAT Database and Statistical Publications**. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp?idioma=i>. Acesso em: 15 Abril 2017a.

_____. **Estadísticas del subsector eléctrico de los países del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA), 2015.** Cidade do México: Unidad de Energía y Recursos Naturales, p. 112. 2017b.

COMUNIDAD ANDINA. Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores. **Decisión 501 - Zonas de Integración Fronteriza (ZIF) en la Comunidad Andina.** Lima. 2007.

COMUNIDAD ANDINA. Somos Comunidad Andina | Queines Somos. Portal de la Comunidad Andina, 2017. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?tipo=QU>>. Acesso em: 14 Junho 2017.

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. Cultura y Participación para el cambio social. **Subimperialismo brasileño y dependência del Paraguay:** los intereses económicos detrás del golpe de Estado de 2012. Asunción, 2014. 21 p.

CORAZZA, G. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, v. 27, n.1, p. 135-152, 2006.

CORTE CENTROAMERICANA DE JUSTICIA. (10 de Junho de 2017). Historia - Corte Centroamericana de Justicia. Acesso em 2017, disponível em Site da Corte Centroamericana de Justicia: <http://portal.ccej.org.ni/ccj/historia-2/>

COSTA RICA. Asamblea Legislativa. Lei nº7289. **Convenio del Consejo Electrificación de América Central.** San José. 1992.

CRUZ, R. B. L. La Zona de Integración Fronteriza Táchira-Norte de Santander. **Aldea Mundo,** Táchira, Venezuela, v. 13, n. 30, p. 7-12, 2008.

CUCUTANUESTRA. Mapa Político Norte de Santander. Disponível em: <http://www.cucutanuestra.com/temas/geografia/mapa-politico-norte-de-santander.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

DÁVALOS, V. E. O. **Raízes Socioeconômicas da Integração Energética na América do Sul: análise dos projetos Itaipu Binacional, Gasbol e Gasandes.** 2009. 541 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

DECLARACIÓN DE TUXTLA GUTIERREZ. **Declaración Conjunta y Plan de Acción. Cumbre Tuxtla Gutiérrez II.** Tuxtla Gutiérrez, p. 7. 1996.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Boletín Técnico - Pobreza Monetária y Multidimensional en Colombia 2015.** Bogotá. 2016a.

_____. **Informe de Coyuntura Económica Regional - Departamento de Norte de Santander.** Cúcuta, 2016b.

_____. **Boletín Técnico Cuentas Departamentales - CD.** Bogotá. 2017a.

_____. **Boletín Técnico - Mercado Laboral por Departamentos 2016**. Bogotá. 2017b.

_____. Cuentas nacionales departamentales. Site do Departamento Administrativo Nacional de Estadística. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/cuentas-nacionales/cuentas-nacionales-departamentales>>. Acesso em: 01 Junho 2017c

DIETRICH, H.. **Hugo Chávez y el Socialismo del Siglo XXI**. 2ª ed. Caracas: Edwin Linares, 2007.

EASTERN CARIBBEAN CENTRAL BANK. **The Impact of dismantling the Petro Caribe Arrangement in the ECCU - A Case Study Approach**. São Cristovam. 2015.

ECONOMIC CONSULTING ASSOCIATES. **The Potential of Regional Power. Central American Electric Interconnection System (SIEPAC) Transmission & Trading Case Study**. Londres: Economic Consulting Associates Limited. 2010.

EGUIZÁBAL, C. **De la Iniciativa de la Cuenca del Caribe a la Empresa de las Americas: Centroamerica y Estados Unidos en la Postguerra Fria**. Santiago: Flacso-Chile, 1993. p. 279-302.

EL FINANCIERO. Mercado Eléctrico Regional renquea ante débil infraestructura de Centroamérica. El Financiero - Noticias sobre economía y finanzas de Costa Rica, 2017. Disponível em: <http://www.elfinancierocr.com/economia-y-politica/Mercado_Electrico_Regional-Siepac-MER-infraestructura-centroamerica-electricidad_0_906509342.html>. Acesso em: 21 Abril 2017a.

_____. Mexico, con inversiones en 9 mil mdd en Centroamerica. disponível em <http://www.elfinanciero.com.mx/economia/mexico-con-inversiones-de-mil-mdd-en-centroamerica.html>. Acesso em: Acesso em 26 de Maio de 2017b.

EMPRESA PROPIETARIA DE LA RED. Descripción: Línea SIEPAC. Integración de sistemas Eléctricos y Comunicación.. Disponível em: <<http://www.eprsiepac.com/contenido/descripcion-linea-siepac/>>. Acesso em: 17 Abril 2017.

ENERGYEDIA. Nicaragua Energy Situation. energypedia.info. Disponível em: <https://energypedia.info/wiki/Nicaragua_Energy_Situation#Obstacles_for_Grid-based_Rural_Electrification>. Acesso em: 7 Abril 2017.

FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Dossier: Plan Puebla Panamá**. San José: Fundación Carolina. 2007.

FARIAS, D.B.L. O Brasil e o Caricom. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, nº 1, p. 43-68, 2000.

FERNANDES, R. L. **Colombia, Ecuador y Venezuela enseñanzas estratégicas de la crisis fronteriza**. Madrid: Real Instituto El Cano, 2008.

FIGUEREDO, D. H.; ARGOTE-FREYRE, F. **A Brief History of the Caribbean**. 1ªEd. Nova York: Facts On File, 2008. 310 p.

FLORES-CASTILLO, L. **Mecanismo de control de combustibles en la zona de frontera de Perú Ecuador**. 2013. 84f. Dissertação (Mestrado em Diseño, Gestión y Dirección de Proyectos) - Facultad de Ingeniería, Universidad de Piura. Piura. 2013

FRANK, A. G., El Desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, V. 7, p. 159-172, 1967.

FREITAS, E. C. de; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Ed. Feevale. 2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Western Hemisphere Department. **Caribbean Energy: Macro-related Challenges**. Washington, 2016. 67p.

GARCÍA, M. A.; ÁLVAREZ, C. A.; ROMERO, S. N. B. Strategic regional public enterprises. **Revista de Ciencias Sociales**, San Juan, v. 28, p. 74-103, 2015.

GAVIÑO, J. C. L. La Electrificación como Modelo de Integración Regional Através de la Cooperación Internacional para el Desarrollo: El Sistema de Interconexión Eléctrica Para los Países De América Central (SIEPAC). In: Simposio Internacional de historia de la electrificación, 3., 2015, Cidade do México. **Anais...** p. 15-31.

GENT, D.; TOMEI, J. Electricity in Central America: Paradigms, reforms and the energy. **Progress in Development Studies**, v. 17, n. 2, p. 1-15, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA. Zonas Económicas Especiales. Site do Ministério de Poder Popular de Planificación. Disponível em: <<http://zonaseconomicasespeciales.mppp.gob.ve/>>. Acesso em: 30 Maio 2017

GOLDBAUM, S.; LUCCAS, V. N. Comunidade Andina das Nações. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, v. 309, p. 1-21, 2012.

GOLDWYN, D. L.; GILL, C. R. **The waning of Petrocaribe? Central America and Caribbean Energy in Transition**. Washington, EUA: Atlantic Council. 2016.

GONÇALVES JUNIOR, D. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Estratégia de Retomada da Taxa de Acumulação de Capital?** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Instituto de Física, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 246. 2002.

_____. Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: **A Disputa pelas 'Fontes' e o Controle de Excedentes**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia - Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Instituto de Física, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 416. 2008.

GONZÁLEZ, J. P. G.; VELÁZQUEZ, R. R. Desarrollo de la Educación en Cuba después del año 1959. **Actualidades Investigativas en Educación**, San José, Costa Rica, v. 9, n. 2, p. 1-28, 2009.

GONZÁLEZ, M. E. **La Política Exterior Energética de Argentina y el Proceso de Integración Energética Regional**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Relações Internacionais) - Universidad Empresarial Siglo 21. Buenos Aires, Argentina, p. 98. 2009.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 25 de jul de 2017.

GOVERNMENT OF BARBADOS. Site do Governo de Barbados. History of Hydrocarbon Production in Barbados. Disponível em: <<http://www.energy.gov.bb/web/history-of-hydrocarbon-production-in-barbados>>. Acesso em: 23 Maio 2017.

GUARIN, P. A. D. **Consecuencias del contrabando de gasolina en la frontera colombo-venezolana durante el año 2014**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Relaciones Internacionales y Estudios Politicos) – Facultad de Relaciones Internacionales Estrategia y Seguridad, Universidad Militar Nueva Granada. Bogotá. 2015.

H. P. Background to West Indian Federation. *The World Today*, v. 6, nº 6, 1950, p. 255–264. Disponível em: <JSTOR, www.jstor.org/stable/40392329>. Acesso em: 03.07.2017.

HARDING, R. C. **The History of Panama**. 2006. 1ªed. Westport: Grennwood Press, 2006.

INDEX MUNDI. World Crude Oil Consumption by Year. IndexMundi - Country Fact. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/energy/>>. Acesso em: 26 Abril 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Censo 2011 Redatam. Site do Instituto Nacional de Estadística. Disponível em: <<http://www.redatam.ine.gob.ve/Censo2011/index.html>>. Acesso em: 30 Maio 2017.

_____. Fuerza de Trabajo. Site do Instituto Nacional de Estadística. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40>. Acesso em: 2 Junho 2017.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **IEA Sankey Diagram**. Disponível em: <<https://www.iea.org/Sankey/>>. Acesso em: 17 Abril 2017

KÄKÖNEN, M.; KAISTI, H.; LUUKKANEN, J. **Energy Revolution in Cuba: Pioneering for the future**. Turku: Writers & Finland Futures Research Centre, University of Turku. 2014. p. 40.

KIMOSHITA, F. Antecedentes e evolução da Comunidade do Caribe (CARICOM). *Âmbito Jurídico*, XVI, nº 112, Mai 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/uuJWMP>>. Acesso em 03.07.2017.

KLAK, T. Globalization, neoliberalism and economic change in Central America and the Caribbean. Latin America transformed: Globalization and modernity.. In: GWYNE, R. N.; CRISTOBAL, K. **Latin America Transformed: Globalization and Modernity**. Nova York: Routledge, 1999. p. 98-126.

LA NACION. Costa Rica logra enlace en red eléctrica para transar energía. Notícias de Costa Rica - La Nación. Disponível em: <http://www.nacion.com/nacional/servicios-publicos/Costa-Rica-electrica-transar-energia_0_1444655572.html>. Acesso em: 19 Abril 2017.

LA PRENSA. La Prensa - Diário de Honduras, últimas noticias y vídeos del país y el mundo. Gobierno descarta regreso de Honduras a PetroCaribe. Disponível em: <<http://www.laprensa.hn/economia/laeconomia/626388-96/gobierno-descarta-regreso-de-honduras-a-petrocaribe>>. Acesso em: 31 Maio 2017.

LA PRENSA. Nicaragua casi no utiliza el Siepac. La Prensa - Noticias de Nicaragua y el Mundo. Disponível em: <<http://www.laprensa.com.ni/2016/05/31/nacionales/2043655-nicaragua-casi-no-utiliza-el-siepac>>. Acesso em: 21 Abril 2017.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. Observador On-line, Rio de Janeiro, v.7, n. 3, p. 1-40, Mar 2012.

LEÓN, J. A. P.; PÉREZ, L. S. A.; ANGARITA, M. Z. S. Business across borders between Colombia and Venezuela: from trade to social conflict. **Apuntes Cenes**, Tunja, Colômbia, v. 34, n. 60, p. 153-180, 2015.

LOPES, G. T. Integração na América Central e Caribe. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 77-92, 2012.

LÓPEZ, R. De Chávez a Maduro: PetroCaribe y la política exterior de Venezuela. Congreso del IRI, 7. 2014. La Plata. **Anais...** La Plata: 2014. p. 1-18.

LOVE, Joseph L. The origins of dependency analysis. **Journal of Latin American Studies**, v. 22, p. 143-168, 1990.

LUCE, M. S. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 136. 2007.

_____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. 2011. 225f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 225, 2011.

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões Mund.**, Fortaleza, v. 10, n. 18,19, p. 43-65, 2014.

LUDEÑA, J. L. O. **Análisis del modelo de cooperación sur-sur, caso: PetroCaribe**. 2015, 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Multilíngue em Negócios y

Relaciones Internacionaes) – Escuela Multilingue de Negocios y Relaciones Internacionales, Facultad de Comunicación, Lingüística y Literatura, Pontificia Universidade Católica do Equador. Quito. 2015.

MALAGÓN, A. F. R. **Contrabando colombo-venezolano**. 2016, 30 f.Trabalho de Conclusão de Curso (Comercio Internacional y Seguridad Logistic) - Relaciones Internacionales Y Estudios Politicos, Relaciones Internacionales Estrategia Y Seguridad, Universidad Militar Nueva Granada. Bogotá. 2016.

MALAMUD, C. **La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional (1ª parte)**. Madrid: Real Instituto Ecano, p. 1-8, 2006.

MANN, L. E. **La Iniciativa de la Cuenca del Caribe: perspectivas y problemas de la integración caribeña (CARICOM)**. Washington: Integración latinoamericana, p. 30-37, 1983.

MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialism. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, México, v. 12, p. 21-39, 1977.

_____. **Dependência e Integração**. 1ª Ed. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. Desenvolvimento e Dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, 302 f..

_____. “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. **The Observatory of Economic Complexity**. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu>>. Acesso em: 23 Maio 2017.

MARTINS C. E.; Theotonio Dos Santos: introducción a la vida y obra de un intelectual planetario. In: SEGRERA, R. L. (ed.); **Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos**, Caracas: UNESCO, 1998.

_____; Prólogo. In: SANTOS, T. dos; **Imperialismo y Dependencia**, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011, p. 9-36.

MARTINS, C. E.; VALÊNCIA, A. S.. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, v. 7, p. 115-130, 2004.

MATIJASCIC, V. B. Acordos de paz para a América Central nos anos 1980: a busca pela solução negociada. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 15-39, 2015.

MAYOBRE, E. **La propuesta "PetroÁmerica" y sus Antecedentes**. 1ª. ed. Caracas, Venezuela: Instituto Latinoamericano de Investigadores Sociales, 2005.

MERA, A. S. Transnacionales, energía e integración en Centroamérica. In: (EDIT.), M. G. G. **Extrativismo: Nuevos Contextos de Dominación y Resistencias**. 1ª. ed. Cochabamba: Centro de Documentación e Información Bolivia, 2014. p. 175-214.

MICHAELIS. Contrabando | Michaelis Online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=contrabando>>. Acesso em: 24 jul. 2017

MIROW, K. R. **A ditadura dos carteis** (Anatomia de um subdesenvolvimento). 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1978

MOLINA, R. C. La union centroamericana en el siglo XIX. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 24-33, 2014.

MONETA, C. J. El factor energético (hidrocarburos) en las relaciones internacionales de América Latina. **Estudios Internacionales**, Santiago, Chile, v. 17, n. 65, p. 131-159, 1984.

MONTENEGRO, J. L. C. El Plan Puebla Panamá: una revisión geopolítica. **Órgano Informativo del Instituto de Geografía de la UNAM**, Cidade do México, México, v. 1, n. 5, 2005.

MÜLLER, J. P. Integração regional e coesão social no MERCOSUL: uma análise à luz da teoria da dependência. **Plural**, v.18, n.1, p. 11-43, 2011.

NATIONAL RENEWABLE ENERGY LABORATORY. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Antigua and Barbuda**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015a.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Bahamas**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015b.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Belize**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015c.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Dominican Republic**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015d.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Grenada**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015e.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Haiti**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015f.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Jamaica**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015g.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot Saint Lucia**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015h.

_____. **Energy Transition Initiative - Islands Energy Snapshot The Federation of Saint Christopher and Nevis**. Denver, EUA: Alliance for Sustainable Energy. 2015i.

NAVA, P. J. C. **O gás natural como indutor do desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de Bambirra, Dos Santos e Marini**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

_____. Uma aproximação teórica às novas propostas de Integração Latino-Americana: ALBA-TCP e PETROCARIBE. Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2, 2016, São Paulo **Anais...** 2016. p. 1-16.

NEVES, José Antonio Moraes das. **O setor elétrico na integração da América do sul: o desafio da autonomia energética** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005

NILES, K.; LLYOD, B. Small Island Developing States (SIDS) & energy aid: Impacts on the energy sector in the Caribbean and Pacific. **Energy for Sustainable Development**, v. 17, n.5, p. 521-530, 2013.

OKOLI, C.; SCHABRAM, K. "A Guide to Conducting a Systematic Literature Review of Information Systems Research". **Sprouts: Working Papers on Information Systems**, v. 10, n. 26, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Country Profile | Haiti. **UN data**. Disponível em: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=haiti>. Acesso em: 5 de julho de 2017a .

_____. United Nations Statistics Division – Classifications Registry. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=27&Lg=1>. Acesso em: 18 de outubro de 2017b.

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGIA. **Apuntes sobre la Integración Eléctrica Regional y Propuestas para Avanzar**. Quito. 2013.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Crude oil production. **OECD data**. Disponível em: <<https://data.oecd.org/energy/crude-oil-production.htm>>. Acesso em: 24 Abril 2017.

OXILÍA, V.; FAGÁ, M. W. As motivações para a integração energética na América do Sul com base no gás natural, 2005. In: Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, 3. 2005, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador, 2005. Disponível em: http://www.portalabpg.org.br/site_portugues/3_congresso.html. Acesso em: 30 jun. 2017.

OXILIA, V.; SAUER, I. L.; RODRIGUES, L. A. Motivações políticas e econômicas da integração energética na América do Sul: o caso de Itaipu. **História e Cultura**. Franca, v. 4, n. 1, p. 208-231, 2015

PALOSCHI, J. **Trajatória e mudanças de rumo da integração física na América do Sul: política, história e Século XXI**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Relações

Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Brasília. Brasília. 2011.

PEARCE, S. Colombia and Venezuela: A Tense Relationship Has Hopes for Cooperation. **Perspectives on Business and Economics**, v. 31, 2013.

PETROCARIBE. **Informe de Gestión - Cuatrimestre I 2014**. PDVSA - PDV Caribe. Caracas, Venezuela, p. 31. 2014.

PHILIPPI, C. **O milagre do petróleo: Petrobrás, IIRSA/COSIPLAN e o neodesenvolvimentismo**. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro do Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PIMENTA, M. C. B. D. S. **Zonas Estratégicas e Estruturais para os Trânsitos Ilícitos (ZEETI):** Desafio à Zona de Paz da América do Sul. 2016. 306f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). São Paulo, 2016.

PLATA, M. Y. S. Visión histórica de la frontera Norte de Santander. **Revista de Trabajo Social**, Zulia, v. 5, n. 2, p. 221-235, 2015.

PRADO, F. C. Vânia Bambirra e o marxismo crítico latino-americano. **Rebela**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 152-160, 2011.

PRENSA LIBRE. Retrasos en inversión comprometen conexión. Sita de Prensa Libre. Disponível em: <<http://www.prensalibre.com/economia/retrasos-en-inversion-comprometen-conexion>>. Acesso em: 21 Abril 2017.

PROYECTO INTEGRACIÓN Y DESAROLLO MESOAMÉRICA. Sistema de Interconexi. Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central (SIEPAC). Disponível em: <http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=171>. Acesso em: 24 Abril 2017.

PROYECTO MESOAMÉRICA. **Nota de Presentación. Proyecto Integración y Desarrollo Mesoamérica**. La Libertad, p. 2, 2015.

_____. Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central (SIEPAC). Portal Oficial del Proyecto Mesoamerica. Disponível em: <http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=171>. Acesso em: 19 Abril 2017

QUEIROZ, R.; VILELA, T.. Integração energética na América do Sul: motivações, percalços e realizações. 24 mai. 2010 disponível em: <http://infopetro.wordpress.com/2010/05/24/integracao-energetica-na-america-do-sul-motivacoes-percalcos-e-realizacoes/> Acesso em 04 nov. 2014.

RED CENTROAMERICANA DE TELECOMUNICACIONES. Mapa - red - REDCA. Site da REDCA. Disponível em: <<http://www.redcasiepac.com/mapa/red>>. Acesso em: 20 Abril 2017.

REIS, A. G. D. **A arquitetura da integração energética sul-americana, a participação brasileira e a geoenergia humana**. 2014. 109f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RODRIGUES, L. A.. **Análise institucional e regulatória da integração de energia elétrica entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo 2011.

RODRÍGUEZ, A. R. **Un Intento por consolidar una Zona De Integración Fronteriza (Zif) entre el departamento de la Guajira - Colombia y el estado de Zulia - Venezuela**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLITICA, 6, 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010.

RUIZ-CARO, A. **Puntos de conflicto de la cooperación e integración energética en América Latina y el Caribe**. Santiago: Comissão econômica para a América Latina e o Caribe., 2010. 84 p.

SALTO GRANDE. Salto Grande | Historia. Site da Salto Grande Argentina - Uruguay. Disponível em: <<https://www.saltogrande.org/historia.php>>. Acesso em: 21 Janeiro 2017

SALOMÃO, L. A. e SILVA, J. M. da. Processo de integração energética: rumos e percalços. **Papéis Legislativos**. n. 3. Brasília, 2007

_____. Integração energética do Subcontinente: Novas oportunidades e Desafios in: **Seminário de integração Energética do MRE**, 2008.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C.. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Braz. J. Phys. Ther.**, v. 11, n.1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, T. D. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. 577 p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2009.

SCHEIBE, E. F. **Integração física e integração regional: a iniciativa para Integração da Infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração**. 2013, 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

SECRETARIA PERMANENTE DE RELACIONES INTERNACIONALES. **Evolución de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)**. Sistema Económico Latino-Americano e Caribe. Caracas, p. 36. 2014.

SERBIN, A. **Entre UNASUR y ALBA: otra integración (ciudadana) es posible?** Anuário Ceipaz, La Paz, v. 1, p. 183-207, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2015.

SHARE FOUNDATION. **The Plan Puebla Panama: Interactive Educational & Advocacy Handbook**. Washington: DC Office Intern, p. 45. 2006.

SILVA, D. de O. da, **MERCOSUL e a integração produtiva: parceria estratégica entre Brasil e Uruguai**. 2015. 113f. Monografia (Ciências econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SISTEMA DE INFORMACION SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR. Acuerdo sobre Comercio e Inversiones entre el Gobierno de la República de Venezuela y la Comunidad del Caribe (CARICOM). Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/Trade/carvens.asp>>. Acesso em: 25 Maio 2017.

SISTEMA DE LA INTEGRACIÓN CENTROAMERICANA. Disponível em: <https://www.sica.int/sica/sica_breve.aspx>. Acesso em: 17 Abril 2017.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE. **Acuerdo de Cooperación Energética**. Caracas: Secretaria Permanente De Relaciones Intraregionales, 29p. 2013.

_____. **Evolución del Acuerdo de Cooperación Energética Petrocaribe. Sistema Económico Latinoamericano y Del Caribe**. Caracas, Venezuela, p. 53. 2015.

SOUZA, N. A. D. **América Latina: as ondas de integração**. Oikos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87-126, 2012.

SOUZA, N. A., SILVA, L. M. N. de M., A Teoria da Dependência e as novas formas de integração na América Latina: o caso da ALBA. In: XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Santiago. 2010, Santiago. **Anais eletrônicos** disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT12/GT12_AraujoN.pdf. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____, Integração contemporânea da América latina: Teoria e Prática. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 2, n.3, p. 144-165, 2013.

STENZEL, P. L. Plan Puebla Panama: An Economic Tool That Thwarts Sustainable Development and Facilitates Terrorism. **William & Mary Environmental Law and Policy Review**, v. 30, n. 3, p. 555-623, 2006.

STERNBERG, R. The Latinamericanization of Electricity Systems in South America. **Revista Geográfica**, Cidade do México, v. 131, p. 21-40, 2002.

SUÁREZ, L. P. L. **Renda petrolífera: Geração e apropriação nos modelos de organização da indústria brasileira**. 2012, 193f. Tese (Doutorado em Ciências), Programa de Pós Graduação em Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e

Administração, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SUESCON, J. I. S.; RODRIGUES, D. C.; PÁEZ, R. L. Vulnerabilidad social y seguridad protectora un analisis desde la situación socioeconómica de la frontera. In: VELASCOS, E. D. S. (Edit), **Caracterización Socioeconómica de Norte Santander: una aproximación desde el Enfoque de las Capacidades Humanas**. Pamplona: Editorial Universidad de Pamplona, 2015. p. 122-148.

TAFUNELL, X. La revolución eléctrica en América Latina: uma reconstrucción cuantitativa del proceso de electrificación hasta 1930. **Revista de Historia Economica**, Madrid, v. 29, p. 327-359, 2011.

TERRA CHILE. Aliados de Venezuela recurren a mercado abierto mientras pactos energéticos languidecen. Terra Chile - Noticias. Disponível em: <<http://noticias.terra.cl/mundo/latinoamerica/aliados-de-venezuelarecurren-a-mercado-abierto-mientras-pactos-energeticoslanguidecen,15c33a6409af7410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 30 Abril 2017

TILLET, A.; LOCKE, J.; MENCAS, J. **Towards Energy Efficiency, Sustainability and Resilience for Belize in the 21st**. Cidade de Belize, Belize, 92p. 2012.

TRASPADINI, R. Dependência e luta de classes na América Latina. **Argumentum**. v.6, n. 2, p.29-43, 2014.

TRATADO MARCO DEL MERCADO ELECTRICO DE AMERICA CENTRAL. Cidade do Panamá. 1996.

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. EIA - Electricity Data. Disponível em: <https://www.eia.gov/electricity/monthly/epm_table_grapher.cfm?t=epmt_5_6_a>. Acesso em: 27 Abril 2017

UNIVERSITAT POMPEU FABRA. Venezuela - Procesos de integración en América. Disponível em: <<https://www.upf.edu/integracionenamerica/PAISESMAPA/venezuela/>>. Acesso em: 24 abr. 2017

UOL ECONOMIA. Histórico de cotação de pesos colombianos. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/peso-colombiano-colombia/?historico>>. Acesso em: 23 jul. 2017

URDANETA, A. Colombia y Venezuela: fronteras, convivencia y desarrollo. **Aldea Mundo**, Bogotá, v. 7, n. 4, p. 83-88, 2006.

VALENCIA, A. S. Dependencia y Superexplotación: la perspectiva de Marini. **Aportes**, n. 44, p. 17-36, 2012.

VÁZQUEZ-VERA, E. La Iniciativa de la Cuenca del Caribe. Disponível em: <<http://blogs.elnuevodia.com/el-internacionalista/2015/02/03/la-iniciativa-de-la-cuenca-del-caribe/>>. Acesso em: 25 mai. 2017

VÉLEZ, M. A. V. Las relaciones Colombia, Venezuela, Ecuador y Perú en el contexto de los procesos de integración socioeconómica y socio-política en América Latina (2002-2011). **Revista Fundación Universitaria Luis Amigó**, v. 2, p. 149-168, 2015.

VIANNA, M. V. M., **Uma análise a partir da teoria do subimperialismo: o governo brasileiro frente à nacionalização do gás boliviano em 2006**. 142f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WENNER, M. D.; RODGER, R.; CLARKE, D. **Guyana's PetroCaribe rice compensation scheme has ended**. Washington, EUA: Banco de Desenvolvimento Inter-americano, p. 25. 2016.

WHITTINGHAM, W. La iniciativa de los Estados Unidos para la cuenca del Caribe. **Revista de la Cepal**, Santiago, v. 39, p. 77-99, 1989.

WILKINS, M. Multinational Oil Companies in South America in the 1920s: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador and Peru. **The Business History Review**, v. 48, n. 3, p. 414-446, 1974.

WORLD ECONOMICS. Venezuela GDP (PPP, Current & Real) on World Economics. Disponível em: <http://www.worldeconomics.com/GrossDomesticProduct/Venezuela.gdp>. Acesso em: 30 de junho de 2017.

YVKE RADIO MUNDIAL. Qué es y cómo funcionan estaciones de combustible Safec. Disponível em: <<http://www.radiomundial.com.ve/article/qu%C3%A9-es-y-c%C3%B3mo-funcionan-estaciones-de-combustible-safec>>. Acesso em: 15 Junho 2017.

ZAMBRANO, J. R. R. et al. Informalidad laboral en los departamentos de Norte de Santander Nariño, L a Guajira y Cesar. **Apuntes del Cenes**, v. 35, p. 125-145, 2016.